

# BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

## CRÉDITO CONSIGNADO INSS

CNPJ/MF nº 09.464.001/0001-61

### Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da 1ª Série (o “Prospecto”)

**Classificação Preliminar da Moody’s América Latina Ltda. para as Quotas Sênior da 1ª Série: “(P) Aaa.br”**

**Classificação da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. para as Quotas Sênior da 1ª Série: “AAA”**

**Códigos ISIN nº BRBMCFCF006 (Quotas Sênior da 1ª Série) e nº BRBMCFCF014 (Quotas Subordinadas)**

**Rentabilidade Alvo das Quotas Sênior da 1ª Série: 107% (cento e sete por cento) da variação da taxa DI**

O BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CRÉDITO CONSIGNADO INSS, inscrito no CNPJ sob o nº 09.464.001/0001-61 (o “**Fundo**”), constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo regular de vigência indeterminado, é administrado pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº - Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00 (a “**Administradora**”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, devidamente registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Osasco, Estado de São Paulo, sob o nº 217997, em 1º de abril de 2008, com suas primeiras e segunda alterações registradas no mesmo cartório sob o nº 219690, em 14 de maio de 2008, e sob o nº 221117, em 10 de julho de 2008 (o “**Regulamento**”), pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “**Instrução CVM nº 356**”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

No curso no programa de securitização, o Fundo poderá manter em Circulação quotas sênior (as “**Quotas Sênior**”) no valor total, na 1ª data de emissão de cada Série, de até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). As Quotas Sênior poderão ser divididas em até 10 (dez) Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 1 (uma) classe de quotas subordinadas (as “**Quotas Subordinadas**”), em número indeterminado e em série única.

O Fundo está ofertando na 1ª Distribuição até 100.000 (cem mil) Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) (a “**Oferta**”). Observado o mínimo de 50.000 (cinquenta mil) Quotas Sênior da 1ª Série, as Quotas Sênior da 1ª Série que não sejam subscritas e integralizadas dentro do período de distribuição serão canceladas pela Administradora.

No curso de cada Distribuição, poderá ser adotado pelo Distribuidor o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo ao Distribuidor definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor, tendo em vista suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor.

Protocolo CVM datado de 16 de maio de 2008. **Registro na CVM:** CVM/SRE/RFD/2008/025, em 02 de junho de 2008.

As Quotas Sênior da 1ª Série deverão ser registradas, para negociação secundária, no Sistema de Fundos Fechados - SFF da CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados (os “**Investidores Qualificados**”), conforme disposto na Instrução CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto definitivo antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. “**Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 89 a 97.**”

**Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto definitivo.**

“A Comissão de Valores Mobiliários - CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

Cedente



Estruturador e Distribuidor



Administradora

Custodiante

Gestor

**BEM DTVM**  
(Empresa do Grupo Bradesco)



Empresa de Auditoria

Agências Classificadoras de Risco

Assessor Legal



**Moody's América Latina Ltda.**



A data deste Prospecto definitivo é 12 de setembro de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **Avisos - ANBID**

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.*

*“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.*

*“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.*

*“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.*

*“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas”.*

*“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”*

*“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”*

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## ÍNDICE

Características Básicas da Distribuição das Quotas Sênior no Curso do Programa de Securitização .....	20
Veracidade das Informações .....	21
Sumário .....	22
O Fundo .....	22
Público-Alvo .....	23
Fatores de Risco .....	23
A Administradora.....	23
O Custodiante.....	23
Procedimento de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis.....	25
Substituição e Renúncia da Administradora, do Gestor, do Custodiante e da Empresa de Auditoria .....	26
Outros Prestadores de Serviços.....	27
Gestor.....	28
Agente de Recebimento.....	28
Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.....	28
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios.....	28
Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo .....	29
Regime de Colocação das Quotas Sênior da 1ª Série.....	31
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.....	31
Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	32
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira.....	32
Política de Utilização de Instrumentos Derivativos.....	33
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo .....	33
Cronograma Etapas da Oferta .....	34
Gerenciamento de Riscos .....	34
Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo .....	34
Aplicação de Valores.....	35
Emissão de Quotas.....	35
Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas.....	35
Modificação da Oferta .....	35
Distribuição Parcial.....	36
Tributação.....	36
Atendimento aos Quotistas.....	39
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	40
BMC .....	40
Marco Regulatório .....	41
Legislação Federal e Instrução Normativa do INSS.....	41
Questões Legais Relativas à Concessão de Empréstimo com Crédito Consignado .....	44
Convênio e Atos que Formalizam a Consignação de Benefícios e a Consignação em Folha de Pagamento .....	45
Convênio entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o BMC.....	45
Disposições Gerais dos Contratos de Mútuo.....	47
Apólices de Seguro .....	49
Procedimentos e Política de Concessão de Crédito aos Mutuários e Procedimentos de Cobrança .....	54
Concessão de Crédito .....	54
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.....	59

Características Básicas do Programa de Securitização.....	60
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura .....	60
Desenho Esquemático do Programa de Securitização .....	61
Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão .....	62
Critérios de Elegibilidade .....	64
Verificação dos Critérios de Elegibilidade .....	64
Inexistência de Coobrigação .....	65
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis.....	65
Opções de Compra.....	66
Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos .....	67
Serviços de Recebimento de Recursos e das Rotinas de Repasse .....	70
Procedimentos de Registro .....	71
Condições Resolutivas da Cessão .....	71
Eventos de Revisão .....	72
Eventos de Inadimplemento Contratual .....	73
Eventos de Avaliação.....	73
Eventos de Amortização Antecipada.....	75
Razão de Garantia, Alocação de Investimento Mínima, Índice de Idade Média dos Mutuários e Reserva de Caixa .....	76
Reenquadramento da Razão de Garantia .....	77
Procedimentos de Dação em Pagamento .....	78
Negócios Restritos .....	78
Ordem de Aplicação dos Recursos .....	79
Inclusão de Outro Cedente de Direitos Creditórios .....	79
As Quotas.....	80
Características das Quotas Sênior .....	80
Características das Quotas Subordinadas .....	83
Amortização de Quotas .....	84
Registro e Negociação das Quotas.....	85
Características da 1ª Série de Quotas Sênior .....	86
Fatores de Risco .....	89
Introdução.....	89
Fatores Associados ao Investimento no Fundo.....	89
Fatores Associados aos Direitos Creditórios e ao BMC (Originador) .....	95
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas .....	98
Utilização dos Recursos.....	99
Pré-Pagamentos, Atrasos, Refinanciamentos, Renegociações, Perdas e Inadimplência dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo.....	100
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS .....	105
Histórico.....	105
Regime Geral de Previdência Social .....	107
Benefícios Previdenciários .....	108
Banco Bradesco S.A. ....	111
Introdução.....	111
Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros .....	112
Banco Finasa BMC S.A. ....	113

Introdução .....	113
Estrutura de Capital e Controladores .....	113
Administração .....	114
Autorização Societária .....	114
Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e Administradores do BMC .....	114
Estratégia .....	117
Descrição das Atividades do BMC .....	117
Inadimplência .....	118
Tesouraria .....	118
Colaboradores e Política de Recursos Humanos .....	118
Fontes de Captação de Recursos .....	118
Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo BMC a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios .....	119
Operações de Cessão de Crédito .....	119
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos .....	121
Sistema de Back-up .....	121
Ambiente Regulatório .....	122
Contratos Relevantes do BMC .....	122
Processos Administrativos Perante o Bacen .....	124
Aspectos Cíveis .....	124
Aspectos Tributários .....	125
Aspectos Trabalhistas .....	129
Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros .....	130
Estruturador e Distribuidor .....	132
Administradora .....	133
Custodiante .....	134
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios .....	134
Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento .....	135
Gestor .....	136

## ANEXOS

Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes .....	139
Súmula de Classificação de Risco Preliminar da Moody's América Latina Ltda. ....	183
Súmula de Classificação de Risco da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. ....	197
Regulamento .....	203
Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior .....	347
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007 do BMC .....	353
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006 do BMC .....	361

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

### *Definições referentes ao Programa de Securitização*

Administradora	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Afiliada	qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob o controle comum, direta ou indireta
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda. e Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviço, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Cobrador	BMC, nos termos do Contrato de Cobrança
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., nos termos do Convênio de Recebimento
Alocação de Investimento Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante, de acordo com expressão contida no Regulamento
Amortização Integral	amortização integral das Quotas Sênior da Série "n" na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série "n", a existência de Amortizações Programadas
Amortização Programada	amortização programada, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Sênior em Circulação, promovida nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série "n"
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	amortização, parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação promovida em cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento
Assembleia Geral	assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Aviso de Desenquadramento	documento preparado pela Administradora e por esta enviado ao BMC, por meio do qual o Fundo solicita que o BMC informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Razão de Garantia

Bacen	Banco Central do Brasil
BMC	Banco Finasa BMC S.A., ou seu sucessor, no caso de eventual reestruturação societária, observadas as Operações Autorizadas
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Circulação Especial	número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Condições Resolutivas da Cessão	hipóteses em que considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo BMC
Conta Corrente do BMC	conta corrente de titularidade do BMC, na qual são creditados os valores devidos pelo Fundo ao BMC em razão da cessão de Direitos Creditórios
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo, na qual são depositadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de quaisquer ativos de propriedade do Fundo e da integralização de Quotas
Conta de Recebimento	conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento perante o Bacen, via STR, constante no catálogo de mensagens do SPB
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o BMC, com interveniência do Custodiante
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, com interveniência do Custodiante
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com interveniência do BMC



Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Melhores Esforços, de Quotas Sênior da Primeira Série de Emissão do BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS, a ser celebrado entre, de um lado, a Administradora e o BMC e, de outro lado, o Banco Bradesco BBI S.A.
Contrato de Gestão	Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteiras de Fundos de Investimento, a ser celebrado entre o Gestor e a Administradora, por conta e ordem do Fundo
Contrato de Mútuo	contrato padrão celebrado entre o BMC e cada Mutuário, composto (i) pelas “Cláusulas e Condições do Contrato de Mútuo”; e (ii) pela “Ficha Proposta de Adesão”, por meio do qual são formalizados os termos e as condições do respectivo financiamento e o INSS é autorizado a promover os descontos nos benefícios pagos aos Mutuários, constante de anexo específico do Regulamento
Contrato de Mútuo Adimplente	Contrato de Mútuo integrante da carteira do Fundo que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias contado de sua respectiva data de vencimento
Contrato de Mútuo Inadimplente	Contrato de Mútuo integrante da carteira do Fundo, que não seja um Contrato de Mútuo Adimplente ou um Contrato de Mútuo Provisionado
Contrato de Mútuo Provisionado	Contrato de Mútuo cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores
Controle	tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa
Convênio	“Convênio Que Entre Si Celebram, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social – DATAPREV, o Banco BMC S.A., para a Realização de Consignação Decorrente de Empréstimos e Financiamentos aos Titulares de Benefícios de aposentadoria e Pensão do Regime Geral de Previdência Social, Mediante Consignação na Renda Mensal do Respectivo Benefício na Forma da Lei nº 10.820, de 17 de Dezembro de 2003”, celebrado em 10 de novembro de 2004, cujo extrato do convênio foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 3 do dia 10 de dezembro de 2004
Convênio de Recebimento	Convênio de Recebimento e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Agente de Recebimento, o BMC e a Administradora, por conta e ordem do Fundo

COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critérios de Elegibilidade	critérios para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Regulamento
CSL	Contribuição Social sobre o Lucro
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”
Data de Amortização de Quotas Subordinadas	data em que o Fundo promove a Amortização Programada de Quotas Subordinadas, que será o 5º dia útil contado de cada Data de Verificação
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do BMC, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente do BMC, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Data de Oferta	data em que o BMC envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Recebimento	5º dia útil do mês subsequente da competência do crédito dos benefícios previdenciários dos Mutuários, realizado pelo INSS
Data de Verificação	20º dia útil de cada mês calendário
DATAPREV	Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social

DCV30	<p>fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observado o disposto em expressão contida no Regulamento</p>
DCV120	<p>fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observado o disposto em expressão contida no Regulamento</p>
DCV180	<p>fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, observado o disposto em expressão contida no Regulamento</p>
Decreto nº 3.048/99	<p>Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e suas alterações posteriores</p>
Direito Creditório	<p>cada prestação devida pelo Mutuário ao BMC (ou, observado o disposto no Regulamento, a outro cedente, conforme o caso) ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação</p>

	de operação de empréstimo entre o BMC (ou outro cedente, conforme o caso) e o Mutuário, nos termos do Contrato de Mútuo, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, observados os procedimentos estabelecidos no Convênio, quando do pagamento, pelo INSS, dos benefícios devidos ao respectivo Mutuário
Direito Creditório Elegível	Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo BMC ao Custodiante, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas
Distribuição	cada distribuição de Quotas Sênior do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400
Distribuidor	Banco Bradesco BBI S.A.
DOC	Documento de Ordem de Crédito
Documentos Comprobatórios	seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo: (i) via original do respectivo Contrato de Mútuo, assinada pelo respectivo Mutuário e pelo BMC; (ii) cópia reprográfica da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário, ou de documento de identificação do Mutuário do qual conste sua foto e números da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário; e (iii) cópia reprográfica do cartão do benefício de aposentadoria e pensão do regime geral da previdência social a que o respectivo Mutuário faz jus
Documentos da Securitização	o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Convênio de Recebimento, o Contrato de Cobrança, o Contrato de Custódia e o Contrato de Cobrança, em conjunto ou isoladamente
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Evento de Amortização Antecipada	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas
Evento de Avaliação	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização

Evento de Inadimplemento Contratual	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, previstos no Regulamento
Evento de Revisão	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Excesso de Spread ou ES	diferença ( <i>spread</i> ) entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume, dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o passivo expresso pelo valor relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, ponderados pela Taxa DI e pelo último Fator Multiplicador, que considera o número e as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial, na data de apuração do FM, apurada diariamente pela Administradora, obtida por meio de expressão descrita no Regulamento
Fator Multiplicador ou FM	fator apurado diariamente pela Administradora considerando (a) o número e (b) as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, observado o disposto no Regulamento
Fundo	BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS
Gestor	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM
Giro da Carteira ou GC	valor apurado em cada Data de Verificação pelo Custodiante, equivalente ao somatório dos valores resultantes da multiplicação entre (i) o número de dias corridos entre o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do GC e a data de vencimento de cada Direito Creditório a vencer, referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de apuração do GC, e (ii) o valor nominal dos respectivos Direitos Creditórios referidos no item “i” acima, dividido pelo somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do GC, observado o disposto em expressão contida no Regulamento
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
Índice de Idade Média dos Mutuários ou IIMM	valor apurado diariamente pelo Custodiante a partir do 120º imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão. O Índice de Idade Média dos Mutuários será equivalente ao somatório dos valores resultantes da multiplicação entre: (i) a idade de cada

	<p>Mutuário e (ii) o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios devidos pelo respectivo Mutuário, na data de apuração do Índice de Idade Média dos Mutuários, dividido pelo somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na data de apuração do índice de Idade Média dos Mutuários. Quando do cálculo do Índice de Idade Média dos Mutuários, deverão ser excluídos os Direitos Creditórios vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados</p>
Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Mútuo ou ILACM	<p>valor apurado pelo Custodiante, a partir do 120º imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão, em cada Data de Verificação. O ILACM será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Mutuários a título de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo no período de 30 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACM, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACM, bem como do somatório das amortizações efetuadas no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACM</p>
Informações dos Direitos Creditórios	<p>dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento, definidos em anexo específico do Contrato de Cessão</p>
INPS	<p>Instituto Nacional de Previdência Social</p>
INSS	<p>Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social – MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, renumerada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991, e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, e no Decreto nº 4.688, de 7 de maio de 2003</p>
Instrução CVM nº 356	<p>Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM e alterações posteriores</p>
Instrução CVM nº 400	<p>Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM e suas alterações posteriores</p>
Instrução CVM nº 409	<p>Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM e suas alterações posteriores</p>
Instrução do INSS	<p>Instrução Normativa INSS/DC nº 121, de 1º de julho de 2005, e suas alterações posteriores</p>
Investidor Qualificado	<p>Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, habilitada a adquirir Quotas</p>

IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários
IR – Fonte	Imposto de Renda Retido na Fonte
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Lei nº 6.179/74	Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974
Lei nº 10.820/03	Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Mutuário	mutuário, pessoa física, titular de benefício de aposentadoria e pensão do regime geral da previdência social, contratante de mútuo com o BMC, nos termos do Contrato de Mútuo
Notificação ao INSS	documento preparado substancialmente na forma de anexo ao Contrato de Cessão, por meio do qual o INSS tomou ciência acerca do repasse, pelo INSS, por meio de depósito único, da totalidade dos valores referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários, na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento, observados os termos e condições do Convênio e da legislação aplicável
Oferta	presente distribuição pública de Quotas Sênior da 1ª Série
Operação Autorizada	qualquer reorganização societária do BMC que resulte em: (i) incorporação, pelo BMC, de qualquer sociedade integrante do “Grupo Bradesco”; ou (ii) alteração em controle acionário, incluindo a realização de fusão, cisão ou incorporação do BMC, desde que tal reorganização societária não implique em o BMC passar a não mais integrar o “Grupo Bradesco”, desde que aprovada pelo INSS
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios
Patrimônio Líquido	patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Pessoa	pessoa natural, pessoa jurídica ou grupo não personificado, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio

PIS	Programa de Integração Social
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor, estimado pela Administradora, dos recursos necessários à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários
Prazo de Vigência	prazo de vigência regular do Fundo, que será indeterminado
Preço de Aquisição	preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, ao BMC ou a outro cedente, conforme o caso, em moeda corrente nacional, apurado na forma definida no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido no Contrato de Cessão
Pré-Pagamento	pagamento integral dos Contratos de Mútuo com mais de 30 dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo devedor até 30 dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado
Procuração Irrevogável	procuração outorgada pelo BMC à Administradora, por meio de instrumento público, preparada em forma de anexo ao Contrato de Cessão
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o BMC ou outro cedente, conforme o caso, cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades
Prospecto	presente prospecto definitivo de distribuição pública de Quotas Sênior da 1ª Série
Quota Sênior	quota da classe sênior de qualquer Série, emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento, que não se subordina às Quotas Subordinadas para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quota Subordinada	quota da classe subordinada, emitida pelo Fundo, a qualquer tempo, nos termos do Regulamento, que se subordina às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quotas	Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas, emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição, em conjunto ou isoladamente



Quotista	titular de Quota(s), em conjunto ou isoladamente
Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Razão de Garantia for 0,93, então Razão de Garantia = 93,0%)
Refinanciamento	refinanciamento de Contrato de Mútuo vencido e não pago de titularidade do Fundo, sem a celebração de novo Contrato de Mútuo
Regulamento	regulamento do BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS
Renegociação	alteração das condições de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem a celebração de novo Contrato de Mútuo
Reserva de Caixa ou RC	reserva de caixa, a ser constituída e mantida pela Administradora, em regime de melhores esforços, cujo valor diário é apurado nos termos do Regulamento
Resolução nº 2.689/00	Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do CMN
Resolução nº 2.836/01	Resolução nº 2.836, de 30 de maio de 2001, do CMN
Rotinas e Políticas de Cobrança	rotina e política de cobrança seguida pelo BMC, definida em anexo do Regulamento
Rotinas e Políticas de Concessão de Crédito	procedimentos de verificação de certas informações referentes ao Mutuário e de contratação de operações de mútuo pelo BMC, nos termos do Contrato de Mútuo
Seção	seções deste Prospecto
Seguro de Vida	seguro de vida contratado pelo BMC e (i) a Bradesco Vida e Previdência S.A., objeto da Apólice nº 900.079, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; (ii) a Assurant, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo

como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; (iii) a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., objeto da Apólice nº 93.10904, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; e/ou (iv) outra companhia seguradora de 1ª linha que possua capacitação técnica e financeira para operar no mercado securitário brasileiro, em especial na modalidade de seguro prestamista, cuja cobertura tenha o mesmo objeto daquelas descritas nos itens “i” a “iii” acima, principalmente no que diz respeito aos valores mínimos de cobertura, conforme a idade dos Mutuários

SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SERASA	Serasa S.A., empresa especializada em análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios
Série	qualquer série de Quotas Sênior, emitida em qualquer Distribuição pelo Fundo nos termos do Regulamento
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
<i>Spread</i>	percentual a ser acrescido à Taxa DI, indicado no Suplemento de cada Série “n”
STR	Sistema de Transferência de Reservas
Suplemento	documento preparado na forma de anexo específico do Regulamento, contendo as características de cada Série de Quotas Sênior a ser emitida pelo Fundo
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização
Taxa de Desconto	taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados a disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de

	Aquisição, observado o ES de, no mínimo, 4%, sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos deste Regulamento; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, de, no mínimo 3,40% ao ano
Taxa DI	Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis)
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão	termo de cessão, preparado substancialmente na forma de anexo ao Contrato de Cessão, por meio do qual o BMC cede ao Fundo Direitos Creditórios
Termo de Cessão Consolidado	termo de cessão consolidado, preparado na forma do Contrato de Cessão, quinzenalmente registrado, em cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes da Administradora e do BMC

**CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR  
NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

Emissor:	BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS
Cedente:	Banco Finasa BMC S.A.
Classe de Quotas:	1 classe de Quotas Sênior da 1ª Série
Preço Unitário das Quotas Sênior da 1ª Série:	R\$10.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série
Quantidade de Quotas Sênior da 1ª Série:	Até 100.000 Quotas Sênior da 1ª Série, perfazendo montante total de até R\$1.000.000.000,00
Estruturador e Distribuidor das Quotas Sênior da 1ª Série:	Banco Bradesco BBI S.A.
Administradora:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Agente de Recebimento:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agências Classificadoras de Risco:	Moody’s América Latina Ltda. e Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Amortizações Programadas:	cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 ou mais amortizações programadas, parciais ou totais, nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência
Amortização Integral:	as Quotas Sênior da Série “n” serão integralmente amortizadas na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série “n”, a existência de Amortizações Programadas

*Vide Seção “Características da 1ª Série de Quotas Sênior” deste Prospecto.*

## VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Considerando que: (i) o Distribuidor foi assessorado pelo assessor legal na implementação da Oferta; (ii) para consituição do Fundo e realização da Oferta, foi realizada auditoria jurídica (a) nos Direitos Creditórios que serão cedidos ao Fundo e são originados pelo BMC e (b) no próprio BMC; (iii) a KPMG Auditores Independentes, contratada pelo BMC, avaliou os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo e emitiu relatório de análise sobre o volume e comportamento histórico da carteira destes Direitos Creditórios, conforme segue anexado ao presente Prospecto; (iv) conforme informações prestadas pela Administradora, foram disponibilizados, para análise do Distribuidor, do consultor legal e do auditor independente, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre o Fundo e sobre o BMC, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e (v) a Administradora, em conjunto com o Distribuidor, participou da elaboração do presente Prospecto, diretamente e através de seus consultores legais, o Distribuidor declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, relativamente ao Fundo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. O Distribuidor ainda declara que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

O BMC declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substitui. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

## SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

### O Fundo

O BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS foi constituído em 24 de março de 2008, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência indeterminado. O Regulamento encontra-se registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Osasco, Estado de São Paulo, sob o nº 217997, em 1º de abril de 2008, com suas primeira e segunda alterações registradas no mesmo cartório sob o nº 219690, em 14 de maio de 2008, e sob o nº 221117, em 10 de julho de 2008. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no §1º do Artigo 8º e no §1º do Artigo 20 da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 16 de maio de 2008.

Registro na CVM: CVM/SRE/RFD/2008/025, em 02 de junho de 2008 (1ª Série de Quotas Sênior).

O Fundo iniciou suas atividades em 09 de junho de 2008.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação do BMC ou de qualquer outra Pessoa. O BMC, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários e/ou, em caráter solidário ou subsidiário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos Contratos de Mútuo e dos Seguros de Vida, sendo apenas responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo e dos Seguros de Vida a estes vinculados, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Com exceção dos Seguros de Vida, os Direitos Creditórios não contam com nenhuma outra garantia ou reforço de crédito.

*Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.*

O Fundo emitirá Quotas Sênior para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, pelo BMC ou por suas Afiliadas, ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, pelo BMC, ao Fundo.

## **Público-Alvo**

**Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam Investidores Qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.**

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

## **Fatores de Risco**

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

*Vide Regulamento, Capítulo Nove – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## **A Administradora**

O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora e do Gestor”.*

## **O Custodiante**

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo BMC ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar trimestralmente, por amostragem, observados os Procedimentos de Verificação abaixo descritos, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora:
  - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do BMC;
  - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo BMC ou por seus Agentes;
  - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
  - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora os documentos referidos nos itens “i” e “ii” da alínea “e” acima, no prazo de até 5 dias úteis contados do envio de solicitação neste sentido;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Agente de Recebimento, pelo BMC, pelo Agente Cobrador ou por seus Agentes para a Conta Corrente do Fundo, nos termos dos respectivos Documentos da Securitização;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e informar à Administradora, diariamente, a adequação do Fundo à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima, à RC e ao IIMM;



- k) informar à Administradora o valor do DCV30, do DCV120, do DCV180, do Giro da Carteira e do ILACM na data de sua apuração;
- l) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- m) somente acatar ordens passadas pelo Diretor Designado ou por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previsto no Regulamento;
- n) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezesseis – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.*

### **Procedimento de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis**

O Custodiante deverá, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, verificar, trimestralmente, por amostragem, os documentos que evidenciam o lastro de todos os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, ou seja, os Documentos Comprobatórios.

Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade do Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que, para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do parágrafo acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o = \frac{1}{E_o^2}$	$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um para a amostra.

A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não serão considerados os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.

O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º do inciso III do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

### **Substituição e Renúncia da Administradora, do Gestor, do Custodiante e da Empresa de Auditoria**

Nos termos da Instrução CVM nº 356, os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembléia Geral para deliberar a substituição da Administradora, do Gestor ou do Custodiante. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação. Imediatamente após o recebimento da correspondência acima referida, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que a substituição da respectiva instituição seja deliberada pelos Quotistas.

No curso da Assembléia Geral convocada pela Administradora nos termos acima descritos, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação terão o direito de escolher instituição para exercer as funções da Administradora, do Gestor ou do Custodiante, conforme o caso.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no Regulamento e/ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos aqui descritos. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos do Regulamento, até a conclusão dos procedimentos de dação em pagamento. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 dias contado da data de realização da Assembléia Geral acima referida ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo acima estabelecido, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

No caso de renúncia, a Administradora fará jus ao recebimento da Taxa de Administração, calculada *pro rata temporis* até a data em que permanecer no exercício de suas funções.

Em caso de renúncia do Gestor, deverão ser igualmente observados os procedimentos acima descritos, conforme o caso.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembléia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria. Ademais, a Empresa de Auditoria poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada para tal fim, poderão deliberar a substituição da Empresa de Auditoria.

#### **Outros Prestadores de Serviços**

<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
<b>Classificação de Risco:</b>	Moody's América Latina Ltda. Av. Nações Unidas, nº 12.551, 16º Andar 04578-903 São Paulo – SP  Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar 04542-000 São Paulo – SP
<b>Custódia:</b>	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, S/N, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
<b>Gestão da Carteira do Fundo:</b>	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM Avenida Paulista, nº 1.450, 6º andar 01310-100 São Paulo – SP
<b>Agente de Recebimento:</b>	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, S/N, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
<b>Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes:</b>	Banco Finasa BMC S.A. Av. Nações Unidas, nº 12.995, 24º Andar/Parte 04578-000 São Paulo – SP

<b>Custódia Física dos Documentos Comprobatórios:</b>	Banco Finasa BMC S.A. Av. Nações Unidas, nº 12.995, 24º Andar/Parte 04578-000 São Paulo – SP
<b>Estruturador e Distribuidor da 1ª Série de Quotas Sênior:</b>	Banco Bradesco BBI S.A. Av. Paulista, nº 1450 – 8º andar 01310-917 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

## **Gestor**

A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – DTVM, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.375.134/0001-44, credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, pelo Ato Declaratório nº 2669, de 6 de dezembro de 1993, contratada pela Administradora, às suas expensas, é a instituição responsável pela gestão da carteira do Fundo.

*Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora e Do Gestor” e Seção “Gestor” deste Prospecto.*

## **Agente de Recebimento**

O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, é a instituição responsável pelo acolhimento das verbas de titularidade do Fundo, repassadas pelo INSS.

## **Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes**

O Agente Cobrador será o responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Contratos de Mútuo Inadimplentes, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. Os deveres e as obrigações do Agente Cobrador, relacionados aos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Inadimplentes, encontram-se definidos no Contrato de Cobrança.

*Vide Seções “Procedimentos e Política de Concessão de Crédito aos Mutuários” e “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.*

## **Custódia Física dos Documentos Comprobatórios**

Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nos termos do Contrato de Cessão, o BMC, por conta e ordem do Custodiante, será responsável pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

## **Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo**

### *Contrato de Cessão*

O BMC, e a Administradora, por conta e ordem do Fundo, com interveniência do Custodiante, celebrarão Contrato de Cessão.

Por meio do Contrato de Cessão, o BMC prometeu ceder Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados ao BMC em razão de sua titularidade, de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, prometerá adquirir do BMC, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, em regime de melhores esforços e observados os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, os objetivos do Fundo e a discricionariedade da Administradora, os Direitos Creditórios Elegíveis a este oferecidos. A parcela do Preço de Aquisição a ser paga ao BMC, em moeda corrente nacional, é limitada ao montante dos recursos que o Fundo venha efetivamente a captar mediante a colocação pública de Quotas Sênior e ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

Concomitantemente a cada cessão de Direitos Creditórios do BMC ao Fundo, o BMC prometerá ceder ao Fundo todos e quaisquer direitos derivados da contratação do Seguro de Vida pelos respectivos Mutuários. Na hipótese de ocorrência de sinistro coberto pelo Seguro de Vida, a totalidade dos valores pagos pela companhia seguradora será rateada entre o Fundo e, caso o BMC seja ainda titular de Direitos Creditórios vinculados ao respectivo Contrato de Mútuo, o BMC. O rateio dos recursos será processado pelo BMC, quando do repasse dos valores, na mesma proporção dos Direitos Creditórios, vencidos e/ou a vencer, de titularidade do Fundo e do BMC.

*Para mais informações sobre os procedimentos de oferta de Direitos Creditórios e de formalização da cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, os procedimentos de registro, as Condições Resolutivas da Cessão, os Eventos de Revisão, os Eventos de Inadimplemento Contratual e os negócios restritos, contidos no Contrato de Cessão, vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização”.*

Ainda nos termos do Contrato de Cessão, o BMC, por conta e ordem do Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

### *Contrato de Gestão*

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão, contratará o Gestor, o qual será responsável pela prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo.

Pelo desempenho das atividades exercidas nos termos do Contrato de Gestão, o Gestor fará jus a remuneração mensal, devida pela Administradora, equivalente a 0,06% ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido.

### *Custódia dos Ativos do Fundo e Escrituração de Quotas*

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia, contratará o Custodiante, o qual será responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da

Instrução CVM nº 356. O Custodiante do Fundo é, ainda, o Agente Escriturador, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

Pelo desempenho das atividades de custódia qualificada, exercidas nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a remuneração mensal, devida pelo Fundo, equivalente a 0,045% ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido.

Quanto às atividades de controladoria, exercidas nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a remuneração mensal, devida pela Administradora, equivalente a 0,0405% ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido.

Por fim, pela prestação dos serviços de escrituração de Quotas, o Agente escriturador fará jus a parcela única de R\$1.000,00, devidos pela Administradora.

#### Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre a Administradora, por conta em ordem Fundo, o BMC e o Distribuidor, o Distribuidor efetuará, em regime de melhores esforços de colocação, a distribuição pública das Quotas Sênior da 1ª Série no âmbito da presente Oferta, assim como estabelecer outras obrigações correlatas.

Nos termos do Contrato de Distribuição, independentemente da quantidade de Quotas Sênior da 1ª Série colocada, o Distribuidor fará *jus* ao recebimento de comissão de estruturação e colocação no valor de R\$550.000,00, devidos pelo BMC.

#### Contrato de Cobrança

Nos termos do Contrato de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, com interveniência do Custodiante, o Agente Cobrador será o responsável pela implementação de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial dos Contratos de Mútuo Inadimplentes, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

Observado o disposto no Contrato de Cobrança, o Agente Cobrador fará *jus* a uma remuneração anual no valor de R\$1.000,00, devida pela Administradora.

#### Convênio de Recebimento

Observado o Convênio de Recebimento, celebrado entre o Agente de Recebimento, o BMC e a Administradora, o Agente de Recebimento deverá transferir, na Data de Recebimento, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS, nos termos do Convênio, para a Conta Corrente do Fundo.

Pelo desempenho das atividades exercidas pelo Agente de Recebimento, este fará jus a remuneração anual fixa de R\$500,00, devida pelo BMC.

## Regime de Colocação das Quotas Sênior da 1ª Série

- *Regime de Colocação:* melhores esforços de colocação.
- *Comissão de Colocação:* R\$550.000,00.
- *Garantia de Liquidez:* o Distribuidor não celebrou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

## Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

<b>Taxa de Administração:</b>	Remuneração mensal equivalente a 0,15% ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido.
<b>Taxa de Ingresso:</b>	Não há.
<b>Taxa de Saída:</b>	Não há.
<b>Taxa de performance:</b>	Não há.
<b>Encargos do Fundo:</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Taxa de Administração;</li><li>2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;</li><li>3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</li><li>4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;</li><li>5. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;</li><li>6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</li><li>7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</li><li>8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;</li><li>9. taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;</li><li>10. contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e</li><li>11. despesas com a contratação de agência de classificação de risco.</li></ol>

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

### Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custo	% em relação ao valor da Distribuição (R\$1.000.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Colocação*	0,0550%	550.000,00
Taxa de Registro na Anbid*	0,0035%	35.000,00
Taxa de Registro na CVM*	0,0082%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios)*	0,0010%	10.000,00
Assessores Legais*	0,0090%	90.000,00
Agência Classificadora de Risco*	0,0034%	34.000,00
<b>Total</b>	<b>0,0801%</b>	<b>801.870,00</b>

\* Pagos diretamente pelo BMC.

Tabela 3: Demonstrativo do Custo da Distribuição.

### Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário Quota Sênior da 1ª Série	Custo Unitário de Distribuição	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série
R\$10.000,00	R\$8,0187	0,0801%

Tabela 4: Custo Unitário da Distribuição.

### Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais	0%	50%
e) quotas de fundo(s) de investimento classificado(s) como “referenciados DI” ou “renda fixa”, de longo prazo, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos mencionados nas alíneas “c” e “d” acima	0%	50%

Tabela 5: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira.

A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.



É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, tendo necessariamente como contraparte o Custodiante.

### **Política de Utilização de Instrumentos Derivativos**

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no Regulamento. Não obstante a utilização pela Administradora de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas Sênior. A Administradora envidará os seus melhores esforços, de forma a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Quotas Sênior, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.

As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas. No caso de operações de *swap*, as respectivas operações devem ser exclusivamente realizadas na modalidade “com garantia”. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Nos casos em que não houver mercado secundário para os Direitos Creditórios, estes serão contabilizados diariamente, descontando-se seu valor de resgate pelo produto entre a taxa de mercado projetada para sua data de vencimento e o diferencial entre sua taxa de cessão e a taxa de mercado para a *duration* do Termo de Cessão através do qual aquele Direito Creditório foi adquirido pelo Fundo.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

### **Cronograma Etapas da Oferta**

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta de Quotas Sênior da 1ª Série	16/05/2008
Disponibilização do Prospecto definitivo da Oferta	16/05/2008
Concessão do registro da Oferta pela CVM	28/05/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	02/06/2008
Liquidação Financeira	03/06/2008
Publicação do anúncio de encerramento da Oferta de Quotas Sênior da 1ª Série	26/11/2008

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

### **Gerenciamento de Riscos**

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora e do Gestor.

A Administradora e o Gestor privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

### **Custódia dos Outros Ativos de Titularidade do Fundo**

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.

## **Aplicação de Valores**

Para cálculo do valor das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas a serem integralizadas, será utilizado o valor da Quota de abertura do dia do pedido da aplicação. A liquidação financeira da aplicação se dará no mesmo dia do pedido de aplicação.

Ademais, o valor mínimo da primeira aplicação de Quotas por cada Quotista para cada investidor não poderá ser inferior a R\$300.000,00.

## **Emissão de Quotas**

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou por seus Agentes, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora e a seus Agentes a alteração de seus dados cadastrais.

*Vide Seções “As Quotas – Características das Quotas Sênior” e “As Quotas – Características das Quotas Subordinadas” deste Prospecto.*

## **Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas**

*Vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas” deste Prospecto.*

## **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência ao Administrador ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

### **Distribuição Parcial**

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Sênior da 1ª Série emitidas, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Quotas Sênior não haverá restituição de qualquer importância aos investidores, tampouco rateio de qualquer espécie. A manutenção da presente oferta está condicionada à quantidade mínima de 50.000,00 Quotas Sênior da 1ª Série subscritas e integralizadas. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Quotas Sênior da 1ª Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Sênior da 1ª Série.

### **Tributação**

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.*

#### Tributação Aplicável aos Quotistas

#### IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

#### IOF sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

## Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
  - (i) no Brasil; e
  - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
  - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
  - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
  - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

### I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

- b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Tendo em vista tratar-se de fundo de ações, conforme definido no §2º do art. 8º da Instrução Normativa nº 25/2001 da Secretaria da Receita Federal, a tributação pelo imposto de renda no resgate de quotas será de 15% sobre a diferença entre o valor do resgate e o do respectivo custo, conforme, inclusive, manifestação exarada pela Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta COSIT nº 14/2008.

- c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

## II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

#### a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

#### b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

#### c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

### II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

### CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

### Tributação Aplicável ao Fundo

#### IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

### **Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, o Distribuidor, a CVM ou a CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e e-mail:

#### **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Cidade de Deus, S/N – Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco – SP

Telefone: (11) 3684-4522

E-mail: 4010.kosaka@bradesco.com.br

www.bradescocustodia.com.br

#### **Banco Bradesco BBI S.A.**

Av. Paulista, nº 1450 – 8º andar

São Paulo – SP

Telefone: (11) 2178-5352

E-mail: zani@bradescobbi.com.br

Site: www.bradescobbi.com.br

**Banco Finasa BMC S.A.**

Av. Nações Unidas, nº 12.995, 24º Andar/Parte

São Paulo – SP

Telefone: (11) 5503-7644

E-mail: [norival.wedekin@bmc.com.br](mailto:norival.wedekin@bmc.com.br)

Site: [www.bmc.com.br](http://www.bmc.com.br)

**Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

**Crítérios de Divulgação de Informações aos Quotistas**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Diário do Comércio”, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356 e (b) de correspondência enviada ao representante de cada Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

A Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor do DCV30, DCV120 e DCV180 e (iv) o valor dos índices e parâmetros referidos no Regulamento. As informações referidas nos itens “ii” a “iv” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência Classificadora de Risco, em base diária.

A Administradora deverá, no prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do SFN, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

**BMC**

*Vide Seção “Banco Finasa BMC S.A.” deste Prospecto.*



## **MARCO REGULATÓRIO**

*A análise da legislação sobre consignação dos valores recebidos por titulares de benefícios do INSS, abaixo contida, não tem por finalidade oferecer qualquer tipo de aconselhamento jurídico para potenciais investidores do Fundo ou qualquer outra Pessoa. Potenciais investidores devem buscar orientação legal específica e independente antes de decidirem por efetuar aplicações de recursos no Fundo.*

As principais regras que disciplinam a concessão de empréstimos aos titulares dos benefícios do INSS estão contidas na Lei nº 10.820/03, no Decreto nº 3.048/99 e na Instrução do INSS. As primeiras definem os parâmetros do desconto da renda mensal dos benefícios previdenciários; a última regulamenta as normas e condições de operacionalização do mecanismo de consignação em folha.

### **Legislação Federal e Instrução Normativa do INSS**

A Lei nº 10.820/03 tem origem na Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, e foi alterada pela Lei nº 10.953, de 27 de setembro de 2004. A norma objetiva permitir que empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social autorizem o desconto em folha de pagamentos ou a retenção em seus benefícios recebidos junto ao INSS, para fins de amortização de prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, aumentando seu acesso ao crédito.

A motivação do Governo Federal brasileiro, ao regular a concessão de empréstimos nos termos aqui referidos, foi reduzir o custo dos empréstimos e financiamentos disponíveis aos cidadãos.

A Lei nº 10.820/03 confere aos empregados o direito de contratar operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil com autorização para a consignação em folha do valor das prestações.

No intuito de possibilitar economia de escala às operações, é autorizada a celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas e/ou entidades sindicais, previamente definidas nos normativos em vigor, para o estabelecimento de parâmetros financeiros e condições gerais aplicáveis aos empregados.

Os ajustes no “Regulamento da Previdência Social”, promovidos pelo Decreto nº 3.048/99, complementaram as providências descritas no parágrafo acima para que os aposentados e pensionistas do INSS também pudessem usufruir desta prerrogativa.

Abaixo, foram descritos os artigos de maior destaque na Lei nº 10.820/03, e no Decreto nº 3.048/99, particularmente no que se refere aos descontos realizados pelo INSS em benefícios pagos pela entidade.

Pelo artigo 6º da Lei nº 10.820/03, os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social podem autorizar expressamente o INSS a descontar diretamente, sobre os benefícios pagos pelo próprio INSS, os valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos aos beneficiários por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.

Uma vez observados todos os requisitos e condições definidos nos convênios que necessariamente devem ser firmados entre o INSS, a DATAPREV e a instituição financeira, não poderá a mencionada instituição negar-se a celebrar empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil (Art. 4º, § 3º da Lei nº 10.820/03).

Complementando o disposto na Lei nº 10.820/03, o Decreto nº 3.048/99 determina que somente pode incidir o desconto acima referido sobre os benefícios de aposentadoria, qualquer que seja sua espécie, ou de pensão por morte para beneficiários que recebam os respectivos valores devidos no Brasil (Art. 154, §6º, inciso IX).

De acordo com o inciso IV do artigo 1º da Instrução do INSS, o somatório dos descontos e/ou retenções consignados para pagamento de empréstimos, financiamentos ou operações de arrendamento mercantil não pode exceder, no momento da efetiva contratação, 20% do valor do benefício, deduzidas as consignações obrigatórias, excluindo-se o Complemento Positivo – CP, Pagamento Alternativo de Benefício – PAB e o décimo terceiro salário, correspondente à última competência emitida. O inciso VI do mesmo artigo reza poder ser concedido limite de até 10% do valor do benefício para utilização em operações com cartão de crédito, como Reserva de Margem Consignável – RMC.

Ademais, segundo a Instrução INSS, no artigo 1º, § 13º, afirma que os descontos sobre os benefícios previdenciários não podem exceder 60 parcelas.

O inciso XI do § 6º do artigo 154 do Decreto nº 3.048/99 esclarece que o titular do benefício pode autorizar mais de um desconto em favor da mesma instituição consignatária, respeitados o limite consignável e a prevalência de retenção em favor dos contratos mais antigos.

Nos termos do §2º do artigo 6º da Lei nº 10.820/03, a responsabilidade do INSS em relação às operações acima referidas restringe-se à: (i) retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo Mutuário; e (ii) manutenção dos pagamentos do titular do benefício para a mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção.

Além disso, a Lei nº 10.820/03 também veda ao titular de benefício solicitar alteração da instituição financeira responsável pelo pagamento do respectivo benefício, enquanto houver saldo devedor de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas ou privadas, em amortização. De acordo com o artigo 7º da Instrução do INSS, somente nas seguintes situações, mediante decisão do INSS, o titular do benefício poderá alterar instituição financeira para a qual o INSS deve repassar seus benefícios: (i) quando houver fusão/incorporação bancária, situação em que o benefício será transferido para a instituição financeira incorporadora; (ii) mudança de domicílio, sem que no município de destino exista uma agência da matriz bancária; ou (iii) encerramento de agência.

Nos termos do § 5º do artigo 1º da Instrução do INSS, é vedada a realização de consignações relacionadas a benefícios: (i) concedidos nas regras de acordos internacionais para segurados residentes no exterior; (ii) pagos por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; (iii) pagos a título de pensão alimentícia; (iv) assistenciais; (v) recebidos por meio de representante legal do segurado: dependente, tutelado ou curatelado; (vi) pagos por intermédio da empresa conveniente; e (vii) pagos por intermédio de cooperativas de créditos que não possuam contratos para pagamento e arrecadação de benefícios.

A Instrução do INSS, no parágrafo único do artigo 2º, permite a cessão dos créditos, advindos das consignações nos benefícios previdenciários, nos termos da Resolução nº 2.836/01, do CMN.

O artigo 4º da Instrução do INSS define que o repasse dos valores referentes às consignações em favor da instituição financeira ou sociedade de arrendamento mercantil é efetuado pelo INSS até o quinto dia útil da data de início da validade do crédito do benefício via STR, por meio de mensagem específica, constante do catálogo de mensagens do SPB, ou crédito em conta corrente a ser indicada pela instituição financeira.

Ademais, segundo o mesmo artigo, na ocorrência de cessação de benefício, nos casos de consignações com data retroativa ou de eventuais importâncias repassadas indevidamente, inclusive relativas a créditos com retorno de não pago, as parcelas consignadas no período são deduzidas quando da realização do próximo repasse de valores consignados à instituição credora das parcelas, corrigidas com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais – Remuneração (SELIC), desde a data em que ocorreu o crédito indevido até o segundo dia útil anterior à data do repasse. Caso o valor das glosas/deduções ultrapasse aquele a ser repassado à instituição financeira ou à sociedade de arrendamento mercantil, a diferença detectada deve ser transferida ao INSS, na mesma data, mediante comunicação prévia à instituição concessora, via STR, por meio de mensagem específica ou depósito em conta a ser indicada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Finalmente, o artigo 6º da Instrução do INSS afirma que consignação a ser processada mensalmente pela DATAPREV é identificada com o código 98 e a rubrica 216, a retenção com código 75 e rubrica 321, a reserva de margem consignada com código 76 e rubrica 322 e as operações de consignação efetuadas com cartão de crédito, código 77 e rubrica 217.

*Vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## QUESTÕES LEGAIS RELATIVAS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO COM CRÉDITO CONSIGNADO

Em razão da recente edição da Lei nº 10.820/03, não há, até o presente momento, qualquer decisão judicial, transitada em julgado, favorável ou contrária aos mecanismos de consignação definidos na lei em questão e nos normativos do INSS.

*Vide Seção “Marco Regulatório” deste Prospecto.*

Todavia, muitas são as discussões judiciais que têm por objeto o desconto em folha de pagamento (consignação) de devedores de empréstimos.

Há pronunciamentos, já transitados em julgado, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, tanto favoráveis quanto contrários ao desconto em folha de pagamento de devedores de empréstimos.

As decisões contrárias ao desconto em folha de pagamento do devedor têm fundamento no artigo 649, inciso IV, do Código de Processo Civil, que simplesmente torna absolutamente impenhoráveis os vencimentos dos funcionários públicos e os salários. Diante do caráter alimentar da remuneração do trabalho, os Tribunais, em algumas situações, identificaram exagero nos descontos, ou falta de boa-fé de instituições financeiras ao bloquearem os recursos para receberem os pagamentos devidos, muitas vezes sem a autorização do devedor.

Todavia, em 8 de junho de 2005, os ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiram, através do Recurso Especial nº 728563, ser legal a cláusula contratual que autoriza o desconto em folha na liquidação de empréstimos contratados, conforme a seguinte ementa:

**“CIVIL. CONTRATO DE AUXÍLIO FINANCEIRO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CLÁUSULA INERENTE À ESPÉCIE CONTRATUAL. INOCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE. PENHORA SOBRE REMUNERAÇÃO NÃO CONFIGURADA. SUPRESSÃO UNILATERAL DA CLÁUSULA DE CONSIGNAÇÃO PELO DEVEDOR. IMPOSSIBILIDADE.**

*I. É válida a cláusula que autoriza o desconto, na folha de pagamento do empregado ou servidor, da prestação do empréstimo contratado, a qual não pode ser suprimida por vontade unilateral do devedor, eis que da essência da avença celebrada em condições de juro e prazo vantajosos para o mutuário.*

*II. Recurso especial conhecido e provido.”*

Segundo o relator do Recurso Especial em questão, ministro Aldir Passarinho Junior, a consignação em folha de pagamento não se trata de penhora de vencimentos, até por não se cuidar de processo de execução, de natureza forçada e constritiva, mas de mero exercício de livre disposição contratual. Para o ministro, o desconto em folha “*é da própria essência do contrato celebrado. É a ele inerente, porque não representa, apenas, uma mera forma de pagamento, mas a garantia do credor de que haverá o automático adimplemento obrigacional por parte do tomador do mútuo, permitindo a concessão de empréstimo com menor margem de risco, o que, concretamente, também favorece o financiado, seja por dispensar outras garantias, como aval, seja por proporcionar, exatamente pela mesma segurança da avença, uma redução substancial na taxa de juro e prazos mais longos, tornando significativamente menos oneroso o financiamento*”.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, presidida pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito e composta pelos dez ministros que integram a Terceira e a Quarta Turmas, é a responsável, no Tribunal, pelo julgamento dos processos que envolvam questões de direito privado. A orientação supra referida, definida pela Seção, será a seguida pelos ministros que compõem as duas Turmas.

## **CONVÊNIO E ATOS QUE FORMALIZAM A CONSIGNAÇÃO DE BENEFÍCIOS E A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO**

### **Convênio entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o BMC**

Em 18 de novembro de 2004, o BMC, o INSS e a DATAPREV celebraram o Convênio, cujo objeto é permitir a celebração de Contratos de Mútuos entre o BMC e titulares de benefícios concedidos pelo INSS, com a consignação dos valores devidos, a ser realizada pelo INSS, nos respectivos benefícios previdenciários de Mutuários para quitação da dívida contraída.

Encontram-se abaixo destacadas, esquematicamente, as principais disposições constantes do Convênio, que regulam a relação jurídica existente entre o INSS, a DATAPREV e o BMC para a concessão de empréstimos a Mutuários.

Data Limite de Pagamento ao BMC: o INSS deve repassar os valores devidos ao BMC até o 5º dia útil do mês subsequente do crédito do benefício.

Favorecido e nº de Conta: o repasse deve ser feito pelo INSS ao BMC, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do BMC, perante o Bacen, via STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do SPB.

Restrição à Cessão: Não há restrição contratual à cessão de Direitos Creditórios.

Principais Obrigações do INSS: (i) repassar os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos titulares de benefícios, em favor do BMC, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do BMC, perante o Bacen, no 5º dia útil do mês subsequente da competência do crédito do benefício, via STR, por meio da mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do SPB; (ii) emitir, quando da alegação pelo titular do benefício da não autorização da consignação, correspondência oficial ao BMC solicitando o envio da comprovação da autorização da consignação ao INSS. Caso inexistir a autorização ou o BMC não atenda à solicitação de fornecer o documento, no prazo de até 10 dias úteis da data do recebimento da correspondência, a Agência da Previdência Social – APS deverá cancelar a consignação no sistema de benefícios; e (iii) reativar no sistema de benefício as consignações canceladas, na forma do item “ii” acima, no prazo de até 5 dias, contado da apresentação pelo BMC de instrumentos que comprovem a expressa autorização da consignação pelo titular do benefício.

Principais Obrigações do BMC: (i) divulgar as regras constantes do Convênio aos titulares do benefício que autorizaram expressamente as consignações diretamente em seus benefícios; (ii) enviar, até o 2º dia útil de cada mês, para a DATAPREV, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizam a consignação diretamente na renda mensal de seus benefícios previdenciários, de acordo com o layout padrão CNAB/FEBRABAN; (iii) consultar na *internet*, na página do Ministério da Previdência Social ([www.mps.gov.br](http://www.mps.gov.br)), na opção serviços/extratos de pagamentos, as informações necessárias à consecução das operações objeto do Convênio, valendo-se do número do benefício e da data de nascimento fornecidos pelo próprio segurado; (iv) informar ao INSS, para exclusão da consignação, a rescisão do contrato de empréstimo ou financiamento, firmado entre o titular do benefício e o BMC, até o 2º dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento, sob pena de serem efetuadas glosas retroativas à data do evento, corrigidas com base na variação “Taxa Referencial de Títulos Federais-Remuneração” (SELIC), até o dia útil anterior à data do efetivo repasse; (v) encaminhar ao INSS, no prazo de até 10 dias úteis da data de recebimento de correspondência enviada pela Agência da Previdência Social – APS, a comprovação da autorização da consignação emitida expressamente pelo respectivo mutuário; e (vi)

informar ao INSS, no prazo máximo de 5 dias úteis, qualquer alteração contratual que venha a ocorrer na estrutura do BMC, como, por exemplo, qualquer tipo de incorporação, fusão ou encerramento de suas atividades, a fim de que sejam adotados os procedimentos necessários à transferência dos benefícios e ao repasse de valores.

Principais Obrigações da DATAPREV: (i) processar as consignações de descontos e as exclusões de acordo com arquivo magnético enviado pelo BMC; (ii) processar as glosas devidas, conforme legislação aplicável, na competência seguinte à sua verificação, informando ao BMC, por arquivo magnético mensal, os respectivos valores; e (iii) informar mensalmente ao BMC, por arquivo magnético, as parcelas consignadas e não consignadas, mediante justificativa, devidamente identificadas, com antecedência mínima de 5 dias úteis da data do 1º pagamento do benefício em cada competência.

Responsabilidades: o BMC é o único responsável perante o INSS, a DATAPREV e os beneficiários pelas informações encaminhadas à DATAPREV, incluindo as relativas aos valores a serem consignados.

Vigência e Rescisão: Convênio vigente por 5 anos, podendo ser prorrogado por prazos iguais, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação prévia e escrita, com antecedência mínima de 30 dias, ficando suspensas novas contratações de operações a partir da vigência da denúncia, permanecendo, até a data da liquidação do último contrato de mútuo firmado por força do Convênio, as obrigações e responsabilidades do INSS, do BMC e da DATAPREV, ou de seus sucessores, relativamente aos empréstimos e financiamentos já concedidos.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE MÚTUO**

Estão relacionadas abaixo as principais cláusulas do Contrato de Mútuo firmado entre o BMC e cada Mutuário. Alguns dos itens foram reproduzidos integralmente.

Através da celebração dos Contratos de Mútuo, o BMC concede aos Mutuários empréstimos em dinheiro no valor, prazo, juros e condições consignados no corpo da “Ficha Proposta de Adesão ao Contrato de Empréstimo para Pagamento Mediante Consignação em Folha de Pagamento ou Dedução de Proventos de Aposentadoria ou Dedução de Proventos de Aposentadoria ou Pensão”.

É condição essencial para concessão do empréstimo que o pagamento dos valores devidos sejam realizados mediante consignação em folha de pagamento ou dedução dos benefícios de aposentadoria ou de pensão. Por este motivo, as autorizações outorgadas pelos Mutuários, permitindo os referidos descontos, não podem ser revogadas e perdurarão até pagamento da totalidade do saldo devedor.

O BMC poderá considerar antecipadamente vencido o respectivo Contrato de Mútuo, tornando-se imediatamente exigível o pagamento de todos os valores devidos pelo Mutuário ao BMC, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) caso o Mutuário deixe de cumprir suas obrigações contratuais; (ii) na hipótese do término, por motivo de qualquer natureza, da relação funcional/associativa mantida pelo Mutuário junto ao INSS, sem a apresentação, pelo Mutuário, no prazo de 5 dias, de fiador idôneo ou outra garantia de natureza real ou pessoal, de acordo com os critérios do BMC; (iii) na hipótese de pedido ou deferimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação judicial e/ou extrajudicial do INSS; ou (iv) se, por qualquer razão, inclusive na hipótese de norma superveniente, for modificada a forma de liquidação do empréstimo relativo Contrato de Mútuo, uma vez que o mesmo foi concedido face à existência de processo de consignação (desconto) em folha, desconto de proventos de aposentadoria ou de pensão.

No caso de vencimento antecipado por força do desligamento do Mutuário dos quadros do conveniado/fonte pagadora, o Mutuário autoriza, se for o caso, a utilização de suas verbas rescisórias, nos termos da lei, para amortização ou liquidação do saldo devedor então existente. Adicionalmente, para liquidação de suas obrigações, o Mutuário autoriza o BMC a se valer do débito na conta corrente do Mutuário, indicada no Contrato de Mútuo.

Ocorrendo atraso no pagamento ou descumprimento de qualquer obrigação contratual, os valores em atraso serão acrescidos dos encargos da mora compostos de: (i) juros remuneratórios à mesma taxa do Contrato de Mútuo; (ii) juros de mora de 1% ao mês; e (iii) multa moratória e não compensatória de 2% sobre o total do débito.

Em caso de atraso no pagamento das parcelas de amortização do empréstimo, em função de dificuldades e/ou impedimentos de natureza administrativa, ou de falta de margem consignável suficiente em nome do Mutuário, o BMC poderá permitir que o empréstimo seja automaticamente alongado, de tal sorte que o montante da parcela mensal de amortização não seja superior àquele indicado no preâmbulo da ficha proposta de adesão vinculada ao Contrato de Mútuo.

Finalmente, o Mutuário autoriza, ao celebrar o Contrato de Mútuo, o arquivamento dos dados desta transação e demais transações bancárias que venha a firmar com o BMC junto à Serasa, para fins de constituição de um banco de dados positivo, objetivando acelerar e facilitar o processo de obtenção de crédito junto ao credor e a terceiros. O Mutuário autoriza, ainda, a inserção de seu nome em bancos de dados públicos ou privados de restrição cadastral, em caso de inadimplemento, assim como a consulta ao sistema de informações de crédito do Bacen.

Ao celebrar o Contrato de Mútuo, o Mutuário declara estar ciente de que a contratação do respectivo empréstimo compromete parte de sua renda, em razão do desconto direto das prestações no seu benefício pago pelo INSS, o que pode causar o seu superendividamento.



## APÓLICES DE SEGURO

Os Contratos de Mútuo encontram-se vinculados a Seguros de Vida, cujos prêmios são pagos pelo BMC.

Concomitantemente a cada cessão de Direitos Creditórios do BMC ao Fundo, a BMC irá ceder ao Fundo todos e quaisquer direitos derivados da contratação do Seguro de Vida pelos respectivos Mutuários. Na hipótese de ocorrência de sinistro coberto pelo Seguro de Vida, a totalidade dos valores pagos pela companhia seguradora será proporcionalmente rateada entre o Fundo e, caso o BMC seja ainda titular de Direitos Creditórios vinculados ao respectivo Contrato de Mútuo, o BMC.

Com exceção dos Seguros de Vida, os Direitos Creditórios não contam com nenhuma outra garantia ou reforço de crédito.

### Bradesco Vida e Previdência S.A.

Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 900.079

A apólice de seguro de vida foi emitida pelo Bradesco em 28 de fevereiro de 2008, com início de vigência em 01 de agosto de 2007 e término em 31 de julho de 2008.

Os segurados são os Mutuários, tomadores de empréstimo pessoal junto ao BMC, desde que em perfeitas condições de saúde e não tenham idade inferior a 14 anos nem superior a 80 anos. Não pode participar deste Seguro de Vida Mutuário cuja soma da idade com o prazo de duração do financiamento exceda 84 anos.

O Contrato de Mútuo deve ter prazo máximo de 36 meses.

A apólice pode ser automaticamente renovada por igual período (1 ano) caso não haja manifestação expressa em contrário do BMC ou da Bradesco Vida e Previdência S.A..

O capital segurado individual corresponderá ao valor do Contrato de Mútuo, limitado ao máximo de R\$20.000,00. Cada Mutuário poderá celebrar mais de um Contrato de Mútuo com o BMC, sendo certo que a cobertura total garantida não ultrapassará o valor máximo de R\$20.000,00.

O pagamento do prêmio deve ser realizado mensalmente, com vencimento da fatura todo o dia 30 do mês seguinte ao de cobertura do risco.

O beneficiário do presente Seguro de Vida é o BMC, até o valor do saldo do(s) Contrato(s) de Mútuo em vigor, observado o limite máximo de R\$20.000,00. Caso o valor segurado supere o saldo devido ao BMC, serão beneficiários do valor excedente aqueles expressa e previamente indicados pelos Mutuários ou, em caso de ausência de indicação expressa, os herdeiros legais.

O pagamento da indenização pelo sinistro será realizado por meio de crédito feito a favor do BMC, no prazo de 30 dias, contados da entrega de toda a documentação e de todas as informações necessárias. No caso de solicitação de documentos ou informações complementares, o prazo para pagamento será suspenso e voltará a correr a partir do recebimento, pela seguradora, dos documentos adicionais.

Constituem obrigações do BMC, entre outras: (i) fornecer à seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente estabelecidas por aquela, incluindo dados cadastrais; (ii) pagar os prêmios à seguradora, nos prazos previamente acordados; (iii) comunicar, de imediato, à seguradora, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, referente ao grupo segurado, assim que deles tiver conhecimento; (iv) das ciência aos Mutuários dos procedimentos e prazos para liquidação dos sinistros; e (v)

comunicar à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP quaisquer informações solicitadas dentro do prazo por ela estabelecido, bem como quaisquer procedimentos que considerar irregulares relativos ao presente Seguro de Vida.

Assurant Seguradora S.A.

Contrato de Seguro Prestamista

O “Contrato de Seguro Prestamista” foi firmado pela Assurant, BMC e Janopi Corretora e Administradora de Seguros Ltda., em 1º de julho de 2006.

O instrumento acima referido tem como objeto a contratação de seguro, a ser oferecido aos Mutuários INSS.

Os Mutuários INSS devem ter entre 18 e 80 anos.

O presente Seguro cobre morte natural ou acidental, sendo que há o pagamento do saldo devedor até o limite de R\$10.000,00.

A carência, no caso de morte natural, é de 30 dias e não há carência no caso de morte acidental.

O beneficiário do presente seguro de vida é o BMC, pelo valor do saldo devedor do Mutuário INSS segurado na data do pagamento da indenização.

A vigência do presente instrumento é de 36 meses, podendo ser renovado por períodos sucessivos de 1 ano.

Pelo “Contrato de Seguro Prestamista”, o BMC deverá, entre outras obrigações: (i) fornecer informações dos Mutuários INSS à Assurant, em formato, conteúdo e lay out previamente estabelecidos, até o 10º dia do mês seguinte ao da competência em arquivo magnético, contendo informações que indiquem o número de adesões de novos Mutuários INSS, na qualidade de segurados, bem como os dados cadastrais destes, para fins de inclusão na base de dados da Assurant; (ii) repassar à Assurant os prêmios recolhidos até o 10º dia útil posterior ao mês da arrecadação; (iii) em caso de morte, apresentar arquivo eletrônico da DATAPREV contendo os dados dos empréstimos sinistrados e atestado de óbito do Mutuário INSS; e (iv) manter a Assurant informada a respeito dos dados cadastrais dos segurados, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam, no futuro, resultar em sinistro, de acordo com o definido contratualmente.

Estão excluídos das coberturas deste Seguro os eventos decorrentes de:

- a) uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;
- b) atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de rebelião, de revolução, agitação, motim, invasão, hostilidades, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações de ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar ou atos de humanidade em auxílio de outrem;
- c) atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante legal, de um ou de outro;
- d) doenças e/ou condições preexistentes à contratação do seguro não declaradas na proposta de adesão, que contribua direta ou indiretamente na caracterização de um evento previsto no seguro;

- e) direta ou indiretamente de quaisquer alterações mentais conseqüentes do uso de álcool, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;
- f) furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;
- g) qualquer tipo de hérnia e suas conseqüências, mesmo quando provocada por acidente;
- h) parto ou aborto e suas conseqüências, mesmo quando provocado por acidente;
- i) perturbações e intoxicações de qualquer espécie, independente da forma de contato;
- j) suicídio ou tentativa de suicídio nos 2 primeiros anos de vigência individual do seguro, ou da sua recondução depois de suspenso;
- k) choque anafilático e suas conseqüências;
- l) epidemias, envenenamento de caráter coletivo ou qualquer outra causa física que atinja maciçamente a população;
- m) participação do segurado em combates ou qualquer força armada de qualquer país ou organismo internacional, exceto na prestação de serviço militar ou atos de humanidade em auxílio de outrem;
- n) lesão intencionalmente auto-infligida ou qualquer outro tipo de atentado deste gênero; e
- o) atos terroristas.

A rescisão do “Contrato de Seguro Prestamista”, por qualquer motivo, não cancelará, afetará ou prejudicará direitos, obrigações ou outras responsabilidades das partes que possam advir antes do respectivo encerramento ou que, nos termos deste instrumento, continuarem após o encerramento.

Todas as informações obtidas por qualquer das partes em função do presente instrumento são consideradas confidenciais.

Nenhuma das partes contratantes pode transferir, vender ou ceder o objeto do “Contrato de Seguro Prestamista” sem prévio e expresso consentimento da outra.

Qualquer disputa ou controvérsia decorrente ou relacionada a este contrato será resolvida através de arbitragem.

Apólice nº 01.01.0977.000084

Em 17 de agosto de 2006, a Assurant emitiu, em favor do BMC, apólice de seguro de vida, com vigência de 30 de junho de 2006 até data indeterminada, com renovação automática.

A apólice possui cobertura por morte por qualquer causa, com limite de 82 anos e 11 meses para ingresso na apólice, em montante equivalente ao saldo devedor do Contrato de Mútuo INSS, observados os seguintes limites:

- Mutuário INSS com idade até 75 anos e 11 meses, limite de R\$15.000,00; e
- Mutuário INSS com idade acima de 75 anos e 11 anos, limite de R\$10.000,00.

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 93.10904

A apólice de seguro de vida foi emitida pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 14 de dezembro de 2004, com início de vigência em 14 de dezembro de 2004 e término em 13 de dezembro de 2005.

Os segurados são os Mutuários, tomadores de empréstimo pessoal junto ao BMC, os quais deverão ter, no mínimo 14 anos e, no máximo, idade inicial, somada ao prazo do Contrato de Mútuo, de 88 anos.

Os Contratos de Mútuo deverão ter prazo de 6 a 48 meses.

A renovação da apólice está condicionada a recálculo técnico e atuarial que será realizado ao término de cada período de vigência, com 60 dias de antecedência. A apólice será renovada automaticamente caso a seguradora ou o BMC comuniquem seu desinteresse com 30 dias de antecedência do término do prazo de vigência.

O beneficiário do presente seguro de vida é o BMC e a cobertura do seguro cobre o risco de morte por qualquer causa e garante a indenização de 100% do saldo devedor dos Contratos de Mútuo, observado o seguinte limite de capital máximo individual:

<b>Faixa Etária</b>	<b>Limite Máximo</b>
Até 70 anos	R\$30.000,00
De 71 a 88 anos	R\$10.000,00

Os segurados podem participar de mais de um financiamento, sendo que o limite máximo de cobertura (soma dos empréstimos) não pode ultrapassar os limites de idade acima estabelecidos.

Estão expressamente excluídos da cobertura do presente Seguro os eventos ocorridos em consequência de:

- a) uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;
- b) atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação, terrorismo ou outras perturbações da ordem pública e deles decorrentes;
- c) doenças preexistentes à contratação do seguro, de conhecimento prévio dos segurados, e não declaradas no cartão-proposta, quando este é exigido;
- d) suicídio, ou a(s) seqüela(s) de sua tentativa, quando cometido pelo Segurado nos dois primeiros anos de vigência individual do seguro, ou do aumento espontâneo e individual de seu capital segurado;
- e) danos morais;
- f) omissão do segurado quanto à prática de esportes violentos; e
- g) para portadores de deficiência física: lesões e/ou doenças relacionadas a quaisquer manifestações clínicas preexistentes, devidamente evidentes como direta e/ou indiretamente relacionadas à causa da deficiência física e/ou às suas repercussões, assim como, as condições clínicas advindas de qualquer complicação, em qualquer tempo, inclusas as decorrentes e as relacionadas aos tratamentos instituídos e ainda, as lesões e disfunções de qualquer natureza e expressão e suas respectivas consequências, também em qualquer tempo, que tenham sido induzidas, precipitadas e/ou facilitadas pela deficiência física do segurado e/ou por quaisquer de suas interdependências patológicas e/ou disfuncionais, mesmo que temporárias, preexistentes.

O pagamento do prêmio deve ser realizado mensalmente, com vencimento da fatura todo o dia 20 do mês seguinte ao de cobertura do risco.

Constituem obrigações do BMC, entre outras: (i) fornecer à seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente estabelecidas por aquela, incluindo dados cadastrais; (ii) manter a seguradora informada a respeito de inclusões e exclusões de Mutuários, bem como as alterações dos

segurados, seus dados cadastrais, alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos de expectativa de sinistro, atualizando tais informações constantemente; (iii) fornecer ao Mutuário, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao presente Seguro de Vida; (iv) efetuar o pagamento dos prêmios nos prazos estipulados contratualmente; (v) repassar aos segurados todas as comunicações ou avisos inerentes à presente apólice; (vi) comunicar, de imediato, à seguradora, tão logo tome conhecimento, a ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro; (vii) dar conhecimento, aos Mutuários, dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação dos sinistros; (viii) comunicar de imediato à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP quaisquer procedimentos que considerar irregulares, quanto ao seguro contratado; e (ix) fornecer à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela especificado.

## PROCEDIMENTOS E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS MUTUÁRIOS E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

*O resumo dos procedimentos e da política de concessão de crédito aos Mutuários e dos procedimentos de cobrança abaixo apresentados destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pelo BMC. É importante ressaltar que o BMC continuará a realizar as rotinas abaixo descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.*

### Concessão de Crédito

No curso do Programa de Securitização, as rotinas de análise e aprovação de crédito serão de responsabilidade do BMC. O manual contendo todas as políticas e rotinas de concessão de crédito, abaixo resumidas, encontra-se em anexo ao Regulamento.

#### 1. Documentação exigida

- Documento original de identificação (Cédula de Identidade, Identidade de Órgãos de Classe, Carteira Nacional de Habilitação atual ou CTPS);
- Via original do CPF;
- Original do Extrato de Pagamentos e Demonstrativo de Benefício emitido pela *internet*;
- Cartão de Benefício, nos seguintes casos: (i) crédito em conta, para operações acima de R\$3.000,00; e (ii) Ordem de Pagamento, para operações acima de R\$1.500,00.

O correspondente deverá juntar cópia de todos os documentos acima aos demais documentos da operação, inclusive do Cartão de Benefício.

#### 2. Formulários

Proposta para Emissão de Cartão Créd Mais INSS: emitida em 03 (três) vias, sendo a 1ª preenchida, a 2ª e 3ª vias em branco, todas devidamente assinadas e destinadas ao Banco BMC. Caso cliente solicite, a 3ª deverá ser preenchida e entregue ao mesmo no ato da contratação.

#### 3. Normas para a concessão do crédito

##### 3.1. Limites de Crédito

Limite de Empréstimo	Idade limite
Até R\$ 30.000,00	Até 75 anos
Até R\$ 20.000,00	De 76 a 80 anos
Até R\$ 3.000,00	De 81 a 85 anos
* Até R\$ 3.000,00	De 86 a 90 anos
* Sem Pagamento de Comissão	

- Limite mínimo crédito em Conta: R\$200,00
- Limite mínimo Ordem de Pagamento: R\$300,00

### 3.2. Impedimentos para a concessão do crédito

Situações não aceitas:

- Contratos inferiores a R\$ 200,00;
- Parcelas mensais inferiores a R\$10,00 (se for o caso, reduzir o prazo do contrato);
- Não possuir CPF e Identidade, ou CPF cancelado na Receita Federal;
- Idade incompatível com o valor da operação, conforme item 3.1 acima;
- Empréstimo para terceiros;
- Empréstimo para Aposentados/Pensionistas sem telefone para contato (seja residencial, comercial, celular ou para recado);
- Idade mínima de 18 anos; e
- Empréstimos mediante procuração.

### 3.3. Poderão obter empréstimos

Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão (RGPS) do INSS:

- Aposentados.
- Pensionistas por morte.
- Analfabeto: caso o beneficiário seja analfabeto ou não assinar mais, deverá ele colocar suas digitais em substituição as assinaturas. Na carteira de identidade deve constar a expressão “NÃO ASSINA” no campo assinatura. Além disso, será necessária a assinatura de duas testemunhas junto da impressão digital e a sua identidade.
- Silvícolas: além dos documentos normalmente exigidos, é necessária a assinatura de um funcionário da FUNAI aposta ao lado da assinatura do indígena no contrato, anexando-se cópia da carteira funcional daquele funcionário da FUNAI ao processo.

### 3.3. Comprovações

- Identidade (conferir sempre a assinatura do contrato com o documento de identidade apresentado).
- Extrato de Pagamento de Benefícios (*internet*) pelo menos dos últimos meses, bem como detalhamento de crédito que será utilizado no cálculo da margem consignável: acessar o *site* do Ministério da Previdência Social através do endereço: [www.mps.gov.br](http://www.mps.gov.br).

### 3.4. Cálculo da margem

<b>Mensalidade reajustada</b>	( - )	Complemento Positivo - CP;
	( - )	Pagamento Alternativo de Benefício - PAB;
	( - )	Décimo Terceiro Salário;
	( - )	Pagamento de Benefícios além do devido;
	( - )	Imposto de Renda;
	( - )	Pensão Alimentícia Judicial;
	( - )	Mensalidade de Associações e similares;
	( = )	<b>VALOR DISPONÍVEL DO BENEFÍCIO</b>
	( x )	<b>20%</b>
	( = )	<b>MARGEM CONSIGNÁVEL</b>
	( x )	<b>99%</b>
	( - )	Outras consignações bancárias;
	( = )	<b>PRESTAÇÃO MÁXIMA</b>

### 3.5. Averbação

Tipo de averbação: *On-line* – As averbações ocorrerão diariamente na DATAPREV, que retornará com a autorização da operação. Após esta autorização, a operação poderá ser liberada.

<b>Cronograma</b>		
<b>Digitação da operação</b>	<b>Averbado na folha</b>	<b>Vencimento da 1ª parcela</b>
Até o dia 4 de M + 0	Em M+0	Dia 07 de M + 1
A partir do dia 5 de M + 0	Em M+1	Dia 07 de M + 2

### 3.6. Liberação do crédito

#### Aposentados/pensionistas titulares de conta corrente:

Informar no campo respectivo do contrato Banco/Agência/Conta para crédito dos recursos. Informar tais dados nos campos respectivos do sistema NetCerto. A conta deverá ser de livre movimentação.

#### Aposentados/pensionistas sem conta corrente:

Poderá ser pago através de ordem de pagamento (Banco Bradesco S.A. ou Banco Itaú S.A.). Alguns cuidados devem ser tomados para a utilização deste recurso:

### 3.7. Envio dos Contratos Físicos

Banco BMC implementou o serviço dos Correios "PAC - Postagem Automática de Correspondências". Dessa forma, os correspondentes não têm custos para envio dos contratos e outros documentos ao Banco.



### 3.8. Digitação de contratos

Os Contratos de Mútuo são digitados no Sistema NetCerto. As operações digitadas até às 15:00h são enviadas à Dataprev para averbação no mesmo dia.

#### Contratos acima de R\$5.000:

Para os contratos acima de R\$ 5.000, o correspondente deverá enviar os documentos abaixo via fax (11) 5503-7655, confirmando a recepção do mesmo no telefone (11) 5503-7898 / 7899.

Documentos a serem enviados:

- Cópia do Contrato;
- Cópia do RG; e
- Cópia do CPF.

### 3.9. Acompanhamento da proposta

As propostas cujas condições mínimas não foram atendidas serão pontualmente reportadas ao contato da promotora. Seguem os canais de contato com o BMC:

Canais BMC	Nome	Telefone 1
DOC/TED Devolvido	<a href="mailto:amortizacaoconvenios@bmc.com.br">amortizacaoconvenios@bmc.com.br</a>	5503-7702
Liberação de Contrato	Mesa de Enquadramento	5503-7898/99
Cancelamento de Contratos	Call Center	2125-3042
Pagamento de Comissões	Jocimeire	5503-7623

Para acompanhamento das propostas digitadas, deve-se entrar em cada uma delas na fila de propostas. Compreenda os possíveis status de acordo com o sistema NetCerto.

Cód.	Status	Descrição
1	Em Análise	Proposta em Análise do Banco
2	Aprovada	Proposta Aprovada pelo Banco
3	Fora Alçada	Proposta a Ser Analisada por Alçada Superior no Banco
4	Re-Análise	Proposta Re-encaminhada para Análise do Banco
5	Pendente	Proposta com Pendência Apontada pelo Banco
6	Recusada	Proposta Recusada pelo Banco
7	Recusada por Restrição	Proposta Recusada pelo Banco por Restrição
8	Cancelada	Proposta Cancelada pelo Banco
9	Aguardando Averbação	Proposta na Dataprev Aguardando Averbação
10	Averbado Dataprev	Averbação realizada pela Dataprev
11	Liberada para Pagamento	Proposta Paga via TED, DOC ou OP
12	Recusado Dataprev	Solicitação de Averbação Recusada pela Dataprev
13	Alteração Aceita Dataprev	Solicitação de Alteração Aceita pela Dataprev
14	Excluir Dataprev	Solicitada Exclusão pelo Banco
15	Cancelada Dataprev	Solicitação de Exclusão Aceita pela Dataprev

Lembramos que as propostas podem retornar da Dataprev com aviso de margem excedida, mesmo com os cálculos efetuados exatamente como determina as normas em vigor. O motivo para tal retorno é que o detalhamento de crédito do benefício é atualizado somente uma vez por mês, e o cliente pode já ter efetuado algum empréstimo ainda não computado no mesmo.

#### Reapresentação de DOC/TED/Ordem de Pagamento devolvidos

No sistema da Netcerto há ferramenta de gestão de DOC/TED/Ordem de Pagamento devolvidas nas operações INSS. Com esta ferramenta, o próprio correspondente poderá:

- Reenviar Ordem de pagamento devolvida (Itaú ou Bradesco) para outra agência Bradesco ou Itaú; ou ainda para crédito em conta (conta corrente ou poupança);
- Corrigir banco/agência/conta de DOC/TED devolvidos ou mesmo transformá-los em Ordem de Pagamento (Bradesco e Itaú).
- Cancelar Contratos.

#### Reapresentação ou cancelamento OP- Bradesco antes da devolução do recurso.

Para tanto, caberá ao correspondente enviar mensagem, conforme modelo abaixo, para o endereço [amortizacaoconvenios@bmc.com.br](mailto:amortizacaoconvenios@bmc.com.br):

Reapresentação:

"Assunto do e-mail: Reapresentação OP Bradesco (sem financeiro)

Solicitamos a reapresentação da seguinte OP Bradesco:

Cliente: MARIA DA SILVA

CPF: 999.999.999-99

Nº do contrato (obtido via NetCerto): 999999999

Nova destinação: Agência Bradesco 9999-9 ou OP Itaú ou Banco/Agência/Conta corrente ou poupança para crédito

Assumimos a responsabilidade por eventual pagamento em duplicidade. Neste caso, autorizamos, desde já, o débito do valor do contrato e comissão respectiva nas comissões devidas a este Correspondente.

Atenciosamente,

Nome

Correspondente"

Cancelamento:

"Assunto do e-mail: Cancelamento OP Bradesco (sem financeiro)

Solicitamos o cancelamento da seguinte OP Bradesco:

Cliente: MARIA DA SILVA

CPF: 999.999.999-99

Nº do contrato (obtido via NetCerto): 999999999

### **Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes**

O Agente Cobrador é o responsável pela implementação de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial dos Contratos de Mútuo Inadimplentes, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratado pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

No caso de cessação do recebimento, pelo Mutuário, dos benefícios devidos pelo INSS por qualquer motivo, serão enviadas, via DATAPREV, em 30, 60, 90 e 120 dias após o vencimento do respectivo Direito Creditórios, solicitações de confirmação do óbito para o “Serviço de Identificação de Óbito”.

Confirmando o óbito, o processo e os documentos necessários são encaminhados à respectiva companhia devedora do Seguro de Vida, a fim de que os Direitos Creditórios devidos ao Fundo sejam reembolsados.

Caso não se confirme o óbito e o motivo do atraso seja outro, o Mutuário é contatado para renegociação, junto ao BMC, dos valores devidos.

São realizados 3 tentativas de cobrança em 30, 60 e 90 dias após o vencimento. Após 90 dias, se tais tentativas restarem infrutíferas, é enviado um carnê de cobrança ao Mutuário.

O pagamento do carnê deve ser efetuado no banco em até 30 dias. Na hipótese de tal não ocorrer, após 10 dias de atraso, o caso é encaminhado à assessoria de cobrança do BMC. No 15º dia do inadimplemento, será enviada correspondência de cobrança ao Mutuário inadimplente. A cobrança será intensificada entre o 20º e 45º dia da data de vencimento do carnê. Finalmente, após o 45º dia, será processada a negativação junto à SERASA.

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

*O resumo da estrutura do Programa de Securitização abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Programa de Securitização, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.*

### **Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura**

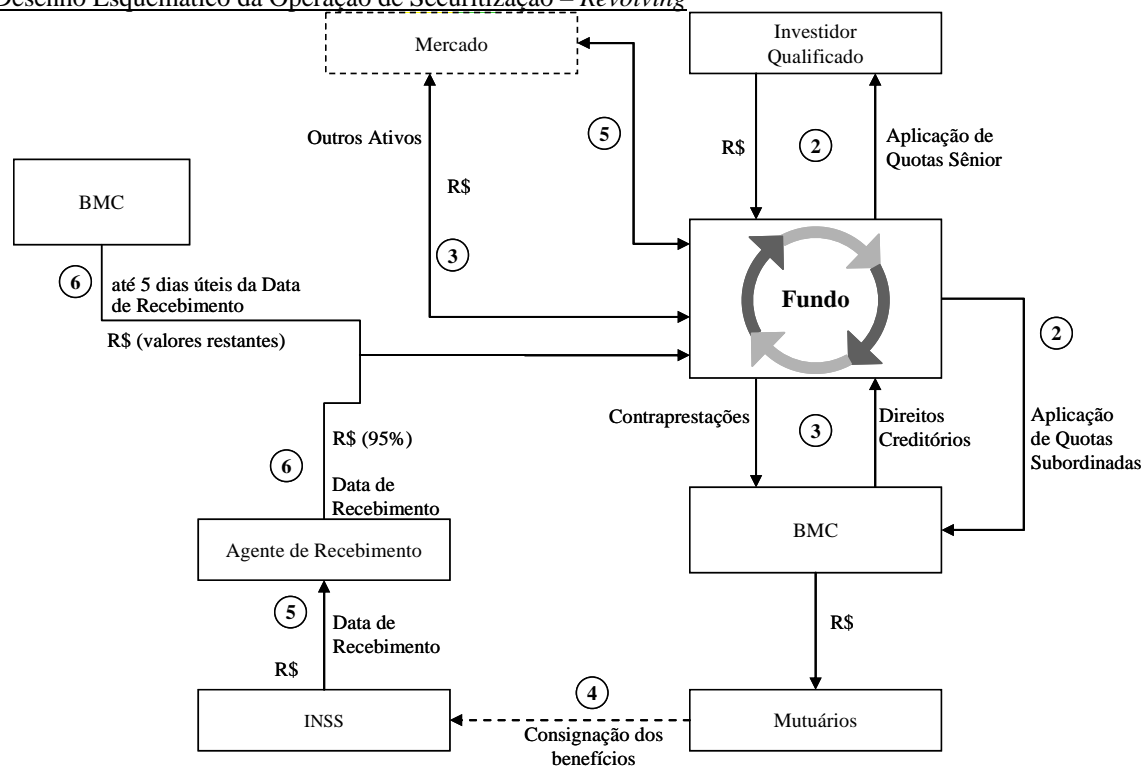
O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observados os termos e as condições do Regulamento, a valorização de suas Quotas mediante a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Os procedimentos para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão. *Vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização – Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão” deste Prospecto.*

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios do BMC utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

A política interna do BMC é atuar no sentido de oferecer, para cessão ao Fundo, Direitos Creditórios devidos por Mutuários, cujo pagamento é realizado por meio de desconto (consignação) dos valores devidos pelo INSS, nos termos do Convênio, em valor entre 50% e 100% do total de sua carteira. Com exceção do Fundo, o BMC atualmente não é cedente de Direitos Creditórios, com as mesmas características dos adquiridos pelo Fundo, para outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. *Para maiores informações acerca dos outros fundos de investimento em direitos creditórios para os quais o BGN cede recebíveis, vide Seção “Banco Finasa BMC S.A. – Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo BMC a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”.*

## Desenho Esquemático do Programa de Securitização

### Desenho Esquemático da Operação de Securitização – *Revolving*



Fluxo 3: Fluxo da Operação – “*Revolving*”.

1. O BMC concede empréstimos aos Mutuários, nos termos dos Contratos de Mútuo.
2. O BMC subscrive Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Posteriormente, o Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
4. O INSS realiza as consignações dos benefícios dos respectivos Mutuários.
5. As verbas decorrentes da consignação são diretamente repassadas, na Data de Recebimento, ao Agente de Recebimento pelo INSS, para posterior transferência ao Fundo, por meio de depósito único das respectivas verbas na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento, mantida perante o Bacen.
6. Após a realização dos procedimentos definidos no Convênio de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) no mesmo dia útil, para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação dos demais valores de titularidade do Fundo, o BMC será responsável pela conciliação e transferência dos mesmos ao Fundo, em até 5 dias úteis, na qualidade de fiel depositário de tais recursos, observado o disposto no Contrato de Cessão.

O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que: (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, aos índices e parâmetros definidos no Regulamento, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Regulamento; e (iii) a respectiva Distribuição tenha sido aprovada pela CVM, nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

O BMC não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Amortização Antecipada e, conseqüentemente, à amortização antecipada das Quotas.

#### **Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão**

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do BMC, observados os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) em contrapartida à emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, observados os prazos para regularização definidos no Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.

Uma vez celebrados os Contratos de Mútuo e, assim, constituídos os Direitos Creditórios, o BMC poderá ofertá-los ao Fundo.

O BMC colocará à disposição do Custodiante, por conta e ordem do Fundo, por meio eletrônico, até às 11 horas, o Layout contendo as características dos Direitos Creditórios que o mesmo está disposto a ceder ao Fundo. O envio do Layout ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo BMC ao Fundo.

Após o recebimento do Layout e verificação de quais Direitos Creditórios ali identificados atendem aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante colocará à disposição do BMC, por meio eletrônico, até às 14 horas, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis, individualmente identificados, no mínimo, pelas Informações dos Direitos Creditórios, e o respectivo Preço de Aquisição. O somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do(s) Layout(s) enviado(s) em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre do Contrato de Mútuo em que o último Direito Creditório vencendo seja mais próximo à respectiva Data de Oferta.

Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o BMC enviará à Administradora e ao Custodiante, por meio de fac-símile, 1 via do Termo de Cessão, devidamente assinada por Pessoa(s) Autorizada(s) do BMC, até às 15 horas do dia útil imediatamente subsequente à data de recebimento do relatório preparado pelo Custodiante nos termos acima descritos.

A Administradora deverá enviar ao BMC e ao Custodiante, via fac-símile, 1 cópia de cada Termo de Cessão, devidamente assinada por suas Pessoas Autorizadas, até o dia útil subsequente à respectiva Data de Aquisição.

O BMC obriga-se a entregar à Administradora 4 vias originais do Termo de Cessão, até o 6º dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas por suas Pessoas Autorizadas.

Nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será processada pela Administradora enquanto o BMC encontrar-se inadimplente no cumprimento das obrigações acima referidas.

A cessão de Direitos Creditórios do BMC ao Fundo será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pelo Custodiante do Termo de Cessão, por meio de fac-símile, 1 via do Termo de Cessão, devidamente assinada por Pessoa(s) Autorizada(s) do BMC, e do pagamento do Preço de Aquisição ao BMC, sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Inadimplemento Contratual anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada na forma aqui descrita transfere ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do BMC, de suas Pessoas controladoras, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, a plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

A cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo implica, também, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, na cessão, ao Fundo, total ou parcial, conforme o caso, dos direitos creditórios de titularidade do BMC, na qualidade de 1º beneficiário dos Seguros de Vida, vinculados aos Direitos Creditórios cedidos. Em razão da cessão de direitos ora referida, a totalidade dos valores pagos pela respectiva companhia seguradora, na hipótese de ocorrência de sinistro coberto pelo Seguro de Vida, serão rateados entre o Fundo e, caso o BMC seja, ainda, titular de Direitos Creditórios vinculados ao respectivo Contrato de Mútuo, o BMC. O rateio dos referidos recursos será processado pelo BMC quando do repasse dos valores repassados pelas companhias seguradoras, na mesma proporção dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e do BMC, vencidos e/ou a vencer, vinculados ao respectivo Contrato de Mútuo.

Os Direitos Creditórios constantes do(s) Layout(s), que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de

verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento.

O BMC, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários e/ou, em caráter solidário ou subsidiário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos Contratos de Mútuo e dos Seguros de Vida, sendo apenas responsáveis civil e criminalmente pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo e dos Seguros de Vida a estes vinculados, bem como por eventuais oposições dos Mutuários contra o BMC apresentadas ao Fundo, à Administradora ou ao Custodiante.

### **Critérios de Elegibilidade**

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, individualmente e por meio de arquivos eletrônicos, aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

Observado o disposto no Contrato de Cessão, o BMC somente poderá ofertar ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às declarações constantes do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando a, Direitos Creditórios relacionados a Contratos de Mútuo cujo risco de morte do Mutuário esteja coberto pelo Seguro de Vida e Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo que já tiveram, no mínimo, 1 de suas parcelas pagas pelo respectivo Mutuário. A verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, ao disposto neste item será de única e exclusiva responsabilidade do BMC.

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo BMC ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) os Direitos Creditórios não têm data de vencimento posterior ao vencimento da Série de Quota Sênior com data de vencimento mais longa;
- b) o valor nominal dos Direitos Creditórios não é superior a R\$1.000,00;
- c) o respectivo Mutuário não é devedor de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em valor superior a R\$20.000,00;
- d) o respectivo Mutuário não se encontra em atraso no pagamento de qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo; e
- e) a idade do Mutuário, na Data de Aquisição, não é superior a 79 anos, inclusive.

Conforme os termos da alínea “c” acima, é vedada a aquisição de Direitos Creditórios com o valor nominal superior a R\$1.000,00, bem como de Direitos Creditórios cujo respectivo Mutuário seja devedor de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo no valor acima de R\$20.000,00. Por este motivo, nenhum Mutuário, devedor Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, é responsável pelo pagamento de mais de 1% do Patrimônio Líquido do Fundo.

### **Verificação dos Critérios de Elegibilidade**

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo



dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será definitiva. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o BMC, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

### **Inexistência de Coobrigação**

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do BMC ou de qualquer outra Pessoa. O BMC, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários e/ou, em caráter solidário ou subsidiário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos dos respectivos Contratos de Mútuo e dos Seguros de Vida, sendo apenas responsáveis pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo e dos Seguros de Vida a estes vinculados.

### **Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis**

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao BMC, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão, Preço de Aquisição, apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[ (1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]},$$

onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VDC = valor nominal de cada Direito Creditório.

TD = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, conforme definida no Regulamento.

N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Quando do cálculo do Preço de Aquisição, a Taxa de Desconto deverá necessariamente obedecer o Excesso de *Spread*, equivalente à diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume, dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o passivo expresso pelo valor relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, ponderados pela Taxa DI e pelo último Fator Multiplicador, que considera o número e as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial, na data de apuração do FM, apurada diariamente pela Administradora, obtida por meio da seguinte expressão:

$$ES = \left[ \frac{TPA_T}{100} - \frac{FM_T \times \left( \frac{TAXADI_T}{100} \right) \times VQSC}{PL_T} \right] \times 100$$

onde:

TPA	taxa ponderada do ativo, calculada diariamente pela Administradora com base nas informações e taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo, obtidas junto ao Custodiante. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo.
FM	FM, apurado na forma do Regulamento.
Taxa DI	valor da Taxa DI para o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do ES. Exemplo: Se Taxa DI = 17,5% então Taxa DI <sub>T</sub> = 17,5.
VQSC	somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez para a data de apuração do FM, obtido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$VQSC = (NQS_a \times VQS_a) + (NQS_b \times VQS_b) + \dots + (NQS_z \times VQS_z)$$

T	dia útil imediatamente anterior à data de apuração do ES.
---	---

Até a data deste Prospecto, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram adquiridos por taxa de desconto equivalente à taxa DI + 3,40% ao ano.

Após o recebimento do Termo de Cessão enviado pelo BMC, via fac-símile, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, na Data de Aquisição, efetuará o pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, exclusivamente por meio de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do BMC ou conta corrente da respectiva Afiliada e/ou lançará o respectivo número de Quotas Subordinadas na conta de depósito de titularidade do BMC.

### Opções de Compra

O BMC poderá adquirir do Fundo, a qualquer tempo, Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo Adimplentes, cujas datas de vencimento ocorram após a última Data de Amortização de qualquer das Séries de Quotas Sênior em Circulação, desde que, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima, à RC e ao ES, não estejam sendo implementados os procedimentos resultantes da ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Amortização Antecipada e a Administradora não se manifeste contrariamente à respectiva aquisição. Caso o BMC exerça a opção de compra aqui referida, o mesmo deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, identificar quais Direitos Creditórios deseja adquirir e indicar o nome e a qualificação do cessionário dos respectivos créditos. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios, para efeito do aqui disposto, será equivalente ao maior valor entre (a) o valor de mercado dos respectivos Direitos Creditórios, se houver, ou (b) 100% de seus respectivos valores contábeis.

Sem prejuízo da opção de compra acima referida, o BMC terá o direito de preferência caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos pelo BMC deverá ser superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

Em caso de liquidação antecipada por qualquer Mutuário dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja decorrente de Pré-Pagamento, seja decorrente de Renegociação ou Refinanciamento, o BMC poderá, a seu exclusivo critério, adquirir, do Fundo, tais Direitos Creditórios pelo seu respectivo valor contábil ou pelo seu valor de mercado, caso houver, dos dois o maior, exceto quando autorizado de forma diversa pelo Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

A cessão dos Direitos Creditórios do Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Apesar de ser facultado ao BMC adquirir Direitos Creditórios nos termos acima descritos, o BMC não se encontra obrigado a exercer tais opções de compra. Caso o BMC não adquira do Fundo Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento, poderão ser desenquadrados os índices e parâmetros do Fundo e, consequentemente, poderá ser ocorrer um Evento de Avaliação.

### **Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos**

Observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, não é obrigado nem facultado ao BMC crescer, remover ou substituir os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Por este motivo, em caso de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento dos Direitos Creditórios, os mesmos não serão obrigatoriamente acrescidos, removidos ou substituídos e, consequentemente, poderão ser desenquadrados os índices e parâmetros do Fundo, bem como poderá ser ocorrer um Evento de Avaliação ou, até mesmo, um Evento de Amortização Antecipada.

Por o Fundo ter sido constituído recentemente e não contar com histórico de atividades, não é possível, na data deste Prospecto, afirmar se os procedimentos mencionados nesta Seção são habituais ou esporádicos.

Caso os procedimentos de recompra, mencionados no parágrafo anterior, sejam esporádicos, ou até mesmo inexistentes, durante o Prazo de Vigência do Fundo, e certo percentual de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo seja objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento, poderão ser desenquadrados os índices e parâmetros do Fundo, inclusive a Razão de Garantia. Se a Razão de Garantia não for reenquadrada pelo BMC, por meio da integralização de Quotas Subordinadas, ou se não tiverem sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento, no prazo de 10 dias úteis, contado da data de envio pela Administradora ao BMC do Aviso de Desenquadramento, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada e o Fundo será liquidado antecipadamente, nos termos do Regulamento.

A simulação abaixo, elaborada com base no histórico da carteira do BMC e considerando taxa de aquisição do FIDC equivalente a 1,25% a.m., o prazo médio dos Contratos de Mútuo de 36 meses e taxa de tal contrato equivalente a 2,50% a.m., apresenta os impactos negativos em 3 cenários distintos que o Fundo poderá estar sujeito, inclusive em sua subordinação mínima, decorrente da ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento.

No cenário I, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$300.000.000,00; (ii) média de 3,1% e 18 % do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, com uma taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., o Fundo não sofreria qualquer desenquadramento na Razão de Garantia (subordinação mínima de 15%) e contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

No cenário II, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$600.000.000,00; (ii) média de 5,0% e 20% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, no que tange à quantidade de

parcelas máxima aplicável ao Contrato de Mútuo ou à taxa de juros permitida, e/ou, ainda, em decorrência de alterações nos fatores macroeconômicos que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, a taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., a subordinação do Fundo passaria a ser de 13% e, em decorrência de tal desenquadramento na Razão de Garantia, o BMC teria que reenquadrar o Fundo para que este evento não resulte em um Evento de Amortização Antecipada e conseqüente liquidação antecipada do Fundo. Todavia, mesmo que o BMC não reenquadre o Fundo, através da integralização de Quotas Subordinadas, e este último seja liquidado antecipadamente, a simulação mostra que o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

Por fim, no cenário III, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido equivalente a R\$1.000.000.000,00; (ii) média de 7,0% e 22% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos ainda maiores nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações mais radicais na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, e/ou, ainda, em decorrência de alterações adversas, ainda mais graves, nos fatores macroeconômicos que modifiquem, em muito, a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo alterações mais drásticas nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, a subordinação do Fundo passaria a ser de 11% e, em decorrência de tal desenquadramento na Razão de Garantia, o BMC teria que reenquadrar o Fundo para que este evento não resulte em um Evento de Amortização Antecipada e conseqüente liquidação antecipada do Fundo. Todavia, mesmo que o BMC não reenquadre o Fundo, através da integralização de Quotas Subordinadas, e este último seja liquidado antecipadamente, a simulação mostra que, neste caso, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, a taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

<b>Cenário</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
Valor do PL FIDC	300 milhões	600 milhões	1 bilhão
Prazo médio do Contrato (carteira cedente)	36 meses	36 meses	36 meses
Taxa do Contrato (am)	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa do Contrato (aa)	35,56%	35,56%	35,56%
Taxa de Aquisição do FIDC(am)	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Aquisição FIDC (aa)	16,06%	16,06%	16,06%
Taxa como % da Taxa DI (12.25)	131,1%	131,1%	131,1%
Nível de Subordinação Inicial	15,00%	15,00%	15,00%
Pré liquidação média por prod. Mensal 3 últimos anos (BMC)	3,1%	5,0%	7,0%
Limite do Índice de Liquidação Antecipada Contr.Mutuo	15,00%	15,00%	15,00%
Razão de Garantia	85,0%	85,0%	85,0%
Razão de Garantia com ILACM acima de 15%	80,0%	80,0%	80,0%
Renegociação média por prod. Mensal 3 últimos anos (BMC)	18%	20%	22%
Nível de Subordinação Ajustado em 12 meses*	15%	13%	11%
Remuneração da Quota Sênior da 1ª Série (107% da Taxa DI) (cdi 12.25%)	13,11%	13,11%	13,11%
Despesas da Operação (custos lançamento mais custos anuais)	1,15%	1,09%	1,07%
Spread Excedente Disponível	2,95%	2,95%	2,95%

\* O nível de subordinação mínima é de 15%, sendo que, observada a possibilidade de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, conforme disposto no Regulamento, se este percentual sofrer qualquer desenquadramento, o BMC poderá integralizar novas Quotas Subordinadas, a fim de reequadrar o Fundo a tal subordinação mínima, monitorada através da Razão de Garantia.

Caso os procedimentos de recompra, pelo BMC, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento, sejam habituais durante o Prazo de Vigência do Fundo, isto não só poderá evitar que ocorra desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, como poderá aumentar a subordinação do Fundo, se o BMC optar por não amortizar as Quotas Subordinadas de sua titularidade nas respectivas Datas de Amortização de Quotas Subordinadas. A simulação abaixo, elaborada com base no histórico da carteira do BMC, apresenta justamente o incremento na subordinação do Fundo, em 3 cenários distintos, em decorrência da recompra, pelo BMC, de 100% dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento.

No cenário I, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$300.000.000,00; (ii) média de 3,1% e 18% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) recompra, pelo BMC, de 100% dos Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, com uma taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., o Fundo não sofreria qualquer desenquadramento na Razão de Garantia (subordinação mínima de 15%) e contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

No cenário II, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$600.000.000,00; (ii) média de 5,0% e 20% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) recompra, pelo BMC, de 100% dos Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, no que tange à quantidade de parcelas máxima aplicável ao Contrato de Mútuo ou à taxa de juros permitida, e/ou, ainda, em decorrência de alterações nos fatores macroeconômicos que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, à taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., a recompra de créditos acima mencionada, pelo BMC, e a opção do BMC em não amortizar Quotas Subordinadas nas respectivas datas de amortização, a subordinação do Fundo aumentaria, passando a ser de 16%, e o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

Por fim, no cenário III, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido equivalente a R\$1.000.000.000,00; (ii) média de 7,0% e 22% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) recompra, pelo BMC, de 100% dos Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos ainda maiores nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações mais radicais na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, e/ou, ainda, em decorrência de alterações adversas, ainda mais graves, nos fatores macroeconômicos que modifiquem, em muito, a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo alterações mais drásticas nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, à taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., a recompra de créditos acima mencionada, pelo BMC, e a opção do BMC em não amortizar Quotas Subordinadas nas respectivas datas de amortização, a subordinação do Fundo aumentaria, passando a ser de 17%, e o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

<b>Cenário</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
Valor do PL FIDC	300 milhões	600 milhões	1 bilhão
Prazo médio do Contrato (carteira cedente)	36 meses	36 meses	36 meses
Taxa do Contrato (am)	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa do Contrato (aa)	35,56%	35,56%	35,56%
Taxa de Aquisição do FIDC(am)	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Aquisição FIDC (aa)	16,06%	16,06%	16,06%
Taxa como % da Taxa DI (12.25)	131,1%	131,1%	131,1%
Nível de Subordinação Inicial	15,00%	15,00%	15,00%
Pré liquidação média por prod. Mensal 3 ultimos anos (cedente)	3,1%	5,0%	7,0%
Limite do Índice de Liquidação Antecipada Contr.Mutuo	15,00%	15,00%	15,00%
Razão de Garantia	85,0%	85,0%	85,0%
Razão de Garantia com ILACM acima de 15 %	80,0%	80,0%	80,0%
Renegociação média por prod. Mensal 3 ultimos anos (cedente)	18%	20%	22%
Nível de Subordinação (*)	15%	16%	17%
Remuneração da Cota Sênior (107% da Taxa DI) (cdi 12.25%)	13,11%	13,11%	13,11%
Despesas da Operação (custos lançamento mais custos anuais)	1,15%	1,09%	1,07%
Spread Excedente Disponível	2,95%	2,95%	2,95%

(\*) Nível de Subordinação considerando-se (i) recompra, pelo BMC, de 100% dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento; e (ii) opção do BMC em não amortizar as Quotas Subordinadas de sua titularidade nas respectivas Datas de Amortização de Quotas Subordinadas.

### **Serviços de Recebimento de Recursos e das Rotinas de Repasse**

Observados os termos e as condições da legislação aplicável, do Convênio e do Convênio de Recebimento, o INSS repassará a totalidade dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento mantida perante o Bacen, no 5º dia útil do mês subsequente da competência do crédito do benefício, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Observado o disposto no Convênio de Recebimento, na Data de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação abaixo mencionada, o BMC será responsável pela transferência ao Fundo dos mesmos, na qualidade de fiel depositário de tais valores, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Observadas as informações passadas pelo BMC ao Custodiante, com cópia para a Administradora, em até 5 dias úteis contados da Data de Recebimento, caberá ao Custodiante proceder à conciliação dos valores transferidos, pelo Agente de Recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo e para a conta corrente de titularidade do BMC, nos termos do acima descritos, de forma a identificar: (i) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram efetivamente liquidados com as referidas verbas; e (ii) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não foram adimplidos. No mesmo dia útil da realização da conciliação de valores aqui descrita, o Custodiante deverá solicitar que o BMC transfira, no mesmo dia, para conta corrente de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS e que foram transferidos para a conta corrente do BMC, antes da efetiva conciliação, equivalentes a até 5% dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, sendo certo que tais valores foram mantidos na posse do BMC, na qualidade de fiel depositário dos mesmos, até que fosse devidamente realizada a conciliação de todos os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na forma deste parágrafo.

Vide Regulamento, Capítulo Seis – “Dos Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e Do Recebimento de Valores”.

### **Procedimentos de Registro**

O Contrato de Cessão e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes da Administradora e do BMC, no prazo de 10 dias úteis contado de sua assinatura.

A a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro, em cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes da Administradora e do BMC, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à disposição do BMC pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as respectivas Informações dos Direitos Creditórios cedidos pelo BMC ao Fundo no respectivo período.

A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem do BMC, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável. Caso seja solicitado, a Administradora deverá encaminhar ao BMC cópia e/ou certidão do respectivo Termo de Cessão Consolidado no prazo de 10 dias úteis, contado de seu registro, correndo por conta do BMC os custos e despesas incorridos com os procedimentos acima referidos.

A Administradora deverá providenciar, no prazo de até 5 dias úteis contado da ocorrência de qualquer Evento de Revisão, Evento de Avaliação, Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Inadimplemento Contratual, o registro, nos termos acima descritos, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à disposição do BMC pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as respectivas Informações dos Direitos Creditórios que não tenham sido objeto dos procedimentos de registro acima referidos. A Administradora poderá firmar o respectivo Termo de Cessão Consolidado, por conta e ordem do BMC, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável.

### **Condições Resolutivas da Cessão**

Será considerada resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Contrato de Mútuo, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao BMC e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) caso o pagamento de 2 Direitos Creditórios, referentes ao mesmo Contrato de Mútuo, seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo Mutuário e/ou pelo INSS por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente;
- b) caso a Administradora e/ou o Custodiante tenha(m) ciência de que o pagamento de 2 Direitos Creditórios, referentes ao mesmo Contrato de Mútuo, tenha sido recusado, em razão de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente;
- c) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo;
- d) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo BMC, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição;
- e) caso o Seguro de Vida seja cancelado pela companhia seguradora e os respectivos Contratos de Mútuo, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, não estejam cobertos, na respectiva data, por Seguro de Vida contratado com outra companhia seguradora, nos termos do Regulamento; ou
- f) na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos previstos no § 4º do art. 4º da Instrução do INSS.

O BMC estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição. Nesse caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal de todos os Direitos Creditórios referentes ao Contrato de Mútuo correspondente, vencidos e não pagos ou vincendos.

### **Eventos de Revisão**

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle do BMC, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão, com exceção da Operação Autorizada;
- b) caso o Convênio seja, por qualquer motivo, modificado, rescindido ou suspenso e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- c) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo BMC no Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- d) existência de evidências de que o BMC tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão;
- e) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- f) existência de indícios de que o BMC, qualquer de suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- g) existência de indícios de que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo BMC ou sacados contra o BMC, suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- h) caso seja ajuizada contra o BMC, suas Pessoas controladoras diretas ou controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
- i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do BMC, de suas Pessoas controladoras ou controladas, cujo valor de referidos bens seja superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;



- j) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do BMC;
- k) caso o BMC deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do CMN;
- l) descumprimento pelo BMC de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Inadimplemento Contratual, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 dias úteis contado do recebimento, pelo BMC, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-o da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, comprometer a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- m) descumprimento, pelo INSS e/ou pela DATAPREV, de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas no Convênio, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 dias úteis contado do envio, pelo BMC à Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da Administradora, afetar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores; ou
- n) não apresentação tempestiva, pelo BMC, dos documentos indicados no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação definidos no Regulamento.

#### **Eventos de Inadimplemento Contratual**

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Inadimplemento Contratual, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do BMC;
- b) protocolo de pedido de falência do BMC ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas ou de sua autofalência; ou
- c) realização de qualquer Negócio Restrito sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, o Fundo adotará os procedimentos definidos no Regulamento aplicáveis aos Eventos de Amortização Antecipada.

#### **Eventos de Avaliação**

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Fundo não tenha segregado qualquer dos montantes mencionados no Regulamento, com a finalidade de realização de Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais, em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 dias contado de cada Data de Verificação;

- b) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- c) inobservância, pelo INSS e/ou pela DATAPREV, de suas respectivas obrigações definidas no Convênio, de caráter não pecuniário, que não sejam devidamente sanadas no prazo de 15 dias úteis, contado do recebimento de comunicação, por escrito, enviada pelo BMC ou pela Administradora, comunicando a ocorrência do respectivo evento;
- d) inobservância, pelo INSS e/ou pela DATAPREV, de suas respectivas obrigações definidas no Convênio, de caráter pecuniário, que não sejam devidamente sanadas no prazo de 5 dias úteis, contado do recebimento de comunicação, por escrito, enviada pelo BMC ou pela Administradora, comunicando a ocorrência do respectivo evento;
- e) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo BMC de seus respectivos deveres e obrigações de caráter não pecuniário previstos no Regulamento, no Convênio de Recebimento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou no Convênio, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 15 dias, contado do recebimento da referida notificação;
- f) inobservância pelo Custodiante ou pelo BMC de seus respectivos deveres e obrigações de caráter pecuniário previstos no Regulamento, no Convênio de Recebimento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão ou no Convênio, conforme o caso, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- g) inobservância pelo Agente de Recebimento dos seus deveres e obrigações previstos no Convênio de Recebimento, desde que, notificado pelo BMC e/ou pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 3 dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- h) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em 2 ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- i) caso a Empresa de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 dias;
- j) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo ao disposto no Regulamento;
- k) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- l) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no Regulamento em 2 Datas de Verificação consecutivas;
- m) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, que tenham a sua consignação permanentemente interrompida em razão de alegação, pelo Mutuário, da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), no período compreendido entre 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 dias contado de cada Data de Verificação, seja equivalente a 10% do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo na ocasião;
- n) caso o IIMM seja igual ou superior a 70 em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Idade Média dos Mutuários;
- o) caso o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pelo Custodiante em 3 Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 10%, 3% ou a 2%, respectivamente;

- p) caso o Convênio seja, por motivo, modificado e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- q) caso o Convênio seja, por qualquer motivo, rescindido, não renovado ou suspenso;
- r) resilição do Contrato de Cessão; ou
- s) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas em Circulação, observado o disposto no Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Regulamento, excluindo a convocação de nova Assembléia Geral. Os titulares das Quotas Sênior, reunidos na Assembléia Geral aqui referida, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.*

#### **Eventos de Amortização Antecipada**

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) resilição do Convênio de Recebimento por qualquer das partes, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- b) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- c) renúncia do Gestor com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- d) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- e) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Sênior, nos termos do Regulamento;
- f) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia de 85% e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Regulamento, no prazo de 10 dias úteis, contado da data de envio pela Administradora ao BMC do Aviso de Desenquadramento;
- g) caso o BMC deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- h) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;

- i) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- j) caso, no curso dos procedimentos previstos no Regulamento, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo administrador para o Fundo;
- k) caso, no curso dos procedimentos previstos no Regulamento, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo gestor para a carteira do Fundo;
- l) caso, no curso dos procedimentos previstos no Regulamento, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo custodiante para o Fundo;
- m) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- n) a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar os Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no Regulamento. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral acima referida, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de todas as Séries de Quotas Sênior do Fundo aqui definidos, em regime de caixa, sendo que o valor mínimo de amortização será equivalente a: (i) R\$50.000,00; ou (ii) o saldo do valor das Quotas Sênior, o que for menor. No curso dos procedimentos de amortização antecipada aqui definidos, as Quotas Sênior deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional, em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen e/ou, ainda, em operações compromissadas tendo por lastro títulos públicos federais.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.*

#### **Razão de Garantia, Alocação de Investimento Mínima, Índice de Idade Média dos Mutuários e Reserva de Caixa**

Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 85%, a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% e o IIMM deverá ser equivalente a, no máximo, 70, todos apurados diariamente pelo Custodiante, observadas as respectivas datas de início de apuração dos índices.

Caso o ILCAM seja superior a 15% em 2 Datas de Verificação consecutivas, a Administradora suspenderá as Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas até que a Razão de Garantia seja equivalente a, no máximo, 80%. Caso o ILCAM volte a ser igual ou inferior a 15% em 2 Datas de Verificação consecutivas, a Razão de Garantia voltará a ser equivalente a, no máximo, 85%.

Através da Razão de Garantia, a proporção do valor das Quotas Sênior em Circulação em relação ao valor do Patrimônio Líquido é diariamente monitorada, a fim de que os Quotistas possam controlar a capacidade do Fundo de cumprimento pontual das amortizações de Quotas Sênior, nos termos e condições previstos no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

O Índice de Idade Média dos Mutuários indica a idade média dos Mutuários devedores dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e, por meio deste índice, o Fundo controla a aquisição de Direitos Creditórios devidos por Mutuários com idade muito avançada.

Já a Alocação de Investimento Mínima é responsável por monitorar o cumprimento, pelo Fundo, da alocação de valores correspondentes a, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento, definidas no Regulamento, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter a Reserva de Caixa, cujo valor diário deverá ser equivalente ao somatório das despesas e dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 dias contado da data de apuração do RC.

A Reserva de Caixa prevê que o Fundo mantenha em ativos líquidos o montante suficiente para pagamento das despesas a serem incorridas pelo Fundo no período de 60 dias contado da data de apuração do RC. Os valores segregados na RC somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento das despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 dias contado da data de apuração do RC.

Caso o valor dos recursos segregados na RC, a Razão de Garantia, a Alocação de Investimento Mínima ou o IIMM não atenda ao disposto no Regulamento e não seja devidamente reenquadrado, de maneira tempestiva, aos parâmetros descritos no Regulamento, ocorrerá um Evento de Avaliação, com o objetivo de os Quotistas poderem avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização.

### **Reenquadramento da Razão de Garantia**

A Administradora deverá enviar ao BMC, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, observado o disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual, se respondido pelo BMC deverá ser enviado à Administradora impreterivelmente até o 2º dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BMC deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional, pelo BMC ou por suas Afiliadas, e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, pelo BMC, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
- b) se não reenquadrará o Fundo à Razão de Garantia.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

Caso o BMC deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, na hipótese da alínea “b” acima e/ou, conforme o caso, não envie o Layout ao Custodiante, nos termos da alínea “a” supra, serão iniciados os procedimentos definidos no Regulamento, relacionado à liquidação antecipada do Fundo.

*Vide Regulamento, Capítulo Dezenove – “Do Reenquadramento da Razão de Garantia e da Alocação de Investimento Mínima”.*

## **Procedimentos de Dação em Pagamento**

Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso, no período de dias equivalente ao prazo do GC, acrescido de 180 dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior, apurado, *pro-forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento.

Para que haja o resgate de Quotas, nos termos acima descritos, e a posterior liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos do Regulamento, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembleia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Nesta hipótese, será atribuída a função de administrador do condomínio civil ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Antes da implementação dos procedimentos de dação acima referidos, o BMC terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O BMC poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o BMC do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão observar o disposto no Regulamento. Na hipótese de o BMC optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos acima referidos.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Um – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.*

## **Negócios Restritos**

O BMC obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, até a amortização e/ou o resgate integral das Quotas Sênior, a não realizar quaisquer dos seguintes negócios restritos: (a) rescindir o Convênio, (b) realizar

qualquer ato ou procedimento que implique no crédito, pelo INSS, das verbas relativas aos Contratos de Mútuo cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo, em contas correntes outras que não aquelas definidas no Convênio de Recebimento, (c) pedir ou autorizar o cancelamento da consignação em pagamento relativa aos Contratos de Mútuo cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, (d) alterar os termos dos Contratos de Mútuo, direta ou indiretamente, sem a expressa autorização prévia, por escrito, da Administradora; e/ou (e) realizar qualquer ato contrário aos termos e condições do Convênio e/ou da legislação vigente que acarrete a suspensão ou rescisão do Convênio por parte do INSS.

### **Ordem de Aplicação dos Recursos**

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição das reservas monetárias previstas no Regulamento, observada a política de investimento descrita no Regulamento;
- c) na constituição da Reserva de Caixa;
- d) na amortização das Quotas Sênior, emitidas para captar recursos necessários à defesa dos titulares das Quotas Sênior, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- e) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Seis – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.*

### **Inclusão de Outro Cedente de Direitos Creditórios**

Após o início das atividades do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de outro cedente indicado pela Administradora, desde que: (i) tal aquisição seja aprovada por titulares de, no mínimo, 75% das Quotas Sênior em Circulação; (ii) seja aditado, bem como registrado, o Regulamento, de forma a ser permitido ao Fundo adquirir tais Direitos Creditórios; (iii) seja celebrado contrato de cessão específico entre o Fundo e o novo cedente; (iv) a aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios de outro cedente não afete a classificação de risco das Séries de Quotas Sênior em Circulação na ocasião; e (v) o novo cedente ceda Direitos Creditórios até, no máximo, o montante equivalente a 20% do Patrimônio Líquido do Fundo.

## AS QUOTAS

*Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.*

O Fundo poderá emitir 1 classe de Quotas Sênior, as quais poderão ser divididas em até 10 Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e manter em Circulação Séries de Quotas Sênior no valor total de até R\$1.500.000.000,00, na 1ª Data de Emissão de cada Série, valor este a ser atualizado anualmente pelo IGP-M, a partir do início das atividades do Fundo. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”. Ademais, o Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, uma classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única.

### Características das Quotas Sênior

Cada Quota Sênior da Série “n” possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$10.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente: (a) ao valor apurado de acordo com a opção de remuneração da Série “n” definida no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”, observado o disposto no Regulamento; ou (b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 10.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}},$$

onde:

$VQS_{nT}$  valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

$PL_T$   $PL_T$  = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se  $PL_T$  menor que zero, então  $PL_T$  igual a zero (0).

onde: Valor Investido =  $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 10.000,00]$



$NQS_{nT}$  número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo  $NQS_{aT}$  o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “n” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do  $VQS_{nT}$ .

$VAI_n$  valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{aT} + NQS_{bT} + \dots + NQS_{zT})}$$

sendo que se  $VAI$  menor ou igual a 0 (zero), então  $VAI = 0$  (zero).

$Rat_{Nt}$  percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})}$$

onde:

$VRE_n$  valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDI_{nT} - R\$10.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$  é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

Observado o acima disposto, cada Série de Quotas Sênior poderá ser remunerada por 1 das 3 opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério de remuneração aplicável a cada Série de Quotas Sênior. As opções de remuneração das Quotas Sênior, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:

- a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{Spread } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left( \frac{\text{Taxa Pr é}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VQSn_T$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
$VQSn_{T-1}$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$10.000,00.
$DI_{T-1}$	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 dia útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$ .

<i>Sobretaxa<sub>n</sub></i>	percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “a” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$ .
<i>Spread<sub>n</sub></i>	<i>spread</i> , na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se <i>spread</i> 3,50% ao ano, então $spread_n = 3,5$ .
<i>Taxa Pré<sub>n</sub></i>	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a <i>Taxa Pré</i> definida no Suplemento for 20% ao ano, então $Taxa Pré_n = 20$ .

Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista no Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Neste caso, a Administradora deverá promover as competentes compensações financeiras na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

*Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Das Quotas” e Capítulo Vinte e Oito – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior”.*

### **Características das Quotas Subordinadas**

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- tem o preço unitário de R\$10.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, apurado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;

- d) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os titulares das Quotas Subordinadas em Circulação terão o direito de votar, no curso da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, as matérias especificadas no Regulamento; e
- e) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas em Circulação terão o direito de votar, nos termos do Regulamento, a substituição da Administradora, do Gestor e do Custodiante, a alteração dos Documentos da Securitização, a alteração da Taxa de Administração e a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo .

*Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Das Quotas”.*

### **Amortização de Quotas**

Sem prejuízo da Reserva de Caixa, constituída nos termos do Regulamento, a partir do 30º dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, o Fundo deverá segregar em sua contabilidade Outros Ativos em valor equivalente a 50% do somatório do valor projetado pela Administradora para a próxima Amortização Programada da Série “n” ou para a Amortização Integral imediatamente subsequente da Série “n”.

Sem prejuízo da Reserva de Caixa, nos termos do Regulamento, a partir do 15º dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, o Fundo deverá segregar em sua contabilidade, Outros Ativos em valor equivalente a 100% do somatório do valor projetado pela Administradora para a próxima Amortização Programada da Série “n” ou para a Amortização Integral imediatamente subsequente da Série “n”.

Até que os valores acima mencionados sejam observados, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios do BMC, sendo que o Fundo deverá realizar cada Amortização Programada ou Amortização Integral apenas nas Datas de Amortização definidas no(s) respectivo(s) Suplemento(s).

Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º dia útil imediatamente anterior à cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento. Neste caso, cada Quotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada de Quotas Subordinadas que ele deseja receber em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados de titularidade do Fundo. A primeira Data de Amortização de Quotas Subordinadas somente poderá ocorrer após a 3ª Data de Verificação.

Na hipótese de Amortização Programada de Quotas Subordinadas por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados de titularidade do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá partir sempre dos Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Mútuo Provisionado cuja data de celebração seja mais distante da respectiva Data de Amortização de Quotas Subordinadas. Neste caso, o valor dos Direitos Creditórios para fins de dação em pagamento ao titular das Quotas Subordinadas será equivalente a R\$0,01.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos acima referidos, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior.

Caso ocorram Refinanciamentos ou Renegociações, conforme a política de cobrança e o BMC não reenquadre o Fundo nos termos do Regulamento, o Fundo poderá não contar com recursos suficientes para constituir as reservas acima mencionadas e, conseqüentemente, deixará de efetuar o pagamento integral das respectivas Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas nas Datas de Amortização constantes do(s) Suplemento(s). Nesta hipótese, nos termos do Regulamento, será declarado um Evento de Avaliação para que os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, avaliem o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Se houver alteração do cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em decorrência de Refinanciamentos ou Renegociações, de modo que os respectivos pagamentos estejam programados para ocorrer após o Prazo de Vigência do Fundo, a Administradora promoverá o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme observado o disposto no Regulamento.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização antecipada ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo Doze – “Da Amortização de Quotas”.*

### **Registro e Negociação das Quotas**

As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

*Vide Regulamento, Capítulo Quatorze – “Do Registro e Da Negociação das Quotas” deste Prospecto.*

## CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 1ª Distribuição o Fundo está ofertando até 100.000 Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$1.000.000.000,00.

Observado o mínimo de 50.000 Quotas Sênior da 1ª Série, as Quotas Sênior da 1ª Série que não sejam subscritas e integralizadas dentro do período de distribuição serão canceladas pela Administradora.

As Quotas Sênior da 1ª Série deverão ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 1ª Série tem preço unitário de R\$10.000,00 na 1ª Data de Emissão desta Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 1ª Série, cada Quota Sênior terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no respectivo Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa}_n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$	valor de cada Quota Sênior da 3ª Série para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
$VQSn_{T-1}$	valor de cada Quota Sênior da 3ª Série para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$10.000,00.
$DI_{T-1}$	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 dia útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$ .
$\text{Sobretaxa}_n$	107% da Taxa DI

ou,

- b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 10.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

$VQSn_T$  valor de cada Quota Sênior da 1ª Série para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

$PL_T$   $PL_T$  = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se  $PL_T$  menor que zero, então  $PL_T$  igual a zero (0).

onde: Valor Investido =  $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 10.000,00]$

$NQSn_T$  número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação na data “T”. Sendo  $NQS_{aT}$  o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do  $VQS_{nT}$ .

$VAI_n$  valor apurado para a 1ª Série de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQSn_T}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se  $VAI$  menor ou igual a 0 (zero), então  $VAI = 0$  (zero).

$Rat_{Nt}$  significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Ratn_T = \frac{VREn_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQSB_T) + \dots + (VREz_T \times NQSZ_T)}$$

onde:

$VREn$  valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da 1ª Série, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREn_T = VQSDIn_T - R\$10.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$  é o valor de cada Quota Sênior da 3ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da 1ª Série.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, todo dia 20 de cada mês, ou no dia útil imediatamente subsequente, após o período de carência, será promovida a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 1ª Série observado critério de atualização definido no respectivo Suplemento, observado o abaixo descrito.

*Amortização  
Programada*

amortização do valor nominal atualizado de cada Quota Sênior da 1ª Série, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Mês (a contar da data da 1ª Data de Emissão)	Amortização Programada
37º	$VQSn_t / 36$
38º	$VQSn_T / 35$
39º	$VQSn_T / 34$
40º	$VQSn_T / 33$
41º	$VQSn_T / 32$
42º	$VQSn_T / 31$
43º	$VQSn_T / 30$
44º	$VQSn_T / 29$
45º	$VQSn_T / 28$
46º	$VQSn_T / 27$
47º	$VQSn_T / 26$
48º	$VQSn_T / 25$
49º	$VQSn_T / 24$
50º	$VQSn_T / 23$
51º	$VQSn_T / 22$
52º	$VQSn_T / 21$
53º	$VQSn_T / 20$
54º	$VQSn_T / 19$
55º	$VQSn_T / 18$
56º	$VQSn_T / 17$
57º	$VQSn_T / 16$
58º	$VQSn_T / 15$
59º	$VQSn_T / 14$
60º	$VQSn_T / 13$
61º	$VQSn_T / 12$
62º	$VQSn_T / 11$
63º	$VQSn_T / 10$
64º	$VQSn_T / 9$
65º	$VQSn_T / 8$
66º	$VQSn_T / 7$
67º	$VQSn_T / 6$
68º	$VQSn_T / 5$
69º	$VQSn_T / 4$
70º	$VQSn_T / 3$
71º	$VQSn_T / 2$
72º	$VQSn_T / 1$

Classificação de Risco Preliminar da  
Moody's América Latina Ltda. para as  
Quotas Sênior da 1ª Série:

“(P) Aaa.br”

Classificação de Risco da Austin Rating  
Serviços Financeiros Ltda. para as Quotas  
Sênior da 1ª Série:

”AAA”



## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e os direitos sobre os Seguros de Vida, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de o INSS honrar suas obrigações com os beneficiários, Mutuários dos Contratos de Mútuo, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento. A responsabilidade do INSS em relação às operações de crédito, contratadas pelo BMC ao amparo do Convênio, restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao BMC ou a seu Agente, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio.

### Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário.
- b) **Amortização condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme abaixo identificado, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o BMC, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.

- c) **Amortização de Quotas na medida da liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e da inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos, (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, e que as verbas recebidas sejam depositadas pelo Agente de Recebimento, nos termos do Convênio de Recebimento, na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o BMC, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Ademais, o Regulamento estabelece condições sob as quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente caso, no período de dias equivalente ao prazo do GC, acrescido de 180 dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas em Circulação. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Mutuários e/ou vinculados aos Seguros de Vida.

- d) **Possibilidade de Resilição, pelo BMC, do Contrato de Cessão.** Observados o disposto no Contrato de Cessão, o BMC poderá rescindir este instrumento a qualquer tempo, passando a não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Este evento poderá resultar na liquidação antecipada das Séries em Circulação e do Fundo, sendo que os titulares das Quotas Sênior de todas as Séries em Circulação poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado, poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.
- e) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pela conta corrente do Agente de Recebimento e por conta corrente do BMC.** Observados os termos e as condições do Convênio, da legislação aplicável, do Contrato de Cessão e do Convênio de Recebimento, o INSS repassará os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários do BMC, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento mantida perante o Bacen, no 5º dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício, via STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do SPB. Observado o disposto no Convênio de Recebimento, na Data de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura

tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação de que trata o Regulamento, o BMC será responsável pela transferência ao Fundo dos mesmos, na qualidade de fiel depositário de tais valores, observado o disposto no Contrato de Cessão. Observadas as instruções passadas pelo BMC ao Custodiante, em até 5 dias úteis contados da Data de Recebimento, caberá ao Custodiante proceder à conciliação dos valores transferidos, pelo Agente de Recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo e para a conta corrente de titularidade do BMC, nos termos acima descritos, de forma a identificar: (i) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram efetivamente liquidados com as referidas verbas; e (ii) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não foram adimplidos. No mesmo dia útil da realização da conciliação de valores aqui descrita, o Custodiante deverá solicitar que o BMC transfira, no mesmo dia, para conta corrente de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS e que foram transferidos para a conta corrente do BMC, antes da efetiva conciliação, equivalentes a até 5% dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, nos termos do Regulamento, sendo certo que tais valores foram mantidos na posse do BMC, na qualidade de fiel depositário dos mesmos, até que fosse devidamente realizada a conciliação de todos os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na forma aqui descrita. O repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, incluindo o inadimplemento das obrigações do Agente de Recebimento, do Custodiante e do BMC previstas no Convênio de Recebimento, atrasar ou deixar de ocorrer. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Agente de Recebimento ou do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- f) **Trânsito dos valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pela Conta Corrente do BMC.** Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores acolhidos pelo BMC, decorrentes da transferência de valores pelo Agente de Recebimento para conta corrente de titularidade do BMC, nos termos do Regulamento, até a conciliação dos valores, decorrentes da liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários ou, ainda, decorrentes da implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Cobrança, deverão ser transferidos pelo BMC para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- g) **Impossibilidade da prestação de serviços de cobrança pelo Agente de Recebimento.** Caso o Agente de Recebimento deixe de atuar como agente de recebimento do Fundo, por qualquer motivo, incluindo a rescisão unilateral do Convênio de Recebimento pela Administradora, a decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Agente de Recebimento, os procedimentos relativos ao repasse dos valores devidos ao Fundo, bem como à cobrança, a ser realizada pelo BMC, dos valores devidos ao Fundo pelos Mutuários e/ou, nos termos do Convênio, pelo INSS, serão negativamente afetados até a efetiva nomeação de instituição substituta. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação de um novo agente de recebimento pelo Fundo.

- h) **Riscos operacionais.** Observados os termos e condições do Convênio, cabe à DATAPREV, entre outras atribuições, processar as consignações de descontos e as exclusões referentes aos Direitos Creditórios de acordo com o arquivo magnético enviado pelo BMC, conforme previsto na alínea “b” do inciso III da Cláusula Terceira do Convênio, não tendo o BMC, após o envio do arquivo magnético supra referido, a Administradora, o Custodiante, o Gestor ou o Distribuidor controle sobre tal procedimento. Conforme acima identificado, cabe ao BMC, entre outras obrigações estipuladas no Convênio, enviar para a DATAPREV, até o 2º dia útil de cada mês, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram a consignação diretamente na renda mensal de seus benefícios previdenciários e providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pela DATAPREV e/ou pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Convênio poderá inviabilizar e/ou atrasar o repasse pelo INSS ao BMC e/ou a seus Agentes dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Considerando-se que cabe ao Agente de Recebimento transferir ao Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento, os valores de sua titularidade recebidos do INSS, a ocorrência de qualquer das hipóteses acima identificadas poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.
- i) **Transferência pelo BMC ao Fundo de valores de sua titularidade, decorrentes da cessão ao Fundo de direitos creditórios e de quaisquer outras prerrogativas permitidas pela legislação aplicável sobre os Seguros de Vida, cujos respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.** A cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo, formalizada na forma do Contrato de Cessão, implica na cessão automática pelo BMC de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade, emergentes da contratação pelos Mutuários dos Seguros de Vida vinculados aos respectivos Direitos Creditórios. Todavia, o Fundo somente fará jus ao recebimento do prêmio dos Seguros de Vida nos casos em que o respectivo Contrato de Mútuo tenha sido firmado há mais de 30 dias da ocorrência sinistro. Ademais, nos termos do Contrato de Cessão, o BMC deverá transferir para a Conta Corrente do Fundo quaisquer valores por ele recebidos, decorrentes do pagamento dos prêmios contratados nos Seguros de Vida, vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, no prazo máximo de até 5 dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos, quando ou após o protocolo de requerimento de autofalência, a decretação de sua falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Contrato de Cessão ou a retenção indevida pelo BMC de recursos de titularidade do Fundo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.
- j) **Risco de liquidação antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo.** Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- k) **Ausência de notificação aos Mutuários.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Mutuários acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, tampouco objeto de notificação prévia contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão do Convênio ou descumprimento pelo INSS de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Mutuários não estarão obrigados a

realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o BMC encontra-se obrigado a notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade ao Fundo (i) caso os procedimentos de consignação de 2 parcelas consecutivas, referentes aos Contratos de Mútuo celebrados com o respectivo Mutuário, sejam suspensos, interrompidos ou cancelados, no prazo de 48 horas contado da verificação de qualquer dos eventos acima referidos, (ii) por solicitação da Administradora, e/ou (iii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada. O descumprimento, pelo BMC, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- l) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- m) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- n) **Descasamentos de taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, o BMC e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.
- o) **Não afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.
- p) **Riscos associados aos Outros Ativos.** O Fundo poderá alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos

Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- q) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** Nos termos do Regulamento, o Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- r) **Emissão de novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas Subordinadas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação, e novas Séries de Quotas Sênior, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de outras Séries em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- s) **Potenciais Conflitos de Interesses.** O BMC, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, inclusive a Administradora, o Agente de Recebimento e o Custodiante. Ademais, o BMC, além de ser cedente dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o mesmo também atua, por conta e ordem do Fundo, como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

## **Fatores Associados aos Direitos Creditórios e ao BMC (Originador)**

- a) **Risco de crédito.** O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários em favor do BMC, é realizado pelo INSS, nos termos do Convênio. O Fundo poderá sofrer perdas, caso o INSS, por qualquer motivo, atrase ou não efetue o pagamento dos benefícios previdenciários devidos aos Mutuários, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa. O INSS e/ou a DATAPREV não se responsabilizam solidária e/ou subsidiariamente pelas operações contratadas com os Mutuários ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS e/ou da consignação, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio. O Agente de Recebimento, na qualidade de agente cobrador do Fundo, deverá transferir os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento. O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, poderá ser interrompido e/ou reduzido, entre outros eventos, quando (i) da alegação, pelo Mutuário, da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), conforme disposto na alínea “b”, do inciso I da Cláusula Terceira do Convênio, (ii) caso o Mutuário venha a falecer e/ou (iii) na hipótese de existência de ordem judicial que determine a retenção de parte dos proventos do Mutuário para o atendimento de pagamento de outras obrigações cujo pagamento tenha preferência em face das obrigações decorrentes da contratação de operações de financiamento (i.e., pagamento de alimentos decorrentes de sentença judicial). Nessas hipóteses, a capacidade de re-pagamento do financiamento contratado dependerá exclusivamente da solvência do Mutuário, de seu espólio ou das companhias devedoras dos Seguros de Vida, conforme o caso. Enquanto o INSS não reinicie os procedimentos de pagamentos dos benefícios previdenciários aos Mutuários, a capacidade do Mutuário para saldar suas obrigações assumidas nos Contratos de Mútuo, especialmente em razão de sua condição sócio econômica, poderá ser comprometida e, assim, afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido.
- b) **Alteração da Legislação Atualmente Vigente, Aplicável à Concessão de Empréstimos com Consignação dos Valores Devidos pelo INSS.** A legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável à concessão de empréstimos com consignação dos Direitos Creditórios pelo INSS, poderá ser alterada pelas autoridades competentes, resultando, com isso, na possibilidade de celebração de contratos de empréstimo com condições diversas, mais favoráveis, das atualmente constantes dos Contratos de Mútuo firmados anteriormente à alteração da legislação. Por este motivo, os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, poderão solicitar o Pré-Pagamento ou a Renegociação dos respectivos Contratos de Mútuo cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, trazendo prejuízos aos Quotistas
- c) **Ausência de garantia de pagamento ou de coobrigação.** O BMC somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Mutuários, do INSS e das companhias devedoras dos Seguros de Vida. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários e do INSS. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Mutuários, dos financiamentos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

- d) **Proibição da cobrança de qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento.** De acordo com a Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, é vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. Por este motivo, o BMC não cobra dos Mutuários qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento dos empréstimos concedidos. Com a vedação da cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, dependendo do nível de Pré-Pagamento o Fundo poderá sofrer impacto negativo significativo.
- e) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.
- f) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC. O BMC não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, sendo facultado a este, inclusive, ceder direitos creditórios de sua titularidade para outros cessionários, inclusive para fundos de investimento em direitos creditórios que venham a ser constituídos. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades do BMC, seja decorrente que decisões estratégicas tomadas pelos administradores do BMC, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo BMC ao Fundo depende (i) de o BMC continuar a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Mutuários contratarem financiamentos com o BMC e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de o BMC ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda dos Mutuários pela contratação de financiamentos com o BMC permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.
- g) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do BMC ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo BMC ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo BMC ou por qualquer terceiro. Caso o BMC ou qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- h) **Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do BMC.** O BMC, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o BMC esteja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao BMC



ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso o BMC se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- i) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelo BMC ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada a posteriori, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado; ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de verificação prévia dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderão resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.
- j) **Auditoria dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, do INSS, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

*Vide Regulamento, Capítulo Nove – “Dos Fatores de Risco”.*

## **POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administradora não se encontrará em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante, com o Gestor, com o Distribuidor ou com o BMC.

Ademais, a Administradora atuará com independência na realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Administradora, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor, o qual obedecerá a política de investimento do Fundo, conforme disposto no Regulamento.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo Distribuidor, na qualidade de estruturador do Fundo e distribuidor das Quotas Sênior da 1ª Série.

Por fim, o BMC, além de ser cedente dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o mesmo também atua, por conta e ordem do Fundo, como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

### Relacionamento entre a Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor e o BMC

A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Na data deste Prospecto, o BMC era controlado pelo mesmo controlador do Distribuidor, da Administradora e do Gestor.

Além do relacionamento referente à Oferta, na data deste Prospecto, o BMC, pelas características de suas operações, também mantinha relacionamento comercial com o Banco Bradesco S.A. em operações com administração de recursos por meio da prestação de serviços de conta corrente, cessões de crédito, operações de financiamento de curto, médio e longo prazo como pré-pagamento a exportação, financiamento a importação e fianças bancárias, operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras.

Em 30 de março de 2008, os saldos devedores existentes de operações entre as partes eram:

	<i>Em R\$</i>	
Operações ativas:		
Operações de crédito.....	68.337	651
Aplicações no mercado aberto.....	38.199	1.026
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	2.312.765	24.413
Operações passivas:		
Depósitos interfinanceiros.....	(3.419.188)	(76.239)

## **UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios do BMC e, conforme o caso, na amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

O BMC, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

## **PRÉ-PAGAMENTOS, ATRASOS, REFINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, PERDAS E INADIMPLÊNCIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO**

A BMC atuará, por conta e ordem do Fundo, como agente cobrador dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Inadimplentes. Nem a Administradora, nem o BMC, nem o Gestor poderão atuar de forma diversa da disposta no Regulamento, no Contrato de Cobrança e na Política de Cobrança.

Por os valores devidos, relativos aos Direitos Creditórios, serem diretamente consignados na renda mensal dos Mutuários, não são elevadas a inadimplência e as perdas destes créditos.

Quando há Pré-Pagamento, os Contratos de Mútuo são integralmente pagos com mais de 30 dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo Mutuário até 30 dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado. No Refinanciamento, o Contrato de Mútuo vencido e não pago de titularidade do Fundo é refinanciado mediante a celebração de novo contrato. Por fim, nos casos de renegociação, há alteração das condições de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem a celebração de novo Contrato de Mútuo.

Apesar de ser facultado ao BMC, nos termos do Contrato de Cessão, adquirir Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento, o mesmo não se encontra obrigado a exercer tais opções de compra. Caso o BMC não adquira do Fundo Direitos Creditórios objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento, poderão ser desenhados os índices e parâmetros do Fundo e, conseqüentemente, poderá ocorrer um Evento de Avaliação, conforme descrito no Regulamento.

Os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Pré-Pagamento, são diretamente monitorados pela Administradora por meio do Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Mútuo – ILACM e pelo DCV30, DCV120 e DCV180.

O ILACM é equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Mutuários a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACM, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACM.

O DCV30 é a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observada expressão contida no Regulamento.

O DCV120 é a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observada expressão contida no Regulamento.

O DCV180 é a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro, observada expressão contida no Regulamento.

Caso o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pelo Custodiante em 3 Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 10%, a 3% ou a 2%, respectivamente, ocorrerá um Evento de Avaliação ou, se assim deliberado em Assembléia Geral, um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos específicos definidos no Regulamento.

A tabela abaixo mostra os percentuais de perdas, direitos creditórios inadimplentes, liquidados antecipadamente e refinanciados, integrantes da carteira do BMC, de 1º de janeiro de 2008 a 31 de maio de 2008.

Mês	Direitos Creditórios Inadimplentes		Perdas		Liquidação Antecipada		Refinanciamento	
	R\$ (mil)	Percentual	R\$ (mil)	Percentual	R\$ (mil)	Percentual	R\$ (mil)	Percentual
jan-08	10.240,5	1,10%	807,6	0,09%	365,16	0,04%	12.595,80	1,37%
fev-08	10.448,1	1,14%	762,6	0,08%	632,28	0,07%	7.218,36	0,78%
mar-08	10.834,0	1,13%	867,7	0,09%	694,22	0,08%	8.934,47	0,98%
abr-08	10.784,5	1,06%	657,8	0,07%	931,42	0,10%	20.576,13	2,14%
mai-08	10.779,9	0,99%	880,7	0,09%	1.516,17	0,15%	18.600,42	1,82%

Fonte: dados gerenciais do BMC.

Em 31 de janeiro de 2008, o total de direitos creditórios vencidos do BMC somava R\$10.317.058, assim distribuídos:

Dias de Atraso	Valor (R\$)	Percentual
Vencidos e não pagos até 30 dias	1.449.712	14,05%
Vencidos e não pagos de 30 a 120 dias	2.833.561	27,46%
Vencidos e não pagos de 120 a 180 dias	1.346.624	13,05%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	4.687.161	45,43%
Total	10.317.058	100,00%

Fonte: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo a este Prospecto.

As tabelas abaixo apresentam informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas, Pré-Pagamento e Renegociação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do BMC, desde o início de suas atividades até 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2008:

a) de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2006:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	966.192.372	100,00%
Renegociação de Contratos de Mútuo	346.420	0,04%
Pré-Pagamento de Contratos de Mútuo	1.286.766	0,13%
Vencidos e não pagos até 15 dias	-	0,00%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	352.095	0,32%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	243.351	0,22%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	151.109	0,14%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	97.005	0,09%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	57.922	0,05%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	35.230	0,03%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	40.806	0,04%
Total vencidos e não pagos	977.517	0,90%

Fonte: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo a este Prospecto.

b) de 1º de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2007:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	2.201.659.708	100,00%
Renegociação de Contratos de Mútuo	53.307.520	2,42%
Pré-Pagamento de Contratos de Mútuo	18.259.839	0,83%
Vencidos e não pagos até 15 dias	-	0,00%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	880.745	0,15%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	627.318	0,11%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	446.873	0,07%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	376.811	0,06%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	313.169	0,05%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	256.801	0,04%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	912.605	0,15%
Total vencidos e não pagos	3.814.321	0,64%

Fonte: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo a este Prospecto.

c) de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2008:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	4.328.353.447	100,00%
Renegociação de Contratos de Mútuo	360.251.821	8,32%
Pré-Pagamento de Contratos de Mútuo	55.843.068	1,29%
Vencidos e não pagos até 15 dias	-	0,00%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	1.449.712	0,10%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	1.119.531	0,08%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	923.149	0,06%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	790.881	0,05%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	706.248	0,05%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	640.375	0,04%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	4.687.161	0,32%
Total vencidos e não pagos	10.317.058	0,71%

Fonte: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo a este Prospecto.

*Para maiores informações relacionadas ao Pré-Pagamento, Refinanciamento e Renegociação dos Direitos Creditórios de titularidade do BMC, vide “Relatório de Revisão Especial”, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo ao presente Prospecto.*

Caso ocorram Refinanciamentos ou Renegociações que resultem em alteração do cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, de modo que os respectivos pagamentos estejam programados para ocorrer após o Prazo de Vigência do Fundo, a Administradora promoverá o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observado o disposto no Regulamento.

Ademais, caso um percentual elevado de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo seja objeto de Pré-Pagamento e o BMC não exerça sua opção de adquirir tais Direitos Creditórios, conforme descrito nas Seções “Características Básicas do Programa de Securitização – Opções de Compra” e “Características Básicas do Programa de Securitização – Possibilidade de os Direitos Creditórios Serem Acrescidos, Removidos ou Substituídos”, o Fundo poderá vir a sofrer com desenquadramento da Razão de Garantia. Se tal evento não for sanado pelo BMC, por meio da integralização de Quotas Subordinadas, ou se não tiverem sido iniciados e

concluídos os procedimentos de reenquadramento, no prazo de 10 dias úteis, contado da data de envio pela Administradora ao BMC do Aviso de Desenquadramento, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada e o Fundo será liquidado antecipadamente, nos termos do Regulamento.

A fim de ilustrar os impactos negativos que o Fundo poderá sofrer, inclusive em sua subordinação, nas hipóteses de Pré-Pagamento ou Renegociação dos Direitos Creditórios de sua titularidade, sem que haja recompra de tais créditos pelo BMC, segue abaixo simulação de tais impactos, considerando 3 cenários diversos de Pré-Pagamento e de Renegociação (inclusive piores que o histórico da carteira do BMC).

No cenário I, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$300.000.000,00; (ii) média de 3,1% e 18% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, com uma taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., o Fundo não sofreria qualquer desenquadramento na Razão de Garantia (subordinação mínima de 15%) e contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

No cenário II, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido do Fundo equivalente a R\$600.000.000,00; (ii) média de 5,0% e 20% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, no que tange à quantidade de parcelas máxima aplicável ao Contrato de Mútuo ou à taxa de juros permitida, e/ou, ainda, em decorrência de alterações nos fatores macroeconômicos que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, a taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., a subordinação do Fundo passaria a ser de 13% e, em decorrência de tal desenquadramento na Razão de Garantia, o BMC teria que reenquadrar o Fundo para que este evento não resulte em um Evento de Amortização Antecipada e conseqüente liquidação antecipada do Fundo. Todavia, mesmo que o BMC não reenquadre o Fundo, através da integralização de Quotas Subordinadas, e este último seja liquidado antecipadamente, a simulação mostra que o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

Por fim, no cenário III, foram simulados os impactos sofridos pelo Fundo considerando: (i) Patrimônio Líquido equivalente a R\$1.000.000.000,00; (ii) média de 7,0% e 22% do total dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação, respectivamente; e (iii) ausência de recompra, pelo BMC, de qualquer Direito Creditório objeto de Pré-Pagamento, Renegociação ou Refinanciamento. Tais aumentos ainda maiores nos percentuais de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo objeto de Pré-Pagamento e Renegociação poderiam ocorrer, por exemplo, em decorrência de alterações mais radicais na legislação atualmente vigente, relativa à consignação dos valores devidos pelos Mutuários, e/ou, ainda, em decorrência de alterações adversas, ainda mais graves, nos fatores macroeconômicos que modifiquem, em muito, a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo alterações mais drásticas nas taxas de juros. Nota-se que, neste cenário, a subordinação do Fundo passaria a ser de 11% e, em decorrência de tal desenquadramento na Razão de Garantia, o BMC teria que reenquadrar o Fundo para que este evento não resulte em um Evento de Amortização Antecipada e conseqüente liquidação antecipada do Fundo. Todavia, mesmo que o BMC não reenquadre o Fundo, através da integralização de Quotas Subordinadas, e este último seja liquidado antecipadamente, a simulação mostra que, neste caso, considerando-se a aquisição de Direitos Creditórios, pelo Fundo, a taxa de desconto equivalente a 1,25% a.m., o Fundo contaria com recursos para arcar com seus respectivos encargos e despesas, bem como com recursos em montante suficiente para amortizar as Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação, nas datas e nos montantes definidos no respectivo Suplemento.

<b>Cenário</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>
Valor do PL FIDC	300 milhões	600 milhões	1 bilhão
Prazo médio do Contrato (carteira cedente)	36 meses	36 meses	36 meses
Taxa do Contrato (am)	2,50%	2,50%	2,50%
Taxa do Contrato (aa)	35,56%	35,56%	35,56%
Taxa de Aquisição do FIDC(am)	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Aquisição FIDC (aa)	16,06%	16,06%	16,06%
Taxa como % da Taxa DI (12.25)	131,1%	131,1%	131,1%
Nível de Subordinação Inicial	15,00%	15,00%	15,00%
Pré liquidação média por prod. Mensal 3 últimos anos (BMC)	3,1%	5,0%	7,0%
Limite do Índice de Liquidação Antecipada Contr.Mutuo	15,00%	15,00%	15,00%
Razão de Garantia	85,0%	85,0%	85,0%
Razão de Garantia com ILACM acima de 15%	80,0%	80,0%	80,0%
Renegociação média por prod. Mensal 3 últimos anos (BMC)	18%	20%	22%
Nível de Subordinação Ajustado em 12 meses*	15%	13%	11%
Remuneração da Quota Sênior da 1ª Série (107% da Taxa DI) (cdi 12.25%)	13,11%	13,11%	13,11%
Despesas da Operação (custos lançamento mais custos anuais)	1,15%	1,09%	1,07%
Spread Excedente Disponível	2,95%	2,95%	2,95%

\* O nível de subordinação mínima é de 15%, sendo que, observada a possibilidade de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, conforme disposto no Regulamento, se este percentual sofrer qualquer desenquadramento, o BMC poderá integralizar novas Quotas Subordinadas, a fim de reequadrar o Fundo a tal subordinação mínima, monitorada através da Razão de Garantia.

Por fim, ainda quanto ao pré-pagamento, o BMC não cobra, nos termos da Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, qualquer taxa de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, fato este que não resulta em impacto significativo para o Fundo, considerando-se o baixo nível de pré-pagamento dos Contratos de Mútuo.



*As informações referentes ao INSS, contidas nesta Seção, foram extraídas do artigo “Panorama da Previdência Social Brasileira”, de março de 2004, disponível no site [www.previdenciasocial.gov.br/07.asp](http://www.previdenciasocial.gov.br/07.asp), não tendo sido verificadas pelo BMC, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Distribuidor.*

## **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**

### **Histórico**

A Previdência Social surgiu, nos moldes em que atualmente é concebida, em 1923 com a Lei Eloy Chaves, a qual previa a criação de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para cada empresa de estrada de ferro e com abrangência a todos os seus empregados. A partir desta Lei, a proteção social no Brasil passou a contar com uma instituição que oferecia pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmacêutico. Ainda hoje, a pensão e a aposentadoria são benefícios indispensáveis para que se caracterize uma instituição previdenciária. Até o ano de 1923, as instituições concediam apenas um ou outro benefício.

Na década de 30, o sistema previdenciário reestruturou-se, mantendo as bases corporativas, de modo a responder ao dinamismo político-econômico do início do processo de industrialização brasileiro. Paralelamente às Caixas de Aposentadorias e Pensões, proliferaram-se os Institutos de Aposentadoria e Pensões, restritos aos trabalhadores urbanos, tais como: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), em 1934, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1936, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), em 1938, e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939.

Nos anos 30, a relação entre Estado e classe operária foi organizada, mediante a interligação de três sistemas: sindicato, Justiça do Trabalho e política previdenciária. A política adotada pelo Governo contribuiu para que a cobertura previdenciária aumentasse enormemente. Ao final da década de 40, haviam dez vezes mais segurados do que em 1934.

No ano de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social unificou os Institutos, pois todos os órgãos de execução previdenciária passaram a cumprir as mesmas normas. A unificação da gestão, no entanto, demoraria mais alguns anos e seria implementada com a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em 1966.

Com a Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1997, surgiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, com o objetivo de integrar as seguintes funções: concessão e manutenção de benefícios, prestação de serviços, custeio de atividades e programas, gestão administrativa, financeira e patrimonial da Previdência e da Assistência Social. Para o cumprimento desses objetivos, foram criados o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS, INPS, IAPAS, CEME, DATAPREV, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM e LBA.

Em 1988, a atual Constituição Federal introduziu um novo conceito no Brasil, o de seguridade social. Em seu capítulo sobre a ordem social, a Carta Magna estabeleceu ser a seguridade composta por três segmentos básicos: Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Os seguintes princípios passaram a guiar o poder público: universalidade da cobertura e do atendimento, segundo os quais todos os cidadãos têm acesso à proteção social; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais, mediante as quais o trabalhador rural passa a integrar o conjunto dos cidadãos, principalmente no âmbito previdenciário; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, pelas quais as necessidades individuais

determinam os benefícios ou serviços que devem ser concedidos; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento – as contribuições devem incidir sobre múltiplos setores da economia e da produção, e ainda sobre os salários; caráter democrático e descentralizado da administração.

Nos anos 90, o Ministério da Previdência e Assistência Social passou por uma alteração estrutural. No início da década foram extintos os antigos INPS e IAPAS, que deram lugar ao atual INSS, consolidando a Previdência como uma forma de seguro social. As políticas atualmente estabelecidas vinculam a Previdência Social a diferentes grupos sociais, transformando-a num fator de estabilidade social do país. Os recursos injetados pelo INSS na economia das cidades brasileiras são fundamentais para o combate à pobreza, melhoria na distribuição de renda e para o dinamismo econômico e social, principalmente nas áreas rurais e cidades de pequeno e médio porte.

O sistema previdenciário brasileiro dos servidores públicos encontrava-se profundamente desequilibrado, em função de regras inadequadas de acesso à aposentadoria e de seus cálculos. Com base nesse desequilíbrio, o atual governo propôs e aprovou a reforma da Previdência Social, por meio da Emenda Constitucional 41.

No Brasil existem três grandes regimes previdenciários: o Regime Geral, administrado pelo INSS, os Regimes Próprios dos Servidores Cíveis, bem como a Previdência Complementar.

O foco da proposta de Reforma da Previdência Social Brasileira, apresentada no início do ano de 2003 e promulgada em dezembro do mesmo ano, foi a Previdência dos Servidores Federais, Estaduais e Municipais.

Os principais pontos da reforma da Previdência Social brasileira são as seguintes:

- Idade de referência sobe de 53/48 (H/M) para 60/55 (H/M);
- Nova regra de cálculo de aposentadoria e pensões;
- Teto do Regime Geral de Previdência Social também para futuros servidores públicos desde que esteja constituída a previdência complementar para futuros servidores públicos;
- Contribuição de aposentados e pensionistas;
- Aplicação de teto remuneratório geral (federal, estadual, municipal);
- Indexação de aposentadorias e pensões à inflação/fim da paridade para novos beneficiários (exceto alguns casos previstos nas regras de transição);
- Incentivos à permanência em atividade; e
- Elevação real do teto de Regime Geral de Previdência Social, fixado, em agosto de 2004, em R\$2.508,72.

A proteção social no Brasil tem como característica a gestão pública e quadripartite (governo, trabalhadores, empregadores e aposentados/pensionistas), com financiamento via regime de repartição e solidariedade inter e intrageracional, sendo que o modelo brasileiro no contexto latino-americano pode ser resumido conforme se segue:

- Pilar 1 – Previdência Social Básica: público, forte, quadripartite, repartição, financiamento misto, com solidariedade e inclusão;
- Pilar 2 – Previdência Complementar: privado/público, voluntário, capitalização, estreitamento entre contribuição e benefício;
- Pilar 3: regimes próprios dos servidores públicos e dos militares, obrigatório, repartição, administrados pelo respectivos entes federados;
- Pilar 4: outras formas de poupança pessoal voluntária em complemento; e
- Pilar 5 – Assistência Social: para idosos e portadores de deficiência sob linha da pobreza.

## **Regime Geral de Previdência Social**

O Regime Geral de Previdência Social é o regime de previdência que protege a maior parte dos trabalhadores do Brasil. O Regime Geral de Previdência Social cobre os trabalhadores assalariados urbanos, autônomos, domésticos e rurais, ou seja, consiste na previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e dos funcionários públicos celetistas. Atualmente, são quase 30 milhões de contribuintes. O Regime Geral é um mecanismo de proteção social no Brasil, que beneficia, direta ou indiretamente, mais de 40% da população brasileira. Isso porque, para cada benefício pago, estima-se que, em média, existam 2,5 pessoas da família que também dependam desse benefício.

Um dos principais impactos sociais do Regime Geral de Previdência Social é a redução da pobreza no país. Em 1999, 34% dos brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. Se não fosse a ação de proteção social da previdência, esse percentual seria de 45,3%, ou seja, o Regime Geral é responsável pela redução de 11,3 pontos percentuais do nível de pobreza no Brasil. O papel social desse regime também envolve a melhoria da distribuição de renda e o fomento ao desenvolvimento econômico, principalmente na zona rural. O total de benefícios pagos pela Previdência é muitas vezes superior à população de vários países. Um exemplo disso é que as populações do Chile e do Uruguai, somadas, são inferiores ao número de benefícios diretos pagos pela previdência brasileira.

Dessa forma, também é possível perceber a proteção social, considerando o número de segurados do Regime Geral de Previdência Social. Atualmente, 42,3% da população ocupada no setor privado do Brasil é segurada pelo Regime Geral de Previdência Social.

O Regime Geral de Previdência Social é de repartição simples e de caráter contributivo, que garante cobertura em caso de: incapacidade para o trabalho, idade avançada, tempo de contribuição e gravidez, além de prisão ou morte do segurado. A contribuição para esse regime é obrigatória. Ele tem caráter nacional e público e os benefícios têm valores máximo e mínimo definidos. É também garantida a reabilitação profissional dos segurados que ficam parcial ou totalmente incapacitados para o trabalho.

O cálculo para a aposentadoria no Regime Geral é baseado no tempo de contribuição (valor médio e fator previdenciário). Ao contrário do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, não é exigida idade mínima para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social. O reajuste dos benefícios desse regime é feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Conforme Constituição Federal de 1988, a seguridade social, da qual faz parte o Regime Geral de Previdência Social, é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

1. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada sobre:
  - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a prestadores de serviço;
  - b) a receita ou faturamento;
  - c) o lucro.
2. do trabalhador e demais segurados da Previdência Social.

Os segurados se dividem nas seguintes categorias:

  - a) empregados;
  - b) empregados domésticos;
  - c) trabalhadores avulsos;
  - d) contribuintes individuais (autônomos, empresários, etc.);

- e) especiais (trabalhadores rurais em regime de economia família);
- f) facultativos, como estudantes maiores de 16 anos e donas de casa.

A política voltada ao Regime Geral de Previdência Social é formulada pelo Ministério da Previdência Social, sendo o INSS o órgão responsável pela gestão.

Em 1988, a Previdência Social brasileira passou por uma ampla reforma, com objetivo de gerar o indispensável equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, atingindo, principalmente, a aposentaria baseada exclusivamente no tempo de contribuição. No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social, a principal alteração foi a desconstitucionalização da fórmula de cálculo da aposentaria.

Em 1999, a Lei nº 9.876 alterou as regras de cálculo do valor do benefício. Aumentou-se o período básico para o cálculo, que corresponde aos 80% melhores salários de contribuição desde julho de 1994, e criou-se o “Fator Previdenciário”. Esse mecanismo visa equilibrar o tempo e o valor das contribuições e o tempo e o valor de recebimento da aposentaria. O Fator Previdenciário aplica-se às aposentadorias por tempo de contribuição, obrigatoriamente. Sua fórmula contém expectativa de vida, tempo de contribuição e idade do segurado no momento da aposentadoria, podendo reduzir ou aumentar o valor do benefício à medida que o segurado antecipe ou não sua aposentadoria.

Em 2003, a Previdência Social passou por nova reforma, que alterou, principalmente, as regras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Quanto ao Regime Geral, a única alteração sofrida nesse ano foi no valor do teto dos benefícios, que foi reajustado em aproximadamente 28%, passando de R\$1.869,34 para R\$2.400,00 (o qual foi fixado, em agosto de 2004, em R\$2.508,72, como suprarreferido).

Os benefícios do Regime Geral são pagos diretamente aos segurados, por meio de transferências bancárias, evitando-se, assim, a necessidade de intermediários, o que garante a lisura e a rapidez do processo.

### **Benefícios Previdenciários**

Os benefícios oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social aos segurados e suas famílias são classificados em três grandes grupos, quais sejam: (i) aposentadorias; (ii) pensões; e (iii) auxílios, sendo a renda mensal calculada, na maioria dos casos, em função do “salário de benefício”, que corresponde à média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição a partir de julho de 1994. Na maior parte das vezes, também é exigido um período mínimo de contribuições, sem interrupções, denominado “período de carência”.

1. Aposentadorias: são pagamentos mensais vitalícios, efetuados ao segurado por motivo de idade, por tempo de contribuição, incapacidade para o trabalho ou trabalho exercido em atividades sujeitas a agentes nocivos à saúde.
- a) Aposentadoria por idade: um dos benefícios mais antigos da Previdência Social. A aposentadoria por idade é concedida ao segurado que, cumprida a carência, alcança o limite de idade de 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem. Os trabalhadores rurais têm direito ao benefício cinco anos mais cedo, ou seja, aos 55 anos se mulher, e aos 60 anos se homem. O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos. Quando o segurado alcança a idade mínima, pode escolher se utilizará o fator previdenciário no cálculo do salário de benefício.

O valor do benefício corresponde a 70% do salário de benefício, mais 1% para cada grupo de 12 contribuições, até o máximo de 100%. Nenhum benefício da Previdência Social pode ser inferior ao salário mínimo. Quanto maior a contribuição e o período contributivo, maior será o valor da aposentadoria.

O segurado que cumpriu o período de carência ao completar 65 anos de idade, se mulher, e 70, se homem, poderá ter sua aposentadoria compulsoriamente requerida pela empresa.

- b) Aposentadoria por tempo de contribuição: homens e mulheres podem se aposentar por tempo de contribuição. Os homens, para ter direito a esse benefício, precisam contribuir por 35 anos, e as mulheres, por 30 anos. O valor do benefício corresponde a 100% do salário de benefício.

Assim como na aposentadoria por idade, para se ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição são necessários, no mínimo, 15 anos de contribuição. Além disso, quanto maior o tempo de contribuição e quanto maior o valor dessa contribuição, maior será o valor do benefício.

- c) Aposentadoria Especial: esse benefício é concedido ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. De acordo com o risco, o tempo de contribuição para obter a aposentadoria especial pode variar entre 15, 20 ou 25 anos, devendo ser comprovada a real exposição aos agentes nocivos, químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, durante esses períodos.

Para se ter direito a esse benefício é preciso estar formalmente inserido no mercado de trabalho. O valor do benefício corresponde a 100% da média das contribuições feitas ao sistema, não podendo ser inferior ao salário mínimo.

- d) Aposentadoria por Invalidez: esse benefício é concedido ao segurado que está total e definitivamente incapaz para o trabalho. O aposentado por invalidez terá cancelada a sua aposentadoria, se voltar voluntariamente à atividade, ao contrário dos beneficiários dos outros tipos de aposentadoria, que são vitalícias. A doença ou lesão de que o segurado já for portador, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, não lhe conferirá direito ao benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de agravamento da doença ou lesão.

Para se ter direito à aposentadoria por invalidez, são necessários, no mínimo, 12 meses de contribuição. O valor do benefício corresponde a 100% do salário de benefício, nunca inferior ao salário mínimo.

2. Pensões: nesse tipo de benefício só existe uma modalidade, que é a pensão por morte, concedida aos dependentes do segurado por motivo de falecimento.

Tem direito a esse benefício, na seguinte ordem, os seguintes dependentes: marido, mulher ou companheiro(a), filho não emancipado e menor de 21 anos, filho incapaz para o trabalho de qualquer idade, pai e mãe e irmão menor de 21 anos ou inválido de qualquer idade.

O valor da pensão por morte corresponde a 100% do que o segurado recebia ou teria direito a receber caso se aposentasse por invalidez, e é dividido em partes iguais entre os dependentes. Não há carência para pensão por morte; basta que se comprove a qualidade de segurado.

No caso de cônjuge divorciado, companheiro(a), pais e irmãos, o dependente terá que comprovar a dependência econômica em relação ao segurado.

### 3. Auxílios

- a) Auxílio-Doença: o segurado tem direito ao auxílio-doença quando algum comprometimento físico ou mental o impeça de trabalhar por mais de 15 dias. O benefício é devido a partir do 16º dia de afastamento da atividade, no caso de segurado empregado. A empresa paga os 15 primeiros dias. Ao trabalhador autônomo o benefício é devido desde o primeiro dia da incapacidade.

O segurado que ingressar no Regime Geral de Previdência Social, como portador de doença que venha a causar a incapacidade, não tem direito ao benefício por aquela doença, a não ser que seja por seu agravamento.

A carência para se ter direito a esse benefício é de 12 contribuições. Fica dispensado do cumprimento da carência o segurado que se torna incapacitado em acometido por doença ou afecções especificadas na legislação.

O valor do benefício corresponde a 91% do salário de benefício, não podendo ser inferior ao salário mínimo nem superior ao limite máximo do salário de contribuição.

- b) Auxílio-Reclusão: é um benefício pago aos dependentes do segurado, que for recolhido à prisão, nas mesmas condições da pensão por morte.  
O benefício é devido apenas quando o último salário do segurado for igual ou inferior a R\$560,81 (valor atualizado periodicamente), e este não receber remuneração da empresa, nem estiver em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.  
Quando não houver salário de contribuição na data do efetivo recolhimento, o benefício será devido desde que não tenha havido perda de qualidade de segurado. Não se exige carência para a concessão do auxílio-reclusão, basta comprovar a qualidade de segurado. O valor desse auxílio corresponde a 100% do valor que o segurado receberia se tivesse se aposentado.
- c) Auxílio-Acidente: esse benefício é uma indenização que o segurado recebe quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, inclusive de acidente de trabalho, resultarem seqüelas que reduzam a capacidade de trabalho habitualmente exercida.  
Corresponde a 50% do salário de benefício e é devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou da data do óbito do segurado. Não é exigida carência para a concessão desse benefício.
- d) Salário-Maternidade: todas as mulheres seguradas no Regime Geral de Previdência Social têm direito ao salário-maternidade durante um período de 120 dias.  
Esse benefício também é devido, pelo período de 120 dias, em caso de adoção de criança de até um ano de idade; pelo período de 60 dias, em caso de adoção de criança com idade entre 1 e 4 anos; pelo período de 30 dias, em caso de adoção de criança com idade entre 4 e 8 anos.
- e) Salário-Família: é devido mensalmente ao empregado(a), exceto o doméstico(a), e ao trabalhador avulso, na proporção do número de filhos até 14 anos de idade, contanto que o salário seja igual ou menor a R\$560,81, a partir de 1º.06.2003. Este valor é atualizado periodicamente. O valor do salário família é incorporado ao salário do segurado(a) ou ao benefício, conforme o caso.

As informações referentes ao Banco Bradesco S.A., ao BMC, ao Estruturador e Distribuidor, à Administradora, ao Custodiante, ao Gestor e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

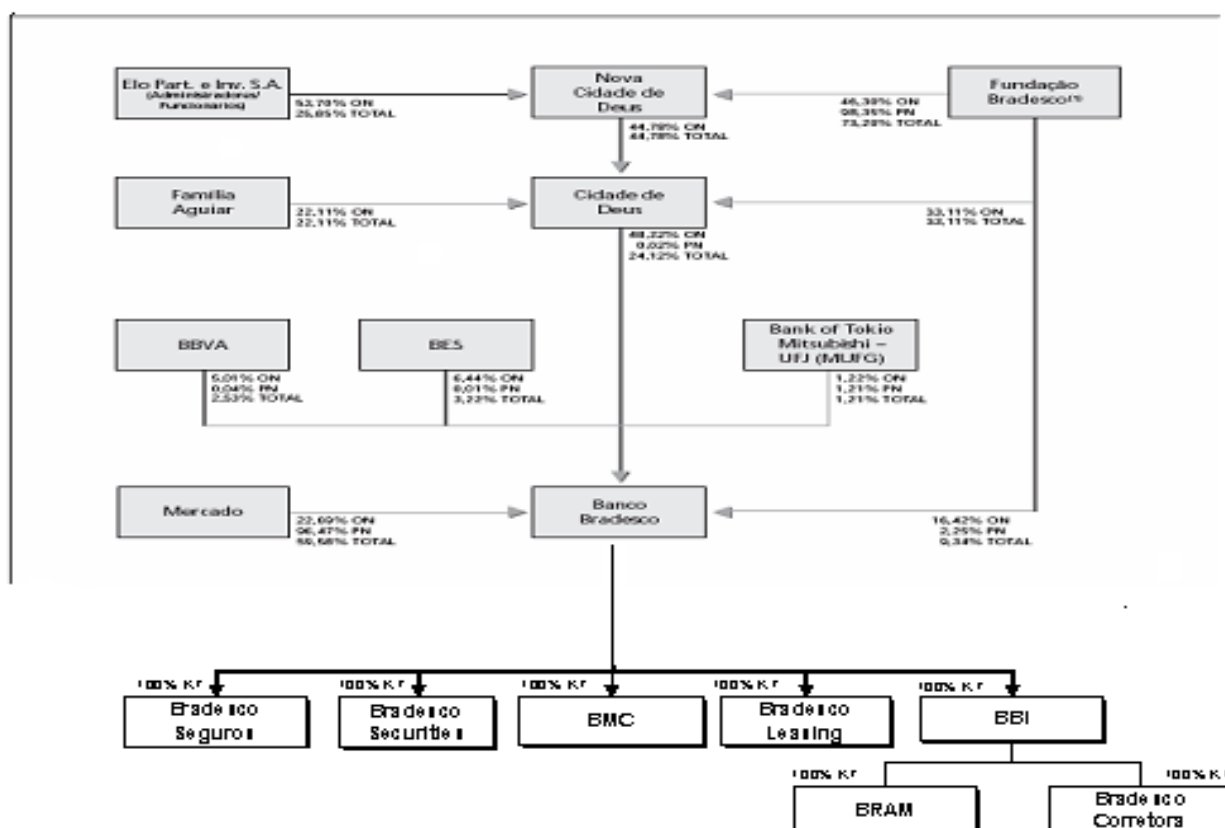
## BANCO BRADESCO S.A.

### Introdução

O Banco Bradesco S.A., sociedade anônima aberta, é a controladora direta do BMC.

O objeto social do Banco Bradesco S.A. é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio.

O organograma societário do grupo no qual o BMC está inserido pode ser representado da seguinte maneira:



Fluxo 5: Estrutura societária do grupo no qual o BMC estava inserido em 31 de dezembro de 2007.

## Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros

	(R\$ mil)		
<b>Balanco Patrimonial e Indicadores Financeiros</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.07</b>
Liquidez Corrente	1,26	1,22	1,22
Disponibilidades	3.363.041	4.761.972	5.486.606
Títulos e Valores Mobiliários	64.450.808	97.249.959	114.451.709
Operações de Crédito	81.130.394	96.219.153	131.307.102
Permanente	4.357.865	3.492.450	3.670.161
Depósitos	75.405.642	83.905.213	98.323.446
Empréstimos e Repasses	16.563.081	17.419.045	23.409.547
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	40.862.555	49.129.214	58.526.265
Patrimônio Líquido	19.409.274	24.636.362	30.357.344
Ativos Totais	208.682.930	265.547.273	341.184.404

Fonte: Balanço consolidado do Banco Bradesco S.A.

	(R\$ mil)		
<b>DRE</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.07</b>
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	33.701.225	38.221.635	41.604.523
Despesas da Intermediação Financeira	-18.926.402	-22.239.518	-23.572.350
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>	14.774.823	15.982.117	18.032.173
Outras Despesas/Receitas Operacionais	-6.921.319	-9.606.174	-8.690.852
<b>Resultado Operacional</b>	7.853.504	6.375.943	9.341.321
Resultado Não Operacional	-106.144	-8.964	1.202.854
<b>Resultado Antes Tributação/Participações</b>	7.747.360	6.366.979	10.544.175
Provisão Para IR e Contribuição Social	-2.224.455	-1.303.932	-2.523.238
Part. de Acionistas Não Controladores	-8.831	-9.007	-11.213
<b>Lucro/Prejuízo do Período</b>	5.514.074	5.054.040	8.009.724

Fonte: Balanço consolidado do Banco Bradesco S.A.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, auditadas e revisadas pela Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes.



## **BANCO FINASA BMC S.A.**

### **Introdução**

A sede social do BMC se localiza no Estado de São Paulo, na cidade de Osasco, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 2º andar, Vila Yara, sendo este inscrito no CPNJ/MF sob o nº 07.207.996/0001-50.

Fundado, em 1939, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, pela família Pinheiro como um banco de varejo sob a denominação Banco Central do Nordeste S.A., o BMC sofreu as seguintes alterações de denominação ao longo de sua existência: (i) Banco Mercantil do Ceará S.A., em 1957; (ii) Banco Mercantil de Crédito S.A., em 1980; (iii) Banco BMC S.A., em 1990; e (iv) Banco Finasa BMC S.A., em 2008.

Inicialmente focado em atender clientes localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, na década de 1980, o BMC mudou a sua estratégia, procurando adquirir maior presença nas regiões Sul e Sudeste do país, processo este que culminou com a mudança de sua sede, em 1986, da cidade de Fortaleza para a cidade de São Paulo.

Em 1989, o BMC obteve autorização do Bacen para operar como banco múltiplo, e em 1995, abriu uma filial em Grand Cayman, Cayman Islands, B.W.I.

Ainda nos anos 90, o BMC iniciou um amplo processo de reestruturação, visando se adequar às grandes mudanças ocorridas no sistema financeiro brasileiro. Este processo envolveu a revisão de sua estratégia, privilegiando a atuação do BMC nos segmentos de operações de crédito destinadas às pessoas jurídicas de médio e grande porte, com garantia de recebíveis, e no mercado de financiamento ao consumo de pessoas físicas.

Em janeiro de 2007, a totalidade das ações de emissão do BMC foram adquiridas pelo Banco Bradesco S.A., passando o BMC, desde então, a focar suas atividades em financiamento a pessoas físicas através do crédito consignado e financiamento de veículos. A aquisição do controle acionário do BMC foi autorizada pelo BACEN em 2 de agosto de 2007, através do Deorf/Conif-2007/07134 – PT. 0701364575.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2008, os acionistas do Banco Finasa S.A. e do BMC aprovaram a incorporação do Banco Finasa S.A. pelo BMC. Na data deste Prospecto, tais processos de incorporação estavam em fase de submissão ao Bacen, que, após homologados, serão levados a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, com a conseqüente comunicação aos demais Órgãos Públicos (Receita Federal e INSS, entre outros). Ressalta-se que a referida operação não altera os termos e condições do Convênio.

As demonstrações financeiras do BMC, até 31 de dezembro de 2007, eram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A partir de 01 de janeiro de 2008, as demonstrações financeiras do BMC serão auditadas pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes.

### **Estrutura de Capital e Controladores**

Constituído sob a forma de sociedade anônima fechada, o BMC é uma instituição financeira sujeita à fiscalização do Bacen e controlada pelo Banco Bradesco S.A., o qual detinha, em 31 de março de 2008, 100% das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão do BMC.

Em 31 de março de 2008, o capital social do BMC subscrito e integralizado era de R\$180.669.592,25, dividido em 215.438.425 ações nominativas, sendo 110.939.034 ações ordinárias e 104.499.391 ações preferenciais, sem direito a voto.

## **Administração**

A administração do BMC compete à Diretoria, cujos membros são eleitos pela Assembléia Geral.

A Diretoria é composta de 5 a 14 membros, sendo 1 Diretor Presidente, de 1 a 8 Diretores Vice-Presidentes, 1 Diretor Geral, 1 Diretor Gerente e de 1 a 3 Diretores sem designação especial, com mandato de 1 ano, podendo ser reeleitos.

## **Autorização Societária**

O BMC realizou, em 8 de maio de 2008, Reunião de Diretoria, que teve como objeto deliberar a celebração pelo BMC dos Documentos da Securitização.

## **Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e Administradores do BMC**

A Diretoria do BMC é composta pelos seguintes profissionais, eleitos Assembléia Geral Extraordinária do BMC, realizada em 24 de agosto de 2008: Márcio Arthur Laurelli Cypriano, como Diretor Presidente; Laércio Albino Cezar, como Diretor Vice Presidente; Arnaldo Alves Vieira, como Diretor Vice Presidente; Luiz Carlos Trabuco Cappi, como Diretor Vice Presidente; Sergio Socha, como Diretor Vice Presidente; Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, como Diretor Vice Presidente; Milton Almicar Silva Vargas, como Diretor Vice Presidente; José Luis Acar Pedro, como Diretor Vice Presidente; Norberto Pinto Barbedo, como Diretor Vice Presidente; Antonio Celso Marzagão Barbuto, como Diretor Geral; Andrea Capelo Pinheiro, como Diretora Gerente; e Yochio Kuratani, como Diretor.

Abaixo encontra-se descrição resumida da experiência profissional e formação acadêmica dos atuais Diretores do BMC:

*Márcio Arthur Laurelli Cypriano* – Diretor Presidente. Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Trabalhou, desde 1967, no Banco da Bahia S.A., o qual foi incorporado ao Banco Bradesco S.A. em 1973. Em 1984 foi eleito Diretor Departamental, em 1986, Diretor Executivo Adjunto, em 1988, Diretor Executivo Gerente, em 1995, Diretor Vice-Presidente Executivo, em 1999, Diretor Presidente e em 2002 passou a ocupar, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração. Presidiu o Banco BCN S.A. de abril de 1998 a março de 1999. Foi Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES e do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Instituto Roberto Simonsen. Atualmente, ocupa os seguintes cargos: (i) Diretor Presidente do Banco Bradesco S.A. e das demais sociedades integrantes do grupo societário; (ii) membro da Mesa Regedora; (iii) Diretor Gerente da Fundação Bradesco; (iv) membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN); (v) membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A.; (vi) membro do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), tendo exercido os cargos de Presidente da Diretoria e do Conselho Diretor desta mesma federação; (vii) membro efetivo do Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC e do Conselho do Agronegócio - CONSAGRO, como representante da FEBRABAN; (viii) Vice-Presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; (ix) Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF; e (x) Associado Fundador da Se Toque-SP Instituto de Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo.

*Laércio Albino Cezar* – Diretor Vice Presidente. Técnico em Contabilidade. Trabalha deste 1960 no Banco Bradesco S.A., tendo passado por todos os escalões da carreira bancária. Em 1982 foi eleito Diretor Departamental, em 1992, Diretor Executivo Gerente e, em 1999, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Participa também da administração das demais empresas do “Grupo Bradesco”. Foi membro da Subcomissão de Segurança Contra Fraudes da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), representante brasileiro no Comitê de Auditores Internos da FELABAN - Federação Latinoamericana de Bancos, Diretor Vice-Presidente Executivo e Primeiro Vice-Presidente Executivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. Atualmente é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). É também membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ.

*Arnaldo Alves Vieira* – Diretor Vice Presidente. Formado em Direito pelas Faculdades Integradas Guarulhos e em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Trabalha deste 1961 no Banco Bradesco S.A., tendo passado por todos os escalões da carreira bancária. Em 1985 foi eleito Diretor do Banco Bradesco S.A., em 1992, Diretor Departamental, em 1995, Diretor Executivo Gerente e, em 1999, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor Executivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN). Atualmente, participa também da administração das demais empresas do “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (VISANET), da Celta Holdings S.A. e da Fidelity Processadora e Serviços S.A., Diretor da InterAmerica Overseas Limited, Diretor do Conselho Diretivo Regional da Visa International e membro do Conselho de Ética e de Auto Regulação da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS.

*Luiz Carlos Trabuço Cappi* – Diretor Vice Presidente. Formado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com pós-graduação em Sócio-Psicologia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Trabalha deste 1969 no Banco Bradesco S.A., tendo passado por todos os escalões da carreira bancária. Em 1984 foi eleito Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A., em 1998, Diretor Executivo Gerente e, em 1999, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor Setorial da ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, Presidente da ANAPP – Associação Nacional da Previdência Privada, membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro, membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Diretor Setorial de Marketing e membro do Conselho Nacional de Ética Bancária (CONEB) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Desde março de 2003 é Diretor-Presidente da Bradesco Seguros S.A., tendo ocupado, cumulativamente, o cargo de Membro do Conselho de Administração de março de 1999 a março de 2005. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN). Além dessas atividades, é Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE, membro do Egrégio Conselho da ANSP – Academia Nacional de Seguros e Previdência, membro do Conselho Consultivo da APTS – Associação Paulista dos Técnicos de Seguro, Vice-Presidente do Conselho Diretor e membro da Comissão Executiva do Instituto de Estudos em Saúde Suplementar – IESS e membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG.

*Sergio Socha* – Diretor Vice Presidente. Formado em Técnico em Contabilidade. Trabalhou, de 1961 a 1968, no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. e em 1968, com a incorporação do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. pelo Banco Bradesco S.A., integrou-se ao quadro de funcionários deste último. Em 1986 foi eleito Diretor, em 1995, Diretor Departamental e, em 1999, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor do Banco BCN S.A. de 1997 a 1998, Vice-Presidente do Banco BCN S.A. de 1998 a 1999, Vice-Presidente da ABECIP – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança de 1999 a 2002 e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo de 2002 a 2003. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é

membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN).

*Julio de Siqueira Carvalho de Araujo* – Diretor Vice Presidente. Formação secundária. Iniciou a carreira em março de 1978 no Banco BCN S.A., instituição adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em 1997. Em 1989 foi eleito Diretor do Banco Bradesco S.A., em 1995, Diretor Vice-Presidente Executivo, em 2000, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Foi membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC) e Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), é membro do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP.

*Milton Almicar Silva Vargas* – Diretor Vice Presidente. Formado em Administração de Empresas pela UNIFIEO – Centro Universitário FIEO de Osasco. Trabalha desde 1976 no Banco Bradesco S.A., tendo passado por todos os escalões da carreira bancária. Em foi eleito Diretor Departamental do Banco Bradesco S.A., em 2000, Diretor Executivo Gerente, e, em 2002, Diretor Vice-Presidente Executivo, cargo que ocupa atualmente. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da ASSOBESP – Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima, membro efetivo do Conselho de Administração da CPM Braxis S.A. e representante do Banco Bradesco S.A. no Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - IPECAFI. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco e membro do Conselho de Administração, Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, membro suplente do Conselho Nacional de Ética Bancária e de Auto-Regulação, membro efetivo do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos – FGC e membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA.

*José Luiz Acar Pedro* – Diretor Vice Presidente. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu. Iniciou a carreira em janeiro de 1971, no Banco BCN S.A., instituição financeira adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em dezembro de 1997. Em 1986 foi eleito Diretor do Banco BCN S.A., em 1996, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco BCN S.A., em 1999, Diretor-Presidente do Banco BCN S.A. e, em 2003, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Foi Presidente do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Diretor-Presidente do Banco Boavista Interatlântico S.A., Banco Mercantil de São Paulo S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados, Diretor-Presidente e Membro do Conselho Consultivo da BCN Asset Management S.A., Diretor da Financiadora BCN S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, membro do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, membro suplente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e membro do Conselho Diretor da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), membro Efetivo do Conselho de Administração da CPM Holdings Ltd. e CPM Braxis S.A., Diretor Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Diretor Vice-Presidente e Delegado Suplente junto à CONSIF na Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima e membro do Comitê de Ética do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, tendo ocupado os cargos de Presidente e membro do Conselho de Administração.

*Norberto Pinto Barbedo* – Diretor Vice Presidente. Formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis Tibiriçá. Iniciou a carreira em 1968, no Banco BCN S.A., instituição financeira adquirida

pelo Banco Bradesco S.A. em 1997. Em 1989 foi eleito Diretor do Banco BCN S.A., em 1997, Diretor Vice-Presidente do Banco BCN S.A., em 2003, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., cargo que ocupa atualmente. Foi Diretor Vice-Presidente do Banco Boavista Interatlântico S.A., do Banco Mercantil de São Paulo S.A., do Banco Zogbi S.A. e da Potenza S.A. Processamento de Dados, membro do Conselho de Administração da BCN Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Diretor da Financiadora BCN S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente, participa também da administração das demais sociedades pertencentes ao “Grupo Bradesco”, é membro da Mesa Regedora, Diretor Gerente da Fundação Bradesco, membro do Conselho de Administração e Diretor Gerente da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (FIMADEN), Vice-Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP e Presidente do Conselho de Administração da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização.

*Antonio Celso Marzagão Barbuto* – Diretor Geral. Formado em Administração de Empresas pela FEA/USP. Iniciou a carreira no Banco BCN S.A. em 1970. Em 1985 foi eleito Diretor do Banco BCN S.A., em 2004, diretor presidente da Bradesco Consórcio e, em 2007, diretor geral do BMC, onde permanece até hoje.

*Andrea Capelo Pinheiro* – Diretora Gerente. Responsável no BMC pelas áreas de planejamento e controle operacional. Administradora de Empresas, com MBA pela *Stern School of Business* de Nova Iorque, EUA. Atuou como estagiária no BMC, gerente financeira na Cotece S.A., analista de ações de instituições financeiras no UBS Warburg, e desde 2000, exerce funções diretivas no BMC.

*Yochio Kuratani* – Diretor. Responsável no BMC pelas áreas de assuntos corporativos e contábeis. Graduado em Farmácia, Administração de Empresas e Contabilidade. Tem 30 anos de atuação no mercado financeiro, com passagens pela Brasilinvest Investimentos Participações e Negócios, pelo Banco de Crédito Comercial S.A. e pelo Banco Fenícia S.A., nas áreas de contabilidade, fiscal, tributária e assuntos corporativos. Desde 1987, atua no BMC.

## **Estratégia**

O BMC se posiciona como uma instituição focada na atuação junto aos segmentos de pessoas jurídicas de médio e grande porte e de pessoas físicas.

As operações celebradas com as pessoas jurídicas compreendem, principalmente, a concessão de empréstimos em moeda nacional com garantia de recebíveis.

Adicionalmente, operações de repasses do BNDES integram a linha de produtos do BMC destinada a pessoas jurídicas.

Para as pessoas físicas, o BMC oferece operações de financiamento de veículos automotores e crédito pessoal com consignação em folha de pagamento ou benefício do INSS.

## **Descrição das Atividades do BMC**

O BMC oferece, para pessoas físicas financiamento de veículos e crédito consignado em folha de pagamento.

Com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o BMC, por meio das filiais da Credicerto, atua em quase todos os Estados brasileiros.

Em 29 de fevereiro de 2008, as operações de financiamento de veículos automotores do BMC se encontravam distribuídas da seguinte maneira no território nacional: 2,92% na região norte, 22,48% na região Nordeste; 8,96% na região Centro-Oeste; 38,51% na região Sudeste; e 27,13% na região Sul. Das operações de financiamento de veículos automotores do BMC, em 29 de fevereiro de 2008, 93,24% foram celebradas com pessoas físicas, e 6,76% com pessoas jurídicas.

Em 29 de fevereiro de 2008, as operações de empréstimos, com consignação em folha de pagamento, firmadas entre o BMC e os funcionários públicos (excluídos os Mutuários), se encontravam distribuídas da seguinte maneira no território nacional: 10,33% na região norte, 22,83% na região Nordeste; 22,20% na região Centro-Oeste; 30,48% na região Sudeste; e 14,17% na região Sul.

Em 29 de fevereiro de 2008, as operações de empréstimos, com consignação nos respectivos benefícios do INSS, firmadas entre o BMC e os Mutuários, se encontravam distribuídas da seguinte maneira no território nacional: 7,06% na região norte, 42,63% na região Nordeste; 5,21% na região Centro-Oeste; 31,58% na região Sudeste; e 13,52% na região Sul.

### **Inadimplência**

O BMC apresenta uma inadimplência moderada com relação aos segmentos em que atua, adotando uma política conservadora de provisionamento de créditos considerados problemáticos.

*Para maiores informações, vide “Anexos – Relatório de Revisão Especial da KPMG Auditores Independentes” e Seção “Pré-Pagamentos, Atrasos, Refinanciamentos, Renegociações, Perdas e Inadimplência dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo” deste Prospecto.*

### **Tesouraria**

A tesouraria do BMC tem como atribuição precificar a captação e referenciar as taxas de aplicação, de forma a gerar uma curva de precificação de ativos, monitorada por uma área independente de controle de risco de mercado.

Esta área tem autonomia para atuar no mercado de derivativos, dentro de limites baixos, com o propósito de realizar operações de *hedge*, de forma a mitigar os riscos de mercado e de fluxo de caixa.

### **Colaboradores e Política de Recursos Humanos**

Com a reestruturação ocorrida nos anos 90, o BMC passou a adotar uma política de recursos humanos transparente e mais agressiva no sentido de atrair talentos para o seu quadro de colaboradores.

Em 29 de fevereiro de 2008, o BMC contava com 696 colaboradores, sendo 628 empregados, 12 diretores estatutários e 63 estagiários.

### **Fontes de Captação de Recursos**

A captação de recursos do BMC é feita através da emissão de Depósitos Interfinanceiros do seu contratador, o Banco Bradesco S.A.

Os CDIs emitidos pelo BMC perfaziam o montante total de R\$2.674.716, em 31 de dezembro de 2007, e de R\$ 66.166, em 31 de dezembro de 2006.

### **Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo BMC a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

O BMC cede direitos creditórios, de natureza diversa dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme a seguir mencionado, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.539.484/0001-90, constituído em 11 de agosto de 2005, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular até 01 de junho de 2017 ou até 90 dias após a data de vencimento do direito creditório de titularidade do fundo que tenha a data de vencimento mais longa, o que ocorrer antes.

O objetivo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos é proporcionar a seus quotistas, observada a política de investimento e diversificação definida em seu regulamento, a valorização de suas quotas por meio da aquisição, pelo fundo, do BMC, de direitos creditórios decorrentes da contratação de operação de financiamento entre o BMC e o respectivo financiado para aquisição de veículos automotores.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos pode manter em circulação até 20.000 quotas sênior, de diferentes séries, no valor de até R\$500.000.000,00, considerando-se o preço de emissão das quotas em sua 1ª data de emissão, bem como quotas subordinadas em número indeterminado.

Em 29 de fevereiro de 2008, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos era administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., contando 4.000 quotas sênior da primeira série, 4.000 quotas sênior da segunda série e 8.610 quotas subordinadas em circulação, tendo patrimônio líquido no valor de R\$113,6 milhões. Nesta mesma data, o valor de cada quota sênior da primeira série era de R\$1.650,72, de cada quota sênior da segunda série era de R\$20.573,02 de cada quota subordinada era de R\$2.874,12.

### **Operações de Cessão de Crédito**

Atualmente, com exceção do Banco do Brasil S.A. e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium – Veículos, o BMC não realiza operações de cessão de crédito com outras instituições para captação de recursos.

Apesar de o BMC também ceder ao Banco do Brasil S.A. direitos creditórios com consignação pelo INSS, tais cessões não impactarão no volume de Direitos Creditórios que o BMC pretende ofertar ao Fundo. Isto porque o BMC pretende ceder, por ano, ao Banco do Brasil S.A. direitos creditórios em valor equivalente a, aproximadamente, R\$50.000.000,00.

O valor presente dos créditos cedidos pelo BMC, até 29 de fevereiro de 2008, para as seguintes instituições financeiras eram:

Instituição	Objeto	Valor dos Créditos Cedidos (R\$)
Banco Fibra S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	7.490.512,02
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	48.869.021,96
Banco Bradesco S.A.	Cessão, sem coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	102.321.362,65
Banco Bradesco S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	396.410.574,42
Banco Bradesco S.A.	Cessão, sem coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	9.633.382,58
Banco Bradesco S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	62.293.773,56
Cetelem S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	23.233.669,93
Banco Alfa CFI	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo Senado	29.186,87
Banco Sofisa S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	8.979.645,64
Dresdner Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	7.021.577,14
Multicarteira FIDC Bancários, Comerciais e de Serviços	Cessão, sem coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	6.355.439,41
Banco WestLB do Brasil S.A.	Cessão, sem coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	76.949.264,39
Banco do Brasil S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos com desconto pelo INSS	127.657.877,44
Banco Bradesco S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos de veículos	21.043.588,98
Banco Bradesco S.A.	Cessão, com coobrigação, de créditos relativos a financiamentos de veículos	43.352.818,51



## Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

De acordo com as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do BMC e de suas controladas, em 29 de fevereiro de 2008, o BMC possuía títulos e valores mobiliários de sua emissão no exterior, representados por *Euronotes*, no montante total de R\$86 milhões, que estão em poder de terceiros.

(Em milhares de Reais)

Títulos e Valores de Emissão do BMC e de suas Controladas no Exterior	Lançamento	US\$ Mil	Taxa a.a	Vencimento Final	Total
<b>Euronotes</b> (66ª emissão)	05/2006	35.000	8,5%	05/2008	60.389
<b>Euronotes</b> (67ª emissão)	09/2006	15.000	8,5%	05/2008	25.881
<b>Total captado através de Fixed Rate Notes e Euronotes</b>					86.270
<i>Fixed Rate Notes e Euronotes em poder de terceiros</i>					86.270

Tabela 8: Quadro Descritivo dos Títulos e Valores Mobiliários de Emissão do BMC no Exterior em 29 de fevereiro de 2008.

Em 29 de fevereiro de 2008, o BMC não possuía títulos e valores mobiliários de sua emissão lançados por meio de oferta pública no Brasil, bem como não era garantidor de quaisquer emissões, no Brasil ou no exterior, de suas subsidiárias ou sociedades controladoras.

## Sistema de *Back-up*

O BMC conta com sistema de *back-up* responsável pelo processamento de cópias de seu sistema de dados.

Todos os sistemas do BMC (proteção aos dados): a retenção está definida conforme regra de cada sistema com o órgão regulador.

O *back-up* do sistema de dados do BMC é realizado diária, semanal, mensalmente e eventual em casos de desativação de sistemas.

Diariamente, é realizado o *back-up* dos dados do BMC alterados ao longo do dia no sistema. Também são efetuadas gravações semanais e mensais de todo o sistema de dados do BMC.

Em caso de desativação de um determinado sistema, este é salvo conforme segue abaixo:

- a) *Back-up* duplo por 10 anos Base de Dados;
- b) *Back-up* duplo por 10 anos Aplicativo;
- c) Liberação Base de dados Produção; e
- d) *Restore* última posição em homologação *read-only* para levantamentos que se fizerem necessários.

Os arquivos de *back-up* do sistema de dados do BMC são mantidos em empresa especialmente contratada para este fim pelo prazo de 10 anos.

## **Ambiente Regulatório**

O BMC possui suas atividades reguladas pelo Bacen.

O Bacen aprovou, em 03 de abril de 1989, através do Processo nº 7767931/89, publicado no Diário Oficial em 06 de abril de 1989, a transformação do BMC em banco múltiplo, o que lhe permitiu atuar como instituição múltipla com carteiras de banco comercial, de sociedade de crédito imobiliário (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Regiões) e sociedade de crédito, financiamento e investimento.

A aquisição do controle acionário do BMC foi autorizada pelo BACEN em 2 de agosto de 2007, através do Deorf/Conif-2007/07134 – PT. 0701364575.

## **Contratos Relevantes do BMC**

Serão descritas a seguir as principais disposições contidas em contratos relevantes para o entendimento da situação atual do BMC.

São eles: (i) o Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros; e (ii) o Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação, ambos firmados pelo BMC com o Bradesco.

### Disposições Gerais do Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros

O Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros firmado, em 10 de dezembro de 2004, entre o BMC e o Bradesco, tem como objeto a manutenção, pelo Bradesco, de recursos no valor de R\$2.000.000.000,00, destinados à aquisição de direitos de crédito e de seus consectários provenientes da Carteira de Empréstimos Pessoais pertencentes ao BMC, originados de operações a serem concedidas em favor de aposentados e pensionistas do INSS.

As aquisições dos creditórios estão limitadas a R\$50.000.000,00 mensais, e os recursos são repassados ao BMC concomitantemente à formalização dos respectivos instrumentos de cessão.

O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros é de 3 anos, podendo as suas condições ser revistas a cada período de 120 dias, caso ocorra algum fato imprevisto que altere o equilíbrio das partes, fundado em acontecimento para os quais elas não tenham dado nenhuma causa. O direito de revisão compreende exclusivamente a definição das taxas e o montante dos recursos destinados à formalização das cessões de direito de crédito.

O Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros pode ser automaticamente rescindido, sem direito de indenização para qualquer uma das partes, caso o convênio que o BMC mantém com o INSS seja rescindido, independentemente da causa.

As obrigações do BMC, nos termos do Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros, são:

- (i) a responsabilidade pela existência e legitimidade dos direitos creditórios cedidos para o Bradesco. O BMC não garante a liquidação desses direitos creditórios perante o Bradesco, não existindo, portanto, qualquer coobrigação de pagamento por parte do BMC;

- (ii) a transferência para o Bradesco dos direitos de crédito, de forma a assegurar ao Bradesco (a) a exclusividade do direito de adquirir os direitos de créditos originados da Carteira de Empréstimo Pessoal pertencente ao BMC em montante que não ultrapasse o valor R\$50.000.000,00 mensais; e (b) a preferência do exercício do direito de adquirir os créditos que, em volume mensal, excedam eventualmente o limite mencionado no item (a) acima;
- (iii) a assunção do ônus de todas e quaisquer ações que porventura sejam reivindicadas em juízo pelos devedores ou terceiros, incluindo as despesas processuais e honorários advocatícios, caso o litígio envolva discussão sobre a causa do débito;
- (iv) a instrução ao INSS para que os créditos sejam realizados diretamente na conta de reserva bancária do Bradesco; e
- (v) a indicação de empresa para que esta, na qualidade de fiel depositária, guarde todos os documentos que formalizam os direitos creditórios cedidos ao Bradesco, pelo período mínimo de 11 anos.

O descumprimento pelo BMC dos direitos de exclusividade e preferência previstos no item (ii) acima acarreta a sua responsabilidade pelo pagamento de perdas e danos.

São direitos do Bradesco previstos no Acordo de Cooperação Operacional Objetivando a Aquisição de Direitos Futuros:

- (i) cobrar e exercer todos os direitos, inerentes à sua propriedade, advindos das cessões de direitos creditório; e
- (ii) subrogar-se em todos os direitos e garantias relativos aos créditos, em especial o direito ao crédito dos descontos efetuados pelo INSS, cujas liquidações ocorram em até 05 dias.

#### Disposições Gerais do Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação

O Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação firmado, em 29 de novembro de 2004, entre o BMC e o Bradesco, tem como objeto a cessão, pelo BMC ao Bradesco, de créditos oriundos das operações de financiamento de veículos automotores concedidas pelo BMC aos Financiados.

Estas operações são formalizadas através da celebração de Contratos de Financiamento, cujos elementos identificadores se encontram discriminados no anexo I ao Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação. Esses elementos identificadores são: (i) Número do Contrato de Financiamento; (ii) Valor do Crédito em Reais; e (iii) Vencimento Final.

O Bradesco faz jus a todos os direitos e garantias assegurados ao BMC nos Contratos de Financiamento identificados no anexo I e que formalizam os créditos objeto do Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação.

São obrigações do BMC previstas no Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação:

- (i) responsabilidade civil pela existência, legalidade, veracidade, legitimidade e correta formalização dos créditos cedidos ao Bradesco;

- (ii) a não celebração de ajustes nos Contratos de Financiamento que impliquem alienação, compromisso de alienação, oneração, compensação, extinção, mudança de prazo ou das condições de pagamento dos créditos cedidos;
- (iii) o compromisso de direcionar ao Bradesco o atendimento a terceiros devedores dos Contratos de Financiamento cedidos para fins de negociação e recebimento de valores;
- (iv) o imediato repasse ao Bradesco, com identificação da origem, de qualquer valor eventualmente recebido com relação aos Contratos de Financiamento cedidos;
- (v) a notificação de todos os devedores dos créditos objeto da cessão prevista no Contrato de Cessão de Créditos Sem Coobrigação;
- (vi) a indicação de funcionário do BMC para, na qualidade de fiel depositário dos documentos atinentes aos créditos cedidos ao Bradesco e suas respectivas garantias, efetuar a guarda desses documentos e apresentá-los ao Bradesco no prazo de 2 dias úteis contados da sua solicitação;
- (vii) a informação imediata ao Bradesco de qualquer reclamação ou cancelamento relativos aos documentos que deram origem ao crédito cedido; e
- (viii) o pagamento ao Bradesco de eventuais valores que, em razão das reclamações ou cancelamentos referidos no item (vii) acima, venham a ser deduzidos do valor do crédito a ser cedido.

#### **Processos Administrativos Perante o Bacen**

Segundo o BMC, o banco figura como parte em 1 processo administrativo em andamento perante o Bacen.

O processo nº PA 0101097649 trata de suposta concessão de empréstimo vedado por lei, mediante o artifício de realizar operação “casada”, pela BMC Promotora de Negócios e Assessoria Financeira Ltda. à BMC Participações e Negócios S.A., ambas, à época, controladas pelo BMC.

Em 09 de março de 2005, o Bacen considerou procedente a autuação, aplicando multa de R\$100.000,00 ao BMC. Em 30 de junho de 2005 foram apresentados recursos voluntários pelo BMC. Na Sessão de 28 de abril de 2008, foi determinada realização de diligência, após o que serão julgados os recursos interpostos.

#### **Aspectos Cíveis**

Segundo o BMC, os processos cíveis em que o BMC figura como parte podem ser divididos, quanto a seu objeto, em três grandes grupos: (a) processos referentes a empréstimos consignados, (b) processos referentes a financiamentos de veículos e (c) outros temas cíveis.

De acordo com as informações fornecidas pelo BMC, o seguinte quadro que resume a posição dos processos cíveis:

Objeto da Demanda	Quantidade de Processos	Valor Total Envolvido (R\$)
Empréstimo Consignado	11.300	44.522.812,91
CDC Veículos	643	24.000.000,00
Diversos	1.136	25.000.000,00
<b>Total</b>	13.079	93.522.812,91

Fonte: BMC.

Segundo o BMC, os valores correspondentes aos processos em que a condenação é possível ou provável estão devidamente provisionados e apontados no competente balanço auditado, servindo para que as eventuais condenações estejam contempladas em suas demonstrações financeiras.

### Aspectos Tributários

Segundo o BMC, por disposição contratual pactuada por ocasião da venda do BMC e suas empresas coligadas para o Banco Bradesco S.A., a gestão de todos os processos tributários então existentes e relativos a fatos geradores ocorridos até 24 de agosto de 2007 permanece com os antigos controladores, os quais, inclusive, se responsabilizar-se-ão por eventuais desembolsos, tendo prestado garantia integral.

Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o banco figurava como parte nos seguintes processos com valores acima de R\$500.000,00 e risco possível ou provável:

1. Ação Ordinária nº 95.0032274-9: visa à recuperação de IOF indevidamente recolhido (Lei nº 8.033/90 IOF do Plano Collor), mediante a compensação com parcelas vincendas de IRPJ. Segundo o BMC, o valor atualizado do crédito, em 31 de dezembro de 2007, era de R\$5.681.394,30, e o montante provisionado era de R\$532.828,41.
2. Mandado de Segurança nº 95.0054474-1: visa o reconhecimento da perda e conseqüente dedução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, para fins de apuração de IRPJ e CSL, atinentes ao período-base encerrado em 31 de dezembro de 1995, nos moldes das regras estabelecidas pelo Bacen. Com vistas a prevenir a decadência, as autoridades fazendárias efetuaram o lançamento dos valores referentes à multa e os juros de mora sobre o IRPJ e a CSL já recolhidos, originando o Processo Administrativo nº 13.805.005094/97-50, abaixo mencionado.
3. Mandado de Segurança nº 94.0033724-8: visa a inexigibilidade da CSL, a partir de dezembro de 1994, em alíquota superior a 10%. Com vistas a prevenir a decadência, as autoridades fazendárias efetuaram o lançamento das diferenças de CSL originando o Processo Administrativo nº 13.805.005095/97-12, abaixo mencionado.
4. Ação Rescisória 2003.03.00.048211-0: proposta pela Fazenda Nacional visando a “*desconstituição do v. acórdão rescindendo com relação às Rés, e a prolação em substituição, de novo julgamento, em que se declare relativamente às Rés, a validade do inciso I do artigo 3º, da Lei 8200/91, e do Decreto nº 332/91, reconhecendo-se a validade da restrição legal no sentido de deferir a dedução na determinação do lucro real, a partir de 1993, da parcela de correção monetária das demonstrações financeiras, relativa ao período-base de 1990, que correspondesse à diferença verificada no ano de 1990 entre a variação do Índice de Preços do Consumidor (IPC) e a variação do BTN Fiscal.*”
5. Processo Administrativo nº 13805.000782/95-43: oriundo do lançamento de diferenças de IRPJ que deixaram de ser recolhidas em razão da apropriação de despesas indedutíveis na base de cálculo, cujo desfecho havia sido desfavorável ao BMC.
6. Processo Administrativo nº 16327.000843/2002-33: discute a exigência de multa no montante histórico de R\$1.091.445,19 (em 19 de abril de 2002) por atraso na entrega das declarações de CPMF nos anos de 1998 a 2000. Um imóvel no valor de R\$372.867,34 foi oferecido como garantia recursal.

7. Processo Administrativo nº 16327.003010/2002-24: trata da exigência de CPMF em operações de câmbio simbólico. O valor histórico envolvido é R\$890.787,40 (em 19 de agosto de 2002). Um imóvel no valor de R\$337.717,55 foi oferecido como garantia recursal.
8. Mandado de Segurança nº 2003.61.00.011135-3: o BMC discute a exigência do IRPJ e da CSL sobre o resultado positivo de equivalência patrimonial de suas filiais no exterior, como exige o artigo 7º da IN 213/2002. De acordo com o BMC, o valor envolvido atualizado para 31 de dezembro de 2007 é de R\$28.724.371,46, não havendo provisão.
9. Execução Fiscal nº 31/2007: relativo ao ISS sobre operações de *leasing*. O valor histórico executado somava, em 2 de maio de 2007, R\$1.717.107,46. Paralelamente, o BMC impetrou o Mandado de Segurança nº 613/2007 para suspender a exigência de multa formal de 500%, no qual obteve liminar. Em relação à Execução Fiscal, foi deferido o pedido de penhora *on line* efetuado pelo Município de São Paulo.
10. Mandado de Segurança nº 053.04.020053-4: o BMC discute a exigência do ISS, no Município de São Paulo, sobre as atividades de prestação de fianças, avais e outras garantias. Segundo o BMC, o valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$188.303,19, não havendo provisão.
11. Execuções Fiscais nº 171882-05, nº 171859-05, nº 171860-05 e nº 171861-05: ajuizadas pelo Município de São Paulo visando cobrar débitos de ISS não recolhidos sobre serviços bancários, perfazendo valor histórico total, segundo o BMC, de R\$2.356.927,12.
12. Execução Fiscal nº 2007.61.82.034266-6: trata-se de débitos de IRPJ oriundos do “PA nº 16327.500795/2006-11 - Inscrição nº 80206086349-54; e PA nº 16327.002927/99-36 - Inscrição nº 80207009505-90”, no valor histórico, segundo o BMC, em 18 de junho de 2007, de R\$10.202.469,72.
13. Processo Administrativo 13805.005094/97-50: trata-se da exigência de multa e juros moratórios sobre IRPJ e CSL já recolhidos dentro do prazo legal de 30 dias da cassação da liminar no Mandado de Segurança nº 95.0054474-1. De acordo com Extrato do Processo emitido pela Secretaria da Receita Federal em 18 de março de 2008, o valor é de R\$4.812.987,34 para o IRPJ e de R\$1.122.165,365 para a CSL.
14. Processo Administrativo 13805.005095/97-12: trata-se de lançamento para evitar a decadência dos valores discutidos no Mandado de Segurança nº 94.0033724-8, mencionado no item 3 acima.
15. Mandado de Segurança nº 96.0037405-8: o BMC busca o reconhecimento do seu direito de recolher a CSL com a aplicação da alíquota prevista para as empresas do setor não-financeiro, em respeito ao princípio da isonomia. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$10.258.573,05.
16. Execução Fiscal nº 96.0007123-3: execução fiscal acima foi ajuizada, originalmente, contra a Corretora BMC de Títulos e Valores Mobiliários, empresa incorporada pelo BMC. Oferecido imóvel a penhora (Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Zona de Fortaleza).
17. Mandado de Segurança nº 97.0004530-7: refere-se à CSL – diferencial de alíquotas e dedução na sua própria base de cálculo no ano-base de 1997 – Emenda Constitucional 10/96. Segundo o BMC, o valor total envolvido e provisionado é de R\$1.145.321,33, e o saldo de depósitos judiciais soma R\$1.361.680,28.
18. Mandado de Segurança nº 98.0008575-0: refere-se à CSL – diferencial de alíquotas no ano-base 1998.
19. Mandado de Segurança nº 97.0011726-0: refere-se à CSL – dedução dos juros sobre o capital próprio até o limite da TJLP, em face da vedação prevista no art. 9º, § 10º da Lei nº 9.249/95. Ano-base 1996. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$7.320.833,68.
20. Mandado de Segurança nº 97.0004533-1: refere-se à IRPJ – dedutibilidade da CSL no ano-base 1997. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$200.230,98.

21. Mandado de Segurança nº 98.0008573-4: refere-se ao IRPJ – dedutibilidade da CSL no ano-base 1998. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$1.305.800,33, havendo depósito judicial no valor de R\$1.553.451,70.
22. Mandado de Segurança nº 1999.61.00.005608-7: refere-se ao IRPJ – dedutibilidade da CSL no ano-base 1999. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$306.011,88, havendo depósito judicial no valor de R\$357.333,39.
23. Mandado de Segurança nº 97.0011728-6: refere-se ao IRPJ e à CSL – juros capitalizados no ano-base 1996.
24. Mandado de Segurança nº 1999.61.00.013332-0: refere-se ao IRPJ e à CSL – dedução da correção monetária de balanço nos anos-base de 1.996, 1.997 e 1.998 – Lei nº 9.249/95. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$10.414.435,71 e o saldo de depósitos judiciais somava R\$10.969.609,37.
25. Mandado de Segurança nº 2001.61.00.015459-8: refere-se à Compensação – Instrução Normativa nº 21/97.
26. Mandado de Segurança nº 96.0038595-5: trata-se de mandado de segurança para que seja observado o conceito de receita bruta operacional, como definida pela legislação do imposto sobre a renda, para fins de apuração da base de cálculo do PIS.
27. Mandado de Segurança nº 97.0056338-3: trata-se de mandado de segurança para que seja observado o conceito de receita bruta operacional, como definida pela legislação do imposto sobre a renda, para fins de apuração da base de cálculo do PIS. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido, em relação ao Mandado de Segurança, e provisionado era de R\$6.870.731,67.
28. Mandado de Segurança nº 2001.61.00.031588-0: refere-se ao PIS – recolhimento das contribuições devidas desde 01/00 sem as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98. Segundo o BMC, em 31 de dezembro de 2007, o valor total envolvido e provisionado era de R\$19.508.234,45, e o saldo de depósitos judiciais somava R\$16.340.556,47.
29. Mandado de Segurança nº 1999.61.00.009282-1: refere-se à COFINS – pagamento sem as alterações da Lei nº 9718/98, das contribuições devidas a partir de 01/2000.

Constam, no *site* da Justiça Federal de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, as seguintes informações acerca de execuções fiscais adicionais:

Execução Fiscal	Tributo	Processo Administrativo	CDA	Andamento
97.0534971-1	IPMF	10314.006024/95-36	8049600069008	Aguarda julgamento.
98.0548202-2	Não informado	13805.004000/93-47	8069800209215	Julgada extinta. Discussão permanece em relação a condenação da União Federal em honorários.
2000.61.82.089756-6	IRPJ	16327.000456/00-46	80200000669	Julgada extinta. Discussão permanece em relação a condenação da União Federal em honorários.
2000.61.82.091110-1	IRPJ	16327.000453/00-58	80200000668	Julgada extinta. Discussão permanece em relação a condenação da União Federal em honorários.
2000.61.82.099169-8	CSL	16327.001069/98-59	80600001845	Julgada extinta. Discussão permanece em relação a condenação da União Federal em honorários.
2000.61.82.099170-4	CPMF	16327.001069/98-59	80600001846	Julgada extinta. Discussão

Execução Fiscal	Tributo	Processo Administrativo	CDA	Andamento
				permanece em relação a condenação da União Federal em honorários.
2005.61.82.021437-0	IOF	16327.501238/2004-47	80204056806	Julgada extinta. Aguarda trânsito em julgado.
2007.61.82.001292-7	CSL	16327.001069/98-59	8040000007130	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031137-2
2007.61.82.001293-9	Não informado	16327.001069/98-59	8020000067073	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031139-6
2007.61.82.001294-0	CSL	16327.001069/98-59	8060000184575	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031136-0
2007.61.82.001295-2	Não informado	16327.001069/98-59	8060000184656	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031138-4
2007.61.82.003275-6	IRPF	16327.000453/00-58	8020000066859	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031135-9
2007.61.82.003835-7	Não informado	16327.000456/00-46	8020000066930	Aguarda julgamento dos Embargos à Execução 2007.61.82.031140-2

Além dos processos acima mencionados, a Certidão de Distribuição de Execuções Fiscais Municipais, emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 14 de fevereiro de 2008, aponta a existência de outras 24 execuções fiscais, quais sejam: 090.00.007941-6, 090.00.008461-6, 090.00.008993-2, 090.009209-0, 090.00.011817-8, 090.00.011820-2, 090.0013512-1, 090.00.034706-6, 090.00.034726-3, 090.00.078257-5, 090.00.104085-3, 090.00.110048-3, 090.00.154331-5, 090.00.154332-8, 090.00.163034-1, 090.00.172766-0, 090.00.182385-0, 090.00.182842-0, 090.00.183648-2, 090.00.183817-8, 090.00.1848806-7, 090.00.189461-7, 090.00189462-0, 090.00.267350-7.

A Certidão de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 30 de novembro de 2007, atesta que não há débitos de ISS em aberto até setembro de 2007. Por outro lado, informa que as execuções fiscais 634946-3/05-6, 634947-1/05-9 e 634948-1/05-4 estão com a exigibilidade suspensa em razão de embargos opostos.

Por fim, além dos processos acima referidos, os Extratos de Processos Administrativos emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil apontam os seguintes processos adicionais em que o BMC figura como parte:

Processo	Tributo
10380.001853/95-84	MULTA
16327.000991/00-70	PIS
16327.000992/00-32	PIS
16327.000159/2001-71	IOF
16327.002929/2001-10	IRRF
16327.000597/2002-10	IRRF
16327.003332/2002-73	COFINS
16327.003333/2002-18	CPMF



Processo	Tributo
16327.003334/2002-62	CSL
16327.003335/2002-15	IOF
16327.003430/2002-19	IRPJ
16327.003950/2003-02	IRPJ
16327.004072/2003-34	CPMF
16327.004073/2003-89	CSL
16327.004074/2003-23	IOF
16327.004075/2003-78	IRRF
16327.000733/2003-52	IRRF
16327.000734/2003-05	CPMF
16327.000735/2003-41	IOF
16327.000736/2003-96	CSL
16327.000737/2003-31	PIS
16327.000738/2003-85	COFINS
16327.000759/2003-09	CPMF
16327.000763/2003-69	CSL
16327.000764/2003-11	IOF
16327.000765/2003-58	IRPJ
16327.000766/2003-01	IOF
16327.000788/2003-62	CSL
16327.000789/2003-15	CPMF
16327.000790/2003-31	PIS
16327.001676/2003-29	IRRF
16327.001873/2003-48	CSL
16327.002287/2003-11	IRRF
16327.002288/2003-65	PIS
16327.002289/2003-18	IRPJ
16327.003264/2003-23	IOF
16327.003265/2003-78	IRRF
16327.003266/2003-12	CPMF
16327.003437/2003-11	IRPJ
16327.003438/2003-58	CSL
16327.003447/2003-49	CSL
16327.003451/2003-15	IRRF

### Aspectos Trabalhistas

De acordo com o BMC, o banco é parte em 129 processos, movidos em 23 cidades diferentes.

Os locais que possuem maior quantidade de processos são: São Paulo, com 55 processos, Brasília, com 19, Porto Alegre, com 11, Curitiba, 6 e Rio de Janeiro, com 6 ações.

A certidão de distribuição da Justiça do Trabalho de São Paulo aponta o BMC como parte em 136 processos, sendo 55 mencionados nos parágrafos acima, 27 arquivados e 5 cartas precatórias ainda em andamento.

O montante total envolvido nos processos trabalhistas informados pelo BMC, em 31 de dezembro de 2007, pode ser resumido de acordo com a tabela abaixo:

<b>Risco</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Valor dos Processos (em R\$)</b>
Provável	94	10.578.237,43
Possível	35	1.306.873,35
Remoto	00	0,00
<b>TOTAL</b>	129	11.885.110,78

Fonte: BMC.

### **Informações Financeiras Selecionadas e Índices Financeiros**

	<i>(R\$ mil)</i>				
<b>Balanco Patrimonial e Indicadores Financeiros</b>	<b>30.09.06</b>	<b>30.09.07</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.07</b>
Liquidez Corrente	83,23%	45,36%	69,67%	89,38%	93,43%
Disponibilidades	8.604	5.152	31.789	6.039	13.431
Operações de Crédito	907.380	1.606.273	607.040	1.070.990	2.425.387
Investimentos	14.209	14.840	38.309	14.416	14.644
Imobilizado	24.825	3.419	21.363	3.880	3.676
Diferido	4.964	5.877	3.910	5.638	7.158
<b>Ativos Totais</b>	2.347.317	2.916.348	1.843.462	2.394.247	3.595.150
Provisões para Perdas em Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	277.638	153.796	237.689	284.584	196.234

Fonte: BMC.

	<i>(R\$ mil)</i>				
<b>DRE</b>	<b>30.09.06</b>	<b>30.09.07</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.07</b>
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	133.863	104.809	574.126	605.878	633.051
Custo de captação	39.492	38.799	211.091	246.617	200.279
<b>Margem bruta</b>	94.371	66.010	363.035	359.261	432.772
<b>PDD</b>	10.339	21.167	53.329	44.510	105.407
<b>Margem líquida</b>	84.032	44.843	309.706	314.751	327.365
Despesas Gerais e Administrativas	19.256	20.321	81.850	77.623	95.183
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	46.176	201.621	166.564	130.394	360.800
<b>Resultado Operacional</b>	18.600	177.099	61.292	106.734	128.618
Participação em Sociedades Controladas e Coligadas	117	161	4.263	1.075	772
Receitas (Despesas) não Operacionais Líquidas	342	119	(96)	12.419	1.463
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	19.059	176.819	65.459	120.228	126.383
Provisão para IR e CS	6.679	4.766	19.979	28.810	38.431
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	12.380	172.053	45.480	91.418	87.952

Fonte: BMC.

<b>Indicadores Financeiros</b>	<b>30.09.06</b>	<b>30.09.07</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.07</b>
<b>LIQUIDEZ</b>					
Ativos de crédito / Ativo total	38,66%	55,08%	32,93%	44,73%	67,46%
Aplicações interfinanceiras / Ativo total	6,03%	25,24%	1,86%	5,45%	14,39%
<b>ALAVANCAGEM</b>					
Ativo Permanente / (PL + Minoritários)	16,50%	15,37%	26,75%	8,77%	12,72%
(PL + Minoritários) / Ativo total	11,83%	5,27%	12,89%	11,89%	5,46%
Índice da Basileia	16,49%	0,00	19,74%	15,22%	0,00
Investimentos / Ativo permanente	31,02%	62,77%	60,25%	57,74%	58,67%
<b>RENTABILIDADE</b>					
Retorno sobre ativos médios	2,36%	-25,92%	2,51%	17,26%	-11,75%
Retorno sobre PL médio	19,22%	-313,98%	19,40%	140,03%	-146,34%
(Desp. Adm. + Pessoal + Impostos) / Total das Receitas Operacionais	14,22%	17,55%	13,11%	10,43%	14,29%

Fonte: BMC.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007, 30 de setembro de 2006 e 30 de setembro de 2007 foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes.

## ESTRUTURADOR E DISTRIBUIDOR

O Banco Bradesco S.A., controlador do Banco Bradesco BBI S.A., é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, conforme informação do Bacen, e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 24.595 pontos convencionais, entre eles, 3.169 agências e 5.851 unidades do Banco Postal. Em 31 de março de 2008, o lucro líquido foi de R\$1.907 milhões, patrimônio líquido de R\$32.909 milhões e R\$355.517 milhões em ativos totais.

O Banco Bradesco BBI S.A. é a empresa responsável pelo desenvolvimento de operações nos segmentos de renda variável, renda fixa, operações estruturadas, fusões e aquisições, financiamento de projetos e tesouraria.

No primeiro trimestre de 2008, pode-se destacar a participação do Banco Bradesco BBI S.A. como coordenadores contratados na oferta pública de ações da Visa Inc., realizada nos Estados Unidos da América, por meio de nossa subsidiária Bradesco Securities Inc., no montante de US\$19,7 bilhões.

O Banco Bradesco BBI S.A. é o banco líder de renda fixa no mercado doméstico, de acordo com o *ranking* de ANBID – Associação Nacional de Bancos de Investimento, março de 2008, ocupando a primeira posição no *ranking* de origemação, por volume. Destaca-se a participação do Distribuidor na emissão de debêntures da USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., no montante de R\$500,0 milhões, na emissão de notas promissórias da ULTRAPAR Participações S.A., no montante de R\$1.200,0 milhões e no FIDC CHEMICAL III - Indústria Petroquímica, no montante de R\$ 324,0 milhões.

O Banco Bradesco BBI S.A. desenvolve estruturas para segregação de riscos de crédito, por meio de securitização, utilizando sociedades de propósito específico, cessões de créditos com risco compartilhado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e financiamento de médio e longo prazos, estruturados com base em recebíveis e/ou outras garantias.

O Distribuidor também atua no mercado de capitais internacional, originando, estruturando operações de dívida (*commercial papers*, *notes* e *bonds*) para colocação junto a investidores estrangeiros.

## **ADMINISTRADORA**

A BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Banco Bradesco S.A.

A Administradora e o Gestor não se encontram em conflito de interesses no exercício de sua função, manifestando sua independência nas atividades de administração do Fundo, custódia e gestão da carteira, uma vez que esta pode conter títulos de emissão/titularidade da Administradora, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedade sob controle comum.

*Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora e do Gestor”.*

## CUSTODIANTE

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, em 2004, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$1,3 bilhão.

Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém os sistemas com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

### **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

## **Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento**

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores de fundos, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O “Sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento” elimina a complexidade do sistema convencional, facilitando o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Banco Bradesco S.A. oferece aos seus quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

## **GESTOR**

A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM, constituída em dezembro de 2000, devidamente registrada na CVM, conta com estrutura especializada e dedicada à gestão de recursos de terceiros. Atende aos mais variados segmentos de mercado: varejo, varejo alta renda (Bradesco Prime), *private*, *middle* (Bradesco Empresas), *corporate* e investidores institucionais. Sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor. A Moody's América Latina Ltda. atribuiu ao Gestor o *rating* “MQ1” de qualidade de gestão, a maior na escala definida pela agência a nível mundial. Além disso, a Fundação Vanzolini concedeu ao Gestor o certificado ISO 9001/2000 na Gestão de Recursos de Terceiros (Fundos e Carteiras) nas categorias varejo e exclusivo.



## **ANEXOS**

---

Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes

Súmula de Classificação de Risco Preliminar da Moody's América Latina Ltda.

Súmula de Classificação de Risco da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Regulamento

Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007 do BMC

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006 do BMC

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela KPMG Auditores Independentes



RISK ADVISORY SERVICES

## **Banco BMC S.A.**

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados  
31 de Janeiro de 2008

ADVISORY

**AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY**

- 
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco BMC S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas no prospecto.



---

© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNIS 395/1  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



**KPMG Risk Advisory Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel  
Fax Nacional  
Internacional  
Internet

55 (11) 2183-3000  
55 (11) 2183-3001  
55 (11) 2183-3034  
www.kpmg.com.br

Ao  
**Banco BMC S.A.**  
São Paulo - SP

11 de abril de 2008

Atenção: Sr. Norival Wedekin

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 11 de março de 2008, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis do Banco BMC S.A. ("BMC" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados exclusivamente por operações de crédito consignado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS").

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características de *performance* dos pagamentos dos recebíveis, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados aos processos de origemação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela BMC, para o período compreendido entre 1º de fevereiro de 2005 e 31 de janeiro de 2008. Indicamos, ainda neste relatório, as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de março a 8 de abril de 2008 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Banco BMC S.A. e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco BMC S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Anhesini Souza  
Sócio



Pedro Vitor Zago  
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

## Conteúdo

Os contatos na KPMG Risk Advisory Services Ltda. (KPMG) em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza  
Sócio  
Tel.: 55 (11) 2183-3141  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: 55 (11) 2183-3290  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori  
Gerente Sênior  
Tel.: 55 (11) 2183-3381  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
fjomori@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações	4
Descrição dos Procedimentos Realizados	5
Apresentação da Carteira de Recebíveis	6
Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis	32
Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis	33



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações

### Objetivos do Trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes do Banco BMC S.A., a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, os valores relativos ao perfil e à *performance* de pagamentos por parte dos clientes.
- Levantar os fluxos de origemação, coleta e cobrança desses recebíveis e identificar os respectivos controles e sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.
- Identificar os pontos de controle e teste de sua eficácia por meio de procedimentos de simulação, revisar os controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, o plano de contingência e recuperação de dados etc. e verificar os controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo.

### Base para Preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do BMC e compreendem recebíveis gerados pelos contratos emitidos pelo Cedente, para um período de 36 meses, entre 1º de fevereiro de 2005 e 31 de janeiro de 2008. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros oficiais da Cedente, conforme descrito na Seção 3 deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes do BMC, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos das operações, foram definidos, em comum acordo com representantes do BMC, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das parcelas, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
  - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
  - *Pool* estático: apresenta a distribuição dos volumes financeiros de não-pagamentos ou pagamentos com atraso superior a 60, 90 e 180 dias.
- Conforme solicitação de representantes do BMC, foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de financiamento relativos ao período compreendido entre 1º de fevereiro de 2005 e 31 de janeiro de 2008. Distribuições estatísticas sobre as características da carteira também foram realizadas para o período sob análise, conforme descrito a seguir.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação aos responsáveis pela área de Crédito, da consulta ao Roteiro Operacional - INSS, bem como de observação dos fluxos de origemação executados com base em testes por amostragem.





## Descrição dos Procedimentos Realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Recálculo das seguintes informações:

- Características gerais da carteira de recebíveis
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período
- Evolução mensal do Ticket médio das operações e do valor liberado
- Distribuição das operações por faixas de valor
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio)
- Evolução da quantidade média de parcelas
- Distribuição das operações por UF
- Evolução mensal das operações por UF
- Distribuição das operações por idade do financiado
- Evolução mensal da idade do financiado
- Distribuição mensal das operações canceladas
- Evolução mensal da taxa média
- *Aging list*
- *Pool* estático
- Análises das baixas

- Conciliação da base de dados com os saldos contábeis

- Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis

Tabela 2.1
Tabela 2.2 e Gráfico 2.1
Tabela 2.3 e Gráfico 2.2
Tabela 2.4 e Gráfico 2.3
Tabela 2.5 e Gráfico 2.4
Gráfico 2.5
Tabela 2.6 e Gráfico 2.6
Gráfico 2.7
Tabelas 2.7 e Gráfico 2.8
Gráfico 2.9
Tabelas 2.8 e Gráfico 2.10
Tabelas 2.9 e Gráfico 2.11
Tabela 2.10
Gráficos 2.12, 2.13 e 2.14
Tabela 2.11 e Gráfico 2.15

Tabela 2.12
Seção 3



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## **Apresentação da Carteira de Recebíveis**

**Tabela 2.1 - Características Gerais da Carteira de Recebíveis**

Período sob análise: **fevereiro de 2005 a janeiro de 2008 (36 meses)**

Somatório do valor das parcelas: **R\$ 4.328.353 mil**

Somatório do valor liberado: **R\$ 2.445.457 mil**

Média mensal de originção (valor futuro): **R\$ 120.232 mil**

Média mensal de originção (valor liberado): **R\$ 67.929 mil**

Quantidade de contratos: **1.727.972**

Média de contratos originados (mês): **47.999**

Ticket médio das operações (valor futuro): **R\$ 2.505**

Ticket médio das operações (valor liberado): **R\$ 1.415**

Prazo médio das operações (em R\$): **37 parcelas**

Valor médio das parcelas (valor futuro): **R\$ 68**



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KONS 38571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.2 – Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro, Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período

Origem	Somatório do			Somatório			Somatório do			Somatório		
	Valor das Parcelas - R\$(000)	%	do Valor Liberado - R\$(000)	Quantidade de Contratos	%	Origem	Valor das Parcelas - R\$(000)	%	do Valor Liberado - R\$(000)	Quantidade de Contratos	%	%
fev/05	30.630	0,7%	16.926	7.641	0,4%	ago/06	86.463	2,0%	50.495	35.807	2,1%	2,1%
mar/05	38.543	0,9%	21.771	11.250	0,7%	set/06	70.841	1,6%	40.586	28.188	1,7%	1,6%
abr/05	51.857	1,2%	28.621	16.834	1,0%	out/06	100.236	2,3%	57.538	37.948	2,4%	2,2%
mai/05	66.132	1,5%	36.473	21.745	1,3%	nov/06	109.649	2,5%	64.141	40.131	2,6%	2,3%
jun/05	74.535	1,7%	41.087	28.203	1,6%	dez/06	137.065	3,2%	80.142	50.767	3,3%	2,9%
jul/05	69.597	1,6%	37.626	25.339	1,5%	jan/07	131.499	3,0%	76.642	49.103	3,1%	2,8%
ago/05	123.597	2,9%	56.264	33.525	1,9%	fev/07	118.337	2,7%	68.954	44.748	2,8%	2,6%
set/05	166.655	3,9%	72.828	41.055	2,4%	mar/07	138.641	3,2%	81.200	52.245	3,3%	3,0%
out/05	98.663	2,3%	51.692	33.523	1,9%	abr/07	173.828	4,0%	102.937	86.854	4,2%	5,0%
nov/05	95.085	2,2%	49.916	32.739	1,9%	mai/07	198.556	4,6%	117.016	115.293	4,8%	6,7%
dez/05	80.485	1,9%	43.612	28.311	1,6%	jun/07	157.953	3,6%	92.819	73.681	3,8%	4,3%
jan/06	70.414	1,6%	39.005	25.660	1,5%	jul/07	238.584	5,5%	142.219	100.951	5,8%	5,8%
fev/06	58.934	1,4%	32.351	21.205	1,2%	ago/07	215.977	5,0%	128.413	89.538	5,3%	5,2%
mar/06	107.659	2,5%	58.692	37.829	2,2%	set/07	182.764	4,2%	108.475	74.580	4,4%	4,3%
abr/06	94.813	2,2%	50.945	49.991	2,9%	out/07	211.174	4,9%	125.895	83.145	5,1%	4,8%
mai/06	155.240	3,6%	82.561	93.029	5,4%	nov/07	181.729	4,2%	107.728	70.449	4,4%	4,1%
jun/06	99.287	2,3%	58.052	44.391	2,6%	dez/07	191.215	4,4%	112.117	71.111	4,6%	4,1%
jul/06	83.781	1,9%	50.173	37.376	2,2%	jan/08	117.937	2,7%	59.547	33.787	2,4%	2,0%
						Total	4.328.353	100,0%	2.445.457	1.727.972	100,0%	100,0%

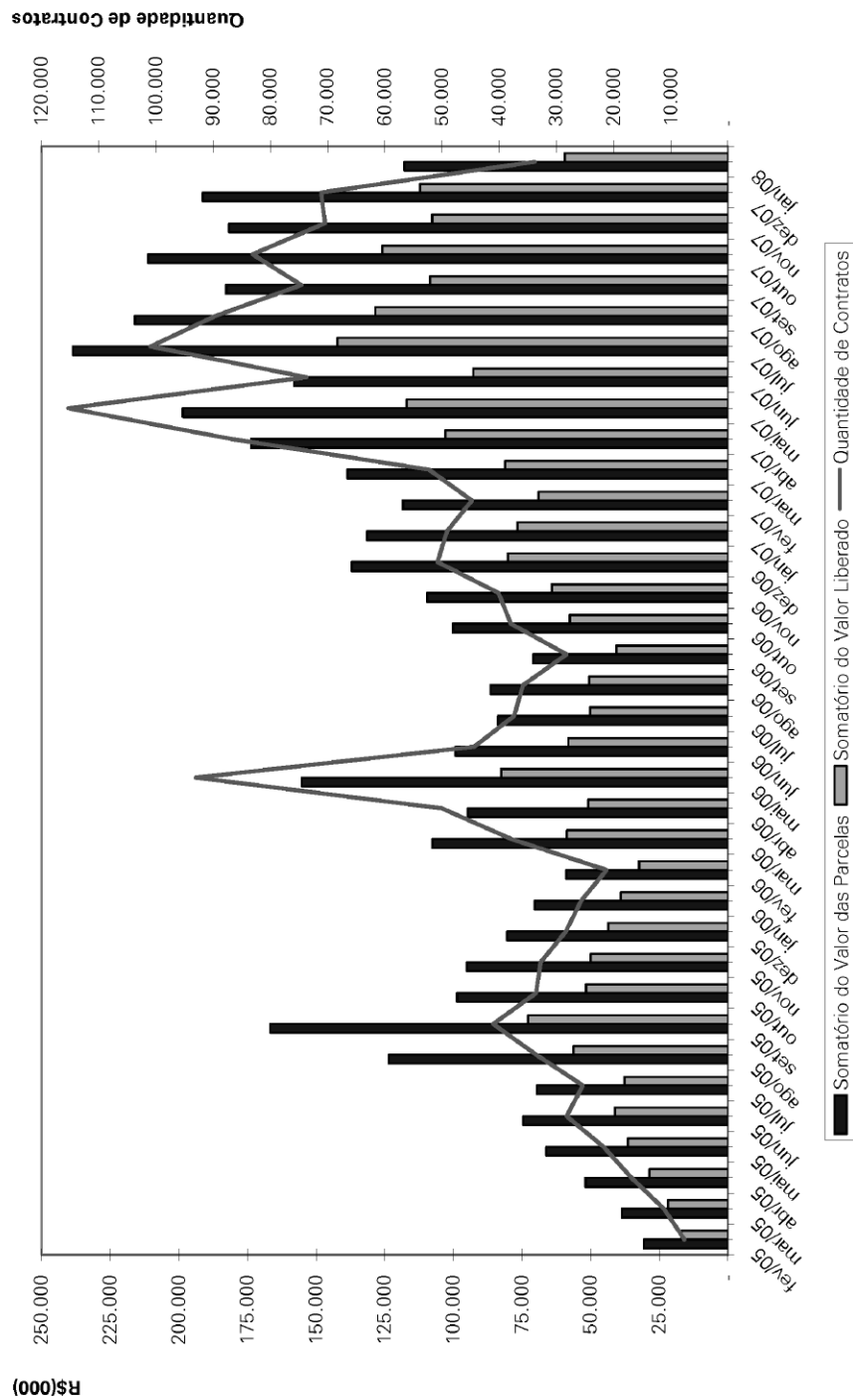
Obs: Em razão da diminuição da margem consignável (máximo de 20%) a partir de janeiro de 2008, ocorreu diminuição representativa no volume de novas operações em relação aos meses anteriores.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 – Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 – Evolução Mensal do Ticket Médio das operações e do Valor Liberado

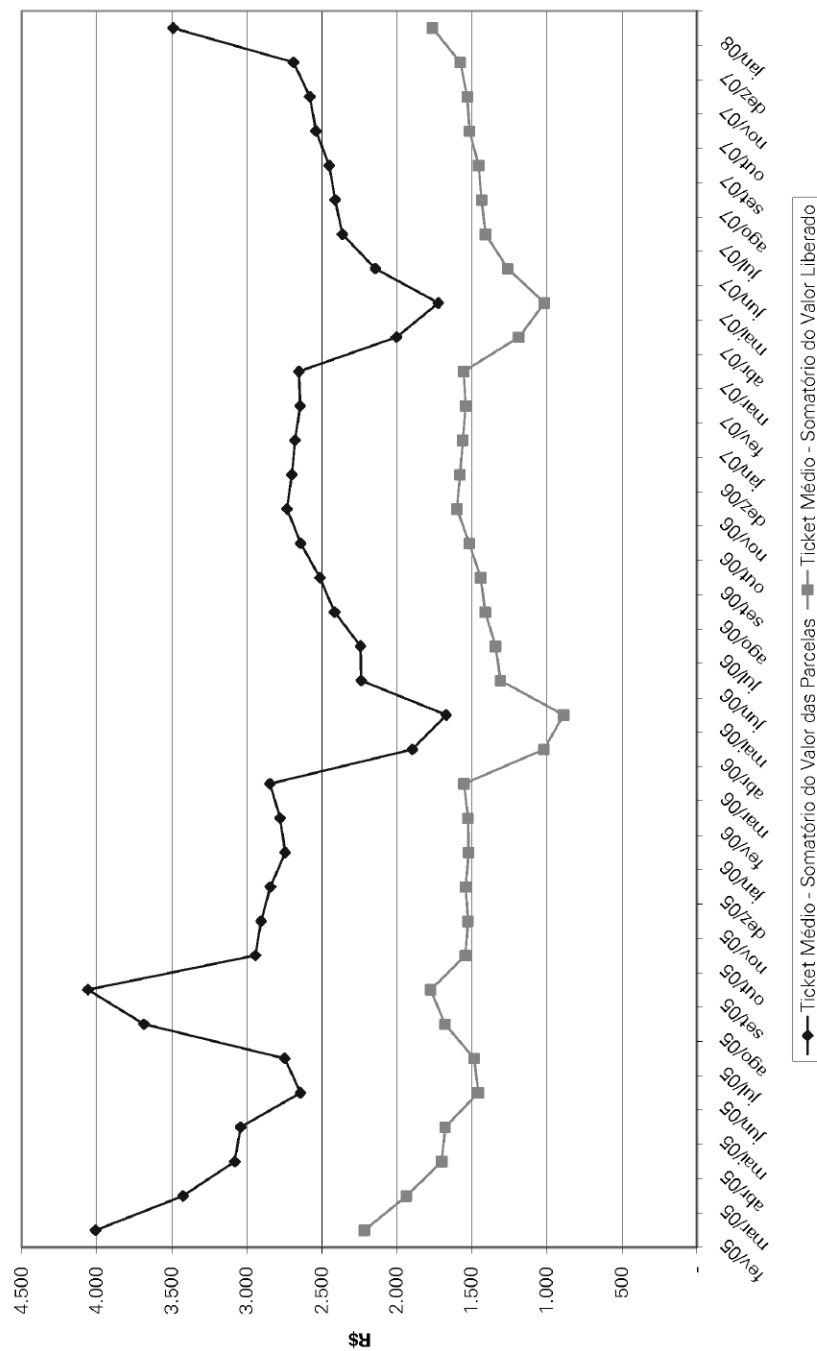
Origem	Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$	Origem	Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$
fev/05	4.009	2.215	ago/06	2.415	1.410
mar/05	3.426	1.935	set/06	2.513	1.440
abr/05	3.081	1.700	out/06	2.641	1.516
mai/05	3.041	1.677	nov/06	2.732	1.598
jun/05	2.643	1.457	dez/06	2.700	1.579
jul/05	2.747	1.485	jan/07	2.678	1.561
ago/05	3.687	1.678	fev/07	2.645	1.541
set/05	4.059	1.774	mar/07	2.654	1.554
out/05	2.943	1.542	abr/07	2.001	1.185
nov/05	2.904	1.525	mai/07	1.722	1.015
dez/05	2.843	1.540	jun/07	2.144	1.260
jan/06	2.744	1.520	jul/07	2.363	1.409
fev/06	2.779	1.526	ago/07	2.412	1.434
mar/06	2.846	1.552	set/07	2.451	1.454
abr/06	1.897	1.019	out/07	2.540	1.514
mai/06	1.669	887	nov/07	2.580	1.529
jun/06	2.237	1.308	dez/07	2.689	1.577
jul/06	2.242	1.342	jan/08	3.491	1.762
			<b>Total</b>	<b>2.505</b>	<b>1.415</b>



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 – Evolução Mensal do Ticket Médio das Operações e do Valor Liberado



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 – Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados)

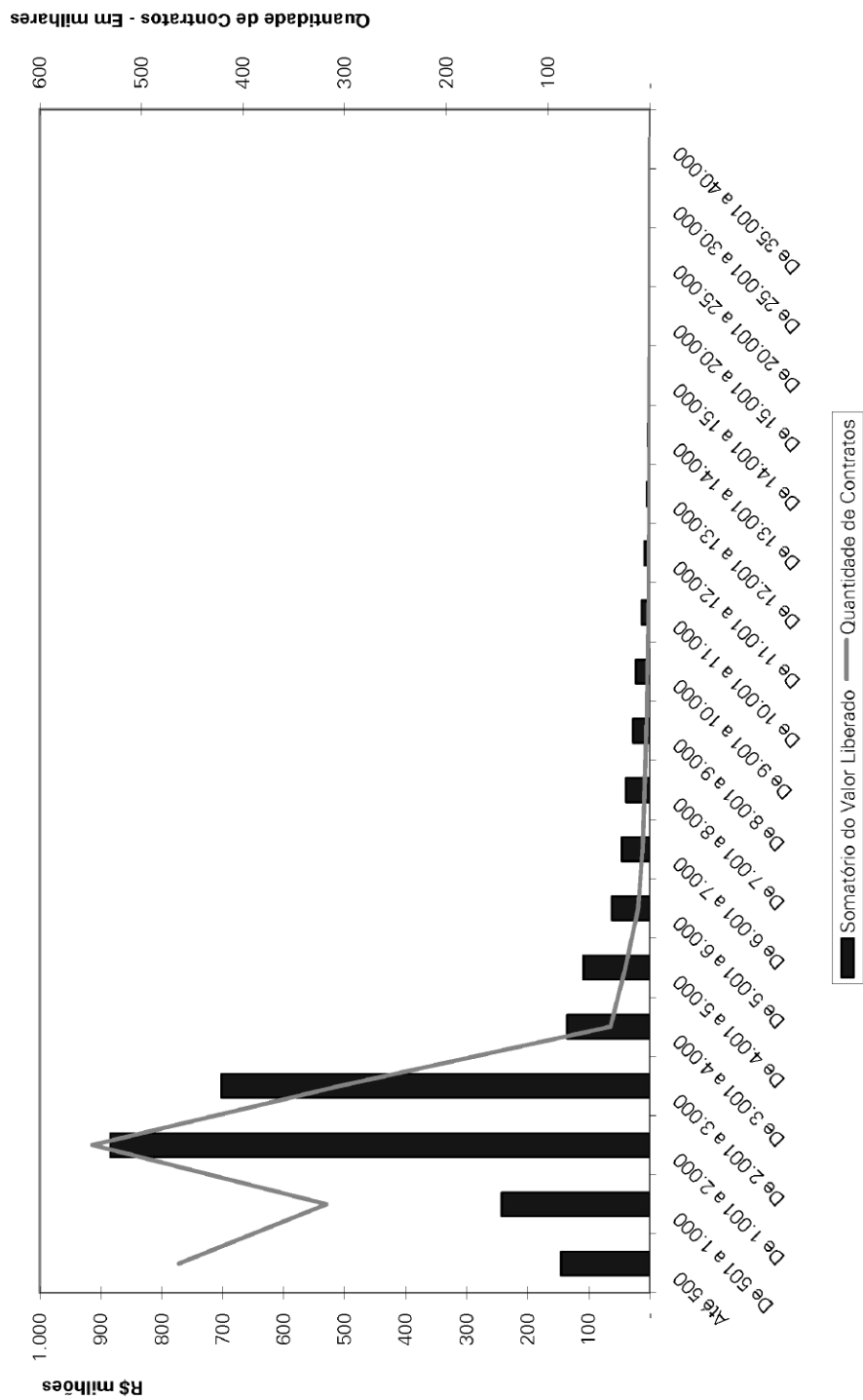
Faixas de Valor (em R\$)	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
Até 500	145.052	5,9%	463.142	26,8%
De 501 a 1.000	242.378	9,9%	317.934	18,4%
De 1.001 a 2.000	884.232	36,2%	548.264	31,7%
De 2.001 a 3.000	702.482	28,7%	304.793	17,6%
De 3.001 a 4.000	135.074	5,5%	38.487	2,2%
De 4.001 a 5.000	108.859	4,5%	23.788	1,4%
De 5.001 a 6.000	61.818	2,5%	11.177	0,6%
De 6.001 a 7.000	45.436	1,9%	6.961	0,4%
De 7.001 a 8.000	38.652	1,6%	5.142	0,3%
De 8.001 a 9.000	27.436	1,1%	3.233	0,2%
De 9.001 a 10.000	22.269	0,9%	2.330	0,1%
De 10.001 a 11.000	13.054	0,5%	1.246	0,1%
De 11.001 a 12.000	7.907	0,3%	689	0,0%
De 12.001 a 13.000	4.482	0,2%	359	0,0%
De 13.001 a 14.000	2.531	0,1%	188	0,0%
De 14.001 a 15.000	2.085	0,1%	143	0,0%
De 15.001 a 20.000	1.372	0,1%	83	0,0%
De 20.001 a 25.000	175	0,0%	8	0,0%
De 25.001 a 30.000	90	0,0%	3	0,0%
De 35.001 a 40.000	75	0,0%	2	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.445.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.727.972</b>	<b>100,0%</b>



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNIS 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 – Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados) (cont.)



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 – Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas

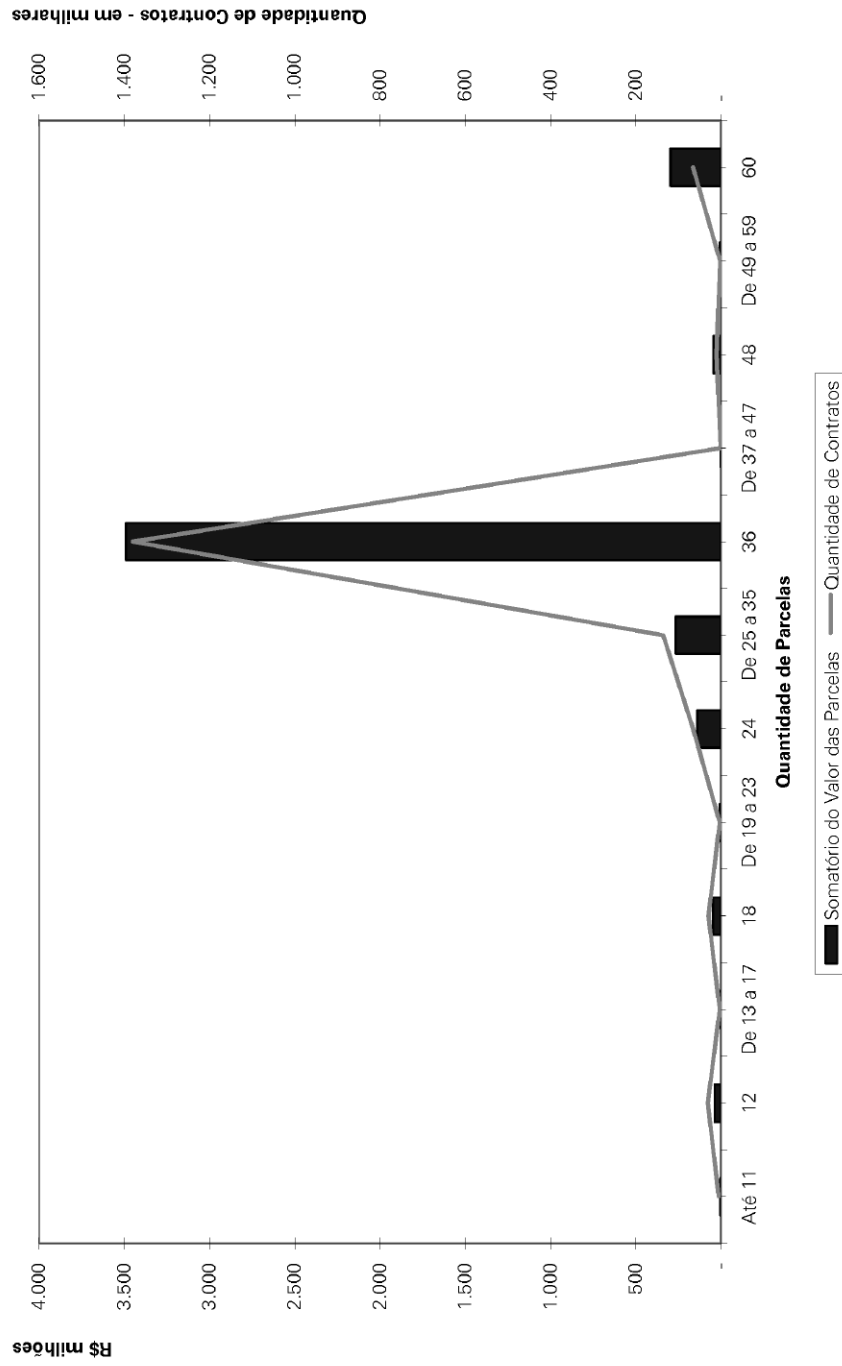
Quantidade de Parcelas	Somatório do		%	Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
	Valor das Parcelas - R\$(000)	Parcelas - R\$(000)					
Até 11 parcelas	3.337	0,1%	0,1%		4.791	0,3%	0,3%
12 parcelas	34.138	0,8%	0,9%		30.373	1,8%	2,0%
De 13 a 17 parcelas	4.194	0,1%	1,0%		2.811	0,2%	2,2%
18 parcelas	45.577	1,1%	2,0%		28.746	1,7%	3,9%
De 19 a 23 parcelas	4.815	0,1%	2,1%		2.470	0,1%	4,0%
24 parcelas	137.048	3,2%	5,3%		65.143	3,8%	7,8%
De 25 a 35 parcelas	264.109	6,1%	11,4%		135.245	7,8%	15,6%
36 parcelas	3.489.942	80,6%	92,0%		1.380.538	79,9%	95,5%
De 37 a 47 parcelas	1.592	0,0%	92,1%		421	0,0%	95,5%
48 parcelas	43.701	1,0%	93,1%		10.199	0,6%	96,1%
De 49 a 59 parcelas	4.883	0,1%	93,2%		1.771	0,1%	96,2%
60 parcelas	295.017	6,8%	100,0%		65.464	3,8%	100,0%
<b>Total</b>	<b>4.328.353</b>	<b>100,0%</b>			<b>1.727.972</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Prazo Médio Ponderado</b>			<b>37</b>	<b>meses</b>			



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

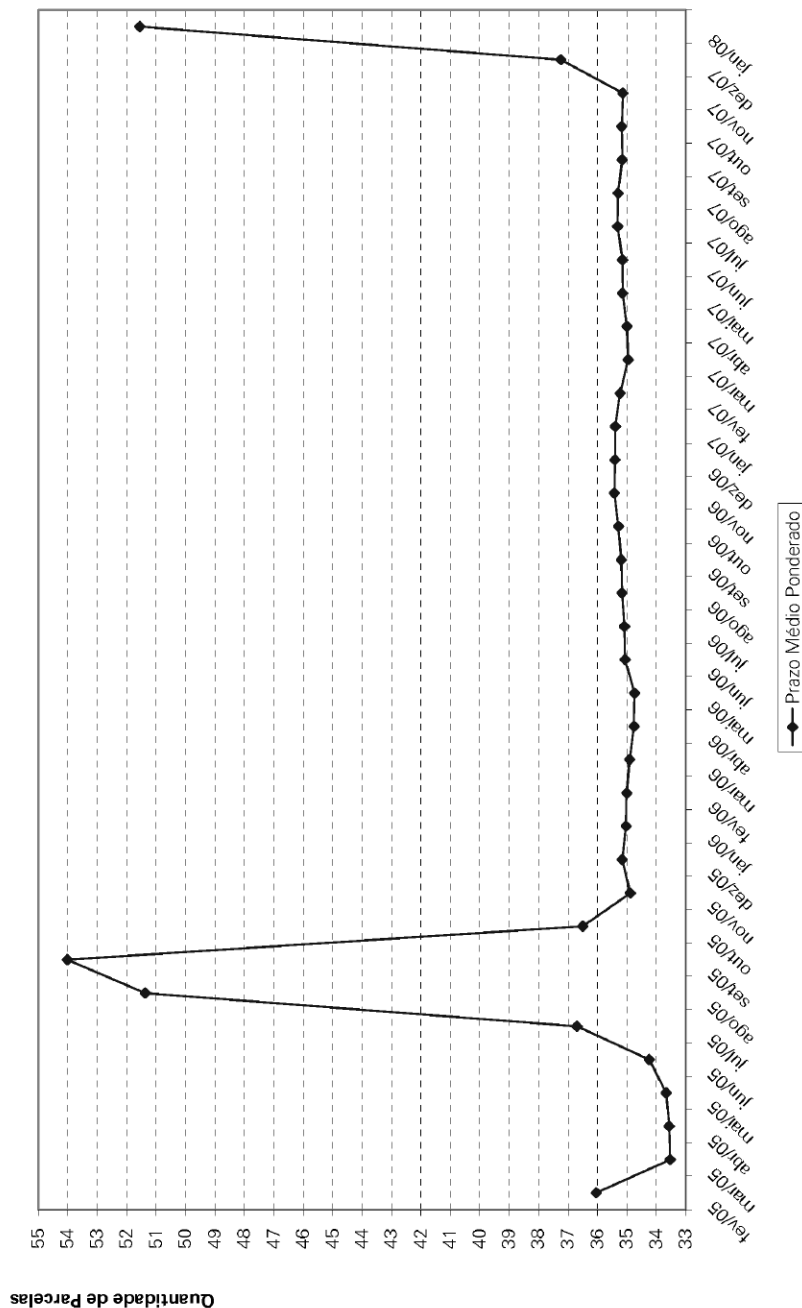
Gráfico 2.4 – Distribuição das operações por Quantidade de Parcelas



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDWS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 – Evolução da Quantidade Média de Parcelas



**Obs.:** De acordo com Instrução Normativa nº 121 do INSS/DC, de julho de 2005, foi liberada pelo INSS a realização de operações com prazo máximo de até 60 meses. Essa instrução foi revogada pela Instrução Normativa nº 1 do INSS-PR, de setembro de 2005, que restringiu o prazo máximo para 36 meses. Em janeiro de 2008, foi regulamentada a Instrução Normativa nº 25 do INSS-PR, que liberou novamente o prazo máximo das operações para 60 meses.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 – Distribuição das Operações por UF

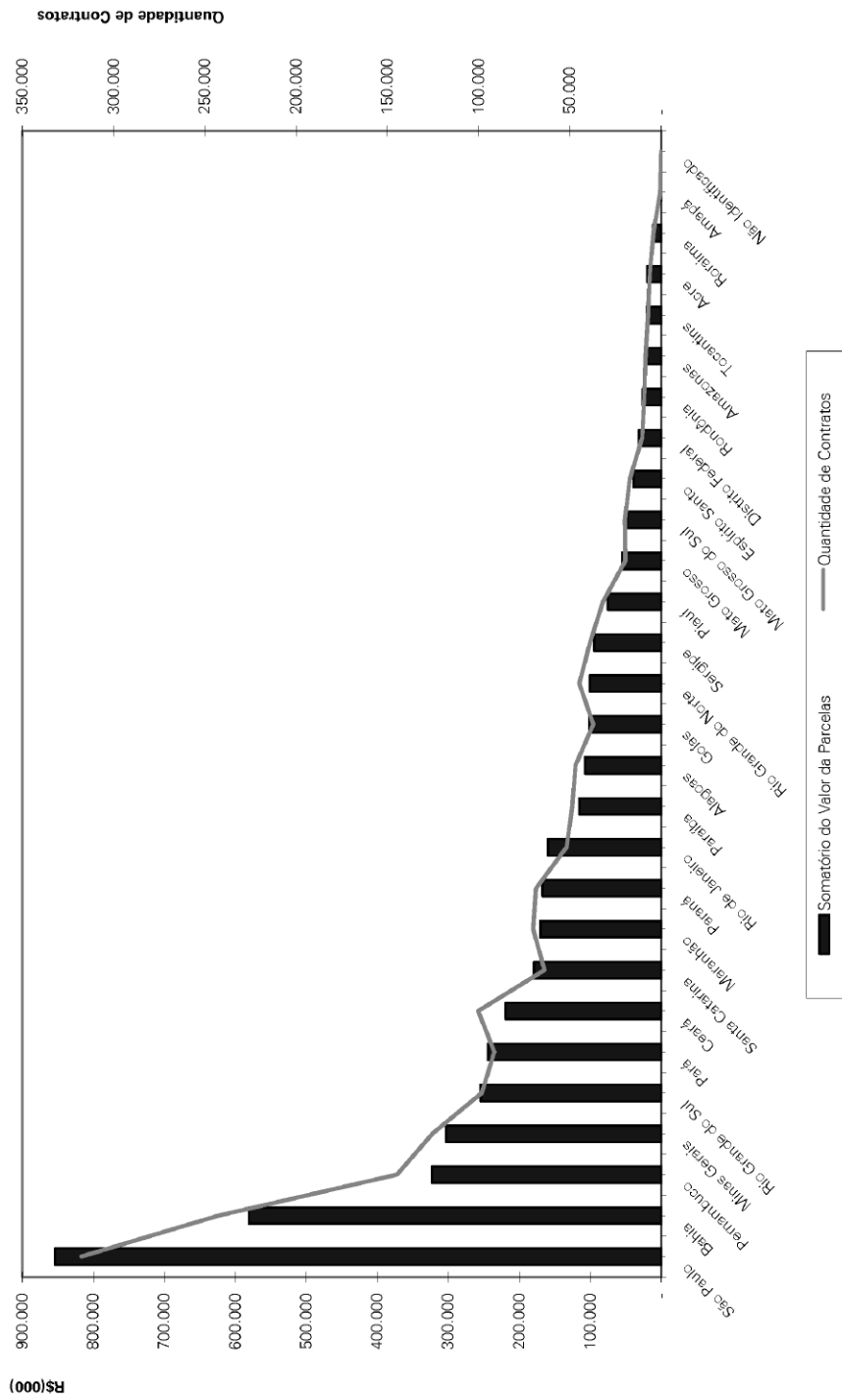
UF	Somatório do			Quantidade de		
	Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Contratos	%	% Acum.
São Paulo	854.122	19,7%	19,7%	317.566	18,4%	18,4%
Bahia	581.243	13,4%	33,2%	242.592	14,0%	32,4%
Pernambuco	323.106	7,5%	40,6%	144.810	8,4%	40,8%
Minas Gerais	303.347	7,0%	47,6%	125.451	7,3%	48,1%
Rio Grande do Sul	254.422	5,9%	53,5%	98.269	5,7%	53,7%
Pará	244.418	5,6%	59,2%	91.388	5,3%	59,0%
Ceará	219.541	5,1%	64,2%	100.408	5,8%	64,8%
Santa Catarina	179.121	4,1%	68,4%	63.921	3,7%	68,5%
Maranhão	170.558	3,9%	72,3%	70.256	4,1%	72,6%
Paraná	167.229	3,9%	76,2%	68.516	4,0%	76,6%
Rio de Janeiro	159.674	3,7%	79,9%	51.881	3,0%	79,6%
Piauí	115.270	2,7%	82,5%	48.727	2,8%	82,4%
Alagoas	107.525	2,5%	85,0%	47.030	2,7%	85,1%
Goiás	101.454	2,3%	87,4%	37.223	2,2%	87,3%
Rio Grande do Norte	100.891	2,3%	89,7%	44.977	2,6%	89,9%
Sergipe	94.125	2,2%	91,9%	39.073	2,3%	92,1%
Paulista	75.283	1,7%	93,6%	31.892	1,8%	94,0%
Mato Grosso	55.018	1,3%	94,9%	19.658	1,1%	95,1%
Mato Grosso do Sul	47.972	1,1%	96,0%	19.931	1,2%	96,3%
Espírito Santo	39.257	0,9%	96,9%	17.301	1,0%	97,3%
Distrito Federal	31.126	0,7%	97,6%	10.495	0,6%	97,9%
Rondônia	26.263	0,6%	98,2%	9.340	0,5%	98,4%
Amazonas	23.040	0,5%	98,7%	8.638	0,5%	98,9%
Tocantins	20.753	0,5%	99,2%	7.261	0,4%	99,3%
Acre	19.765	0,5%	99,7%	6.365	0,4%	99,7%
Roraima	11.986	0,3%	100,0%	4.280	0,2%	100,0%
Amapá	1.725	0,0%	100,0%	692	0,0%	100,0%
Não Identificado	118	0,0%	100,0%	31	0,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>4.328.353</b>	<b>100,0%</b>		<b>1.727.972</b>	<b>100,0%</b>	



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

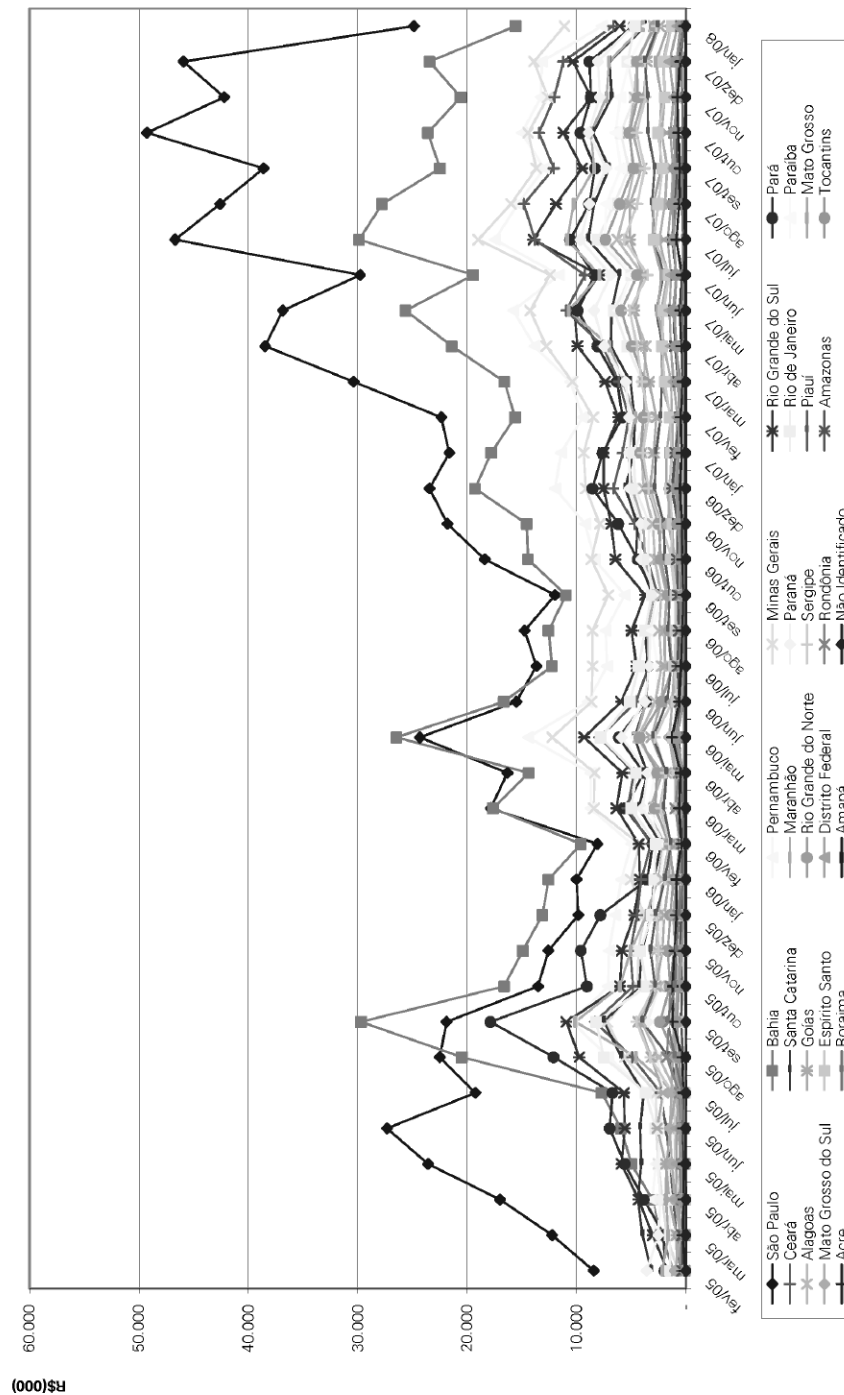
Gráfico 2.6 – Distribuição das Operações por UF



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 38571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.7 – Evolução Mensal das Operações por UF



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 36671  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 – Distribuição das Operações por Idade do Aposentado e/ou Pensionista

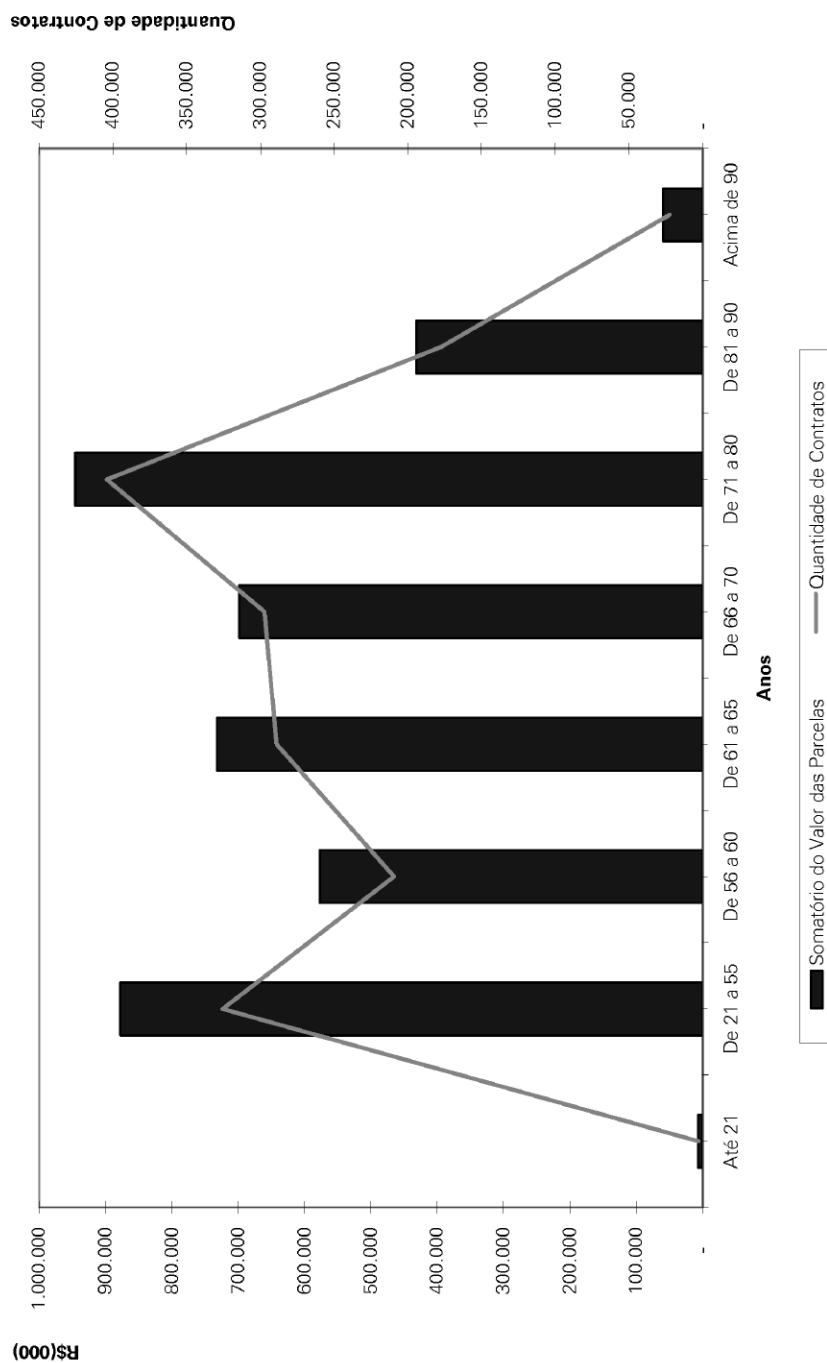
Idade	Somatório do		% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
	Valor das Parcelas - R\$(000)	%			
Até 21 anos	7.080	0,2%	0,2%	2.959	0,2%
De 21 a 55 anos	877.466	20,3%	20,4%	325.474	18,8%
De 56 a 60 anos	577.156	13,3%	33,8%	209.348	12,1%
De 61 a 65 anos	731.725	16,9%	50,7%	288.934	16,7%
De 66 a 70 anos	698.599	16,1%	66,8%	297.150	17,2%
De 71 a 80 anos	945.413	21,8%	88,7%	404.089	23,4%
De 81 a 90 anos	431.533	10,0%	98,6%	177.606	10,3%
Acima de 90 anos	59.382	1,4%	100,0%	22.412	1,3%
<b>Total</b>	<b>4.328.353</b>	<b>100,0%</b>		<b>1.727.972</b>	<b>100,0%</b>
<b>Idade ponderada</b>	<b>65 anos</b>				



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMIS 30571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 – Distribuição das Operações por Idade do Aposentado e/ou Pensionista

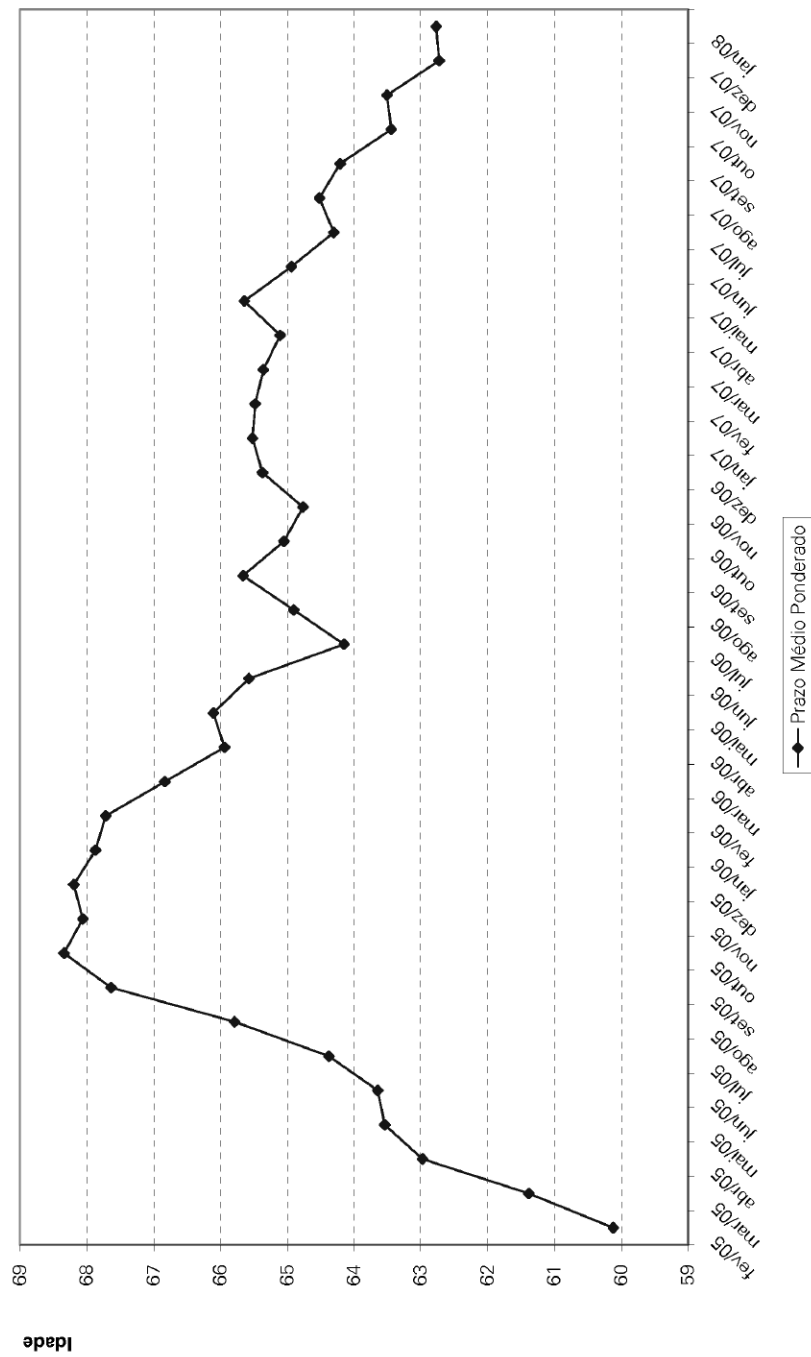


© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.9 – Evolução da Idade do Aposentado e/ou Pensionista



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 – Evolução Mensal das Operações Canceladas

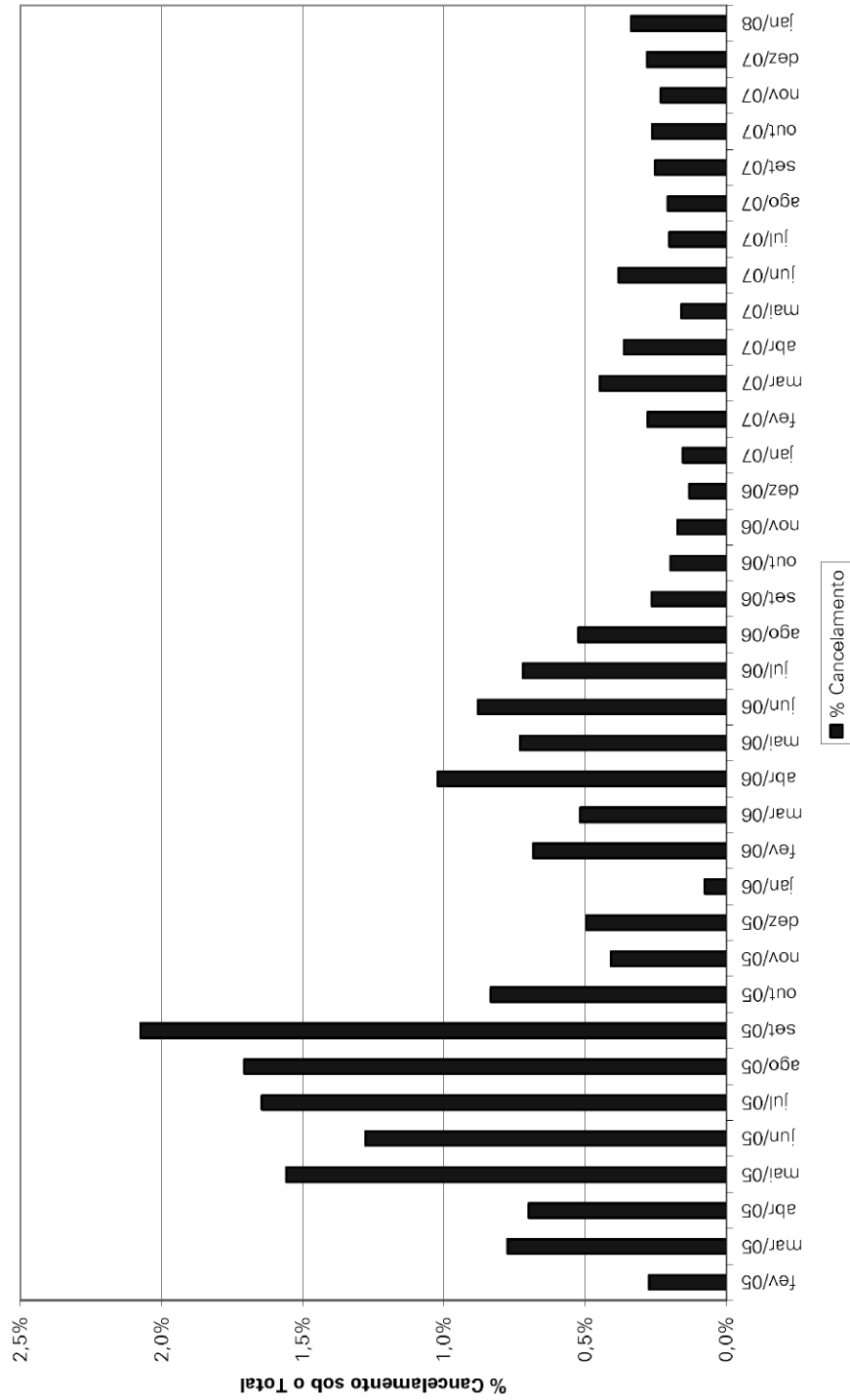
Origem	Cancelamentos		Origem	Cancelamentos	
	Valor de Parcelas - R\$(000)	%		Valor de Parcelas - R\$(000)	%
fev/05	84	0,3%	ago/06	453	0,5%
mar/05	299	0,8%	set/06	187	0,3%
abr/05	362	0,7%	out/06	198	0,2%
mai/05	1.031	1,6%	nov/06	189	0,2%
jun/05	953	1,3%	dez/06	180	0,1%
jul/05	1.145	1,6%	jan/07	204	0,2%
ago/05	2.109	1,7%	fev/07	330	0,3%
set/05	3.458	2,1%	mar/07	622	0,4%
out/05	823	0,8%	abr/07	631	0,4%
nov/05	388	0,4%	mai/07	316	0,2%
dez/05	399	0,5%	jun/07	602	0,4%
jan/06	54	0,1%	jul/07	482	0,2%
fev/06	403	0,7%	ago/07	447	0,2%
mar/06	557	0,5%	set/07	461	0,3%
abr/06	970	1,0%	out/07	555	0,3%
mai/06	1.134	0,7%	nov/07	422	0,2%
jun/06	872	0,9%	dez/07	537	0,3%
jul/06	604	0,7%	jan/08	398	0,3%
			<b>Total</b>	<b>22.857</b>	<b>0,5%</b>



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.10 - Evolução Mensal das Operações Canceladas



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMIS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 – Distribuição Mensal da Taxa Média Praticada

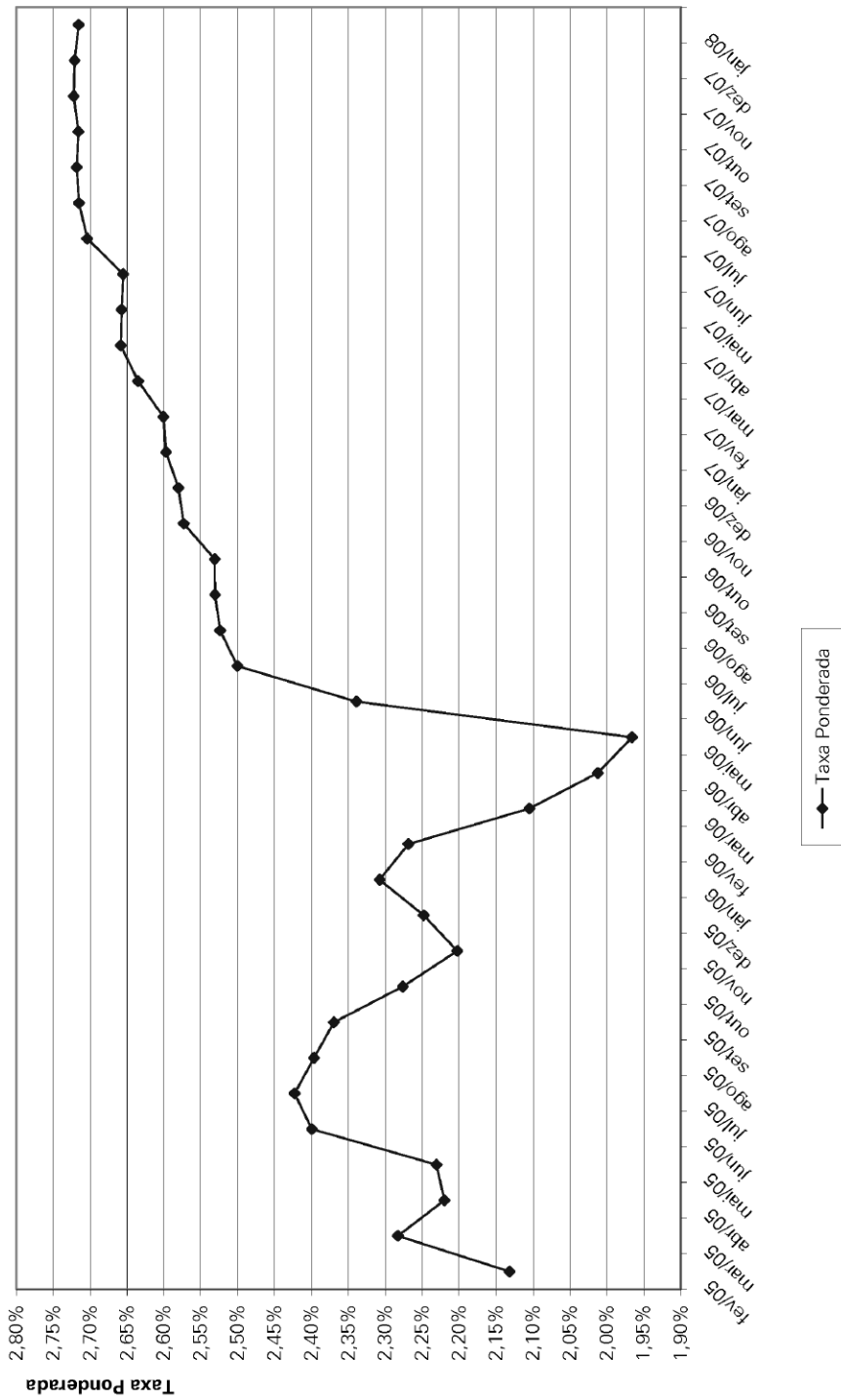
Origem	Taxa Média Anual - %	Taxa Média Mensal - %	Origem	Taxa Média Anual - %	Taxa Média Mensal - %
fev/05	28,8%	2,1%	ago/06	34,9%	2,5%
mar/05	31,1%	2,3%	set/06	35,0%	2,5%
abr/05	30,1%	2,2%	out/06	35,0%	2,5%
mai/05	30,3%	2,2%	nov/06	35,6%	2,6%
jun/05	32,9%	2,4%	dez/06	35,8%	2,6%
jul/05	33,3%	2,4%	jan/07	36,0%	2,6%
ago/05	32,9%	2,4%	fev/07	36,1%	2,6%
set/05	32,5%	2,4%	mar/07	36,6%	2,6%
out/05	31,0%	2,3%	abr/07	37,0%	2,7%
nov/05	29,9%	2,2%	mai/07	37,0%	2,7%
dez/05	30,6%	2,2%	jun/07	37,0%	2,7%
jan/06	31,5%	2,3%	jul/07	37,7%	2,7%
fev/06	30,9%	2,3%	ago/07	37,9%	2,7%
mar/06	28,4%	2,1%	set/07	38,0%	2,7%
abr/06	27,0%	2,0%	out/07	37,9%	2,7%
mai/06	26,3%	2,0%	nov/07	38,0%	2,7%
jun/06	32,0%	2,3%	dez/07	38,0%	2,7%
jul/06	34,5%	2,5%	jan/08	37,9%	2,7%
			<b>Média</b>	<b>34,4%</b>	<b>2,5%</b>



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNIS 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 – Distribuição Mensal da Taxa Média Praticada



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 – Aging list

Faixas	R\$(000)	% Acum.
<b>Total sob análise</b>	4.328.353	
(-) Cancelamentos	22.857	
(-) Contratos Refinanciados / Renegociados	360.252	
(-) Parcelas a vencer em 31 de janeiro de 2008	2.496.349	
= Total vencido e/ou liquidado até 31 de janeiro de 2008	1.448.896	100,0%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	140.904	9,7%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	5.089	0,4%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	4.934	0,3%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	4.799	0,3%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	4.619	0,3%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	11.616	0,8%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	10.068	0,7%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	392.621	27,1%
Parcelas liquidadas no vencimento	363.378	25,1%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	481.310	33,2%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	6.880	0,5%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	5.216	0,4%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	2.969	0,2%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	1.550	0,1%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	789	0,1%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	470	0,0%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	1.366	0,1%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	1.450	0,1%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	1.120	0,1%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	923	0,1%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	791	0,1%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	706	0,0%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	640	0,0%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	4.687	0,3%

**Obs.1:** O elevado índice de parcelas pagas antecipadamente, superior a 180 dias, refere-se basicamente a pré-pagamentos de contratos. Maiores detalhes na Tabela 2.11.

**Obs.2:** A alta concentração de pagamentos nas faixas de antecipações até 15 dias e liquidações com até 15 dias de atraso é explicada pela data de repasse ao BMC. O repasse ocorre uma vez ao mês, que não coincide necessariamente com a data de vencimento das parcelas contratuais.

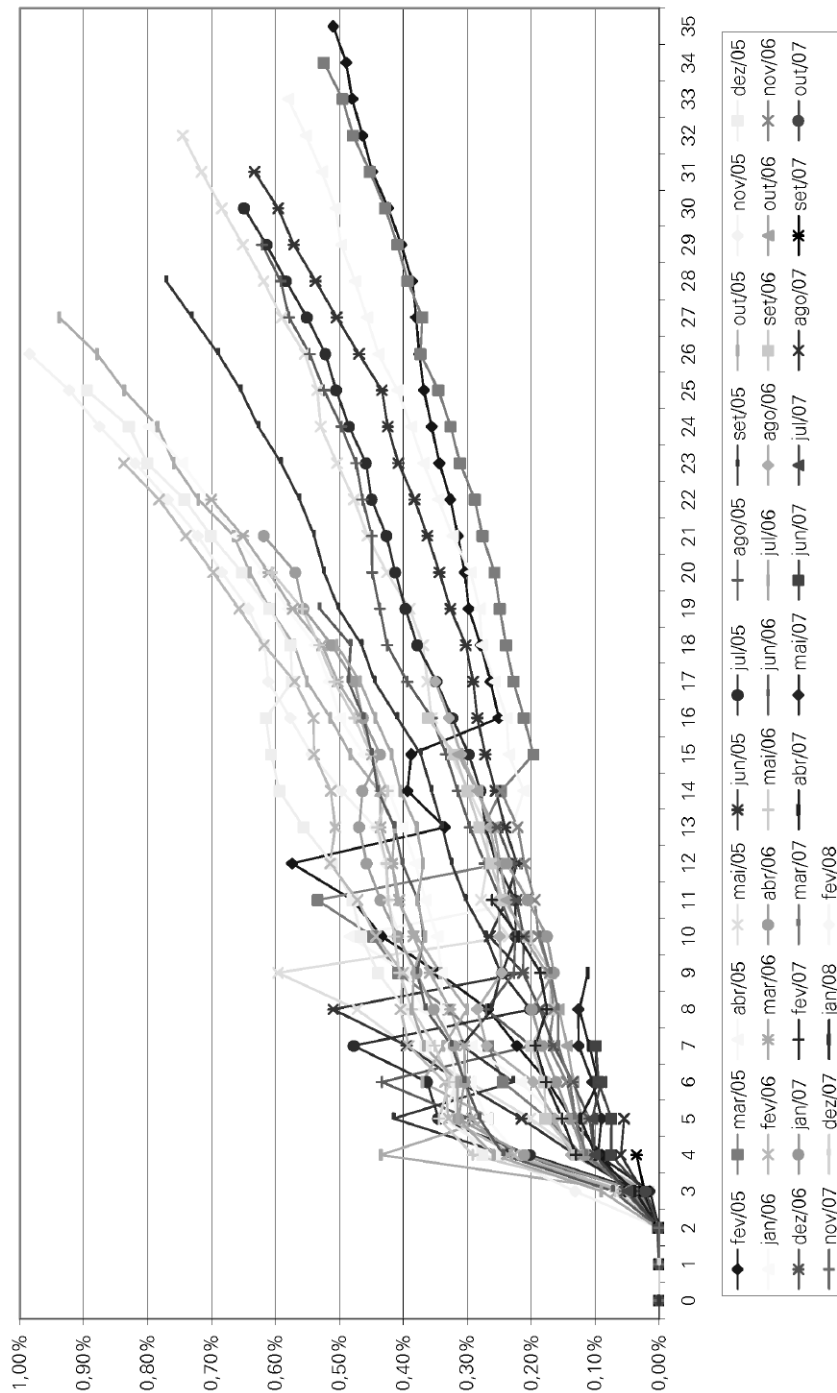


© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDWS 38571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.12 – Pool Estático

Representação Gráfica do Pool Estático – Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 60 Dias

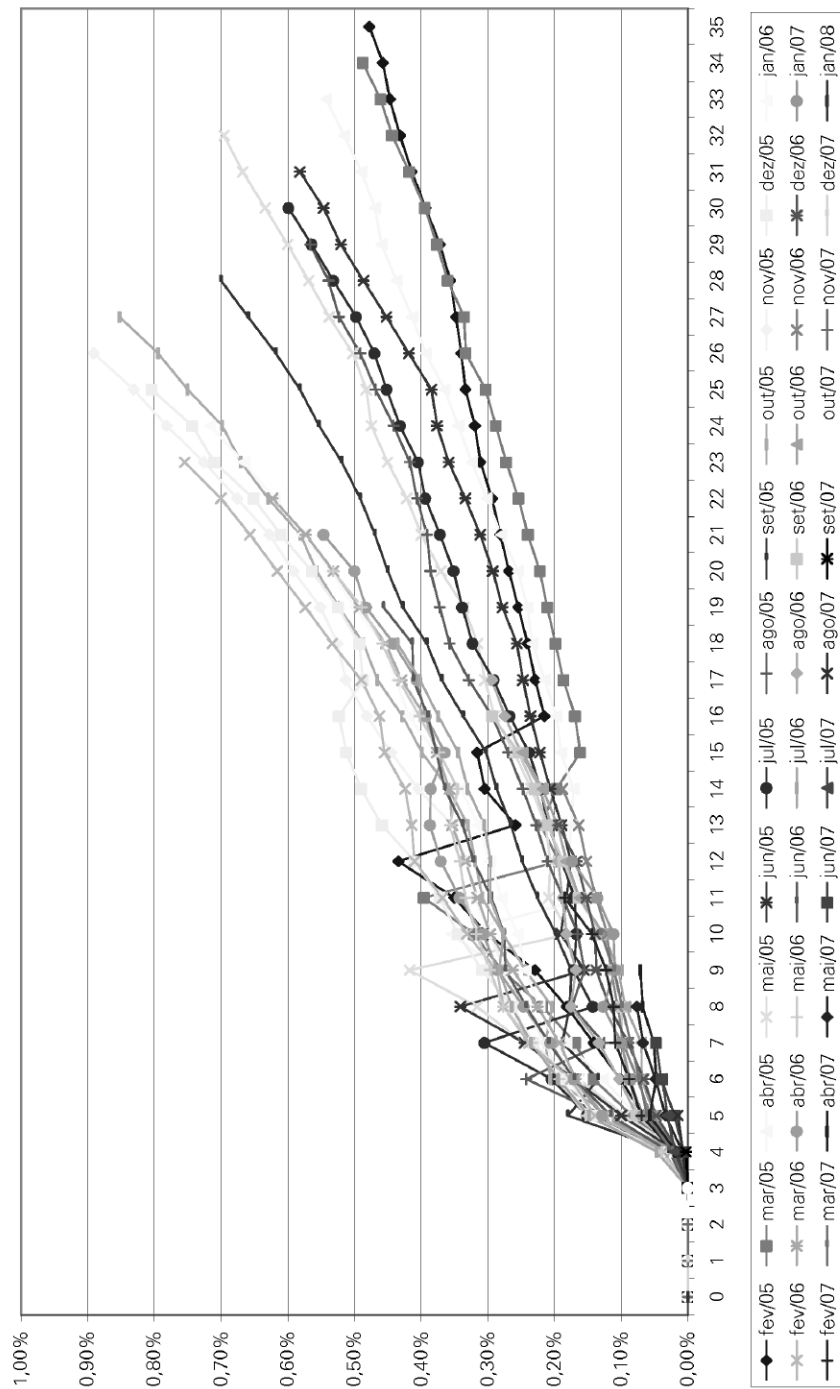


© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.13 – Pool Estático

Representação Gráfica do Pool Estático – Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 90 Dias



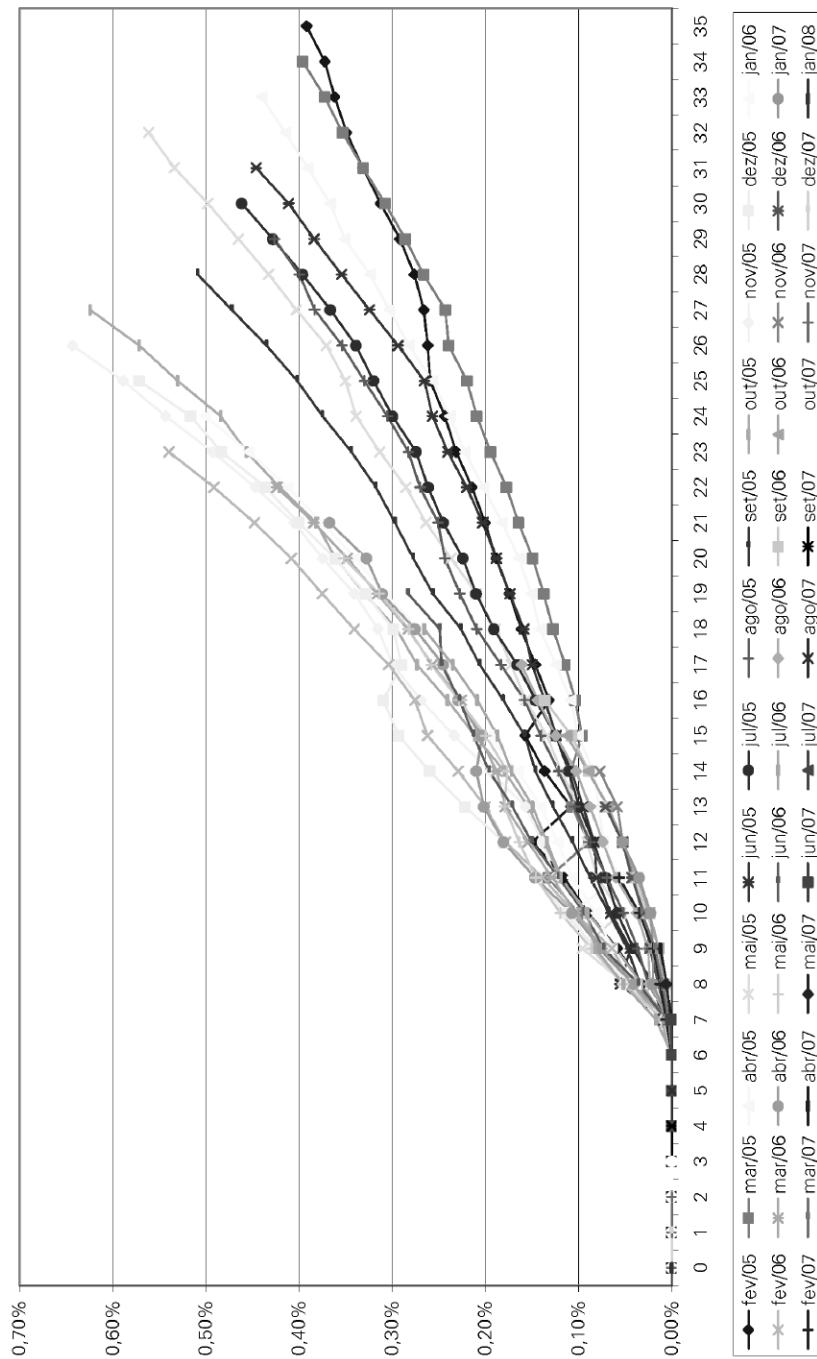
© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.14 – Pool/Estático

Representação Gráfica do Pool/Estático – Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 – Análise das Baixas por Liquidações, Refinanciamentos /Renegociações e Pré-Pagamento de Contratos

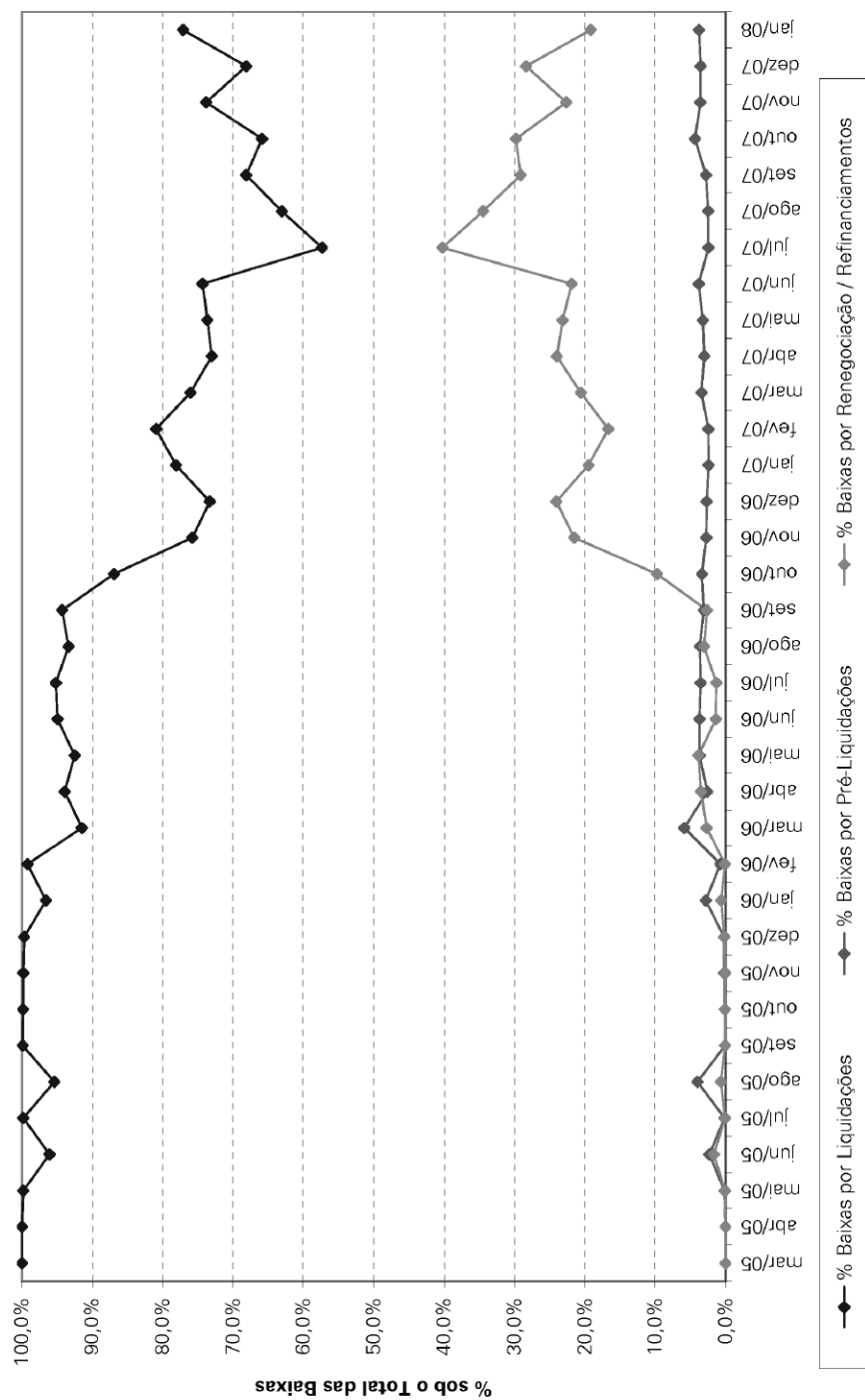
Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação / Refinanciamento - R\$(000)	% Baixas por Renegociação / Refinanciamentos	% Baixas por Pré-Liquidações
fev/05	-	-	-	-	-
mar/05	326	326	-	100,0%	0,0%
abr/05	1.211	1.211	0	100,0%	0,0%
maí/05	2.384	2.379	3	99,8%	0,1%
jun/05	4.665	4.481	77	96,1%	1,7%
jul/05	6.215	6.201	4	99,8%	0,1%
ago/05	10.252	9.777	68	95,4%	0,7%
set/05	10.428	10.416	6	99,9%	0,1%
out/05	13.067	13.043	9	99,8%	0,1%
nov/05	16.199	16.188	27	99,8%	0,2%
dez/05	19.143	19.075	36	99,6%	0,2%
jan/06	24.132	23.309	677	96,6%	0,6%
fev/06	23.877	23.690	168	99,2%	0,1%
mar/06	36.496	33.379	2.137	91,5%	2,7%
abr/06	30.348	28.501	1.860	93,9%	2,6%
maí/06	36.796	34.038	1.353	92,5%	3,7%
jun/06	37.862	35.938	1.399	94,9%	1,4%
jul/06	41.169	39.178	1.454	95,2%	1,3%
ago/06	44.800	41.817	1.624	93,3%	3,0%
set/06	46.551	43.886	1.432	94,3%	2,6%
out/06	51.943	45.158	1.740	86,9%	9,7%
nov/06	60.906	46.153	1.659	75,8%	21,5%
dez/06	64.611	47.351	1.722	73,3%	24,0%
jan/07	62.405	49.741	1.437	78,1%	19,5%
fev/07	62.997	50.982	1.529	80,9%	16,6%
mar/07	72.278	54.949	2.462	76,0%	20,6%
abr/07	76.867	55.121	2.316	73,0%	24,0%
maí/07	79.923	58.855	2.565	73,6%	23,2%
jun/07	82.928	61.630	3.152	74,3%	21,9%
jul/07	112.408	64.462	2.725	57,3%	40,2%
ago/07	106.817	67.371	2.650	63,1%	34,4%
set/07	102.852	70.075	2.860	68,1%	29,1%
out/07	116.208	76.542	5.035	65,9%	29,8%
nov/07	106.233	78.424	3.784	73,8%	22,6%
dez/07	122.210	83.268	4.320	68,1%	28,3%
jan/08	111.326	85.841	4.185	77,1%	19,1%
<b>Total</b>	<b>1.798.831</b>	<b>1.382.736</b>	<b>55.843</b>	<b>76,9%</b>	<b>20,0%</b>
			<b>360.252</b>		<b>3,1%</b>



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.15 – Análise dos Refinanciamentos/das Renegociações e Pré-pagamento de Contratos



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis

### Base de Dados Sujeita à Análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia da BMC, contemplando todo o seu faturamento correspondente ao período de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2008. Essa base de dados sofreu algumas eliminações, a fim de se identificar o volume de faturamento a ser cedido, conforme descrito a seguir.

### Conciliação da Base de Dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da BMC com os respectivos saldos contábeis. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas imateriais pelo Grupo Estruturador no contexto da operação.

**Tabela 2.12 - Conciliação da Base de Dados com os Saldos Contábeis**

Descrição	R\$(000)
Total sob análise	4.328.353
(-) Cancelamentos	(22.857)
(-) Refinanciamentos/ Renegociações	(360.252)
(-) Liquidações	(1.438.579)
(-) Cessões	(998.035)
(-) Prejuízo	(31.768)
= Saldo a vencer	1.476.862
(-) Rendas à apropriar	(549.369)
<b>= Valor presente da Base de Dados</b>	<b>927.494</b>
<b>Saldos contábeis</b>	<b>927.805</b>
Diferença - R\$(000)	312
Diferença %	0,0%



## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis

### Seção 3

#### Entendimento dos Procedimentos de Crédito

- Para atingir o objetivo que se refere ao entendimento das atividades e controles envolvidos na operacionalização das operações de crédito consignado a assistidos do Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") do BMC, executamos uma revisão da estrutura de concessão de crédito e de seus mecanismos de controles internos relacionados, inclusive de suas averbações no INSS e obtenção da autorização dos respectivos mutuários para o desconto em folha dos benefícios previdenciários - INSS.

Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco BMC S.A. e estão em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cadente, sendo testadas sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.

Para contratação dessas operações, o Banco BMC utiliza estrutura terceirizada por meio de Correspondentes Bancários ("Correspondentes") e seus agentes. Tais operações são realizadas através do preenchimento de Termo de Adesão ao Contrato, disponibilizado por esses Correspondentes. Esse termo é emitido em três vias, a primeira é preenchida pelo Correspondente, e a segunda e terceira permanecem em branco, todas devidamente assinadas pelo sacado e remetidas ao Banco BMC. Caso o cliente solicite uma cópia do Termo de Adesão, a 3ª via deverá ser preenchida e entregue ao mesmo no ato da contratação.

#### Documentação Requisitada para a Realização da Operação

Para a contratação da operação, os seguintes documentos são solicitados ao sacado:

- Cópia de documento de identificação (Cédula de Identidade, Identidade de Órgãos de Classe, Carteira Nacional de Habilitação ou CTPS)
- Cópia de CPF
- Extrato de pagamento de benefícios, obtido pela internet em tempo real através de acesso remoto ao site do Ministério da Previdência e Assistência Social
- Demonstrativo de benefícios emitido pela Internet
- Comprovante de Residência (caso solicitado pelo analista de crédito)
- Comprovante bancário (caso o solicitante seja correntista)
- Cartão de benefício, nos seguinte casos:
  - Crédito em conta: para operações acima de R\$ 3.000,00
  - Ordem de pagamento: para operações acima de R\$ 1.500,00

Não há consulta ao SPC/ a Serasa ou a qualquer outro restritivo de crédito.

A realização de empréstimo por procuração somente é efetivada mediante apresentação de procuração pública, registrada em cartório, com poderes expressos para tal. Este documento compõe o processo a ser encaminhado ao Banco BMC.

#### Fluxo da Concessão do Crédito

##### Preenchimento da Proposta nos Correspondentes

O Correspondente realiza o preenchimento da proposta, solicita a documentação necessária, realiza simulação do crédito dentro dos parâmetros especificados e imputa os dados no sistema NETCERTO (é realizada a verificação da integridade da documentação recebida) através de terminal disponível na sede ou nas dependências do Correspondente.



## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

### Envio de Dados à Matriz

A Matriz do BMC captura os dados do Aposentado/Pensionista através do sistema NETCERTO. A partir da captura dos dados são elaborados lotes de arquivos contendo a produção de aproximadamente uma hora do dia, esses lotes de arquivos são exportados para o sistema CRIVO que irá efetuar automaticamente as seguintes verificações:

- **Nome na DATAPREV** - é verificado se o nome cadastrado na DATAPREV é o mesmo cadastrado na proposta
- **Controle de 21 anos** - é verificado se o pensionista ainda terá 21 anos no final do empréstimo
- **Data de nascimento correta** - é verificado se a data de nascimento cadastrada na DATAPREV é a mesma cadastrada na proposta
- **Comparação de UF** - é verificado se a UF do proponente da proposta é a mesma cadastrada na DATAPREV
- **Censo previdenciário** - é verificado se o pensionista participou do Censo previdenciário e se esta com a sua situação regular
- **Nome na Receita Federal** - é verificado se o nome cadastrado na Receita Federal é o mesmo cadastrado na proposta
- **Status do CPF** - é verificado o status do CPF na Receita Federal

Finalizadas as verificações do sistema CRIVO, os contratos são segregados entre os que não apresentaram nenhum apontamento de divergência das informações e os que apresentaram divergências. Os contratos que não apresentaram divergências são encaminhados para aprovação da DATAPREV, e os contratos que apresentaram alguma divergência são devolvidos aos Correspondentes com as divergências apontadas.

### Análise Manual das Propostas

Para todas as propostas acima de R\$ 5.000,00 são efetuados procedimentos de análise de crédito das propostas, adicionalmente, são efetuadas análises manuais para propostas dos Correspondentes que apresentam um alto grau de fraude em relação à sua produção. Na análise manual da proposta são efetuadas as seguintes verificações:

- Análise dos documentos do proponente (RG, CPF, Cartão de benefício e Comprovante de residência)
- Conferência novamente das informações do Crivo
- Consulta ao endereço no sistema Thsystem, esse sistema confirma se o telefone ou o CPF do proponente é o mesmo cadastrado nas propostas
- Consulta à veracidade dos documentos no sistema Tele Documentos
- Ligação ao cliente para confirmar o empréstimo

A partir das confirmações verificadas o analista dá o seu parecer aprovando ou negando as propostas. As alçadas de aprovação são as seguintes:

Cargo do funcionário	Limite para aprovação
Analista	Até R\$ 3.500,00
Analista Sênior	Até R\$ 5.000,00
Gerente de crédito	Acima de R\$ 5.000,00



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a quatro propostas, sendo apurados os seguintes resultados:

Procedimentos	Análise de Crédito			
	1	2	3	4
Análise dos documentos do proponente (RG, CPF, Cartão de Benefício e Comprovante de residência)	R	R	R	R
Conferência novamente das informações do crivo	R	R	R	R
Consulta ao endereço no sistema Thsystem	NA	R	R	R
Consulta ao Tele Documentos	NA	R	R	R
Ligação ao cliente para confirmar o empréstimo	NA	R	R	R

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado e N/A - Não Aplicável

Resultados Obtidos

Análise de Crédito 1

O crédito foi aprovado, tratava-se de um refinanciamento de um cliente em dia, que possuía margem, para esse caso não foram efetuadas confirmações, pois referia a um refinanciamento que vinha sendo descontado normalmente.

Análise de Crédito 2

O crédito foi aprovado, sem a necessidade de análises complementares. Essa proposta foi aprovada pelo analista sênior e está dentro da sua alçada.

Análise de Crédito 3

O crédito foi negado, pois a data de nascimento da proposta estava divergente em relação à data de nascimento do RG.

Análise de Crédito 4

O crédito foi negado, pois foi verificado indicio de fraude, o RG não confirmava com o sistema Tele Documentos.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

### Aprovação do Crédito e Envio de Dados à DATAPREV

Finalizadas as aprovações automáticas e manuais e constatada a ausência de qualquer ônus e/ou obrigação não quitada do solicitante no BMC, o crédito é aprovado, gerando-se, então, arquivo para envio à DATAPREV para averbação da operação no INSS.

São enviados diversos arquivos para averbação e consignação durante o dia. A liberação da operação está condicionada ao retorno do arquivo da DATAPREV, com a confirmação das operações “aprovadas” pelo INSS. Os arquivos são enviados à DATAPREV quatro vezes ao dia, sendo o retorno por parte da DATAPREV realizado no primeiro dia útil subsequente.

### Formalização

Os documentos físicos solicitados para a avaliação do sacado são mantidos nos correspondentes e encaminhados no prazo de uma semana ao BMC que por sua vez encaminha à Fidelity, que é a empresa contratada pelo BMC, para verificação dos documentos e guarda física destes, os seguintes documentos são arquivados:

- Ficha Proposta de Termo de Adesão ao Contrato (assinada)
- CPF
- RG
- Comprovante de Residência (caso solicitado pelo analista de crédito)
- Extrato de Pagamento de Benefícios
- Comprovante Bancário (caso o indivíduo seja correntista)

A Fidelity é responsável pela conferência dessa documentação, apontando eventuais pendências que deverão ser regularizadas pelos Correspondentes dentro de um prazo especificado. Após o esgotamento desse período, a operação que não tiver os documentos devidamente encaminhados ao Banco deverá ser cancelada. Nesse caso, os valores liberados ao pensionista são descontados da comissão do Correspondente.

### Visita a Fidelity

A Fidelity National BPO Brasil fica localizada na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 1975, no Bairro do Butantã. No contrato de prestação de serviços existente a Fidelity é responsável pela conferência dos documentos enviados, digitalização dos documentos, apontamentos de divergências e documentos faltantes e preparação das caixas para envio para a empresa de arquivamento New Space.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMIS 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Diariamente o BMC disponibiliza uma base de dados a Fidelity, essa base de dados contém a informação da produção dos contratos de INSS, a partir desta base que são realizadas as conferências. Existe um roteiro que é seguido na conferência dos documentos, esse roteiro está em linha com as políticas de formalização do Banco BMC.

No final do dia a Fidelity elabora o "Relatório de Ocorrências" onde são descritos todas as divergências verificadas, esse relatório é encaminhado via e-mail ao responsável da formalização do BMC. Os contratos que não apresentam divergência são arquivados em caixas da empresa New Space que semanalmente faz a coleta nas dependências da Fidelity.

Após as conferências e os apontamentos devidos, todo o processo é levado para arquivamento/custódia é realizado pela empresa New Space Processamento e Sistemas Ltda. Em visita à Empresa New Space Processamento e Sistemas Ltda. , foram efetuados os seguintes procedimentos:

### Levantamento de Dados da Empresa

A New Space Processamento e Sistemas Ltda. (filial Castelo) está localizada em Barueri, São Paulo, à Avenida Gupe, 7801, Bairro de Jd. Belval, sendo composta por galpões em uma área de aproximadamente 8.000 m². Segundo informações obtidas com a administração da New Space Processamento e Sistemas Ltda, a empresa, em Barueri, conta com mais de 170 funcionários e aproximadamente 85 clientes.

### Identificação de Mecanismos de Segurança

Os seguintes mecanismos de segurança do ambiente foram identificados:

- Vigilância 24 horas
- Extintores de incêndio
- Hidrantes
- Instalação de sensores de fumaça
- Brigada de incêndio
- Bombeiro de plantão 24 horas
- Sensores de alarme interno
- Monitoramento de câmeras



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 36571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

### Logística no Controle dos Contratos

Os contratos custodiados na New Space Processamento e Sistemas Ltda.são controlados a partir de sistema eletrônico (Keepdoc). As entradas ou saídas da documentos são controlados no sistema Keepdoc, esse sistema é acessado através de *login* e senha próprios de cada funcionário responsável.

### Teste de Aderência - KPMG

Selecionamos uma amostra de cem contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Banco BMC. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados relativos a cem contratos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir.

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado	Não apresentado	Comentários
Identificacao do "Contrato"	98	-	-	2 i	
Identificação do "Nome do beneficiário"	98	-	-	2	
Identificação do "CPF do beneficiário"	98	-	-	2	
Identificação do "Código do beneficiário"	97	1	-	2 ii	
Identificação da "Data do Contrato"	97	1	-	2 ii	
Identificação da "Data do Nascimento"	98	-	-	2	
Identificação da "Quantidade de parcelas"	97	1	-	2 ii	
Identificação da "UF"	98	-	-	2	
Identificação do "Valor Liberado"	98	-	-	2	
Identificação do "Valor da Parcela"	98	-	-	2	
Verificação da "Ficha Cadastral"	98	-	-	2	
Verificação da "Cópia do RG"	98	-	-	2	
Verificação da "Cópia do CPF"	98	-	-	2	
Verificação de "Extrato de Pagamento"	98	-	-	2	
Verificação de "Comprovante de Residência"	59	-	39	2 iii	

i - Esses contratos não foram localizados pelo BMC

ii - As divergências verificadas estão sendo apuradas pelo BMC e até a emissão deste relatório não foram explicadas.

iii - Segundo informações da Gerência do BMC o Comprovante de Residência não faz parte da política de crédito do Banco, somente sendo exigido pelo analista de crédito em alguns casos que o analista julga necessário.



## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

### Limites de Crédito

Os créditos direcionados a Aposentados/Pensionistas contam com um limite mínimo de valor liberado de R\$ 200,00. Os limites máximos de empréstimos e os prazos de pagamento estão detalhados na tabela a seguir. Para alfabetos, o limite máximo de empréstimos é de R\$ 3.500,00, e o limite mínimo para ordem de pagamento é de R\$ 300,00.

Limite de Empréstimo	Idade limite
Até R\$ 15.000,00	Até 80 anos
Até R\$ 10.000,00	De 81 a 82 anos
Até R\$ 3.000,00	De 83 a 85 anos
* Até R\$ 3.000,00	De 86 a 90 anos

\* Para esses casos não há o pagamento de comissão aos Correspondentes.

### Impedimentos para Concessão do Crédito

- Contratos inferiores a R\$ 200,00
- Parcelas mensais inferiores a R\$ 10,00
- Idade incompatível com o valor da operação
- Não possuir CPF e Identidade, ou CPF Cancelado na Receita Federal
- Empréstimo para terceiros
- Empréstimo para Aposentados/Pensionistas sem telefone para contato (seja residencial, comercial, celular ou para recado)
- Idade mínima de 18 anos
- Empréstimos mediante a procuração
- Benefícios que não podem ser consignados:
  - Pagos a título de pensão alimentícia
  - Assistenciais, inclusive os decorrentes de leis especiais
  - Recebidos por meio de representante legal do segurado: dependente, tutelado ou curatelado

### Liberação do Crédito

Para aposentados/Pensionistas, a liberação do crédito é realizada por TED ou por meio de Ordem de Pagamento nas agências do Bradesco, Itaú e Banco do Brasil. Nesse caso, o Aposentado/Pensionista é encaminhado à agência para a retirada do recurso, sendo solicitada a apresentação do CPF e do RG. De acordo com informações do BMC, os recursos são disponibilizados no primeiro dia útil subsequente à aprovação do INSS.

As operações pagas até o 4º dia útil de cada mês terão seu primeiro vencimento no dia 7 ou 10 do mês seguinte (M+1). Para as operações pagas a partir do 5º dia útil, o primeiro vencimento se dará no dia 7 ou 10 de M+2.



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KOWS 39571  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

## Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

### Margem de Consignação

A margem de consignação para obtenção do valor máximo de parcela da operação, é obtida pela da aplicação da seguinte fórmula:  
Valor bruto do benefício, excluindo décimo terceiro salário, Complemento Positivo (CP) e Pagamento Alternativo de Benefício (PAB)

( - ) Pagamento de benefício além do devido  
( - ) Imposto de renda  
( - ) Pensão alimentícia judicial  
( - ) Mensalidades de associações e similares  
( = ) Valor disponível do benefício  
( x ) 20 %  
( = ) Margem consignável  
( x ) 99 %  
( - ) Outras consignações bancárias  
( = ) Prestação máxima

### Fluxo Financeiro dos Repasses de Recursos

Até o dia 28 de cada mês, o INSS envia ao BMC o "Relatório de Desconto" através de arquivo acessado pelo BMC em Área de Transferência da DATAPREV. Nesse relatório, são informados os recursos retidos dos beneficiários que serão depositados no Bradesco, na função de banco mandatário a para atuar como Agente de Cobrança, serão informados os valores que não serão repassados em razão de diversos tipos de ocorrências que implicam o cancelamento ou suspensão do pagamento do benefício.

O repasse dos valores referente às consignações em favor do BMC é efetuado pelo INSS até o quinto dia útil do mês subsequente da competência do crédito.

As ocorrências que implicam o cancelamento ou a suspensão do pagamento do benefício são as seguintes:

- Óbito do beneficiário (comprovado através de certidão de óbito)
- Entrada de pensão alimentícia
- Recadastramento de pensionistas ou revisões internas (auditoria de benefícios), em que se verifica irregularidade no pagamento
- Beneficiário (filho) que atinge a maioridade ou a beneficiária (filha) que se case, em ambos os casos o benefício é suspenso
- Fraude

De acordo com informações da gerência do BMC, os casos de óbito são cobertos por seguro, cuja apólice é emitida pela Bradesco Seguros. A seguradora é acionada por meio de envio do atestado de óbito, sendo os recursos são recebidos em parcela única.



**Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)**

Revisão da Base de Dados

**Confronto com "Arquivos de Retenção" Recebidos da DATAPREV com a "Base de Dados Conciliada com o Contábil"**

Ainda como parte do escopo de nossos trabalhos, fomos solicitados a confrontar a Base de Dados que serviu de base para a apresentação de nossas constatações nesse relatório com o arquivo "Retenção" da DATAPREV.

Confrontamos aos Direitos Creditórios constantes no Arquivo "Retenção" com os contratos da Base de Dados Conciliada com o contábil, por meio da comparação, através da leitura eletrônica dos dados abaixo relacionados:

- Código do beneficiário
- Número do contrato
- Valor da parcela

Descrição	Quantidade de Contratos	%	Valor	
			Presente dos Contratos -	%
			R\$(000)	
<b>Base de Dados Conciliada com o Contábil</b>	<b>652.640</b>	<b>100,0%</b>	<b>927.494</b>	<b>100,0%</b>
(-) Contratos que possuem carência (1o. vcto após Jan/08)	(112.823)	-17,3%	(186.899)	-20,2%
(-) Contratos inadimplentes em Janeiro/08	(6.674)	-1,0%	(9.597)	-1,0%
<b>= Base de Dados a ser Conciliada com a DATAPREV</b>	<b>533.143</b>	<b>81,7%</b>	<b>730.998</b>	<b>78,8%</b>
Contratos localizados na DATAPREV	531.937	81,5%	729.639	78,7%
Contratos não localizados na DATAPREV	1.206	0,2%	1.359	0,1%

Conforme informações da gerência do Banco BMC os seguintes motivos foram verificados para os contratos que não foram localizados no arquivo de Retenção da Dataprev:

- Contratos com situação de Glosa, o pagamento desses contratos foi estornado por dois motivos: benefício cessado e/ou retorno de crédito não pago.
- Contratos que possuíam carência;



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDNMS 30671  
 KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Súmula de Classificação de Risco Preliminar da Moody's América Latina Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **BMC Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Crédito Consignado INSS - Série 2008-1**

### **DATA DE FECHA- MENTO:**

15 de maio de 2008

### **AUTORES:**

Norton Bastos  
AVP/Analyst  
Structured Finance Group  
Latin America  
(011 55) 11 3043-7300  
Norton.Bastos@moody's.com

Paulo Fugulin  
Associate Analyst  
Structured Finance Group  
Latin America  
(011 55) 11 3043-7300  
Paulo.Fugulin@moody's.com

### **CONTATOS:**

Maria I. Muller  
Senior Vice President  
Structured Finance Group  
(212) 553-4309  
Maria.Muller@moody's.com

Susan Knapp  
Managing Director  
Structured Finance Group  
(212) 553-1405  
Susan.Knapp@moody's.com

### **CONTATO COM INVESTIDORES:**

New York: +1-212-553-1653  
Tokyo: +81-3-5408-4100  
London: +44-20-7772-5454  
Hong Kong: +852-3551-3077  
Sydney: +61-2-9270-8100  
Singapore: +65-6398-8308

### **WEBSITES:**

www.moody's.com  
www.moody's.com.br

*Este Relatório Preliminar de Nova Emissão aborda a estrutura e as características da operação proposta e é baseado em informações fornecidas à Moody's até 30 de abril de 2008.*

*Potenciais investidores devem atentar para o fato de que certos fatores relacionados a esta operação ainda estão por serem finalizados. Após o recebimento e a revisão conclusiva de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, a Moody's irá designar um rating definitivo para esta operação, o qual pode vir a ser diferente do rating apresentado neste Relatório Preliminar.*

Descrição	Valor	% do Valor Original	Rendimento	Prazo (meses)	Rating em Escala Nacional	Rating em Escala Global, Moeda Local
Cotas Sênior	R\$ 1000 MM	85%	107% do DI	72	(P)Aaa.br	(P)Baa2
Cotas Subordinadas	R\$ 176,4 MM	15%	N/A	N/A	Sem rating	Sem rating

### **OPINIÃO**

A Moody's América Latina (Moody's) atribuiu os ratings preliminares (P)Aaa.br na sua Escala Nacional Brasileira e (P)Baa2 na sua Escala Global em Moeda Local para a série 2008-1 de cotas Sênior a serem emitidas pelo BMC Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Crédito Consignado INSS - Séries 2008-1 (BMC FIDC INSS ou o Fundo), uma operação de securitização de recebíveis lastreada por uma carteira de empréstimos pessoais, mediante consignação do INSS, originados pelo Banco Finasa BMC S.A. (o Banco ou BMC).

O Emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios com o único propósito de adquirir direitos creditórios oriundos de empréstimos pessoais, mediante consignação do INSS, originados pelo BMC, podendo emitir cotas Sênior em múltiplas distribuições. A Série 2008-1 de cotas Sênior terá um prazo de 72 meses, com 36 amortizações mensais após um período de carência de 36 meses. As cotas do Fundo serão lastreadas pelos fluxos de caixa provenientes do pagamento mensal de empréstimos pessoais concedidos pelo BMC exclusivamente a aposentados ou pensionistas da iniciativa privada segurados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e assistidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os ratings preliminares se baseiam nos seguintes fatores:

- Suporte de crédito mínimo de 15% em benefício dos cotistas sênior, proporcionado por cotas subordinadas;
- Spread obrigatório mínimo anualizado de 4%, disponível para mitigar riscos de pré-pagamento, descasamento de taxa de juros, além de cobrir perdas;
- Qualidade geral de crédito da carteira de empréstimos pessoais concedidos pelo Banco a aposentados e pensionistas assistidos pelo INSS, os quais se beneficiam da capacidade e disposição da União, agindo através do Tesouro Nacional, de fazer pagamentos pontuais de benefícios mensais a estes assistidos, assim como cobrir uma eventual insuficiência de caixa na arrecadação líquida e no resultado previdenciário do RGPS;



**Moody's Investors Service**

**May 16, 2008**

- Critérios estritos de elegibilidade para a aquisição de ativos, os quais incluem prazo e valor nominal máximos do empréstimo, verificação de adimplemento e idade máxima do tomador de empréstimo;
- Reserva de Pagamento calculada de forma dinâmica, segregando os recursos necessários para o pagamento de principal e juros das cotas sênior a cada data de pagamento;
- Capacidade da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda de servir como administrador e do Banco Bradesco como custodiante do Fundo;
- Estrutura jurídica da operação, incluindo a impossibilidade de falência do Fundo.

## **O ORIGINADOR**

### **O Banco Finasa BMC S.A. é o Originador e o Agente de Cobrança Primário na Operação**

Tradicional provedor de crédito para middle-market e financiamento de automóveis, o BMC desenvolveu estas operações com uma diversificada carteira de produtos, acumulando experiência nestes segmentos. Com a forte expansão do consumo verificada no Brasil a partir de 2003, o BMC optou por intensificar suas atividades no segmento de financiamento ao consumo, passando a atuar em operações de empréstimos consignados. Além das atividades de empréstimos consignados, o BMC está também envolvido com operações de financiamento a veículos e empréstimos a empresas de médio porte, os quais representaram 14% e 8,3%, respectivamente, do total de sua carteira de crédito, segundo dados de dezembro de 2007. Por intermédio de crescimento orgânico, o BMC consolidou uma ampla base de correspondentes bancários, com cobertura nacional tornando-se, assim, o terceiro maior participante em empréstimos consignados no país, atrás apenas do BMG e da Caixa Econômica Federal (segundo dados de outubro de 2007).

O Banco BMC foi fundado em 1943, sendo administrado pela família Pinheiro até 2007, quando foi adquirido pelo Bradesco. A aquisição trouxe inúmeros benefícios ao BMC, tais como menor custo de captação e incremento significativo de sua rede de atendimento. Segundo dados de dezembro de 2007, o BMC possuía R\$ 3,6 bilhões em ativos totais e patrimônio líquido de R\$ 198 milhões.

## **RESUMO DO RATING**

### **VISÃO GERAL DA OPERAÇÃO**

#### ***O Fundo Está Estruturado Como um Programa Multi-séries***

O BMC FIDC INSS é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado como um programa multi-séries e direcionado somente a investidores brasileiros qualificados, os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, companhias seguradoras e outros fundos de investimento. O programa multi-séries não tem um prazo final definido, mas cada série terá seu vencimento específico.

#### ***As Quotas Sênior se Beneficiam do Suporte de Crédito na Forma de Quotas Subordinadas***

O Fundo emitirá cotas sênior e subordinadas, a um preço de R\$ 10.000 por cota sênior ou subordinada. As cotas sênior deverão constituir um máximo de 85% do patrimônio líquido do Fundo no fechamento. As cotas serão lastreadas por fluxos de caixa mensais advindos da cessão de direitos creditórios gerados da carteira de empréstimos pessoais originados pelo Banco. As cotas subordinadas, representando um mínimo de 15% do patrimônio líquido do fundo, serão mantidas pelo originador.

#### ***Objetivo de Oferecer aos Cotistas Sênior Pagamento de Rendimento Tempestivo e Principal***

O Fundo almejará um rendimento-alvo aos cotistas sênior equivalente a 107% do CDI a.a., sendo calculado diariamente e divulgado aos cotistas. As cotas subordinadas não carregam uma taxa fixa de valorização, porém são as beneficiárias de qualquer caixa excedente após o pagamento integral das cotas sênior.

#### **A Amortização de Rendimento das Cotas Sênior Será Paga Mensalmente Após o Período de Carência**

Os pagamentos pretendidos de rendimento e do principal serão feitos em 36 pagamentos mensais consecutivos após um período de carência de 36 meses, e o último pagamento de principal e rendimento coincidirá com o vencimento das cotas.

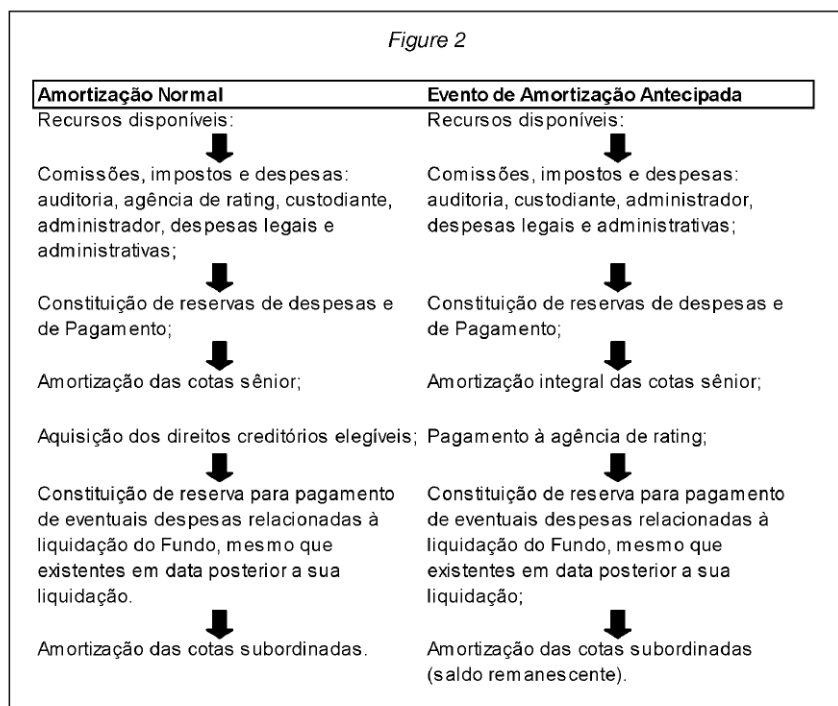
#### **Reserva de Pagamento Segrega Recursos Suficientes para os Pagamentos Programados**

De modo a garantir o cumprimento dos pagamentos programados das cotas sênior em cada data prevista, o administrador, agindo por conta e ordem do emissor, deve interromper as aquisições de recebíveis com as antecipações previstas na Figura 1. Os recursos segregados serão aplicados em uma conta de Reserva de Pagamento, em nome do fundo.

Figure 1 Constituição da Reserva de Pagamento	
Dias corridos antes da data de pagamento de principal e juros	% dos pagamentos de principal e juros
30	50%
15	100%

#### **A Ordem de Aplicação dos Recursos Permite um Pagamento Sequencial para as Quotas Sênior Quando da Ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada**

A ordem de aplicação de recursos do fundo é ilustrada na Figura 2:



#### **Excesso de Spread oferece Suporte de Crédito adicional para a operação**

Desde que o Fundo não acione nenhum evento de avaliação, o excesso de spread será liberado para o Cedente (BMC) na forma de amortização das cotas subordinadas. O Fundo se beneficia do excesso de spread, já que os empréstimos pessoais serão cedidos ao Fundo com um desconto. Mesmo considerando que a carteira de INSS possui um rendimento bruto, em média, correspondente a 34,4% por ano, os empréstimos pessoais serão vendidos a um desconto inferior ao rendimento dos empréstimos. O retorno total pretendido sobre as cotas sênior é de 107% do CDI (atualmente, 11,75% por ano) e um excesso de spread

mínimo de 4% deve ser mantido durante toda a vida útil da operação, ou se configurará um evento de avaliação e os cotistas sênior se reunirão em assembléia geral para deliberar sobre o procedimento a ser adotado. O excesso de spread mínimo será calculado considerando-se o rendimento na carteira de empréstimos pessoais e investimentos líquidos menos o rendimento pago aos cotistas sênior e despesas do fundo.

O excesso de spread mínimo - junto com a subordinação - será usado para cobrir despesas do fundo, estimadas em 0,5% do total da carteira ao ano, potenciais descasamentos de taxas de juros entre aquela que será utilizada para remunerar os cotistas e a taxa fixa de desconto aplicada aos recebíveis, além de pré-pagamentos de contratos.

**Eventos de Avaliação Incluem Eventos de Amortização Automáticos e Não-Automáticos**

No caso de um evento de amortização não-automático ocorrer, o Fundo tem um período de carência, de dois a cinco dias, para saná-lo, dependendo do tipo do evento. Se o evento não for sanado, as aquisições rotativas são suspensas, assim como o resgate de cotas subordinadas, e o administrador convocará uma assembléia de cotistas para decidir se (i) haverá renúncia ao evento, de modo temporário ou permanente, ou (ii) declarará um evento de amortização antecipada, começando a amortizar o fundo antecipadamente. Os principais eventos de amortização antecipada não-automáticos podem ser qualquer um dos seguintes:

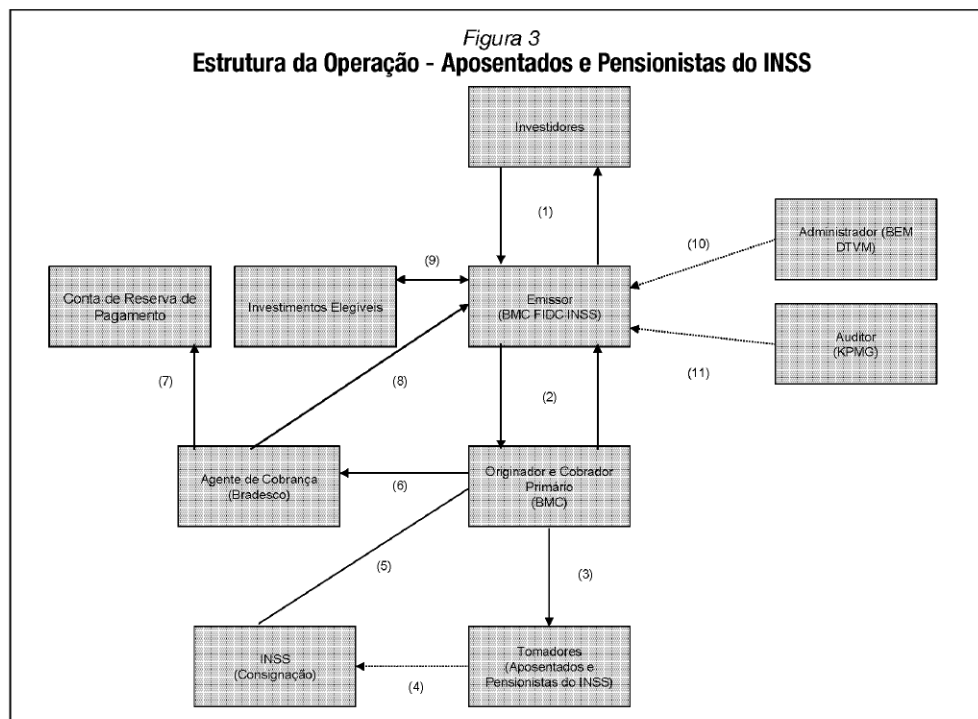
- Violação do limite mínimo de subordinação não solucionado por mais de cinco dias úteis;
- Violação do limite mínimo de 4% para pré-pagamentos mensais;
- Violação de algum gatilho de desempenho de crédito (inadimplência) por três meses consecutivos;
- Violação do gatilho mensal de pré-pagamento de 15%.

Adicionalmente, os eventos de amortização antecipada pré-estabelecidos incluem os seguintes:

- Insolvência do BMC;
- Se um evento de avaliação for acionado e os cotistas sênior votarem para realizar liquidação antecipada da operação;
- Extinção ou impedimento legal da utilização da taxa CDI para avaliar as cotas sênior;
- Falha em honrar cláusulas e dispositivos do contrato.

## ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

A Figura 3 mostra a estrutura geral da operação para a carteira composta dos empréstimos pessoais concedidos a servidores públicos.



- 1 O Fundo emite as cotas sênior para os investidores;
- 2 O Fundo utiliza os recursos da emissão para comprar (venda perfeita e acabada de acordo com a lei brasileira) empréstimos pessoais elegíveis originados pelo BMC;
- 3 Os empréstimos pessoais são originados quando o BMC concede crédito a aposentados e pensionistas elegíveis do INSS;
- 4 O INSS faz a dedução dos empréstimos consignados da folha de pagamentos dos aposentados e pensionistas;
- 5 Os recursos são transferidos para a CEF que, por sua vez, envia os recursos a uma conta reserva mantida no Bradesco em até 5 dias úteis;
- 6 O Banco Bradesco procede com a reconciliação dos recursos e segrega os montantes devidos ao BMC e ao Fundo; os recursos pertencentes ao Fundo são então depositados em uma conta proprietária mantida no Banco Bradesco (atuando como custodiante) em nome do Fundo;
- 7 O Custodiante remete o pagamento dos direitos creditórios ao Emissor;
- 8 Após o custodiante verificar os critérios de elegibilidade, o administrador utiliza os recursos para comprar outros empréstimos pessoais elegíveis do BMC;
- 9 Após a verificar os critérios de elegibilidade um a um, o Fundo utiliza os recursos para comprar mais contratos do BMC;
- 10 A BEM DTMV, uma subsidiária do Banco Bradesco S.A., como administrador, é responsável cível e criminalmente pelos atos por ordem e conta do Fundo;
- 11 A KPMG periodicamente audita os demonstrativos financeiros do Emissor, de acordo com as exigências legais e documentais da operação.

## FUNDAMENTOS DO RATING

### ORIGINAÇÃO E CONCESSÃO DE CRÉDITO - EMPRÉSTIMOS PESSOAIS

#### ***O BMC Originará Empréstimos Através de Sua Rede de Representantes Comerciais***

O BMC é um dos líderes no mercado brasileiro de empréstimos pessoais, especialmente no mercado de INSS. O Banco realiza os empréstimos pessoais mediante sua rede de representantes comerciais, os quais podem ou não ser exclusivos. A aquisição pelo Bradesco trouxe ainda mais capilaridade à rede de distribuição do BMC. Todos os representantes comerciais devem passar por processo de aprovação, incluindo documentação, informações de centrais de crédito e reputação. Esses representantes são ainda registrados no Banco Central com sendo aqueles que operam com o Banco BMC. Quaisquer perdas devidas a créditos fraudulentos são automaticamente deduzidas dos pagamentos de comissões. Adicionalmente, os representantes são responsabilizados em caso de formalização deficiente nas operações de desconto em folha.

#### ***As Práticas de Subscrição (Underwriting) do BMC incluem Verificação de Vínculo Empregatício e Comprovante de Renda***

O processo de verificação da margem consignável dos aposentados e pensionistas do INSS é composto por múltiplas etapas: na primeira delas, os representantes comerciais inserem as informações pessoais sobre os tomadores em um sistema denominado "NetCerto" que realiza a primeira triagem da operação. A informação eletrônica, bem como as cópias da documentação pertinente, são enviadas ao BMC. Um segundo nível de verificação conta com o auxílio de um sistema denominado "Crivo", que valida as informações fornecidas em diversos websites tais como DataPrev, Receita Federal e Senso Previdenciário. Nesta etapa, são confrontados os dados dos tomadores em potencial com a lista negativa mantida pelo BMC e pelo Bradesco. Outros sistemas são também utilizados para confirmar a validade dos dados do potencial tomador ("Teledocumentos" e "TH System"). Antes que os recursos sejam liberados para o aposentado ou pensionista, o contrato deve ser averbado eletronicamente junto à Dataprev.

### PRINCIPAIS RISCOS DE CRÉDITO NA OPERAÇÃO

A seguir, listamos alguns fatores com o objetivo de discutir os potenciais riscos de crédito da operação, e como são mitigados:

#### ***Pré-pagamento causa Dependência em Relação ao Originador***

A cada mês, o saldo de principal e juros dos empréstimos que lastreiam o fundo é amortizado. Qualquer pagamento que exceda o valor programado de amortização é considerado como pré-pagamento. Pré pagamentos podem resultar de antecipação de prestações, mas podem também advir de duas outras razões: refinanciamento ou renegociação.

Refinanciamentos se tornaram relativamente comuns no mercado brasileiro de crédito ao consumidor. Eles ocorrem quando o banco concede um novo empréstimo para o mesmo tomador, com o objetivo de utilizar o limite de crédito que se tornou disponível ao tomador, e simultaneamente pré-paga o empréstimo anterior ao FIDC, à mesma taxa de retorno com que o empréstimo foi originalmente vendido ao FIDC.

Renegociações são menos comuns, e ocorrem todas as vezes que há um decréscimo na margem líquida de consignação do tomador em decorrência de, por exemplo, um aumento nas deduções obrigatórias, tais como pagamento de pensão ou aumento de impostos.

Se um empréstimo é refinanciado ou renegociado, há o risco de que o Fundo tenha que arcar com uma perda resultante da diferença entre o valor do empréstimo à sua taxa original (ao par) e o valor com que este mesmo empréstimo foi vendido pelo BMC ao Fundo (com um prêmio). Este risco é mitigado de várias formas.

Primeiro, a operação conta com um gatilho de pré-pagamentos de 15% que caso atingido por dois meses consecutivos, deflagra uma suspensão temporária das amortizações programadas de quotas subordinadas até que a razão de garantia atinja seja equivalente a, no máximo 80%. Caso o gatilho de pré-pagamentos volte a ser igual ou inferior a 15% por dois meses consecutivos, a razão de garantia voltará a ser equivalente a, no máximo, 85%.

Adicionalmente, seguindo os documentos da transação, o BMC poderá recomprar, apesar de não ser obrigado a fazê-lo, créditos pré-pagos à mesma taxa de retorno com que eles foram vendidos ao fundo, compensando o fundo por qualquer prejuízo decorrente de pré-pagamento. Se as perdas decorrentes de pré-

pagamentos consumirem a subordinação e/ou o excesso de spread, poderá ocorrer um desenquadramento no Fundo. Se o BMC, o qual possui um rating superior ao da operação, não corrigir o referido desenquadramento, haverá um evento de avaliação/liquidação.

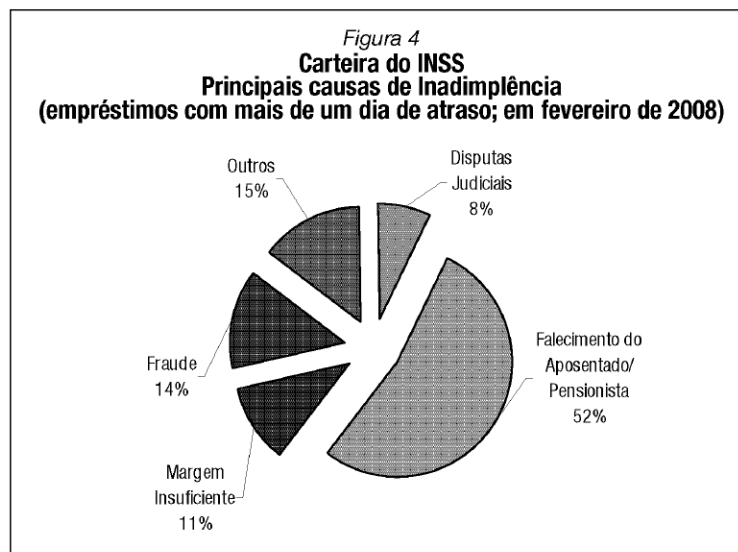
Em sua análise, a Moody's levou em consideração os níveis históricos de pré-pagamentos, bem como as situações de stress e concluiu que a subordinação de 15% seja capaz de cobrir qualquer perda derivada de pré-pagamentos.

#### **Insuficiência de Caixa é o Principal Risco da Carteira do INSS**

Qualquer insuficiência relacionada ao INSS é considerada como sendo uma obrigação do Governo Federal (Ba1 Rating em Escala Global - Moeda Local), atuando através da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa obrigação está estipulada na Constituição Federal promulgada em 1998 (artigo 7, "IV", artigo 21, "VIII", artigo 24, "XII" e artigo 40), alterada posteriormente pela Emenda Constitucional 26/2002 e Emenda Constitucional 41/2003. O Governo Federal deve, por lei, incluir e aprovar qualquer insuficiência projetada das aposentadorias e/ou pensões da Administração da Previdência Social em seu Orçamento Anual.

A Moody's acredita que o risco de crédito associado à capacidade e disponibilidade do Governo Federal brasileiro, atuando através do INSS, de fazer pagamentos pontuais dos benefícios mensais (e para cobrir qualquer insuficiência nos pagamentos das pensões do INSS), é compatível com o rating Baa2 atribuído para a operação. Contribuem para esta conclusão os seguintes fatores: (i) historicamente, embora o governo brasileiro já tenha deixado de honrar sua dívida, o Governo Federal jamais interrompeu pagamentos de aposentadorias, nem os reduziu em termos nominais e ii) devido ao ambiente macroeconômico atual no Brasil, a Moody's considera improvável uma redução nominal em gastos de repercussão social.

A figura 4 abaixo ilustra as principais causas de inadimplência na carteira do BMC (empréstimos em atraso por um ou mais dias) em empréstimos vinculados ao INSS. Importante notar que somente os contratos que já estiverem com uma parcela descontada poderão ser adquiridos pelo Fundo.



#### **Margem Consignável Líquida Insuficiente, Morte do Devedor são os Principais Riscos Relativos ao Mutuário**

A Moody's considera que a margem consignável líquida insuficiente na folha de pagamento é o principal risco de crédito relativo ao mutuário. No caso do BMC já haver concedido o empréstimo, e as deduções obrigatórias sejam subsequenteiramente aumentadas (tais como adição de uma pensão alimentícia) a margem consignável líquida será afetada. Nesse caso, o BMC renegociará o empréstimo diretamente com o mutuário e o empréstimo terá o seu vencimento estendido com a adição de prestações mensais suficientes para se adequar com o valor original do empréstimo. Após a morte do devedor, o fluxo de pagamentos será interrompido ou reduzido, representando, portanto, uma potencial perda para o Fundo. O BMC poderá tentar

cobrar o empréstimo do espólio do falecido (em caso de morte). No entanto, todos os contratos de empréstimos do BMC com o INSS estão cobertos pela Bradesco Seguros, que realizará o pagamento do sinistro em favor do BMC em até 15 dias. O BMC deverá transferir os recursos que pertencem ao Fundo em até 5 dias após o recebimento da seguradora.

### **O Risco de Fungibilidade Está Mitigado**

De acordo com os documentos da operação, no quinto dia útil de cada mês, o INSS deverá pagar os recursos referentes às parcelas devidas referentes aos Contratos de Mútuo na conta reserva do Banco Bradesco. O Banco Bradesco, no mesmo dia do recebimento, transfere 95% dos valores devidos a uma conta do Fundo mantida no Banco Bradesco e o restante para conta do Banco BMC. Em até 5 dias úteis após o recebimento dos recursos, o Banco BMC deverá transferir os recursos que eventualmente pertençam ao Fundo.

### **O Risco de Descasamento de Taxas Está Coberto pela Subordinação e Pelo Excesso de Spread**

Uma vez que os ativos são vendidos a uma taxa fixa e as cotas são indexadas ao CDI, existe a possibilidade de descasamento de taxas caso ocorra uma elevação no CDI. A Moody's elaborou um modelo de sensibilidade estressando a taxa DI e os resultados foram consistente com a subordinação e com o excesso de spread disponíveis para a operação.

## **CUSTODIANTE E ADMINISTRADOR DO FUNDO**

### **Banco Bradesco S.A. é o Custodiante do Fundo**

O Banco Bradesco S.A., a quem a Moody's atribuiu o rating Aaa.br para depósitos bancários na Escala Nacional e A1 em Escala Global de Moeda Local, é considerado um dos líderes em serviços de cobrança e custódia no Brasil. Suas responsabilidades incluem, entre outros deveres, certificar-se que os direitos creditórios atendam aos critérios de elegibilidade, monitorar os eventos de amortização antecipada, gerenciar todas as atividades financeiras e operacionais diárias do Emissor, além de avaliar, trimestralmente e por amostragem a qualidade do lastro. A ausência do custodiante, por qualquer motivo, provocará um evento automático de amortização da operação.

### **BEM DTVM S.A. é o Administrador do Fundo**

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (sem rating), uma subsidiária integral do Bradesco, é o Administrador do Fundo, sendo responsável pela intermediação das relações com os agentes externos, incluindo a CVM, auditores, investidores e agência de rating.

De acordo com a Instrução CVM 356/01, o Administrador é civil e criminalmente responsável por todas as ações impetradas em nome do Fundo. O Administrador subcontratou o Custodiante para realizar todas as funções definidas no regulamento. A ausência de Administrador deflagrará um evento de liquidação.

A Moody's observa que ambos o Administrador e o Custodiante do BMC FIDC INSS são relacionados ao Originador, o BMC. Este fato pode ocasionar um conflito de interesse, uma vez que o Administrador é o responsável pela condução de todos os expedientes administrativos do Fundo, exercendo os direitos inerentes aos recebíveis a ele relacionados. Por sua vez, o Custodiante encarrega-se, principalmente, da validação dos direitos creditórios à luz dos critérios de elegibilidade estabelecidos nos documentos do Fundo, da administração dos fluxos financeiros, da verificação dos gatilhos, além de receber e arquivar os documentos relativos à transação.

No entanto, a Moody's acredita que para esta transação, o potencial conflito de interesse acima mencionado é mitigado por alguns fatores. Primeiramente, tanto o ambiente legal quanto o marco regulatório no Brasil são sólidos e amenizam esse conflito.

Adicionalmente, o Administrador, o Custodiante e o Originador são instituições independentes que, apesar de controladas pelo mesmo grupo, estão sujeitas à supervisão rigorosa do Banco Central do Brasil. A Moody's ainda observa que o Administrador não terá poder discricionário para selecionar ativos para o Fundo, sendo obrigado a respeitar os critérios de elegibilidade definidos nos documentos da operação e divulgados aos investidores no prospecto do Fundo.

Por último, e não menos importante, a Moody's acredita que o risco descrito nos parágrafos anteriores está mitigado pelo fato de tanto o Administrador quanto o Custodiante possuírem o rating A1 (Escala Global em Moeda Local). Desta forma, rating desta operação está associado ao rating do Bradesco, o qual é superior ao rating da operação.



## CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO DOS EMPRÉSTIMOS

### Carteira de INSS do Banco Finasa BMC S.A.

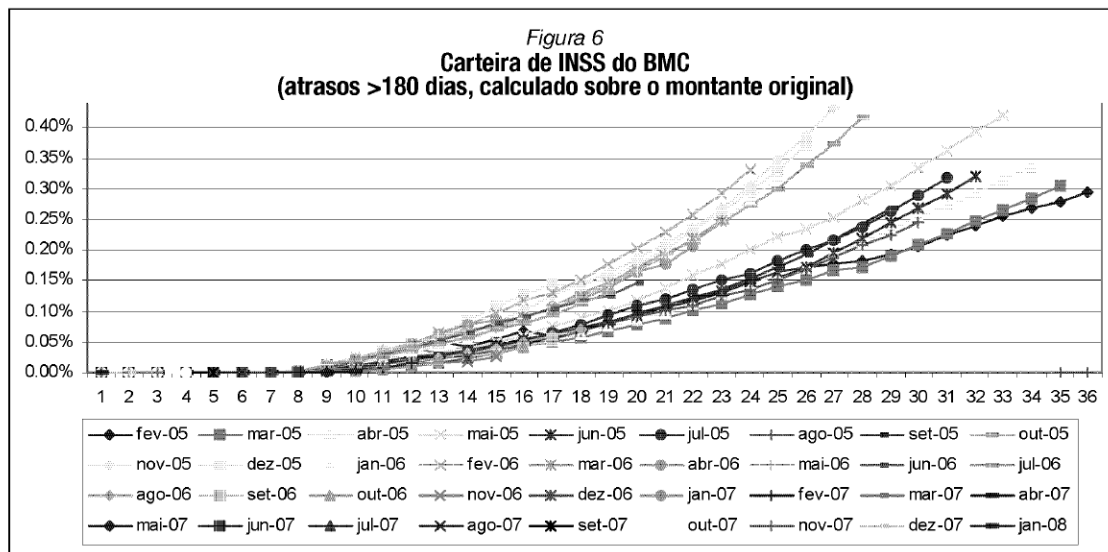
De acordo com informações fornecidas pela KPMG, entre fevereiro de 2005 a janeiro de 2008 (36 meses), a carteira de INSS do BMC possui as seguintes características:

<p><i>Figure 5</i>  <b>Carteira de INSS do BMC</b>  <b>Características da Carteira</b>  <b>Período Analisado: de fev/05 a jan/08</b></p>	
Total de Originação de Empréstimos (R\$000)	R\$ 2,445,457
Média Mensal de Originação de Empréstimos (R\$000)	R\$ 67,929
Número de Contratos Originados	1,727,972
Valor Médio dos Empréstimos	R\$ 1,415
% de Contratos pagos em 36 parcelas mensais (por montante)	92%
Retorno bruto médio (por ano)	34.40%
% de Contratos Relacionados a Clientes com até 80 anos de Idade	88.70%

Durante o período analisado, o BMC originou créditos no montante de cerca de R\$ 2,445 bilhões (recursos liberados). Conforme observado com outras instituições que operam com empréstimos consignados, a carteira do BMC pode ser considerada pulverizada, com ticket médio de R\$ 1.415 por contrato. Atualmente, cerca de 92% dos contratos originados possuem prazo de vencimento de até 36 meses. Com relação à idade dos clientes (aposentados e pensionistas do INSS), cerca 88,7% dos contratos são relacionados a clientes com até 80 anos de idade, sendo que a idade média destes clientes é de 65 anos, compatível com o perfil de tomadores deste tipo de empréstimo.

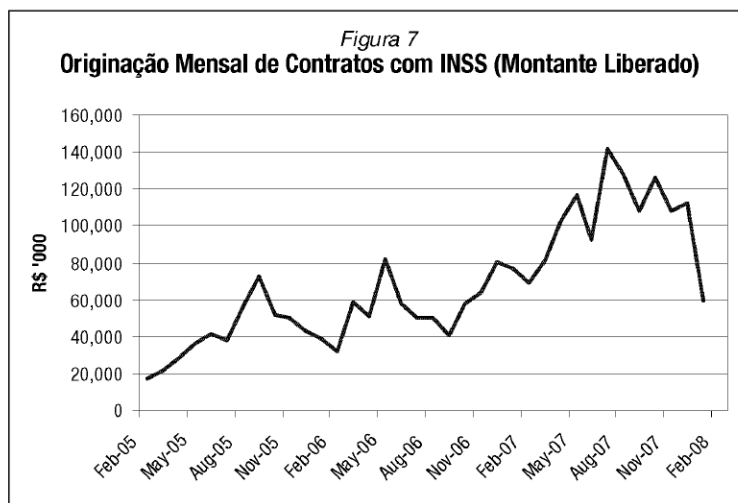
Apesar da crescente concorrência nos empréstimos relacionados a INSS, o BMC tem sido capaz de manter suas margens, expressas por um retorno bruto médio de 34,4% ao ano<sup>2</sup>. Desde que foi adquirido pelo Bradesco, em agosto de 2007, o BMC tem se beneficiado da elevada capilaridade da rede de distribuição do Bradesco, também explicando a manutenção de suas margens.

A Figura 6 apresenta a análise histórica (por safra de originação) da carteira de INSS do BMC, enfocando os atrasos acima de 180 dias, os quais não excedem 0,45% no período em questão.



<sup>2</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº25 de 07/01/2008, as taxas de juros cobradas em empréstimos relacionados a INSS não podem exceder 2,5% por mês (o que corresponde a uma taxa composta de 34,4% ao ano).

Conforme ilustrada na Figura 7, a originação de contratos de INSS apresentou algum crescimento entre fevereiro de 2005 a novembro de 2007, refletindo também a associação com o Bradesco, conforme mencionado. Como resultado de uma estratégia bem sucedida de vendas, o BMC tem sido capaz de originar cerca de R\$ 68 milhões por mês em novos contratos. No entanto, devido a uma mudança regulatória, estabelecendo a redução da margem consignável de 30% para 20%<sup>3</sup>, houve impacto negativo na geração de novos contratos registrada em janeiro de 2008.



As operações do BMC estão concentradas nas Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Os quatro estados mais representativos localizados nestas Regiões (São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais) representam por volta de 47,6% do total originado durante o período analisado. É importante notar que o BMC adotou estratégia de aumentar suas operações em São Paulo, onde também está localizada sua sede.

## **METODOLOGIA DA MOODY'S PARA SUPORTE DE CRÉDITO EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO PESSOAL**

A Moody's avaliou o nível de suporte de crédito proporcionado nesta operação através da subordinação, do caixa disponível e do excesso de spread, assim como o desempenho histórico dos empréstimos pessoais. Adicionalmente, a Moody's considerou fatores comuns a todas as operações de empréstimos pessoais tais como rendimento, inadimplência, provisionamentos e a taxa de giro. Os fatores mencionados na seção de riscos de crédito são simulados em situações de estresse, com base no histórico observado, assim como no nível de rating requisitado.

Além desses fatores, a Moody's também levou em consideração fatores específicos do mercado brasileiro, tal como a probabilidade de um aumento nas taxas de juros, redução da taxa de pagamento mensal e mudanças no cenário macroeconômico que possam prejudicar o segmento de mercado do originador ou possam influenciar um aumento na taxa do CDI. A análise foi baseada nos efeitos que essas variáveis, simuladas em situações de estresse, teriam sobre os fluxos de caixa do fundo, de modo a se determinar as perdas nas cotas. Essas perdas esperadas foram analisadas juntamente com outros fatores relacionados com a operação para se determinar o rating adequado. A Moody's concluiu que, com mínimo de 15% de subordinação e 4% de excesso de spread disponível, os fluxos de caixa disponíveis da operação sejam suficientes para pagar juros tempestivamente e o principal antes do prazo final das cotas sênior.

## **ASPECTOS LEGAIS**

A estrutura jurídica da operação é dotada de condições adequadas para a salvaguarda legal dos cotistas sênior. Os principais aspectos legais considerados na análise da Moody's foram:

<sup>3</sup> Tal qual alterado pela Instrução Normativa nº25 de 7/01/2008.

### **Cessão Perfeita e Acabada**

A certeza de segregação de riscos entre o BMC (como originador) e o BMC FIDC INSS (como Emissor) existe de fato, por meio de cessão perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis consubstanciada pelos termos de cessão dos direitos creditórios sob o Código Civil Brasileiro. Isso significa que uma eventual liquidação ou falência do originador não afetará os ativos do BMC FIDC INSS, já que seus ativos estarão legalmente resguardados dos credores do originador.

### **Aspectos Sobre a Impossibilidade de Falência do Emissor**

Este risco é mitigado pela natureza legal deste veículo. Como Fundo de investimento, o FIDC não pode ter ativos negativos porque o limite de suas obrigações para com os cotistas titulares das cotas sênior é o valor líquido desses ativos.

### **Consignação das Deduções em Folha**

Para os aposentados e pensionistas assistidos pelo INSS, a consignação das deduções de benefícios de pensão no Brasil é regulamentada por lei federal (Lei 10820 de 17 de dezembro de 2003), e também pela Instrução Normativa INSS/DC 121, de 1º de julho de 2005. Sob essas provisões, o mutuário cede incondicionalmente e irrevogavelmente uma parte de seu salário e/ou de seus benefícios para satisfazer o pagamento das prestações do empréstimo. Tais deduções para pagamento das prestações são então retidas sobre os pagamentos de benefícios mensais ou do salário do mutuário. Assim, os empréstimos pessoais consignados em folha de pagamento desfrutam de "prioridade absoluta" sobre qualquer outra dívida que o tomador possa ter, pois uma parte da renda disponível do tomador é legalmente retida pelo empregador.

## SUMÁRIO DA OPERAÇÃO

Cotas Sênior	(P) <b>Aaa.br</b> Escala Nacional & (P)Baa2 Escala Global em Moeda Local
Cotas Subordinadas	<b>Not Rated</b>
Emissor	BMC Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Crédito Consignado INSS - Séries 2008-1
Tipo de Ativo	Empréstimos pessoais com a consignação de desconto vinculados ao INSS
Originador e Agente de Cobrança Primário	Banco Finasa BMC S.A., controlado pelo Bradesco (Aaa.br na Escala Nacional & A1 na Escala Global de Moeda Local)
Administrador	BEM DVTM, uma subsidiária integral do Bradesco (Aaa.br na Escala Nacional & A1 na Escala Global de Moeda Local)
Custodiante	Banco Bradesco S.A. ( <b>Aaa.br</b> para depósitos bancários em moeda local)
Estruturador	Banco Bradesco BBI, uma subsidiária integral do Bradesco (Aaa.br na Escala Nacional & A1 na Escala Global de Moeda Local)
Auditor Externo	KPMG Auditores Independentes
Consultor Legal	Motta, Fernandes Rocha Advogados

Doc ID# SF132754

© Copyright 2008, Moody's Investors Service, Inc., y/o sus licenciadores y filiales (conjuntamente, "MOODY'S"). Todos los derechos reservados. **TODA LA INFORMACIÓN CONTENIDA EN EL PRESENTE DOCUMENTO ESTÁ PROTEGIDA POR COPYRIGHT Y NINGUNA PARTE DE DICHA INFORMACIÓN PODRÁ SER COPIADA O REPRODUCIDA, REFORMATADA, TRANSMITIDA, CEDIDA, DIFUNDIDA, REDISTRIBUIDA O REVENDIDA, NI ARCHIVADA PARA SER UTILIZADA CON ALGUNO DE DICHS FINES, EN PARTE O EN SU TOTALIDAD, DE NINGUNA MANERA, POR NINGÚN MEDIO O POR NINGUNA PERSONA SIN PREVIO CONSENTIMIENTO POR ESCRITO DE MOODY'S.** Toda la información incluida en el presente documento ha sido obtenida por MOODY'S a partir de fuentes que estima correctas y fiables. No obstante, debido a la posibilidad de error humano o mecánico, así como de otros factores, dicha información se proporciona "tal y como se indica", sin ninguna clase de garantía, y MOODY'S, en particular, no garantiza ni declara, de forma expresa ni implícita, respecto de la totalidad o parte de dicha información, que ésta sea correcta, actualizada, completa, comercializable o apropiada para ningún objeto o fin. MOODY'S no acepta, bajo ninguna circunstancia, responsabilidad alguna frente a personas o entidades por (a) cualquier pérdida o daño causado en todo o en parte por, o resultado de, o relacionado con, cualquier error (negligente o de otro tipo) u otras circunstancias o contingencias que se encuentren tanto bajo el control como fuera del control de MOODY'S o de cualquiera de sus consejeros, directivos, empleados o agentes, en relación con la obtención, recogida, recopilación, análisis, interpretación, comunicación, publicación o distribución de dicha información, o (b) cualquier daño directo, indirecto, especial, consecutivo, daños y perjuicios o daños de carácter fortuito (incluido, entre otros, el lucro cesante), que resulte del uso o de la incapacidad de usar tal información, aún en el supuesto de que se hubiera advertido a MOODY'S con anterioridad de la posibilidad de que se produjeran dichos daños. En su caso, los ratings de crédito que forman parte de la información contenida en este informe son, y a tales efectos deben ser considerados exclusivamente, declaraciones de opinión, y no declaraciones de hechos ni recomendaciones para comprar, vender o mantener cualesquiera títulos. **MOODY'S NO CONCEDE NINGUNA GARANTÍA, EXPRESA O IMPLÍCITA, RESPECTO DE QUE DICHS RATINGS Y DEMÁS OPINIONES E INFORMACIONES SEAN CORRECTOS, ACTUALIZADOS, COMPLETOS, COMERCIALIZABLES O APROPIADOS PARA NINGÚN OBJETO O FIN DETERMINADO.** Cada uno de los ratings y opiniones debe ser considerado exclusivamente como un factor más dentro de las decisiones de inversión tomadas por, o en nombre de, cualquier usuario de la información contenida en el presente documento, y dicho usuario deberá, en consecuencia, realizar su propio estudio y evaluación de cada valor y de cada emisor, avalista o fuente de soporte de crédito de cada valor que esté considerando comprar, mantener o vender.

MOODY'S informa por la presente de que la mayoría de los emisores de títulos de deuda (incluidos bonos corporativos y municipales, obligaciones, pagarés y papel comercial) y acciones preferentes calificados por MOODY'S han acordado, con anterioridad a la asignación de cualquier rating, retribuir a MOODY'S por sus servicios de análisis y rating mediante comisiones que oscilan entre 1,500 dólares y aproximadamente 2,400,000 dólares. Moody's Corporation (MCO) y la agencia de ratings crediticios Moody's Investors Service (MIS), filial al 100% de MCO, también mantienen políticas y procedimientos para garantizar la independencia de los ratings y los procesos de asignación de ratings de MIS. La información relativa a ciertas afiliaciones que pudieran existir entre consejeros de MCO y entidades calificadas, y entre entidades que tienen asignados ratings de MIS y que también han informado públicamente a la SEC de que mantienen un interés en la propiedad de MCO superior al 5%, se publica anualmente en la página web de Moody's [www.moody's.com](http://www.moody's.com), bajo el capítulo de "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy".

---

Súmula de Classificação de Risco da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Rating****AAA**

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.

Data: 12/mai/2008

Validade: 12/mai/2009

**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 12 de maio de 2008, atribuiu o *rating* de crédito de longo prazo **AAA**, para a Primeira Série das Cotas Seniores emitidas pelo BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Consignado INSS (BMC FIDC Crédito Consignado INSS). Esta classificação traduz uma probabilidade quase nula de que os cotistas seniores não recebam o pagamento do principal, acrescido do rendimento esperado nas datas de resgate das cotas a serem emitidas.

O BMC FIDC Crédito Consignado INSS, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de financiamento (e seguros associados) entre o Banco Finasa BMC S/A (Cedente) e Mutuários, aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social, com desconto diretamente no benefício. Os direitos creditórios adquiridos pelo FIDC deverão, em todos os casos, respeitar a política de investimentos e os critérios de elegibilidade especificados no regulamento do Fundo, bem como os critérios estipulados no Contrato de Cessão firmado entre o Banco Finasa BMC S/A e a Administradora do FIDC.

O BMC FIDC Crédito Consignado INSS terá como objetivo alcançar uma rentabilidade para as Cotas Seniores da Primeira Série de 107% do CDI ao ano. A Primeira Série de Seniores terá um volume de até R\$ 1.000.000.000,00, representados por 100.000 Cotas Seniores com valor unitário de R\$ 10.000,00. O Fundo deverá manter uma Razão de Garantia de no máximo de 85% (montante de cotas seniores dividido pelo PL total). O FIDC terá um PL de até R\$ 1.764.706.000,00, sendo que poderá emitir até R\$ 1.500.000.000,00 em cotas seniores.

A classificação atribuída fundamenta-se essencialmente no nível de subordinação presente no Fundo, representado pela razão de garantia de 85% no máximo, genericamente, para a divisão do montante de cotas seniores, pelo PL total do fundo (para fórmula completa ver regulamento). Considerando os fatores de risco associados ao FIDC, especialmente aqueles vinculados à qualidade dos ativos que irão compor seu PL (essencialmente direitos creditórios representados por créditos com desconto no benefício para aposentados e pensionistas do INSS), a estrutura de subordinação do BMC FIDC Crédito Consignado INSS representa uma ótima proteção para o valor das Cotas Seniores, considerando a inadimplência nos 3 últimos anos da carteira de créditos para aposentados e pensionistas do INSS presente no originador destes créditos – Banco Finasa BMC S/A. Conforme trabalho de auditoria independente realizada na carteira de créditos para aposentados e pensionistas do INSS, com desconto direto no benefício, chegou-se à inadimplência média em torno de 0,3%, ou seja, muito inferior ao nível de subordinação, sendo que este se materializa em um fator de proteção elevado para o valor das cotas seniores. Conjuntamente à elevada pulverização destes créditos, bem como os rigorosos limites de concentração por devedores adotados pelo FIDC, são fatores que reduzem expressivamente a probabilidade de que inadimplências / perdas individuais nos créditos adquiridos pelo fundo tragam impacto no valor das Cotas Seniores. A singularidade dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo fundo, essencialmente o desconto no benefício diretamente na fonte, minimiza a exposição do FIDC a riscos de liquidez / solvência do devedor.

**Analista:**

Maurício Bassi  
Tel.: 55 11 3377 0709  
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC FIDC CRÉDITO CONSIGNADO INSS

A elevada rentabilidade dos ativos adquiridos pelo Fundo contribui para viabilizar o alcance do objetivo de remuneração. O Fundo especifica uma taxa de desconto mínima consideravelmente superior ao objetivo de remuneração estipulado para as Cotas Seniores desta série, bem como um *spread* excedente a ser considerado na aquisição de direitos creditórios. A especificação de uma taxa mínima de desconto a ser aplicada na aquisição dos créditos serve para contribuir na realização do objetivo de remuneração para as Cotas Seniores.

A classificação atribuída também considerou os rigorosos critérios de elegibilidade dos direitos creditórios / política de investimentos especificados no Regulamento do Fundo e no Contrato de Cessão. Entre estes se destacam os critérios criados com o intuito de minimizar a aquisição de direitos creditórios fraudados (ex.: obrigatoriedade de pagamento da primeira parcela anteriormente ao momento da cessão ao fundo), direitos creditórios cobertos por seguro de vida no momento da cessão ao FIDC, idade máxima do Mutuário para cessão do crédito ao FIDC, obrigatoriedade de adimplência com o FIDC por parte do devedor / mutuário, entre alguns dos principais fatores.

Similarmente, a classificação considerou de forma positiva os instrumentos incorporados pelo regulamento do FIDC com o objetivo de mitigar o risco de liquidez do fundo, dentre os quais cumpre destacar sua constituição sob forma de condomínio fechado, constituição de fundo de reserva de amortização das Cotas Seniores (50% do valor a amortizar constituído 30 dias antes da data de amortização e o restante 15 dias antes da amortização) e incorporação, nos critérios de elegibilidade, dos direitos creditórios com vencimento inferior ao prazo de vencimento da série de cotas seniores com vencimento mais longo, dentre outros.

Também foi incorporada a ótima política de formalização, acompanhamento e cobrança de crédito implementada pelo Banco Finasa BMC S/A, bem como sua solidez financeira e de seu controlador, o Banco Bradesco S/A. Do mesmo modo, a longa experiência do administrador, do Gestor e do Custodiante do FIDC em operação de securitização de créditos e a solidez financeira do agente de recebimento, Banco Bradesco S/A.

Foram considerados alguns fatores de risco presentes no BMC FIDC Crédito Consignado INSS, entre os quais destacamos: (i) o descasamento de indexadores implícito na estrutura do FIDC (basicamente ativos remunerados a taxas prefixadas, contra passivos com rendimentos pós-fixados) o que, em um eventual aumento significativo na taxa de juros básica da economia, pode inviabilizar a realização do objetivo de remuneração das Cotas Seniores. Este fator é ainda mais relevante, considerando que o prazo médio dos direitos creditórios que o FIDC adquirirá é significativamente longo, inviabilizando a sua rápida remarcação para correção de distorções. A Austin entende que um dos principais fatores de risco associados ao BMC FIDC Crédito Consignado INSS refere-se à possibilidade de pré-pagamentos dos créditos (quitação antes do prazo contratualmente estipulado) na carteira do fundo. Embora o regulamento do FIDC incorpore cláusulas que mitigam parcialmente os impactos negativos no fundo destas práticas (com destaque para: (i) interrupção das amortizações de cota subordinadas, caso o Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Mútuo supere os 15,0% até que a subordinação represente 20,0% do PL do FIDC; (ii) formalização de regras de recompra de direitos creditórios – em caso de liquidação antecipada derivada de pré-pagamento dos mesmos - estipulando a recompra ao valor de mercado ou pelo valor contábil dos mesmos, em todo caso sem prejuízo para o FIDC. A recompra de créditos pelo Cedente está formalizada e se dá através do exercício da Opção de Compra, a qual estipula claramente os parâmetros para a recompra dos mesmos, entre outros) a rentabilidade do FIDC pode ser impactada de forma negativa em função do nível de pré-pagamento. No entanto, a Austin Rating entende que o principal fator mitigante deste risco é a capacidade de originação de direitos creditórios do Banco Finasa BMC S/A, disponibilizando um *pool* de créditos dentro das características estipuladas pelo FIDC, para cessão ao fundo de tamanho significativo, o que viabiliza a recomposição das suas aplicações sem direitos creditórios.

Similarmente, a Austin Rating entende que eventuais mudanças na legislação / regulamentação que enquadra os empréstimos com desconto direto no benefício do INSS configuram fator de risco relevante. Este é ainda mais importante dado o histórico de mudanças / limitações nas características que enquadram estes créditos. Estes eventos podem impactar a rentabilidade dos mesmos, no nível de pré-pagamentos no fundo e no seu perfil de liquidez, dentre outros fatores.





**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**  
**BMC FIDC CRÉDITO CONSIGNADO INSS**

---

**PERFIL DO FUNDO**

O BMC FIDC Crédito Consignado INSS é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pela Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Fundo conta com as seguintes características:

<b>Tipo de Fundo:</b>	Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado;
<b>Prazo:</b>	Indeterminado;
<b>Ativo do Fundo:</b>	Direitos Creditórios oriundos de operações de crédito para aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto no benefício;
<b>Cedente (principal):</b>	Banco Finasa BMC S/A;
<b>Patrimônio Líquido:</b>	Até R\$ 1.764.706.000,00;
<b>PL Total Cotas Seniores:</b>	Até R\$ 1.500.000.000,00;
<b>PL 1ª Série de Cotas Seniores:</b>	Até R\$ 1.000.000.000,00;
<b>Valor unitário por Cota 1ª Série:</b>	R\$ 10.000,00;
<b>Numero de Cotas 1ª Série:</b>	Até 100.000;
<b>Objetivo de Remuneração</b>	
<b>1ª Série:</b>	107% da taxa DI;
<b>Prazo 1ª Série:</b>	72 meses;
<b>Número de Séries:</b>	Até 10;
<b>Razão de Garantia:</b>	Maximo 85%;
<b>Colocação da cotas:</b>	Distribuição Pública;
<b>Público-Alvo:</b>	Investidores Qualificados;
<b>Estruturador e Distribuidor:</b>	Banco Bradesco BBI S/A;
<b>Administradora:</b>	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
<b>Gestor:</b>	BRAM – Bradesco Asset Management S/A - DTVM;
<b>Custodiante:</b>	Banco Bradesco S.A.;
<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes;
<b>Agente de Recebimento:</b>	Banco Bradesco S/A.



## Classificação da Austin Rating

### *Investimento Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

### *Investimento Especulativo*

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

*Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.



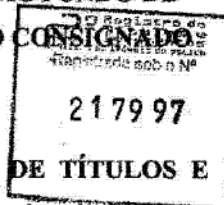
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO BMC FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO**

**INSS**



Pelo presente instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF. sob n.º 00.066.670/0001-00 (a "Administradora"), nos termos da legislação e regulamentação vigentes, resolve:

Constituir, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e posteriores alterações, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sob a forma de condomínio fechado, denominado **BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS** ("Fundo").

A administração do Fundo será efetuada pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição acima nomeada e qualificada, na forma do Regulamento anexo;

O Diretor da Administradora responsável pelas operações do Fundo, designado para responder, civil e criminalmente, pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, inclusive perante a Secretaria da Receita Federal é o Sr. **Cassiano Ricardo Scarpelli**, brasileiro, casado, bancário,



portador da Cédula de Identidade RG n.º 16.290.774-6/SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 082.633.238-27, com domicílio na Cidade de Deus, Osasco, São Paulo;

217997

O Diretor Responsável ora indicado declara, neste ato, nos termos da legislação em vigor, que está ciente e assume as obrigações e responsabilidades inerentes à supervisão e acompanhamento do Fundo, especialmente a responsabilidade pela movimentação dos direitos creditórios, sujeitando-se à aplicação das penalidades de suspensão ou inabilitação para cargos de direção em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Submeter à aprovação desta D. Comissão de Valores Mobiliários a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à Oferta das Cotas do Fundo.

Estando assim deliberado a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 24 de março de 2008.

  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

José Luiz Acar Pedro



OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP  
Rua Dante Batiston, 249  
Centro - Osasco - SP - CEP 08013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 217997 DO LIVRO D  
Osasco, 01 de abril de 2008  
*João M. C. Almeida*  
JOÃO M. MARTINEZ / ANDRÉ A. C. S. DE ALMEIDA  
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA  
PROTOCOLO N.º 217997  
Total pago R\$ 544,93 este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART-Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 340,02 devido ao Oficial.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO  
CONSIGNADO INSS**

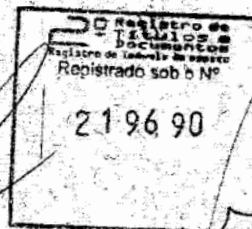
Por este instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N - Prédio Novíssimo - 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de administradora (a "Administradora") do **BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO INSS** (o "Fundo"), constituído em 24 de março de 2008 e registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob o nº 217997, em 1º de abril de 2008 (o "Regulamento"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das quotas do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente Instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Osasco, 12 de maio de 2008.



**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

87280 - Cassiano Ricardo Scarpetti

Testemunhas:

José Luiz Acar Pedro

Nome: Leonardo Wladimir Lunka  
RG: 34.426.143-6  
CPF: 318.071.878-10

Nome: ANA CAROLINA DO ROSÁRIO SPINARDI  
RG: 32.563.629-1  
CPF: 323.353.838-33





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO  
CONSIGNADO INSS**

Por este instrumento particular, **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N – Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de administradora (“Administradora”) do **BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS** (“Fundo”), constituído em 24 de março de 2008, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.464.001/0001-61, com seu regulamento registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Osasco, Estado de São Paulo, sob o nº 217997, em 1º de abril de 2008, e sua primeira alteração registrada no mesmo cartório sob o nº 219690, em 14 de maio de 2008 (“Regulamento”), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que: (i) a Comissão de Valores Mobiliários – CVM solicitou, nos termos do OFÍCIO/CVM/SER/Nº 1014/2008, datado de 18 de junho de 2008, a alteração de dispositivos específicos do Regulamento; e (ii) nos termos do inciso 17.2 do capítulo dezessete do Regulamento, o Regulamento pode ser alterado independentemente de assembleia geral de quotistas do Fundo sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes ou de normas legais ou regulamentares, cabendo, portanto, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos, solicitadas pela CVM conforme ofício acima referido;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente Instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Osasco, 4 de julho de 2008

66388 - José Carlos da Silva

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Testemunhas:

Nome: Diego Peres da Costa Nascimento  
RG: RG. 20.083.023-0  
CPF: CPF: 111.681.947-33

Nome: FREDERICO W. CASARIN  
RG: 33.155.727-X  
CPF: 329.122.718-96



2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP  
Rua Dante Baston, 249

Centro - Osasco - SP - CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 221117, DO LIVRO B  
Osasco, 10 de julho de 20 08

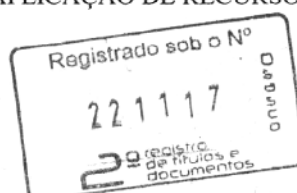
Olival  
JOÃO DA SILVA / FIANTEIRO S. DE ALMEIDA  
PRISCILA VICENT / SOF. MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLADO N.º 221117  
Total pago R\$ 658,87, cujo valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% a UNIT Providência do IPESP, sobre  
o 411,17 devido ao Oficial.

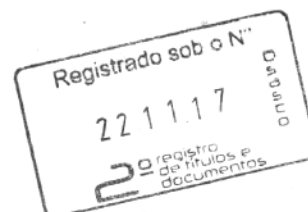
## ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO.....	4
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO..	4
CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	7
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES .....	9
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR.....	10
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR .....	17
CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO.....	18
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS.....	33
CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS .....	40
CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS .....	43
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS.....	45
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	45
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO..	46
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE .....	47
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	50
CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA .....	54
CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA .....	60
CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	60
CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	62
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	63
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	63
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	64
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS .....	65

1



CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	66
CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR.....	67
CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	68



Regulamento do **BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS**, administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

## **CAPÍTULO UM – DO FUNDO**

- 1.1. **O BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.
- 1.2. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo (os “Investidores Qualificados”).

## **CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

- 2.1. O prazo de vigência regular do Fundo será indeterminado (o “Prazo de Vigência”). O encerramento das atividades e a respectiva liquidação do Fundo será efetuada somente em dia útil. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente antes do vencimento de cada uma das Séries nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento, sendo que, neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos definidos no Capítulo Vinte.

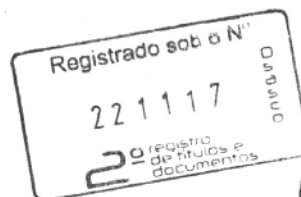


## CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO

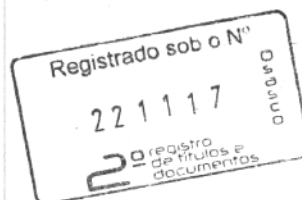
- 3.1. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos serão levados a registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sede da Administradora.

## CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 4.1. Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é buscar a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos.
- 4.2. Em até 90 (noventa) dias contados da data de protocolo na CVM dos documentos de constituição do Fundo definidos na Instrução CVM, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O Fundo poderá manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional ou aplicar: (a) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (b) em operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais; e (c) em quotas de fundo(s) de investimento classificado(s) como “referenciados DI” ou “renda fixa”, de longo prazo, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos mencionados nas alíneas “a” e “b” acima. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.
- 4.3. A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem coobrigação ou direito de regresso contra o BMC ou de qualquer outra Pessoa. O BMC, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência dos Mutuários. O BMC é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Convênio e das demais disposições aplicáveis.

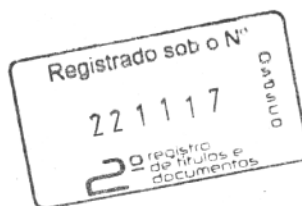


- 4.4. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Mutuários, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.5. Nos termos do Contrato de Cessão, os direitos creditórios e quaisquer outras prerrogativas decorrentes dos Seguros de Vida, vinculados aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo BMC, serão automaticamente cedidos ao Fundo concomitantemente à aquisição dos respectivos Direitos Creditórios. Até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em Circulação, o BMC, na qualidade de fiel depositário de quaisquer valores por este acolhidos decorrentes do pagamento, na hipótese de sinistro, dos Seguros de Vida vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, deverá transferir as respectivas verbas para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. O BMC, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Seguros de Vida e pela solvência das respectivas companhias seguradoras.
- 4.6. O Fundo e o BMC poderão celebrar cessões de 1 (um) ou mais Direitos Creditórios referentes ao mesmo Contrato de Mútuo. É vedada a realização de cessões de fração de um mesmo Direito Creditório pelo BMC e pelo Fundo. As cessões de crédito realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa deverão sempre observar os termos e as condições definidos no item (28.3) do Capítulo Vinte e Oito do Regulamento.
- 4.7. É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, tendo necessariamente como contraparte o Custodiante.
- 4.8. O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas, observado o disposto no item (4.15) deste Capítulo. Não obstante a utilização pela Administradora de instrumentos derivativos, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas Sênior. A Administradora envidará os seus melhores esforços de forma a manter a carteira do Fundo protegida, total ou parcialmente, contra o risco de descasamento entre o valor dos ativos integrantes da carteira



do Fundo e o valor das Quotas Sênior, por meio da contratação de operações com instrumentos derivativos.

- 4.9. É permitida a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou com derivativos, em que o BMC, a Administradora, o Gestor, quaisquer Pessoas controladoras das referidas Pessoas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.
- 4.10. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento.
- 4.11. É facultado ao Fundo adquirir Outros Ativos nos quais a Administradora atue na condição de contraparte ou emitente.
- 4.12. É vedado à Administradora:
- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
  - b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
  - c) efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas do mesmo;
  - d) aplicar recursos de titularidade do Fundo em quotas de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento cuja atuação nos mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo Patrimônio Líquido;
  - e) realizar de operações com derivativos a descoberto; ou





- f) aplicar recursos de titularidade do Fundo em quotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos em Quotas de emissão do Fundo.
- 4.13. Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM.
- 4.14. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 4.15. As operações do Fundo com derivativos devem ser sempre realizadas em mercados organizados, administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, devidamente constituídas. No caso de operações de *swap*, as respectivas operações devem ser exclusivamente realizadas na modalidade “com garantia”. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título.
- 4.16. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.
- 4.17. A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

## CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- 5.1. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, caberá ao Custodiante a verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios, individualmente e por meio de arquivos eletrônicos, aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização, cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.



- 5.2. Observado o disposto no Contrato de Cessão, o BMC somente poderá ofertar ao Fundo Direitos Creditórios que atendam ao disposto nas alíneas “g” a “v” do inciso 4.1 da Cláusula Quatro do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando a, Direitos Creditórios relacionados a Contratos de Mútuo cujo risco de morte do Mutuário esteja coberto pelo Seguro de Vida e Direitos Creditórios relativos a Contratos de Mútuo que já tiveram, no mínimo, 1 (uma) de suas parcelas pagas pelo respectivo Mutuário. A verificação do atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, ao disposto neste item será de única e exclusiva responsabilidade do BMC.
- 5.3. Serão considerados Direitos Creditórios elegíveis (os “Direitos Creditórios Elegíveis”) os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo BMC ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes “Critérios de Elegibilidade”:
- a) os Direitos Creditórios não têm data de vencimento posterior ao vencimento da Série de Quota Sênior com data de vencimento mais longa;
  - b) o valor nominal dos Direitos Creditórios não é superior a R\$1.000,00 (um mil reais);
  - c) o respectivo Mutuário não é devedor de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em valor superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais);
  - d) o respectivo Mutuário não se encontra em atraso no pagamento de qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo; e
  - e) a idade do Mutuário, na Data de Aquisição, não é superior a 79 (setenta e nove) anos, inclusive.
- 5.4. Observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do item (5.3) acima, será considerada como definitiva.
- 5.5. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra o BMC, suas Pessoas controladoras, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.



## CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES

- 6.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do BMC, observados os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) em contrapartida à emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, ao disposto no item (11.11) do Capítulo Onze, observados os prazos para regularização definidos neste Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.
- 6.2. Observados os termos e as condições da legislação aplicável, do Convênio e do Convênio de Recebimento, o INSS repassará a totalidade dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento mantida perante o Bacen, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da competência do crédito do benefício (a “Data de Recebimento”), via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Observado o disposto no Convênio de Recebimento, na Data de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação de que trata o item (6.3) abaixo, o BMC será responsável pela transferência ao Fundo dos mesmos, na qualidade de fiel depositário de tais valores, observado o disposto no Contrato de Cessão.
- 6.3. Observadas as informações passadas pelo BMC ao Custodiante, com cópia para a Administradora, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Recebimento, caberá ao

9



Custodiante proceder à conciliação dos valores transferidos, pelo Agente de Recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo e para a conta corrente de titularidade do BMC, nos termos do item (6.2) acima, de forma a identificar: (i) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram efetivamente liquidados com as referidas verbas; e (ii) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não foram adimplidos. No mesmo dia útil da realização da conciliação de valores aqui descrita, o Custodiante deverá solicitar que o BMC transfira, no mesmo dia, para conta corrente de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS e que foram transferidos para a conta corrente do BMC, antes da efetiva conciliação, equivalentes a até 5% (cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários ao Fundo no respectivo mês, nos termos do item (6.2) acima, sendo certo que tais valores foram mantidos na posse do BMC, na qualidade de fiel depositário dos mesmos, até que fosse devidamente realizada a conciliação de todos os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na forma deste item (6.3).

- 6.4. O BMC será o responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Contratos de Mútuo Inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviços especialmente contratado pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança.

#### **CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR**

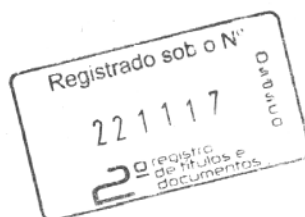
- 7.1. O Fundo é administrado pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N – Prédio Novíssimo – 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00 (a “Administradora”).
- 7.2. A carteira do Fundo será gerida pela **BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. – DTVM**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.375.134/0001-44, credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, pelo Ato Declaratório nº 2669, de 6 de dezembro de 1993 (o “Gestor”).
- 7.3. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora e o Gestor, no limite de suas respectivas atribuições definidas neste Regulamento, assumem a obrigação de aplicar



em sua administração e gestão, respectivamente, os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, observados os direitos, as garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Quotas Sênior definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

7.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM e dos demais normativos aplicáveis, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) observado o disposto no Contrato de Cobrança, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, (ii) à cobrança dos direitos e prerrogativas sobre os Seguros de Vida vinculados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete;
- b) desde que observado o disposto nas Rotinas e Políticas de Cobrança e os demais procedimentos definidos no Contrato de Cessão, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos ativos de titularidade do Fundo não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao maior valor entre (i) seu respectivo valor contábil ou (ii) seu valor de mercado, caso houver, exceto quando autorizado neste Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral;
- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo e dos direitos e prerrogativas sobre os Seguros de Vida vinculados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, ao Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Cobrança, e ao Agente de Recebimento, nos termos do Convênio de



Recebimento, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;

- d) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três;
- e) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor; e
- f) nos termos do item (26.2) do Capítulo Vinte e Seis, comunicar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de Risco das Quotas Sênior no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado da ciência de tal fato.

7.5. Sem prejuízo de seus outros deveres legais e dos constantes do Contrato de Cessão, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas, gratuitamente:
  - i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
  - ii) exemplar do Regulamento; e
  - iii) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição;
- b) encaminhar ao Bacen, nos termos previstos pela legislação aplicável, as informações relativas à cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo;
- c) manter atualizados e em perfeita ordem, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação:



- i) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
- ii) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.6) deste Capítulo;
- d) informar os Quotistas de alteração do periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações, nos termos do item (23.1) do Capítulo Vinte e Três, ou alteração da Taxa de Administração;
- e) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas Sênior pela Agência de Classificação de Risco;
- f) decidir pela contratação, pelo Fundo, de operações em mercados de derivativos, observado o disposto na política de investimento prevista neste Regulamento;
- g) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- h) submeter os demonstrativos referidos no item (7.6) deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- i) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- j) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade

13



exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);

- k) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- l) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- m) - informar ao Custodiante a Taxa de Desconto a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição, observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- n) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- o) proceder, às expensas da Administradora, à contratação dos serviços do Custodiante, do Gestor, do Agente de Recebimento, do Agente Cobrador e do Agente Escriturador;
- p) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros definidos neste Regulamento;
- q) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao BMC, ao Custodiante, ao Gestor e ao Agente de Recebimento, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança, do Contrato de Custódia, do Contrato de Gestão e do Convênio de Recebimento, respectivamente;
- r) permitir a subscrição, integralização e amortização de Quotas Sênior, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (11.11) do Capítulo Onze;

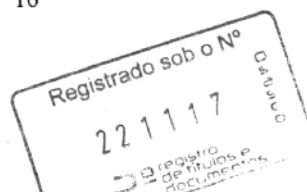




- s) permitir a subscrição, integralização e amortização de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que, considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto nos itens (11.11) e (11.12) do Capítulo Onze e nos itens (12.1) e (12.2) do Capítulo Doze;
- t) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
- i) substituição do Gestor, da Empresa de Auditoria, do Agente de Recebimento e/ou do Custodiante;
  - ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; e
  - iii) celebração de qualquer aditamento aos Documentos da Securitização;
- u) entregar e/ou manter à disposição da Agência de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante, pelo BMC e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização; e
- v) calcular e informar ao Custodiante e à Agência de Classificação de Risco, pelo menos mensalmente, o valor do FM, do ES, do IIMM e do ILACM.
- 7.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.
- 7.7. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações do Gestor, por conta e ordem da Administradora, observado o disposto no Contrato de Gestão:



- a) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento;
  - b) observar a política de investimento do Fundo definida neste Regulamento, incluindo as disposições referentes à contratação de operações com instrumentos derivativos; e
  - c) transferir ao Fundo qualquer vantagem ou benefício obtido como resultado de sua condição de gestor do Fundo, que não seja expressamente prevista neste Regulamento.
- 7.8. É vedado à Administradora, em nome do Fundo, emitir quaisquer classes ou séries de Quotas não expressamente autorizadas neste Regulamento ou vender Quotas à prestação.
- 7.9. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, é igualmente vedado à Administradora, em nome do Fundo:
- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo diversos daqueles previstos neste Regulamento, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
  - b) distratar, rescindir ou modificar, por sua iniciativa, quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
  - c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização.
- 7.10. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas neste Regulamento e nos Documentos de Securitização, uma taxa de administração mensal equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido, sendo até 1/10 (um décimo) da Taxa de



Administração alocada à Administradora e o restante aos demais prestadores de serviços cuja remuneração esteja sob responsabilidade da Administradora, quais sejam o Custodiante, o Agente Cobrador, o Agente Escriturador, o Agente de Recebimento e o Gestor. A Taxa de Administração será calculada diariamente e paga no 5º (quinto) dia útil de cada mês seguinte da apuração.

- 7.11. Nos termos do § 2º do artigo 56 da Instrução CVM, a remuneração devida ao Gestor poderá ser paga diretamente pelo Fundo ao Gestor, desde que os valores devidos não ultrapassem a Taxa de Administração.

## **CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR**

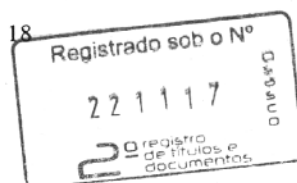
- 8.1. Nos termos da Instrução CVM nº 356, os Quotistas titulares de 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão solicitar a substituição da Administradora ou do Gestor. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação. Imediatamente após o recebimento da correspondência acima referida, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que a substituição da respectiva instituição seja deliberada pelos Quotistas.
- 8.2. No curso da Assembléia Geral convocada pela Administradora nos termos do item (8.1) acima, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação terão o direito de escolher instituição para exercer as funções da Administradora ou do Gestor, conforme o caso.
- 8.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no item (23.1) do Capítulo Vinte e Três e/ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte.



- 8.4. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida no item (8.3) acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas.
- 8.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (8.4) acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 8.6. No caso de renúncia, a Administradora fará jus ao recebimento da Taxa de Administração, calculada *pro rata temporis* até a data em que permanecer no exercício de suas funções.
- 8.7. Em caso de renúncia do Gestor, deverão ser igualmente observados os procedimentos descritos nos itens (8.3) a (8.6) acima, conforme o caso.

#### CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO

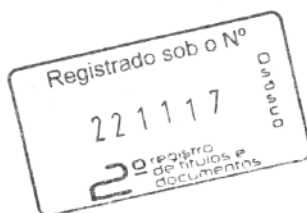
- 9.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e os direitos sobre os Seguros de Vida, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de o INSS honrar suas obrigações com os beneficiários, Mutuários dos Contratos de Mútuo, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros



eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento. A responsabilidade do INSS em relação às operações de crédito, contratadas pelo BMC ao amparo do Convênio, restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse ao BMC ou a seu Agente, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio.

2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário.
- b) **Amortização Condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado na alínea “a” do item (9.3) deste Capítulo, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o BMC, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos



Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos, (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, e que as verbas recebidas sejam depositadas pelo Agente de Recebimento, nos termos do Convênio de Recebimento, na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o BMC, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Este Regulamento estabelece condições sob as quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente caso, no período de dias equivalente ao prazo do GC, acrescido de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas em Circulação. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Mutuários e/ou vinculados aos Seguros de Vida.

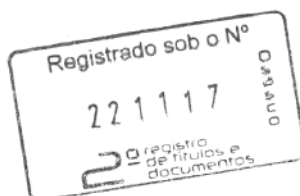
- d) **Possibilidade de Resilição, pelo BMC, do Contrato de Cessão.** Observados o disposto no Contrato de Cessão, o BMC poderá rescindir este instrumento a qualquer tempo, passando a não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Este evento poderá resultar na liquidação antecipada das Séries em Circulação e do Fundo, sendo que os titulares das Quotas Sênior de todas as Séries em Circulação poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e

20



condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.

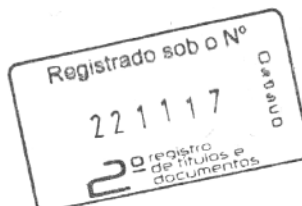
- e) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do Agente de Recebimento e pela Conta Corrente do BMC.** Observados os termos e as condições do Convênio, da legislação aplicável, do Contrato de Cessão e do Convênio de Recebimento, o INSS repassará os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários do BMC, por meio de depósito único na conta “reservas bancárias” do Agente de Recebimento mantida perante o Bacen, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Observado o disposto no Convênio de Recebimento, na Data de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação de que trata o item (6.3) do Capítulo Seis, o BMC será responsável pela transferência ao Fundo dos mesmos, na qualidade de fiel depositário de tais valores, observado o disposto no Contrato de Cessão. Observadas as informações passadas pelo BMC ao Custodiante, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Recebimento, caberá ao Custodiante proceder à conciliação dos valores transferidos, pelo Agente de Recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo e para a conta corrente de titularidade do BMC, nos termos acima descritos, de forma a identificar: (i) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram efetivamente liquidados com as referidas verbas; e (ii) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não foram adimplidos. No mesmo dia útil da realização da conciliação de valores aqui descrita, o Custodiante deverá solicitar que o BMC transfira, no mesmo



dia, para conta corrente de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS e que foram transferidos para a conta corrente do BMC, antes da efetiva conciliação, equivalentes a até 5% (cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários ao Fundo no respectivo mês, nos termos do item (6.2) do Capítulo Seis, sendo certo que tais valores foram mantidos na posse do BMC, na qualidade de fiel depositário dos mesmos, até que fosse devidamente realizada a conciliação de todos os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na forma aqui descrita. O repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, incluindo o inadimplemento das obrigações do Agente de Recebimento, do Custodiante e do BMC previstas no Convênio de Recebimento, atrasar ou deixar de ocorrer. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Agente de Recebimento ou do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- f) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do BMC.** Observados os termos e as condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores acolhidos pelo BMC, decorrentes da transferência de valores pelo Agente de Recebimento para conta corrente de titularidade do BMC, nos termos do item (6.2) do Capítulo Seis, até a conciliação dos valores, decorrentes da liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários ou, ainda, decorrentes da implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Cobrança, deverão ser transferidos pelo BMC para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o

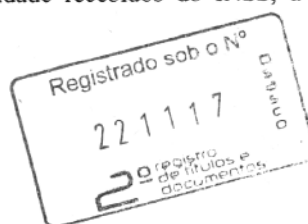
22





resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- g) **Impossibilidade da prestação de serviços de recebimento pelo Agente de Recebimento.** Caso o Agente de Recebimento deixe de atuar como agente de recebimento do Fundo, por qualquer motivo, incluindo a rescisão unilateral do Convênio de Recebimento pela Administradora, a decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Agente de Recebimento, os procedimentos relativos ao repasse dos valores devidos ao Fundo, bem como à cobrança, a ser realizada pelo BMC, dos valores devidos ao Fundo pelos Mutuários e/ou, nos termos do Convênio, pelo INSS, serão negativamente afetados até a efetiva nomeação de instituição substituta. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação de um novo agente de recebimento pelo Fundo.
- h) **Riscos Operacionais.** Observados os termos e condições do Convênio, cabe à DATAPREV, entre outras atribuições, processar as consignações de descontos e as exclusões referentes aos Direitos Creditórios de acordo com o arquivo magnético enviado pelo BMC, conforme previsto na alínea "b" do inciso III da Cláusula Terceira do Convênio, não tendo o BMC, após o envio do arquivo magnético supra referido, a Administradora, o Custodiante, o Gestor ou o Distribuidor controle sobre tal procedimento. Conforme acima identificado, cabe ao BMC, entre outras obrigações estipuladas no Convênio, enviar para a DATAPREV, até o 2º (segundo) dia útil de cada mês, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram a consignação diretamente na renda mensal de seus benefícios previdenciários e providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pela DATAPREV e/ou pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Convênio poderá inviabilizar e/ou atrasar o repasse pelo INSS ao BMC e/ou a seus Agentes dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Considerando-se que cabe ao Agente de Recebimento transferir ao Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento, os valores de sua titularidade recebidos do INSS, a ocorrência de



qualquer das hipóteses acima identificadas poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.

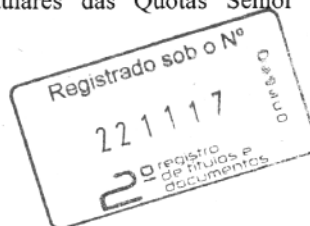
- i) **Transferência pelo BMC ao Fundo de valores de sua titularidade, decorrentes da cessão ao Fundo de direitos creditórios e de quaisquer outras prerrogativas permitidas pela legislação aplicável sobre os Seguros de Vida, cujos respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.** A cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo, formalizada na forma do Contrato de Cessão, implica na cessão automática pelo BMC de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade, emergentes da contratação pelos Mutuários dos Seguros de Vida vinculados aos respectivos Direitos Creditórios. Todavia, o Fundo somente fará jus ao recebimento do prêmio dos Seguros de Vida nos casos em que o respectivo Contrato de Mútuo tenha sido firmado há mais de 30 (trinta) dias da ocorrência sinistro. Ademais, nos termos do Contrato de Cessão, o BMC deverá transferir para a Conta Corrente do Fundo quaisquer valores por ele recebidos, decorrentes do pagamento dos prêmios contratados nos Seguros de Vida, vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos, quando ou após o protocolo de requerimento de autofalência, a decretação de sua falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Contrato de Cessão ou a retenção indevida pelo BMC de recursos de titularidade do Fundo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.
- j) **Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo.** Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar



sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

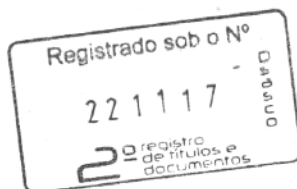
- k) **Ausência de Notificação Prévia aos Mutuários.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Mutuários acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, tampouco objeto de notificação prévia contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão do Convênio ou descumprimento pelo INSS de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Mutuários não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o BMC encontra-se obrigado a notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade ao Fundo (i) caso os procedimentos de consignação de 2 (duas) parcelas consecutivas, referentes aos Contratos de Mútuo celebrados com o respectivo Mutuário, sejam suspensos, interrompidos ou cancelados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da verificação de qualquer dos eventos acima referidos, (ii) por solicitação da Administradora, e/ou (iii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada. O descumprimento, pelo BMC, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- l) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- m) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de

25

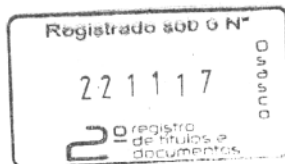


amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

- n) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, o BMC e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.
- o) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.



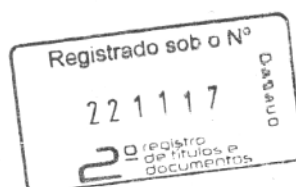
p) **Riscos Associados aos Outros Ativos.** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; e (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de



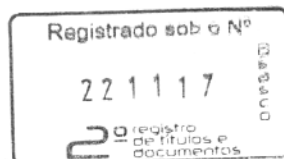
derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- q) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** Nos termos do Capítulo Quatro, o Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.
- r) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Onze deste Regulamento, emitir novas Quotas Subordinadas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação, e novas Séries de Quotas Sênior, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de outras Séries em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- s) **Potenciais Conflitos de Interesses.** O BMC, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, inclusive a Administradora, o Agente de Recebimento e o Custodiante. Ademais, o BMC, além de ser cedente dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o mesmo também atua, por conta e ordem do Fundo, como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

9.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao BMC, destacam-se:

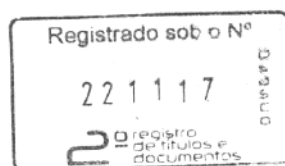


- a) **Risco de Crédito.** O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários em favor do BMC, é realizado pelo INSS, nos termos do Convênio. O Fundo poderá sofrer perdas, caso o INSS, por qualquer motivo, atrase ou não efetue o pagamento dos benefícios previdenciários devidos aos Mutuários, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa. O INSS e/ou a DATAPREV não se responsabilizam solidária e/ou subsidiariamente pelas operações contratadas com os Mutuários ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS e/ou da consignação, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio. O Agente de Recebimento, na qualidade de agente cobrador do Fundo, deverá transferir os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento. O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, poderá ser interrompido e/ou reduzido, entre outros eventos, quando (i) da alegação, pelo Mutuário, da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), conforme disposto na alínea “b”, do inciso I da Cláusula Terceira do Convênio, (ii) caso o Mutuário venha a falecer e/ou (iii) na hipótese de existência de ordem judicial que determine a retenção de parte dos proventos do Mutuário para o atendimento de pagamento de outras obrigações cujo pagamento tenha preferência em face das obrigações decorrentes da contratação de operações de financiamento (i.e., pagamento de alimentos decorrentes de sentença judicial). Nessas hipóteses, a capacidade de re-pagamento do financiamento contratado dependerá exclusivamente da solvência do Mutuário, de seu espólio ou das companhias devedoras dos Seguros de Vida, conforme o caso. Enquanto o INSS não reinicie os procedimentos de pagamentos dos benefícios previdenciários aos Mutuários, a capacidade do Mutuário para saldar suas obrigações assumidas nos Contratos de Mútuo, especialmente em razão de sua condição sócio econômica, poderá ser comprometida e, assim, afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido.
- b) **Alteração da Legislação Atualmente Vigente, Aplicável à Concessão de Empréstimos com Consignação dos Valores Devidos pelo INSS.** A legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável à concessão de empréstimos com consignação dos Direitos Creditórios pelo INSS, poderá ser alterada pelas autoridades competentes, resultando, com isso, na possibilidade de celebração de contratos de empréstimo com condições diversas, mais favoráveis, das atualmente constantes dos



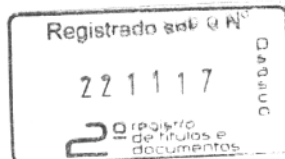
Contratos de Mútuo firmados anteriormente à alteração da legislação. Por este motivo, os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, poderão solicitar o Pré-Pagamento ou a Renegociação dos respectivos Contratos de Mútuo cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, trazendo prejuízos aos Quotistas.

- c) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação.** O BMC somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Mutuários, do INSS e das companhias devedoras dos Seguros de Vida. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários e do INSS. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Mutuários, dos financiamentos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.
- d) **Proibição da Cobrança de Qualquer Tarifa Decorrente de Pré-Pagamento.** De acordo com a Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, é vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. Por este motivo, o BMC não cobra dos Mutuários qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento dos empréstimos concedidos. Com a vedação da cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, dependendo do nível de Pré-Pagamento, o Fundo poderá sofrer impacto negativo significativo.



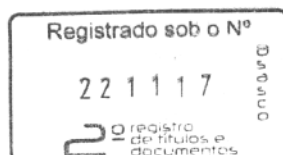


- e) **Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, nos termos do Capítulo Vinte e Sete.
- f) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC. O BMC não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, sendo facultado a este, inclusive, ceder direitos creditórios de sua titularidade para outros cessionários, inclusive para fundos de investimento em direitos creditórios que venham a ser constituídos. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades do BMC, seja decorrente que decisões estratégicas tomadas pelos administradores do BMC, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo BMC ao Fundo depende (i) de o BMC continuar a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Mutuários contratarem financiamentos com o BMC e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de o BMC ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda dos Mutuários pela contratação de financiamentos com o BMC permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.
- g) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do BMC ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo BMC ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo BMC ou por qualquer terceiro. Caso o BMC ou qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estas devidas, todos e



quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- h) **Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do BMC.** O BMC, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o BMC esteja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao BMC ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso o BMC se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- i) **Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios.** Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada, *a posteriori*, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado; ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de verificação prévia dos Documentos



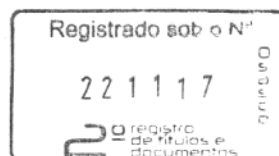
Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderão resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.

- j) **Auditoria dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

- 9.4. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, do INSS, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS

- 10.1. O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior (as “Quotas Sênior”), as quais poderão ser divididas em até 10 (dez) Séries concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e manter em Circulação Séries de Quotas Sênior, cuja soma seja equivalente a até R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), na 1ª Data de Emissão de cada Série, valor este a ser atualizado anualmente pelo IGP-M, a partir do início das atividades do Fundo. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”.
- 10.2. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única, observado o disposto no item (10.12) abaixo.
- 10.3. Cada Quota Sênior da Série “n” possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:



- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente: (a) ao valor apurado de acordo com a opção de remuneração da Série “n” definida no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”, observado o disposto do item (10.4) abaixo; ou (b) na hipótese do valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0 (zero), com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$10.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

$VQS_{nT}$  valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

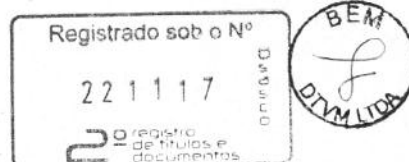
$PL_T$   $PL_T$  = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se  $PL_T$  menor que zero, então  $PL_T$  igual a zero (0).

onde: Valor Investido =  $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$10.000,00]$

$NQS_{nT}$  número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo  $NQS_{at}$  o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “n” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do  $VQS_{nT}$ .

$VAL_n$  valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se  $VAI$  menor ou igual a 0 (zero), então  $VAI = 0$  (zero).

$Rat_{Nt}$  significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Ratn_T = \frac{VREN_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQ Sb_T) + \dots + (VREz_T \times NQ Sz_T)}$$

onde:

$VREN$  valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$10.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$  é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma das alíneas “a”, “b” ou “c” do item (10.4) abaixo, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Sete, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer



tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação; e

- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

10.4. Observado o disposto no item (10.3) acima, cada Série de Quotas Sênior poderá ser remunerada por 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” deste item. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério de remuneração aplicável a cada Série de Quotas Sênior. As opções de remuneração das Quotas Sênior, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:

- a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa } n}{100} + 1 \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{Spread } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left( \frac{\text{Taxa Pr } e}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$



onde:

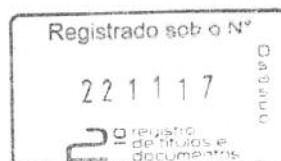
- $VQSn_T$  valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
- $VQSn_{T-1}$  valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSn_{T-1}$  é igual a R\$10.000,00 (dez mil reais).
- $DI_{T-1}$  Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (a “Taxa DI”), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então  $DI_{T-1} = 16,50$ .
- $Sobretaxa_n$  percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “a” deste item, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então  $Sobretaxa_n = 110$ .
- $Spread_n$  *spread*, na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se *spread* 3,50% ao ano, então  $spread_n = 3,5$ .
- $Taxa Pré_n$  percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no Suplemento for 20% ao ano, então  $Taxa Pré_n = 20$ .

- 10.5. Cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (as “Amortizações Programadas”), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. Caso não seja prevista no Suplemento da Série “n” a



existência de Amortizações Programadas, as Quotas Sênior da Série “n” deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “n” (a “Amortização Integral”). O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência. As Quotas Sênior de Séries distintas deverão ter Datas de Amortização coincidentes.

- 10.6. Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos na alínea “c” do item (10.3) acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do BMC, do Custodiante, do Gestor, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a respectiva Série.
- 10.7. Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- 10.8. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Neste caso, a Administradora deverá promover as competentes compensações financeiras na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.
- 10.9. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas





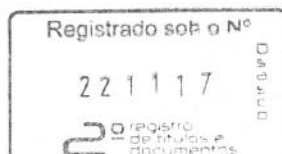
Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação.

10.10. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração; e
- d) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os titulares das Quotas Subordinadas em Circulação terão o direito de votar, no curso da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, as matérias perfiladas nos itens (17.16) e (17.17) do Capítulo Dezessete.

10.11. Nas hipóteses previstas na alínea “d” do item (10.10) acima e no Capítulo Dezessete, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Sênior em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais.

10.12. A Administradora poderá deliberar e fazer realizar, em 1 (uma) ou mais Distribuições, a emissão de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de

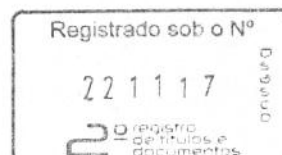


aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Sênior em Circulação, devendo, para tanto, ser observados os procedimentos definidos na legislação aplicável e os termos e as condições deste Regulamento.

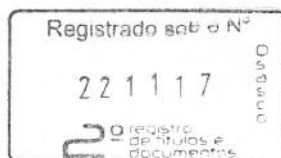
- 10.13. Após sua amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.
- 10.14. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte.
- 10.15. O somatório do valor atualizado das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.
- 10.16. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Quotistas titulares das Quotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

#### **CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS**

- 11.1. As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida nas alíneas “b” ou “c” dos itens (10.3) e (10.10) do Capítulo Dez, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou, na hipótese de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
- 11.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.

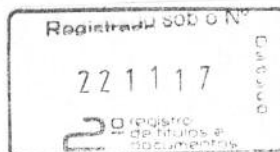


- 11.3. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.
- 11.4. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.
- 11.5. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 11.6. Os titulares das Quotas poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo o Custodiante, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento à Administradora.
- 11.7. As Quotas deverão ter seu valor calculado pelo Custodiante todo dia útil, observados os termos e as condições deste Regulamento.
- 11.8. Observados os termos do Contrato de Cessão, a aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada, em moeda corrente nacional, pelo BMC ou por suas Afiliadas, e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, pelo BMC, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios.
- 11.9. A Administradora não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.
- 11.10. O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, ao disposto no item (11.11) abaixo, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série "n" tenha sido registrado nos



termos do Capítulo Três; e (iii) a respectiva Distribuição tenha sido aprovada pela CVM, nos termos da Instrução CVM e da Instrução CVM nº 400.

- 11.11. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 85% (oitenta e cinco por cento), a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento) e o IIMM deverá ser equivalente a, no máximo, 70 (setenta), todos apurados diariamente pelo Custodiante, observadas as respectivas datas de início de apuração dos índices.
- 11.11.1. Caso o ILACM seja superior a 15% (quinze por cento) em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, a Administradora suspenderá as Amortizações Programadas de Quotas Subordinadas até que a Razão de Garantia seja equivalente a, no máximo, 80% (oitenta por cento). Caso o ILACM volte a ser igual ou inferior a 15% (quinze por cento) em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, a Razão de Garantia voltará a ser equivalente a, no máximo, 85% (oitenta e cinco por cento).
- 11.12. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte Cinco e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de caixa (a “Reserva de Caixa” ou “RC”) cujo valor diário deverá ser equivalente ao somatório das despesas e dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 (sessenta) dias contado da data de apuração do RC.
- 11.13. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas não poderão ser arrecadados com a finalidade específica de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Sênior.



## CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

- 12.1. Sem prejuízo da Reserva de Caixa, constituída nos termos do item (11.12) do Capítulo Onze, a partir do 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, o Fundo deverá segregar em sua contabilidade Outros Ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do somatório do valor projetado pela Administradora para a próxima Amortização Programada da Série “n” ou para a Amortização Integral imediatamente subsequente da Série “n”.
- 12.2. Sem prejuízo da Reserva de Caixa, nos termos do item (11.12) do Capítulo Onze, a partir do 15º (décimo quinto) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, o Fundo deverá segregar em sua contabilidade, Outros Ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do somatório do valor projetado pela Administradora para a próxima Amortização Programada da Série “n” ou para a Amortização Integral imediatamente subsequente da Série “n”.
- 12.3. Até que os valores mencionados nos itens (12.1) e (12.2) acima sejam observados, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios do BMC, sendo que o Fundo deverá realizar cada Amortização Programada ou Amortização Integral apenas nas Datas de Amortização definidas no(s) respectivo(s) Suplemento(s).
- 12.4. Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º dia útil imediatamente anterior à cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros de enquadramento definidos no item (11.11) do Capítulo Onze (a “Amortização Programada de Quotas Subordinadas”). Neste caso, cada Quotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada de Quotas Subordinadas que ele deseja receber em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados de titularidade do Fundo. A primeira Data de Amortização de Quotas Subordinadas somente poderá ocorrer após a 3ª Data de Verificação.



- 12.5. Na hipótese de Amortização Programada de Quotas Subordinadas por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados de titularidade do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá partir sempre dos Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Mútuo Provisionado cuja data de celebração seja mais distante da respectiva Data de Amortização de Quotas Subordinadas. Neste caso, o valor dos Direitos Creditórios para fins de dação em pagamento ao titular das Quotas Subordinadas será equivalente a R\$0,01 (um centavo).
- 12.6. Observado o disposto no subitem (11.11.1), a Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos referidos nos itens (12.4) e seguintes acima, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior.
- 12.7. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização antecipada ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 12.8. Caso ocorram Refinanciamentos ou Renegociações conforme a Política de Cobrança e o BMC não reenquadre o Fundo nos termos do Capítulo Dezenove, o Fundo poderá não contar com recursos suficientes para constituir as reservas mencionadas nos incisos 12.1 e 12.2 acima e, conseqüentemente, deixará de efetuar o pagamento integral das respectivas Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas nas Datas de Amortização constantes do(s) Suplemento(s). Nesta hipótese, nos termos do Capítulo Dezoito, será declarado um Evento de Avaliação para que os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, avaliem o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Se houver alteração do cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em decorrência de Refinanciamentos ou Renegociações, de modo que os respectivos pagamentos estejam programados para ocorrer após o Prazo de Vigência do Fundo, a Administradora promoverá o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observado o disposto no Capítulo Vinte.



### **CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS**

- 13.1. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte.
- 13.2. Observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora no dia útil imediatamente anterior à data da realização do pagamento dos valores devidos aos Quotistas quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a Administradora efetuará o referido pagamento.
- 13.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Vinte, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- 13.4. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas.

### **CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

- 14.1. As Quotas Sênior deverão ser registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.
- 14.2. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública nem serão registradas, para negociação secundária, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. As



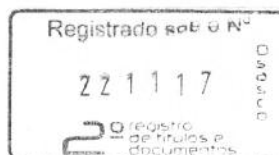


Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo BMC ou suas Afiliadas em moeda corrente nacional ou, no caso do BMC, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

- 14.3. Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

## CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 15.1. Observado o disposto no item (15.3) abaixo, os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- 15.2. Nos casos em que não houver mercado secundário para os Direitos Creditórios, estes serão contabilizados diariamente, descontando-se seu valor de resgate pelo produto entre a taxa de mercado projetada para sua data de vencimento e o diferencial entre sua taxa de cessão e a taxa de mercado para a *duration* do Termo de Cessão através do qual aquele Direito Creditório foi adquirido pelo Fundo.
- 15.3. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 15.4. As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.



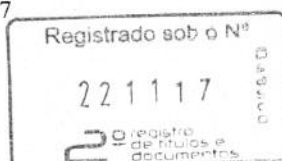


- 15.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE

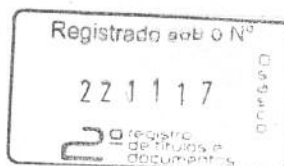
- 16.1. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo BMC ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
  - b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
  - c) receber e analisar, trimestralmente, por amostragem, observados os Procedimentos de Verificação, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
  - d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora;
  - e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora;
    - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do BMC;

47



- ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo BMC ou por seus Agentes;
  - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
  - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- f) entregar à Administradora os documentos referidos nos subitens “i” e “ii” da alínea “e” acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do envio de solicitação neste sentido;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Agente de Recebimento, pelo BMC, pelo Agente Cobrador ou por seus Agentes para a Conta Corrente do Fundo, nos termos dos respectivos Documentos da Securitização;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- j) calcular e informar à Administradora, diariamente, a adequação do Fundo à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima, à RC e ao IIMM;
- k) informar à Administradora o valor do DCV30, do DCV120, do DCV180, do Giro da Carteira e do ILACM na data de sua apuração;

48



- l) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
  - m) somente acatar ordens passadas pelo Diretor Designado ou por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos neste Regulamento; e
  - n) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo.
- 16.2. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) conforme o caso, abrir e movimentar, por conta e ordem do Fundo, as contas correntes abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
  - b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
  - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo previstas no Capítulo Vinte e Quatro.
- 16.3. Na hipótese de substituição do Custodiante, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito.
- 16.4. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

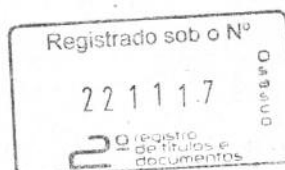


## CAPÍTULO DEZESETE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

17.1. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento, observado o disposto nos itens (17.15) a (17.17) deste Capítulo;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo, referido no item (23.1) do Capítulo Vinte e Três;
- f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Capítulo Vinte e Sete, ou sobre a liquidação do Fundo, nas hipóteses definidas neste Regulamento;
- g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no item (10.9) do Capítulo Dez;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- i) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Empresa de Classificação de Risco e do Agente de Recebimento, nas hipóteses previstas nos respectivos instrumentos de contratação; e

50



- j) aprovar a realização de aditamentos e modificações aos Documentos da Securitização, observados os quoruns específicos definidos neste Regulamento.
- 17.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes ou de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 17.3. A primeira e a segunda convocação da Assembléia Geral far-se-ão por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio de correspondência enviada ao representante dos Quotistas indicado na forma do item (11.4) do Capítulo Onze, ou, ainda, por *e-mail*, do qual constará o dia, a hora e o local em que as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral estarão disponíveis para os Quotistas.
- 17.4. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 17.5. Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 15 (quinze) dias contado de sua convocação, nos termos do item (17.3) acima.
- 17.6. Não se realizando a Assembléia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembléia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida neste Regulamento para a realização de Assembléia Geral em 1ª (primeira) convocação.
- 17.7. A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Sênior em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Quotista.



- 17.8. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 17.9. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 17.10. A presidência da Assembléia Geral caberá preferencialmente ao Quotista escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior dentre os candidatos presentes na Assembléia Geral.
- 17.11. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, do Gestor, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros prestadores de serviços ao Fundo cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 17.12. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- 17.13. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido por este Regulamento.
- 17.14. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Sênior de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, do BMC, de suas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- 17.15. A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos favoráveis de:





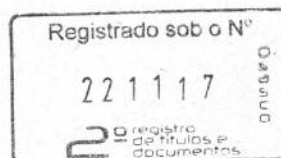
- a) 90% (noventa por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para deliberar alteração: (i) de qualquer Suplemento de Série de Quotas Sênior em Circulação, ressalvado o direito de recesso para os Quotistas dissidentes; (ii) de qualquer dos quoruns de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento; (iii) de todas as alíneas deste item (17.15); e (iv) de quaisquer dos itens dos Capítulos Dez, Onze e Doze do Regulamento; e
  - b) 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para a aprovação de alteração de quaisquer dos itens do Capítulo Quatro, Cinco, Seis, Quinze, Dezoito, Dezenove, Vinte e Vinte e Cinco deste Regulamento, às disposições dos Suplementos e às definições constantes do Anexo I.
- 17.16. Observados os termos e as condições deste Regulamento, os titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Subordinadas presentes na respectiva Assembleia Geral, terão o direito de votar, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para este fim:
- a) a realização de alteração a qualquer dos itens dos Capítulos Dois, Cinco, Seis, Quinze, Vinte, Vinte e Cinco e Vinte e Sete, aos itens (17.5), (17.6) e (17.11) deste Capítulo Dezessete, aos Suplementos e às definições constantes do Anexo I;
  - b) a adoção do índice escolhido pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do item (10.9) do Capítulo Dez; e
  - c) a emissão de nova(s) Série(s) de Quotas Sênior.
- 17.17. Deverão ser aprovadas pela maioria dos titulares das Quotas em Circulação as seguintes deliberações: (i) substituição da Administradora, do Gestor e do Custodiante, conforme o disposto no Capítulo Oito e do item (16.3) do Capítulo Dezesseis, respectivamente; (ii) transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo; e (iii) a alteração da Taxa de Administração.
- 17.18. Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.



- 17.19. Os titulares das Quotas Sênior, os titulares das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.
- 17.20. Após o início das atividades do Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de outro cedente indicado pela Administradora, desde que: (i) tal aquisição seja aprovada por titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco) das Quotas Sênior em Circulação; (ii) seja aditado, bem como registrado, nos termos do Capítulo Três, o presente Regulamento, de forma a ser permitido ao Fundo adquirir tais Direitos Creditórios; (iii) seja celebrado contrato de cessão específico entre o Fundo e o novo cedente; (v) a aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios de outro cedente não afete a classificação de risco das Séries de Quotas Sênior em Circulação na ocasião; e (vi) o novo cedente ceda Direitos Creditórios até, no máximo, montante equivalente a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
- 17.21. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

#### **CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA**

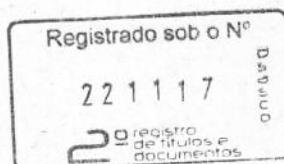
- 18.1. São considerados eventos de avaliação (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso o Fundo não tenha segregado qualquer dos montantes mencionados nos itens (12.1) e (12.2) do Capítulo Doze em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias contado de cada Data de Verificação;



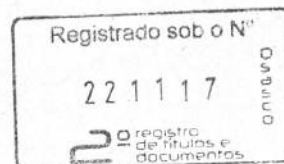


- b) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- c) inobservância, pelo INSS e/ou pela DATAPREV, de suas respectivas obrigações definidas no Convênio, de caráter não pecuniário, que não sejam devidamente sanadas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento de comunicação, por escrito, enviada pelo BMC ou pela Administradora, comunicando a ocorrência do respectivo evento;
- d) inobservância, pelo INSS e/ou pela DATAPREV, de suas respectivas obrigações definidas no Convênio, de caráter pecuniário, que não sejam devidamente sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento de comunicação, por escrito, enviada pelo BMC ou pela Administradora, comunicando a ocorrência do respectivo evento;
- e) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo BMC de seus respectivos deveres e obrigações de caráter não pecuniário previstos neste Regulamento, no Convênio de Recebimento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou no Convênio, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da referida notificação;
- f) inobservância pelo Custodiante ou pelo BMC de seus respectivos deveres e obrigações de caráter pecuniário previstos neste Regulamento, no Convênio de Recebimento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão ou no Convênio, conforme o caso, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que, notificado pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;
- g) inobservância pelo Agente de Recebimento dos seus deveres e obrigações previstos no Convênio de Recebimento, desde que, notificado pelo BMC e/ou pela Administradora para regularizar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento da referida notificação;

55



- h) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em 2 (dois) ou mais sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco;
- i) caso a Empresa de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- j) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo ao disposto no item (11.11) do Capítulo Onze;
- k) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- l) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no item (11.12) do Capítulo Onze em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas;
- m) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, que tenham a sua consignação permanentemente interrompida em razão de alegação, pelo Mutuário, da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), no período compreendido entre 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias contado de cada Data de Verificação, seja equivalente a 10% (dez por cento) do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo na ocasião;
- n) caso o IIMM seja igual ou superior a 70 (setenta) em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do Índice de Idade Média dos Mutuários;
- o) caso o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pelo Custodiante em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 10% (dez por cento), a 3% (três por cento) ou a 2% (dois por cento), respectivamente;



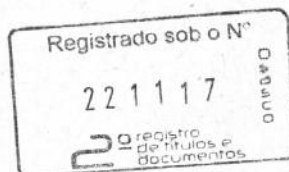
- p) caso o Convênio seja, por motivo, modificado e tal fato possa comprometer negativamente a boa ordem financeira, legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- q) caso o Convênio seja, por qualquer motivo, rescindido, não renovado ou suspenso;
- r) resilição do Contrato de Cessão; ou
- s) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

18.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas em Circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item (18.5) abaixo, excluindo a convocação de nova Assembléia Geral. Os titulares das Quotas Sênior, reunidos na Assembléia Geral, referida neste item, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

18.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea “j” do item (17.1) do Capítulo Dezessete, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos da Securitização, incluindo a amortização de Quotas.

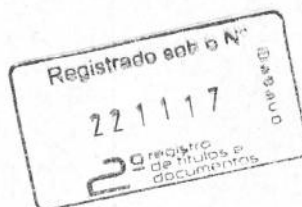
18.4. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (os “Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:

57



- a) rescisão do Convênio de Recebimento por qualquer das partes, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- b) renúncia do Custodiante com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- c) renúncia da Administradora com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;
- d) renúncia do Gestor com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento;
- e) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de precificação para as Quotas Sênior, nos termos do item (10.9) do Capítulo Dez;
- f) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia de 85% (oitenta e cinco por cento) e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados e concluídos os procedimentos de reenquadramento definidos no Capítulo Dezenove deste Regulamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de envio pela Administradora ao BMC do Aviso de Desenquadramento;
- g) caso o BMC deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- h) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;
- i) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Sete não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- j) caso, no curso dos procedimentos previstos no Capítulo Oito, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo administrador para o Fundo;

58



- k) caso, no curso dos procedimentos previstos no Capítulo Oito, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo gestor para a carteira do Fundo;
  - l) caso, no curso dos procedimentos previstos no item (16.3) do Capítulo Dezesseis, não tenha sido escolhido pelos Quotistas um novo custodiante para o Fundo;
  - m) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
  - n) a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.
- 18.5. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar os Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no item (18.6) abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.
- 18.6. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral referida no item (18.5) acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de todas as Séries de Quotas Sênior do Fundo definidos neste item, em regime de caixa, sendo que o valor mínimo de amortização será equivalente a: (i) R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); ou (ii) o saldo do valor das Quotas Sênior, o que for menor. No curso dos procedimentos de amortização antecipada aqui previstos, as Quotas Sênior deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.





- 18.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional, em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen e/ou, ainda, em operações compromissadas tendo por lastro títulos públicos federais.

#### **CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA**

- 19.1. A Administradora deverá enviar ao BMC, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, observado o disposto no item (11.11) do Capítulo Onze, Aviso de Desenquadramento, o qual, se respondido pelo BMC deverá ser enviado à Administradora impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o BMC deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:
- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional, pelo BMC ou por suas Afiliadas, e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, pelo BMC, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
  - b) se não reenquadrará o Fundo à Razão de Garantia.
- 19.2. Na hipótese da alínea “a” do item (19.1) acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no item (11.11) do Capítulo Onze.
- 19.3. Caso o BMC deixe de responder o Aviso de Desenquadramento, na hipótese da alínea “b” do item (19.1) acima e/ou, conforme o caso, não envie o Layout ao Custodiante, nos termos da alínea “a” do item (19.1) supra, serão iniciados os procedimentos definidos nos itens (18.5) e seguintes do Capítulo Dezoito.

#### **CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO**

- 20.1. Para efeito do disposto no inciso XVI do artigo 24 da Instrução CVM, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso, no período de dias equivalente ao prazo do GC, acrescido



de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro-forma*, observado o disposto na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez (o “Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (28.3) do Capítulo Vinte e Oito.

- 20.2. Para que haja o resgate de Quotas, nos termos do item (20.1) acima, e a posterior liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “g” do inciso 24.1 do Capítulo Vinte e Quatro, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação.
- 20.3. Para fins do disposto no item (20.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação em pagamento pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (20.2) acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares das Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Nesta hipótese, será atribuída a função de administrador do condomínio civil ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 20.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 15 (quinze) dias, contado de sua constituição. Ao término



do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Sênior, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido no item (20.3) acima, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

- 20.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no item (20.1) acima, o BMC terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O BMC poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o BMC do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (28.3) do Capítulo Vinte e Oito. Na hipótese de o BMC optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (20.2) acima.
- 20.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.

#### **CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- 21.1. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.
- 21.2. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. As demonstrações financeiras anuais do fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.
- 21.3. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de março de cada ano.





## CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 22.1. O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, apurados na forma do Capítulo Quinze, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.
- 22.2. Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

## CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 23.1. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal Diário do Comércio, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM e (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista indicado na forma do item (11.4) do Capítulo Onze. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.
- 23.2. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o número de Quotas de propriedade do respectivo investidor; (ii) o valor de cada Quota; (iii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor do DCV30, DCV120 e DCV180 e (iv) o valor dos índices referidos no item (11.11) do Capítulo Onze, do ES e da RC. Todas as informações referidas nos subitens “ii” a “iv” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência de Classificação de Risco, em base diária.
- 23.3. A Administradora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias contado do término dos períodos encerrados em 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, manter



disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

- 23.4. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora, o Gestor e os Quotistas.

## **CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

- 24.1. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

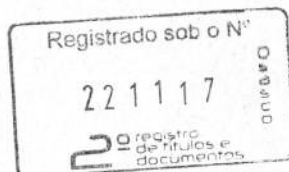


- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
  - h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
  - i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
  - j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco.
2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
3. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.
4. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituir-los.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

1. A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:
- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;

65

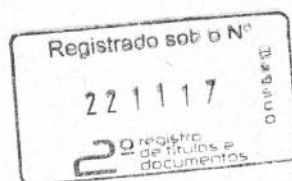


- b) na constituição das reservas monetárias previstas neste Regulamento, observada a política de investimento descrita no Capítulo Quatro;
  - c) na constituição da Reserva de Caixa;
  - d) na amortização das Quotas Sênior, emitidas ao amparo do item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
  - e) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
  - f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
  - g) na constituição de reserva de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
  - h) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.
- 25.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior.

## **CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

- 26.1. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Quotas Sênior. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.
- 26.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Sênior, constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, conforme estabelecido na alínea “f” do item (7.4) do Capítulo Sete.

66



## **CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR**

- 27.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em Circulação, não estando a Administradora, o BMC, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Sênior reunidos na Assembléia Geral prevista no item (27.1) acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Sênior, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Sênior, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 27.4. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando do resgate das referidas Quotas, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Cinco.





- 27.5. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.6. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, o BMC, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 27.7. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## **CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 28.1. O valor mínimo da primeira aplicação de Quotas por cada Quotista para cada investidor não poderá ser inferior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais).
- 28.2. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 28.3. A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo Vinte, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

68



- 28.4. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” o período de segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.
- 28.5. Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Osasco, 4 de julho de 2008.

81087 - Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

66388 - José Carlos da Silva

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Instituição Administradora

69



## Anexo I

### Definições

1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) do Capítulo Sete;
2. “Afiliada” significa qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob o controle comum, direta ou indireta;
3. “Agência de Classificação de Risco” significa a Moody’s América Latina Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, nº 12.551, 17º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05, ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento;
4. “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
5. “Agente Cobrador” Banco Finasa BMC S.A., instituição financeira, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 2º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ sob o nº 07.207.996/0001-50, ou seu sucessor, no caso de eventual reestruturação societária;
6. “Agente de Recebimento” significa Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado “Cidade de Deus”, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, contratado nos termos do Convênio de Recebimento;
7. “Alocação de Investimento Mínima” significa fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios (VADC) de titularidade do Fundo, e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido (PLFUNDO), apurada diariamente pelo Custodiante, calculada de acordo com a seguinte expressão:

$$AIM = \frac{\sum (VADC_k)}{PLFUNDO} \times 100$$

70





8. “Amortização Integral” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.5) do Capítulo Dez;
9. “Amortização Programada” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.5) do Capítulo Dez;
10. “Amortização Programada de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.4) do Capítulo Doze;
11. “Anexo” significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
12. “Assembleia Geral” significa as assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
13. “Aviso de Desenquadramento” significa o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo II, e por esta enviado ao BMC, por meio do qual o Fundo solicita que o BMC informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Razão de Garantia;
14. “Bacen” significa o Banco Central do Brasil;
15. “Base de Dados do Fundo” significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios definidos no Anexo III;
16. “BMC” significa o Banco Finasa BMC S.A., instituição financeira, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 2º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ sob o nº 07.207.996/0001-50, ou seu sucessor, no caso de eventual reestruturação societária, observado o disposto no Contrato de Cessão;
17. “Capítulo” significa cada um dos capítulos do Regulamento;
18. “CETIP” significa a Câmara de Custódia e Liquidação;



19. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. “Circulação Especial” significa o número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
21. “Conta Corrente do BMC” significa a conta corrente de titularidade do BMC, mantida na agência 2856 do Custodiante;
22. “Conta Corrente do Fundo” significa conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência 2856 do Custodiante;
23. “Contrato de Cessão” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o BMC, com interveniência do Custodiante;
24. “Contrato de Cobrança” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança”, a ser celebrado entre o Custodiante e o BMC, com interveniência da Administradora, por conta e ordem do Fundo;
25. “Contrato de Custódia” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência do BMC;
26. “Contrato de Gestão” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteiras de Fundos de Investimento”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, e suas alterações posteriores;
27. “Contrato de Mútuo” significa o contrato padrão constante do Anexo IV, composto (i) pelas “Cláusulas e Condições do Contrato de Mútuo”; e (ii) pela “Ficha Proposta de



- Adesão”, por meio do qual são formalizados os termos e as condições do respectivo financiamento e o INSS é autorizado a promover os descontos nos benefícios pagos aos Mutuários;
28. “Contrato de Mútuo Adimplente” significa o Contrato de Mútuo integrante da carteira do Fundo que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias contado de sua respectiva data de vencimento;
29. “Contrato de Mútuo Inadimplente” significa o Contrato de Mútuo integrante da carteira do Fundo que não seja um Contrato de Mútuo Adimplente ou um Contrato de Mútuo Provisionado;
30. “Contrato de Mútuo Provisionado” significa o Contrato de Mútuo cujos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;
31. “Convênio” significa o “Convênio Que Entre Si Celebaram, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social – DATAPREV, o Banco BMC S.A., para a Realização de Consignação Decorrente de Empréstimos e Financiamentos aos Titulares de Benefícios de aposentadoria e Pensão do Regime Geral de Previdência Social, Mediante Consignação na Renda Mensal do Respectivo Benefício na Forma da Lei nº 10.820, de 17 de Dezembro de 2003”, celebrado em 10 de novembro de 2004, cujo extrato do convênio foi publicado no Diário Oficial da União – Seção 3 do dia 10 de dezembro de 2004, o qual é parte integrante deste Regulamento como seu Anexo V;
32. “Convênio de Recebimento” significa o “Convênio de Recebimento e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Agente de Recebimento, o BMC e a Administradora, por conta e ordem do Fundo;
33. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen;



34. “CPF/MF” significa o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
35. “Critérios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo Cinco;
36. “Custodiante” significa o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
37. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
38. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”;
39. “Data de Amortização de Quotas Subordinadas” significa o 5º dia útil contado de cada Data de Verificação;
40. “Data de Aquisição” significa a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do BMC, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente do BMC, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
41. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”;
42. “Data de Oferta” significa a data em que o BMC envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;



43. “Data de Recebimento” tem o significado que lhe é atribuído no item (6.2) do Capítulo Seis;
44. “Data de Verificação” significa o 20º (vigésimo) dia útil de cada mês calendário;
45. “DATAPREV” significa “Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência Social”, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.422.253/0001/01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília-DF;
46. “DCV30” significa a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo (CM), que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo (VNDC), excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observado o disposto na seguinte expressão:

$$DCV30 = \frac{\sum_{i=1}^J [CM_{(1,2,3,4,\dots,n)}]}{\sum_{k=1}^K (VNDC_k) - \sum_{j=1}^J (VNDCP_j)} \times 100$$

47. “DCV120” significa a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo (CM), que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo (VNDC), excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos

75





aos Contratos de Mútuo Provisionados integrantes da carteira do Fundo, observado o disposto na seguinte expressão:

$$DCV120 = \frac{\sum_{i=1}^I [CM_{i(1,2,3,4,\dots,n)}]}{\sum_{k=1}^K (VNDC_K) - \sum_{j=1}^J (VNDCP_j)} \times 100$$

48. “DCV180” significa a fração informada pelo Custodiante em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo integrantes da Base de Dados do Fundo (CM), que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro (VNDC), observado o disposto na seguinte expressão:

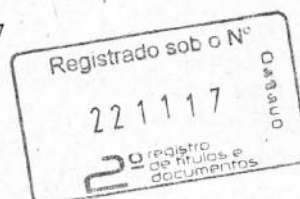
$$DCV180 = \frac{\sum_{i=1}^I [CM_{i(1,2,3,4,\dots,n)}]}{\sum_{y=1}^Y (VNDC_y)} \times 100$$

49. “Direito Creditório” significa cada prestação devida pelo Mutuário ao BMC (ou, observado o disposto no item (17.20) do Capítulo Dezessete, a outro cedente, conforme o caso) ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de empréstimo entre o BMC (ou outro cedente, conforme o caso) e o Mutuário, nos termos do Contrato de Mútuo, cujo pagamento será realizado, no curso ordinário do Programa de Securitização, por meio de desconto (consignação) dos valores devidos, observados os procedimentos estabelecidos no Convênio, quando do pagamento, pelo INSS, dos benefícios devidos ao respectivo Mutuário;
50. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo Cinco;



51. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
52. “Distribuição” significa cada distribuição de Quotas Sênior do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM e na Instrução CVM nº 400;
53. “Distribuidor” significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, contratada pela Administradora para efetuar a distribuição pública de qualquer Série de Quotas Sênior;
54. “Documentos Comprobatórios” significa os seguintes documentos referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo: (i) via original do respectivo Contrato de Mútuo, assinada pelo respectivo Mutuário e pelo BMC; (ii) cópia reprográfica da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário, ou de documento de identificação do Mutuário do qual conste sua foto e números da Cédula de Identidade e CPF/MF do Mutuário; e (iii) cópia reprográfica do cartão do benefício de aposentadoria e pensão do regime geral da previdência social a que o respectivo Mutuário faz jus;
55. “Documentos da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Convênio de Recebimento, o Contrato de Custódia e o Contrato de Cobrança;
56. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;
57. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo Dezoito;
58. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no item (18.1) do Capítulo Dezoito;

77



59. “Eventos de Inadimplemento Contratual” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, nos termos dos itens (18.5) e seguintes do Capítulo Dezoito;
60. “Eventos de Revisão” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização;
61. “Excesso de Spread” ou “ES” significa a diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração média anualizada, ponderada por volume, dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o passivo expresso pelo valor relativo ao Patrimônio Líquido de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, ponderados pela Taxa DI e pelo último Fator Multiplicador, que considera o número e as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial, na data de apuração do FM, apurada diariamente pela Administradora, obtida por meio da seguinte expressão:

$$ES = \left[ \frac{TPA_T}{100} - \left( \frac{FM_T \times \left( \frac{TAXADI_T}{100} \right) \times VQSC}{PL_T} \right) \right] \times 100$$

onde:

- TPA taxa ponderada do ativo, calculada diariamente pela Administradora com base nas informações e taxas de remuneração dos ativos integrantes do Fundo, obtidas junto ao Custodiante. Consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo.
- FM FM, apurado na forma deste Regulamento.
- Taxa DI valor da Taxa DI para o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do ES.  
Exemplo: Se Taxa DI = 17,5% então Taxa DI<sub>T</sub> = 17,5.

78





$VQSC$

somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez para a data de apuração do FM, obtido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$VQSC = (NQS_a \times VQS_a) + (NQS_b \times VQS_b) + \dots + (NQS_z \times VQS_z)$$

T

dia útil imediatamente anterior à data de apuração do ES.

62. “Fator Multiplicador” ou “FM” significa o fator apurado diariamente pela Administradora considerando (a) o número e (b) as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, de acordo com a seguinte expressão:

$$FM = \frac{\left[ VQS_a \times NQS_a \times \left( \frac{FMS_a}{100} \right) \right] + \left[ VQS_b \times NQS_b \times \left( \frac{FMS_b}{100} \right) \right] + \dots + \left[ VQS_n \times NQS_n \times \left( \frac{FMS_n}{100} \right) \right]}{VQSC}$$

onde:

$VQS_n$

valor de VQS para a enésima Série de Quotas Sênior, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, sendo  $VQS_a$  o valor de VQS para a Série de Quotas Sênior “a”, e, assim, sucessivamente, apurado pelo Custodiante para a data de apuração do FM.

$VQSC$

somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez para a data de apuração do FM, obtido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$VQSC = (NQS_a \times VQS_a) + (NQS_b \times VQS_b) + \dots + (NQS_z \times VQS_z)$$

$FMS_n$

(i) *Sobretaxa<sub>n</sub>*, para a enésima Série, sendo  $FMS_a$  o valor da *Sobretaxa* para a Série “n”, e assim sucessivamente, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “a” do item (10.4) do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento;

$$FMS_n = (Sobretaxa_n)$$

79



(ii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” do item (10.4) do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”:

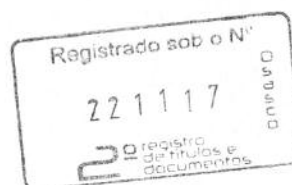
$$FMS_n = \frac{\left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]} \times 100$$

ou

(iii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “c” do item (10.4) do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”:

$$FMS_n = \frac{\left\{ \left( \frac{TaxaPré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]} \times 100$$

63. “Gestor” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.2) do Capítulo Sete;
64. “Giro da Carteira” ou “GC” significa o valor apurado em cada Data de Verificação pelo Custodiante, equivalente ao somatório dos valores resultantes da multiplicação entre (i) o número de dias corridos entre o dia útil imediatamente anterior à data de apuração do GC e a data de vencimento de cada Direito Creditório a vencer (NDC), referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de apuração do GC, e (ii) o valor nominal dos respectivos Direitos Creditórios referidos no item “i” acima (VNDC), dividido pelo somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira



do Fundo, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo do GC, observado o disposto na seguinte expressão:

$$GC = \frac{\sum_{n=1}^n [(NDC_n \times VNDC_n)]}{\sum_{n=1}^n (VNDC_n)}$$

onde:

- n somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes aos Contratos de Mútuo Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, no dia útil imediatamente anterior a data de apuração do GC;
65. “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
66. “Índice de Idade Média dos Mutuários” ou “IIMM” significa o valor apurado diariamente pelo Custodiante a partir do 120º (centésimo vigésimo dia) imediatamente subsequente à 1ª (primeira) Data de Emissão. O Índice de Idade Média dos Mutuários será equivalente ao somatório dos valores resultantes da multiplicação entre: (i) a idade de cada Mutuário e (ii) o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios devidos pelo respectivo Mutuário, na data de apuração do índice de Idade Média dos Mutuários, dividido pelo somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na data de apuração do índice de Idade Média dos Mutuários. Quando do cálculo do Índice de Idade Média dos Mutuários deverão ser excluídos os Direitos Creditórios vinculados de titularidade do Fundo vinculados aos Contratos de Mútuo Provisionados;
67. “Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Mútuo” ou “ILACM” significa o valor apurado pelo Custodiante, a partir do 120º (centésimo vigésimo dia) imediatamente subsequente à 1ª (primeira) Data de Emissão, em cada Data de Verificação. O ILACM será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Mutuários a título de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior a data de apuração do ILACM, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACM, bem como



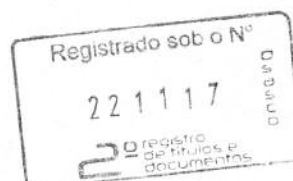
do somatório das amortizações efetuadas no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACM;

68. “INSS” significa o “Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social – MPS, criado na forma da autorização legislativa contida no artigo 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto 99.350, de 27 de junho de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 18, de 1º de fevereiro de 1991, e reestruturado conforme determinação contida no artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, pelo Decreto nº 4.688, de 7 de maio de 2003, com sede na Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco “O”, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 29.979.036/0001-40;
69. “Instrução CVM” significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
70. “Instrução CVM nº 400” significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
71. “Instrução CVM nº 409” significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
72. “Investidor Qualificado” tem o significado que lhe é atribuído no item (1.3) do Capítulo Um;
73. “Layout” tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão;
74. “Mutuário” significa o mutuário, pessoa física, titular de benefício de aposentadoria e pensão do regime geral da previdência social, contratante de mútuo com o BMC, nos termos do Contrato de Mútuo;
75. “Outros Ativos” significa os ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;



76. “Patrimônio Líquido” ou “PL” significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Dois;
77. “Pessoa” significa pessoa natural, pessoa jurídica ou grupo não personificado, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
78. “Potencial de Cessão” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, apurado em cada Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor, estimado pela Administradora, dos recursos necessários à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários;
79. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) do Capítulo Dois;
80. “Preço de Aquisição” significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Custodiante, por conta e ordem do Fundo, ao BMC ou a outro cedente, conforme o caso, em moeda corrente nacional, conforme definido no Contrato de Cessão, ou o valor presente dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido no Contrato de Cessão;
81. “Pré-Pagamento” significa o pagamento integral dos Contratos de Mútuo com mais de 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo devedor até 30 (trinta) dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado;
82. “Procedimentos de Verificação” significa os procedimentos de verificação dos Direitos Creditórios, conforme o Anexo VI;
83. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o BMC ou outro cedente, conforme o caso, cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
84. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM;

83



85. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
86. “Quota Sênior” significa, em conjunto ou isoladamente, quota da classe sênior de qualquer Série, emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição;
87. “Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (10.2) do Capítulo Dez;
88. “Quotista” significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota(s);
89. “Razão de Garantia” significa a fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor dos Outros Ativos, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Razão de Garantia for 0,93, então Razão de Garantia = 93,0%);
90. “Refinanciamento” significa refinanciamento de Contrato de Mútuo vencido e não pago de titularidade do Fundo, mediante a celebração de novo Contrato de Mútuo;
91. “Regulamento” o presente regulamento do Fundo;
92. “Renegociação” significa alteração das condições de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem a celebração de novo Contrato de Mútuo;
93. “Reserva de Caixa” ou a “RC” tem o significado que lhe é atribuído no item (11.12) do Capítulo Onze;
94. “Rotinas e Políticas de Cobrança” significa as rotinas e políticas de cobrança seguidas pelo BMC, definida no Anexo VII;
95. “Rotinas e Políticas de Concessão de Crédito” significa, no que for aplicável, os procedimentos de verificação de certas informações referentes ao Mutuário e de

84



contratação de operações de mútuo pelo BMC, nos termos do Contrato de Mútuo, definidos no Anexo VIII;

96. “Seguro de Vida” significa seguro de vida contratado pelo BMC e (i) a Bradesco Vida e Previdência S.A., objeto da Apólice nº 900.079, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; (ii) a Assurant, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; (iii) a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., objeto da Apólice nº 93.10904, tendo por objeto, em caso de morte do respectivo Mutuário, o pagamento do total das parcelas a vencer dos Contratos de Mútuo, a partir da data de ocorrência do sinistro, inclusive, o qual é limitado a valor específico definido na apólice, tendo como 1º beneficiário o BMC, cuja cópia autenticada será entregue à Administradora pelo BMC, nos termos do Contrato de Cessão; e/ou (iv) outra companhia seguradora de 1ª linha que possua capacitação técnica e financeira para operar no mercado securitário brasileiro, em especial na modalidade de seguro prestamista, cuja cobertura tenha o mesmo objeto daquelas descritas nos itens “i” a “iii” acima, principalmente no que diz respeito aos valores mínimos de cobertura, conforme a idade dos Mutuários;
97. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
98. “Série” significa qualquer série de Quotas Sênior emitida em qualquer Distribuição nos termos deste Regulamento;
99. “*Spread*” significa a o percentual a ser acrescido à Taxa DI indicado no Suplemento de cada Série “n”;
100. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo IX;

85



101. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no item (7.10) do Capítulo Sete;
102. “Taxa de Desconto” significa a taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados a disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, observado o ES de, no mínimo, 4% (quatro por cento), sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos deste Regulamento; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, de, no mínimo 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano;
103. “Taxa DI” significa a Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgada diariamente pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis);
104. “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco” significa o documento preparado sob a forma do Anexo X, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
105. “Termo de Cessão” significa termo de cessão, preparado substancialmente na forma de anexo ao Contrato de Cessão, por meio do qual o BMC cede ao Fundo Direitos Creditórios; e
106. “Valor Referencial” tem o significado que lhe é atribuído no item (20.1) do Capítulo Vinte.





**Anexo II**  
**Aviso de Desenquadramento**

**Aviso de Desenquadramento nº [•]**

**Data:** [•].

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do “BMC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Consignado INSS” vem, por meio desta, solicitar ao Banco Finasa BMC S.A. que indique qual dos procedimentos definidos no item (19.1) do Capítulo Dezenove serão adotados de forma a promover, se for o caso, o reenquadramento da Razão de Garantia.

Na forma do item (19.1) do Capítulo Dezenove, o Banco Finasa BMC S.A.. vem, pela presente, informá-los que:

<b>Opções definidas nas alíneas do item (19.1) do Capítulo Dezenove</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Alínea “a” (1)		
Alínea “b” (2)		

(Resposta afirmativa para evento 1)

A integralização de Quotas Subordinadas será realizada com as seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou
- b) Direitos Creditórios: R\$[•].

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
**BANCO FINASA BMC S.A.**

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
**BANCO FINASA BMC S.A.**

Nome:

Cargo:

87



**Anexo III**  
**Base de Dados do Fundo**

DD/MM/AAAA **BANCO BRADESCO S/A** HORA: HH:MM:SS  
FREC5230 RECEBÍVEIS ADQUIRIDOS NO MÊS – CONSIGNADOS PAG.: ###  
MÊS: MM/AAAA

FUNDO: FIDC BMC – CRÉDITO CONSIGNADO INSS  
EMPRESA: XXXXXXXXXXXX – CNPJ: 99.999.999/9999-99

DATA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	TAXA (%)	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR NOMINAL
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	##.##	#.###.###.###,##	#.###.###.###,##

DD/MM/AAAA **BANCO BRADESCO S/A** HORA: HH:MM:SS  
FREC5225 RECEBÍVEIS VENCIDOS – CONSIGNADOS PAG.: ###  
MOVIMENTO DE: DD/MM/AAAA

FUNDO: FIDC BMC – CRÉDITO CONSIGNADO INSS  
EMPRESA: XXXXXXXXXXXX – CNPJ: 99.999.999/9999-99

VENCIDOS	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL
ATE 30 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
ENTRE 31 E 60 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
ENTRE 61 E 90 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
ENTRE 91 E 120 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
ENTRE 121 E 150 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
ENTRE 151 E 180 DIAS	###.###	#.###.###.###,##
SUPERIOR A 180 DIAS	###.###	#.###.###.###,##

DD/MM/AAAA **BANCO BRADESCO S/A** HORA: HH:MM:SS  
FREC5220 RECEBÍVEIS A VENCER – CONSIGNADOS PAG.: ###  
MOVIMENTO DE: DD/MM/AAAA

FUNDO: FIDC BMC – CRÉDITO CONSIGNADO INSS  
EMPRESA: XXXXXXXXXXXX – CNPJ: 99.999.999/9999-99

VENCIDOS	QUANTIDADE	VALOR PRESENTE
ATE 30 DIAS	###.###	#.###.###.###,##

88



ENTRE 31 E 60 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 61 E 90 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 91 E 120 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 121 E 150 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 151 E 180 DIAS	###.###	###.###.###,##
SUPERIOR A 180 DIAS	###.###	###.###.###,##

---

DD/MM/AAAA	<b>BANCO BRADESCO S/A</b>	HORA: HH:MM:SS
FREC5235	LIQUIDAÇÕES ANTECIPADAS- CONSIGNADOS	PAG.: ###
MOVIMENTO DE: DD/MM/AAAA		

FUNDO: FIDC BMC - CRÉDITO CONSIGNADO INSS  
 EMPRESA: XXXXXXXXXXXX - CNPJ: 99.999.999/9999-99

Nº CONTRATO	PARCELA	VALOR BAIXA	JUROS APROP.	VALOR PRESENTE	VALOR NOMINAL
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
XXXXXXXXXX	XX	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##
TOTAL	--	###.###,##	###.###,##	###.###,##	###.###,##

---

DD/MM/AAAA	<b>BANCO BRADESCO S/A</b>	HORA: HH:MM:SS
FREC5220	RECEBÍVEIS VENCIDOS E NÃO PAGOS - PDD - CONSIGNADOS	PAG.: ###
MOVIMENTO DE: DD/MM/AAAA		

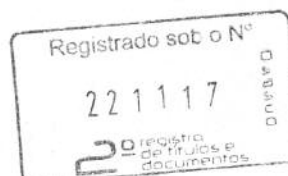
FUNDO: FIDC BMC - CRÉDITO CONSIGNADO INSS  
 EMPRESA: XXXXXXXXXXXX - CNPJ: 99.999.999/9999-99

VENCIDOS	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL
ENTRE 1 A 14 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 15 A 30 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 31 E 60 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 61 E 90 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 91 E 120 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 121 E 150 DIAS	###.###	###.###.###,##
ENTRE 151 E 180 DIAS	###.###	###.###.###,##
SUPERIOR A 180 DIAS	###.###	###.###.###,##

---

DD/MM/AAAA	<b>BANCO BRADESCO S/A</b>	HORA: HH:MM:SS
------------	---------------------------	----------------

89



FREC5220

RECEBÍVEIS LIQUIDADOS – CONSIGNADOS

PAG.: ###

MÊS: MM/AAAA

FUNDO: FIDC BMC – CRÉDITO CONSIGNADO INSS

EMPRESA: XXXXXXXXXXXX – CNPJ: 99.999.999/9999-99

DATA PAGAMENTO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL
DD/MM/AAAA	###.###	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	#.###.###.###,##
DD/MM/AAAA	###.###	#.###.###.###,##



**Anexo IV**  
**Contrato de Mútuo**



**Ficha Proposta de Adesão ao Contrato de Empréstimo para Pagamento  
Mediante Consignação em Folha de Pagamento ou Dedução de  
Proventos de Aposentadoria ou de Pensão**

Produto		Loja		Contrato nº	
<b>I – Cliente</b>					
CPF nº		Nome Completo			
Sexo Masc. <input type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>		Naturalidade		Data de Nascimento / /	
RG nº	Órgão Expedidor	UF	Data de Emissão / /	Estado Civil	
<b>Filiação</b>					
Nome do Pai			Nome da Mãe		
Nome do Conjuge					
Endereço para Correspondência				Número	Complemento
Endereço Residencial				Número	Complemento
Bairro	Cidade	UF	CEP	Telefone	
Tipo de Residência <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Parentes <input type="checkbox"/> Funcional <input type="checkbox"/> Outros				Tempo de Residência Ano(s) e mês(es)	
<b>Informações Comerciais</b>					
Empresa/Ente Público onde trabalha				Órgão/Setor/Seção	
Ocupação	Cargo			Tempo de Serviço Ano(s) e mês(es)	
Endereço				Número	Complemento
Bairro	Cidade	UF	CEP	Telefone	
Matrícula/Benefício nº			Salário/Proventos R\$		
<b>Referências Pessoais</b>					
Nome					
Endereço				Número	Complemento
Telefone Comercial		Telefone Residencial		Telefone Celular	
<b>Dados Bancários para Crédito</b>					
Forma de Liberação do Recurso <input type="checkbox"/> Cheque Adm. <input type="checkbox"/> Cheque Correspondente <input type="checkbox"/> Crédito em Conta <input type="checkbox"/> Ordem de Pgto.					
Banco	Agência	Conta Corrente		Conta Poupança	
<b>II – Convênio</b>					
Conveniada/Fonte Pagadora (razão social)			CNPJ/MF	N.º do Convênio	
<b>III – Seguro</b>					
<p><b>O CLIENTE</b> está de posse de um Seguro contratado pelo <b>CREDOR</b> e garantido pela Bradesco Vida e Previdência S/A - CNPJ nº 07.319.050/0001-17, com o qual vem a portadora de consignação conforme definido na respectiva Apólice. AS CONDIÇÕES GERAIS DA APOÍCE BEM COMO AS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O ATO DE SINISTRO, ESTÃO DISPONÍVEIS EM QUALQUER FILIAL DO CORRESPONDENTE DO CREDOR E, AINDA, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A CLIENTE USANDO O 0800 55 72 32.</p>			<p>A ACEITAÇÃO DO SEGURO ESTARÁ SUJEITA A ANÁLISE DE RISCO E REGISTRO DO PLANO NA SUSEP. NÃO IMPLICA POR PARTE DA AUTARQUIA, INCENTIVO OU RECOMENDAÇÃO A SUA COMERCIALIZAÇÃO. O SEGUROADO PODERÁ CONSULTAR A SITUAÇÃO CADASTRAL DE SEU CORRETOR DE SEGUROS NO SITE <a href="http://WWW.SUSEP.GOV.BR">WWW.SUSEP.GOV.BR</a>, POR MEIO DE SEU REGISTRO NA SUSEP, NOME COMPLETO, CNPJ OU CPF.</p>		



**IV – Empréstimo**

Data do Contrato / /	Código da Tabela	Taxa Efetiva Mensal %	Taxa Efetiva Anual %
Valor do Principal a ser Liberado	Valor da Tarifa de Cadastro	Valor do IOF	
Valor do Prêmio de Seguro	Valor dos Serviços de Terceiros	Valor	
<b>Valor Total do Empréstimo</b>	<b>Custo Efetivo Total (CET) (% ao ano)</b>	Quantidade de Parcelas	
Valor da Parcela	Vencimento da 1ª Parcela	Vencimento da Última Parcela	

**Validação de Dados pelo Correspondente**

O Correspondente declara que os dados e documentos (CPF, RG, Comp. de Residência, Comprovante de Recebimento de Remuneração e Proventos) informados, foram apresentados e considerados em ordem

Responsável pela Conferência (Carimbo, Assinatura e Data)

1. O **CLIENTE**, qualificado no anverso, propõe neste ato ao **BANCO BMC S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.207.996/0001-50, com sede em São Paulo - SP, na Av. das Nações Unidas, nº 12.995 - 24º andar - Parte - Chácara Itaim - CEP-04578-000 (**CREDOR**), um empréstimo nas condições mencionadas no verso desta FICHA PROPOSTA, o qual, quando concedido, reger-se-á pelas Cláusulas e Condições do Contrato de Empréstimo para Pagamento Mediante Consignação em Folha ou Mediante Dedução de Proventos de Aposentadoria ou de Pensão que se encontram devidamente registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Osasco, sob o nº 217482, cópia das quais são entregues neste ato pelo **CREDOR** ao **CLIENTE**.

2. A aceitação da presente proposta pelo **CREDOR** estará caracterizada com a disponibilização do Valor do Principal em favor do **CLIENTE** e, nesse caso, esta proposta valerá como contratação definitiva, dotada de plena força jurídica, quando acompanhada do comprovante da entrega do dinheiro.

3. O **CLIENTE** está ciente e concorda que é condição essencial para a aceitação da presente proposta pelo **CREDOR** o pagamento das parcelas do empréstimo mediante consignação em folha de pagamento ou mediante dedução de proventos de aposentadoria ou de pensão, motivo pelo qual determina, desde já, ao **CONVENIADO/FONTE PAGADORA** que: (a) se tiver a qualidade de empregador, desconte do salário ou proventos e demais verbas, inclusive rescisórias, todos e quaisquer valores devidos pelo **CLIENTE** e entregue ao **CREDOR** os aludidos valores; (b) se tiver a qualidade de órgão de classe ou entidade associativa de qualquer natureza ao qual o **CLIENTE** esteja vinculado, tome todas as providências para que o empregador do **CLIENTE** desconte do salário e demais verbas trabalhistas todos e quaisquer valores devidos pelo **CLIENTE** e entregue ao **CREDOR** os aludidos valores; e (iii) se tiver a qualidade de entidade de previdência social, deduza do pagamento de seus benefícios de aposentaria ou de pensão os valores devidos ao **BMC**. A autorização e a determinação dadas pelo **CLIENTE** ao **CONVENIADO/FONTE PAGADORA**, nos termos desta cláusula, não pode ser revogada e perdurará até que o **CLIENTE** pague integralmente o saldo devedor decorrente do empréstimo realizado.

4. O **CLIENTE** DECLARA EXPRESSAMENTE TER RECEBIDO UMA VIA E HAVER LIDO TODAS AS CLAUSULAS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PARA PAGAMENTO MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA OU MEDIANTE DEDUÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA OU DE PENSÃO, PREVIAMENTE À ASSINATURA DESTA PROPOSTA, ESTANDO CIENTE DE QUE A SUA ACEITAÇÃO PELO **CREDOR** SE PRESUME COM A ENTREGA DOS RECURSOS DO EMPRÉSTIMO AO **CLIENTE** OU PESSOA QUE O MESMO INDICAR.

5. O **CLIENTE** DECLARA, AINDA, TER RECEBIDO TODOS OS ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ENTENDIMENTO DA COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DO EMPRÉSTIMO E DO SEU CUSTO EFETIVO TOTAL (CET), ALEM DE TER RECEBIDO UMA CARTILHA CONTENDO EXPLICAÇÕES PORMENORIZADAS SOBRE O CUSTO EFETIVO TOTAL (CET), TENDO COMPREENDIDO TODO O SEU CONTEÚDO. CÓPIA DA CARTILHA TAMBÉM PODE SER ACESSADA NO SITE [WWW.BMC.COM.BR](http://WWW.BMC.COM.BR) DA INTERNET.

6. O **CLIENTE** AUTORIZA O ARQUIVAMENTO DOS DADOS DESTA TRANSAÇÃO E DEMAIS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS QUE VENHA A FIRMAR COM O **CREDOR** JUNTO A SERASA – CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE UM BANCO DE DADOS POSITIVO, OBJETIVANDO ACELERAR E FACILITAR O PROCESSO DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO **CREDOR** E A TERCEIROS, AUTORIZA TAMBÉM A INSERÇÃO DE SEU NOME EM BANCOS DE DADOS PÚBLICOS OU PRIVADOS DE RESTRIÇÃO CADASTRAL, EM CASO DE INADIMPLENTO.

7. O **CLIENTE** AUTORIZA, AINDA, A CONSULTA AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ASSIM COMO A UTILIZAÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULA/BENEFÍCIO INDICADO NO PRÉAMBULO PARA CONSULTA A INFORMAÇÕES CONSTANTES DA BASE DE DADOS DO RESPECTIVO ÓRGÃO, DANDO CONFORMIDADE AOS DADOS INDICADOS E ACEITANDO FORMALMENTE AS CONDIÇÕES DE ACESSO. PARA TANTO, O **CLIENTE** CONCEDE AO **CREDOR** OS NECESSÁRIOS PODERES, EM CARÁTER IRREVOCÁVEL E IRRETRATÁVEL, COMO CONDIÇÃO DE NEGÓCIO.

8. O **CLIENTE** ESTÁ CIENTE DE QUE A CONTRATAÇÃO DESTA EMPRÉSTIMO COMPROMETE PARTE DA SUA RENDA, EM RAZÃO DO DESCONTO DIRETO DAS PRESTAÇÕES NO SEU BENEFÍCIO PAGO PELO INSS OU OUTRAS FONTES PAGADORAS, O QUE PODERÁ OCASIONAR O SEU SUPERENDIVIDAMENTO.

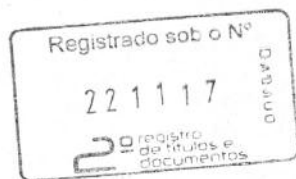
O **CREDOR** DISPONIBILIZA AO **CLIENTE** OS SEGUINTE TELEFONES PARA ESCLARECER DÚVIDAS SOBRE O PRESENTE CONTRATO: SAC BMC 0800 55 72 22 E OUVIDORIA BRADESCO 0800 704 83 83.

8. Feito em 3 (três) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Banco BMC S/A		Cliente	
Testemunha1		Testemunha2	
Nome		Nome	
RG nº	CPF nº	RG nº	CPF nº

Mod. FBMC/00 – proposta





1. O **CREDOR** concede ao **CLIENTE** o empréstimo na quantia e condições constantes da "Ficha Proposta de Adesão ao Contrato de Empréstimo para Pagamento Mediante Consignação em Folha de Pagamento ou Mediante Dedução de Proventos de Aposentadoria ou de Pensão" ("FICHA PROPOSTA") firmada entre o **CREDOR** e o **CLIENTE**. A liberação do crédito, descontado o valor do IOF, será feita a favor do **CLIENTE** por qualquer das formas admitidas pelas normas em vigor na data da liberação e indicada na FICHA PROPOSTA.
2. O pagamento do Valor Total do Empréstimo será feito pelo **CLIENTE** em parcelas mensais fixas, indicadas na FICHA PROPOSTA, que serão descontadas na folha de pagamento do salário ou nos proventos de aposentadoria ou na pensão e demais verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias.
3. A quitação de qualquer parcela não presume o pagamento das parcelas anteriores.
4. Fica certa e ajustada entre as partes que o pagamento através de desconto em folha de pagamento ou dedução dos benefícios de aposentadoria ou de pensão é condição essencial para a concessão do empréstimo. Por este motivo, a autorização e determinação dadas pelo **CLIENTE** ao **CONVENIADO/FONTE PAGADORA** na FICHA PROPOSTA não pode ser revogada e perdurará até que o **CLIENTE** pague integralmente o saldo devedor decorrente deste Contrato.
5. No caso de vencimento antecipado por força do desligamento do **CLIENTE** dos quadros do **CONVENIADO/FONTE PAGADORA**, conforme cláusula 10, o **CLIENTE** autoriza desde já a utilização de suas verbas rescisórias, nos termos da lei, para amortização ou liquidação do saldo devedor então existente.
6. Para evitar o vencimento antecipado do Contrato de Empréstimo por força de seu desligamento dos quadros do **CONVENIADO/FONTE PAGADORA**, conforme previsto na cláusula 10, o **CLIENTE** poderá apresentar ao **CREDOR**, no prazo de 5 dias, fiador idôneo ou outra garantia de natureza real ou pessoal, de acordo com os critérios do **CREDOR**. Nesta hipótese, o presente Contrato será mantido em todos os seus termos, até final liquidação, obrigando-se o **CLIENTE** a promover o pagamento das importâncias remanescentes por intermédio da forma que vier a ser ajustada, arcando com os correspondentes custos.
7. Ocorrendo atraso no pagamento ou descumprimento de qualquer obrigação contratual, os valores em atraso serão acrescidos dos encargos da mora compostos (i) de juro remuneratório à mesma taxa deste Contrato; (ii) de juro de mora de 1% (um por cento) ao mês, além (iii) da multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o total do débito.
8. Em caso de atraso no pagamento das parcelas de amortização do empréstimo, conforme indicado no Quadro IV da FICHA PROPOSTA, em função de dificuldades e/ou impedimentos de natureza administrativa, ou de falta de margem consignável suficiente em nome do **CLIENTE**, o **CREDOR** poderá permitir que o empréstimo seja automaticamente alongado, de tal sorte que o montante da parcela mensal de amortização não seja superior àquele indicado inicialmente no Quadro IV da FICHA PROPOSTA, ficando certo que o juro que incidirá em decorrência do alongamento será aquele mesmo que tiver sido estabelecido também no Quadro IV da FICHA PROPOSTA.
9. Para qualquer hipótese de não pagamento ao **CREDOR** de qualquer obrigação derivada deste Contrato, no tempo e modo devidos, o **CLIENTE** autoriza o **CREDOR** a valer-se do débito na conta corrente indicada na FICHA PROPOSTA para liquidação de suas obrigações, sem prejuízo de qualquer outra providência de natureza administrativa e/ou judicial. A presente autorização é irrevogável e irretroatável.
10. O **CREDOR** poderá considerar antecipadamente vencido este Contrato, exigindo do **CLIENTE**, de imediato, o cumprimento de todas as obrigações ora assumidas, nas hipóteses previstas no Código Civil Brasileiro, especialmente:
  - (i) caso o **CLIENTE** deixe de cumprir suas obrigações contratuais;
  - (ii) na hipótese do término, por motivo de qualquer natureza, da relação funcional/associativa mantida pelo **CLIENTE** junto ao **CONVENIADO/FONTE PAGADORA**;



(iii) na hipótese de pedido ou deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação judicial e/ou extrajudicial do **CONVENIADO/FONTE PAGADORA**; (iv) se, por qualquer razão, inclusive na hipótese de norma superveniente, for modificada a forma de liquidação deste empréstimo, uma vez que o mesmo está sendo concedido face à existência do processo de consignação (desconto) em folha, desconto de proventos de aposentadoria ou de pensão.

11. O **CREDOR** assegura ao **CLIENTE** o direito de amortizar parcelas vincendas e/ou de liquidar antecipadamente o Valor Total do Empréstimo objeto deste Contrato, atendendo-se às disposições que se seguem.

11.1. Pelo fato deste financiamento ser remunerado por taxa de juros prefixada, caso o **CLIENTE** opte por liquidar antecipadamente, no todo ou em parte, o empréstimo, o saldo devedor será trazido a valor presente observando-se as seguintes taxas de desconto:

a) Empréstimo com prazo a decorrer de até 12 meses: a taxa de desconto será igual à taxa de juros pactuada no Quadro IV;

b) Financiamento com prazo a decorrer superior a 12 meses:

b1- se o pedido do **CLIENTE** for feito no prazo de até 07 (sete) dias contados da celebração deste Contrato, a taxa de desconto será igual à taxa de juros avençada no Quadro IV;

b2 - se o pedido for formulado depois de decorrido o prazo previsto na letra b1 acima, a taxa de desconto será equivalente à diferença entre a taxa de juros pactuada no Quadro IV e a taxa SELIC apurada na data da celebração deste Contrato, somando-se a essa diferença a taxa SELIC apurada na data do pedido da liquidação antecipada.

11.2. Se as despesas associadas à contratação da operação de empréstimo estiverem no valor emprestado, elas ficarão submetidas ao disposto nesta Cláusula.

11.3. O Custo Efetivo Total – CET indicado no Quadro IV, representa as condições da operação de empréstimo vigentes na data de seu cálculo, considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo a taxa efetiva de juros anual prevista no Quadro IV.

11.3.1 O **CLIENTE** declara ter recebido previamente à contratação do empréstimo a proposta de empréstimo e orientações sobre a planilha de cálculo do CET e que por ela tomou conhecimento dos fluxos e referenciais de remuneração considerados neste cálculo, bem como autoriza, desde já, o **CREDOR** a destinar os valores para todos os pagamentos por conta de serviços de terceiros e registros junto aos Órgãos Públicos competentes, quando for o caso.

12. A tolerância, por parte do **CREDOR**, quanto ao não cumprimento de qualquer uma das cláusulas ou condições deste Contrato será considerada mera liberalidade, não se constituindo em novação, alteração contratual ou precedente a ser invocado pelo **CLIENTE** em quaisquer outras circunstâncias.

13. São da exclusiva responsabilidade do **CLIENTE** todos os custos e despesas relativos ao presente Contrato, indicados no Quadro IV da FICHA PROPOSTA, bem como os que forem efetuadas com a cobrança e a realização das garantias a ele vinculadas.

14. Se o **CREDOR** tiver que recorrer aos meios judiciais ou extrajudiciais para a cobrança do crédito objeto deste Contrato, o **CLIENTE** pagará, além dos demais encargos contratuais e moratórios, os honorários advocatícios, calculados à razão de 10% (dez por cento) para a hipótese de cobrança amigável e de 20% (vinte por cento) caso a cobrança se faça judicial, além das custas processuais, assegurado ao **CLIENTE** o mesmo direito em relação ao **CREDOR**.

15. O **CLIENTE** poderá aderir a um seguro de vida nos termos do Quadro III da FICHA PROPOSTA. A sua assinatura representará sua adesão e o prêmio respectivo será suportado pelo **CREDOR**.

16. Qualquer controvérsia que surja a respeito do Contrato será dirimida no foro do domicílio do **CLIENTE**.

Mod. FBMCT00 - cláusulas









### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

#### I - da INSS

a) repassar as verbas consignadas no respectivo benefício previdenciário da INSS, por meio eletrônico, em favor da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por meio de depósito direto na conta "Reserva Beneficiário" da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por meio do Banco Central, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da benefício, na Sistema de Transferência de Reservas-SIR, por meio de prestação de contas, a ser entregue no endereço da Instituição Financeira de Pagamento Beneficiário (IFB).

b) em caso de falta de depósito em favor do beneficiário da sua categoria, a Instituição Financeira, por meio de depósito direto na conta "Reserva Beneficiário" da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por meio do Banco Central, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da benefício, na Sistema de Transferência de Reservas-SIR, por meio de prestação de contas, a ser entregue no endereço da Instituição Financeira de Pagamento Beneficiário (IFB).

c) repassar em sistema de benefícios as designações cadastradas, de forma de acordo com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações que compõem o sistema de benefícios, a ser entregue em conformidade, pela data do benefício, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações.

#### II - da DATAPREV

a) proporcionar o fornecimento de dados e as informações de acordo com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações.

b) apresentar, quando solicitado, conforme previsto no Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações.

c) fornecer imediatamente a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por qualquer motivo, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações, a ser entregue em conformidade com o Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de designações.

d) garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

e) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

#### III - da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

a) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

b) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

c) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

d) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

e) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.

f) manter todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas, para garantir a integridade e a segurança de todos os dados e informações fornecidas.





A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA se responsabiliza pela informação em relação a prazo, valor e natureza das operações de crédito, bem como a validade e a regularidade das operações de crédito, bem como a regularidade das operações de crédito.

Parágrafo Único. Ocorrendo irregularidades quanto às informações de valor de operações de crédito, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá providenciar a regularização das operações de crédito, bem como a regularidade das operações de crédito.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS

O Plano de Trabalho que trata este Contrato, para efeito de fim de prazo, deverá ser aprovado pelo Conselho Administrativo de Administração da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

Parágrafo Primeiro. A implementação da seguradora para que possa a implementação das operações de crédito, bem como a regularidade das operações de crédito, deverá conter a assinatura da Direção de Trabalho.

Parágrafo Único. A implementação das operações de crédito, bem como a regularidade das operações de crédito, deverá conter a assinatura da Direção de Trabalho.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

O ressarcimento dos custos operacionais de processamento de dados, bem como a regularidade das operações de crédito, deverá conter a assinatura da Direção de Trabalho.

Parágrafo Primeiro. O valor do ressarcimento deverá ser determinado em função do valor do processamento de dados.

Parágrafo Segundo. O valor do ressarcimento deverá ser determinado em função do valor do processamento de dados, bem como a regularidade das operações de crédito, deverá conter a assinatura da Direção de Trabalho.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a cada 1 (um) ano, de acordo com o interesse das partes.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante aviso prévio escrito, a ser enviado por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, para as partes envolvidas, bem como a regularidade das operações de crédito, deverá conter a assinatura da Direção de Trabalho.



#### CLAUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato será providenciada pelo INSS, no prazo e na forma do inciso II, do artigo 15, da Lei nº 8.080, de 21 de junho de 1990.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, para firmar o que foi pactado, firmam este instrumento em três vias de igual teor e forma, por duas em autênticas e uma reservada.

Brasília, 11 de maio de 2011.

Pelo INSS

\_\_\_\_\_  
Sandra Cordeiro Bezerra

Pela DATAPREV

\_\_\_\_\_  
José Paulo Gomes da Rocha

Pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
Alexandre Moreira Laportiere

Testemunhas:

INSS

\_\_\_\_\_  
OBRIGADO

DATAPREV

\_\_\_\_\_  
OBRIGADO

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
OBRIGADO



DOI ANALISADO 01/11/11

101





**Anexo VI**  
**Procedimentos de Verificação**

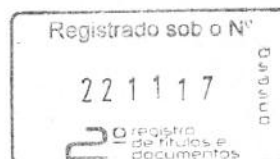
1. Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios de que trata a alínea “c” do item 16.1 do Capítulo Dezesesseis do Regulamento deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Administradora e à Agência de Classificação de Risco.
  - a) A verificação referida no item 1 acima, será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que, para as demais verificações, serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.
  - b) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$	$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$
-------------------------	------------------------------------

Onde:

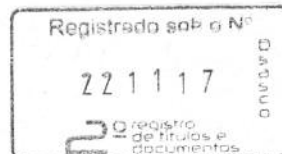
E<sub>0</sub> = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última



verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

- c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um para a amostra.
  - d) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo serão considerados os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro.
  - e) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.
2. Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.



**Anexo VII**  
**Rotinas e Políticas de Cobrança**



No caso de cessação do recebimento, pelo Mutuário, dos benefícios devidos pelo INSS por qualquer motivo, serão enviadas, via DATAPREV, em 30, 60, 90 e 120 dias após o vencimento do respectivo Direito Creditórios, solicitações de confirmação do óbito para o “Serviço de Identificação de Óbito”.

Confirmando o óbito, o processo e os documentos necessários são encaminhados à respectiva companhia devedora do Seguro de Vida, a fim de que os Direitos Creditórios devidos ao Fundo sejam reembolsados.

Caso não se confirme o óbito e o motivo do atraso seja outro, o Mutuário é contatado para renegociação, junto ao BMC, dos valores devidos.

São realizados 3 tentativas de cobrança em 30, 60 e 90 dias após o vencimento. Após 90 dias, se tais tentativas restarem infrutíferas, é enviado um carnê de cobrança ao Mutuário.

O pagamento do carnê deve ser efetuado no banco em até 30 dias. Na hipótese de tal não ocorrer, após 10 dias de atraso, o caso é encaminhado à assessoria de cobrança do BMC. No 15º dia do inadimplemento, será enviada correspondência de cobrança ao Mutuário inadimplente. A cobrança será intensificada entre o 20º e 45º dia da data de vencimento do carnê. Finalmente, após o 45º dia, será processada a negativação junto à SERASA.



**Anexo VIII**  
**Rotinas e Políticas de Concessão de Crédito**

**INSS – Instituto Nacional do Seguro Social**

**ROTEIRO OPERACIONAL**

*Normas gerais*

**1. Documentação exigida**

Solicite do aposentado/pensionista a apresentação dos seguintes documentos **originais**:

- Documento de Identificação (Cédula de Identidade, Identidade de Órgãos de Classe, Carteira Nacional de Habilitação atual ou CTPS);
- CPF;
- Extrato de Pagamentos e Demonstrativo de Benefício emitido pela Internet, conf. orientações abaixo;
- Cartão de Benefício, nos seguintes casos:  
**Crédito em conta**, para operações acima de R\$ 3.000,00.  
**Ordem de Pagamento**, para operações acima de R\$ 1.500,00

O correspondente deverá juntar cópia de todos os documentos acima aos demais documentos da operação, **inclusive do Cartão de Benefício**.

**2. Formulários**

**Proposta para Emissão de Cartão Créd Mais INSS**

- Emitido em 03 (três) vias, sendo a 1ª preenchida, a 2ª e 3ª vias em branco, todas devidamente assinadas e destinadas ao Banco BMC. Caso cliente solicite, a 3ª deverá ser preenchida e entregue ao mesmo no ato da contratação.

*Normas para a concessão do crédito*

**3. Limites de Crédito**

<b>Limite de Empréstimo</b>	<b>Idade limite</b>
Até R\$ 30.000,00	Até 75 anos
Até R\$ 20.000,00	De 76 a 80 anos
Até R\$ 3.000,00	De 81 a 85 anos
* Até R\$ 3.000,00	De 86 a 90 anos
<b>* Sem Pagamento de Comissão</b>	

**Limite mínimo crédito em Conta: R\$200,00**

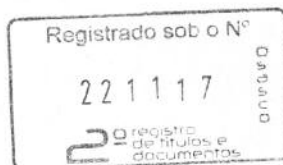
**Limite mínimo Ordem de Pagamento: R\$300,00**

**4. Impedimentos para a concessão do crédito**

**Situações não aceitas:**

- Contratos inferiores a R\$ 200,00;
- Parcelas mensais inferiores a R\$ 10,00 (se for o caso, reduzir o prazo do contrato);
- Não possuir CPF e Identidade, ou CPF cancelado na Receita Federal;

105



- Idade incompatível com o valor da operação, conforme item 3 acima;
- Empréstimo para terceiros;
- Empréstimo para Aposentados/Pensionistas sem telefone para contato (seja residencial, comercial, celular ou para recado).
- Idade mínima de 18 anos
- Empréstimos mediante procuração

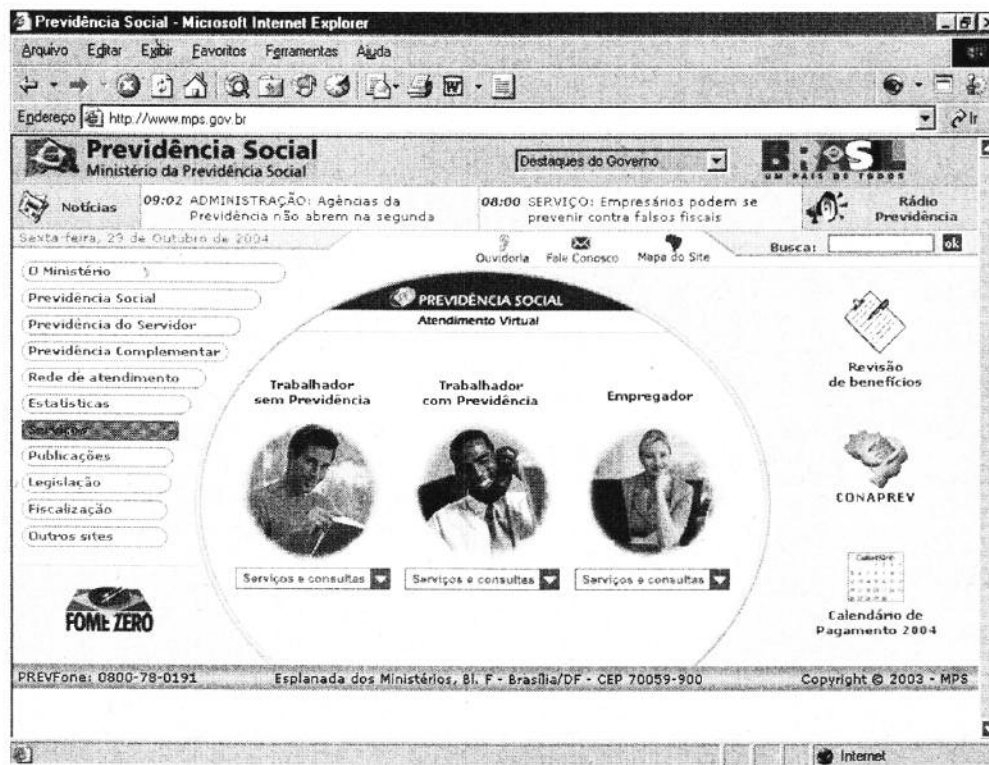
##### 5. Poderão obter empréstimos

Titulares de benefícios de aposentadoria e pensão (RGPS) do INSS.

- Aposentados
- Pensionistas por morte
- Analfabeto: caso o beneficiário seja analfabeto ou não assinar mais, deverá ele colocar suas digitais em substituição as assinaturas. Na carteira de identidade deve constar a expressão "NÃO ASSINA" no campo assinatura. Além disso, será necessária a assinatura de duas testemunhas junto da impressão digital e a sua identidade.
- Silvícolas: além dos documentos normalmente exigidos, é necessária a assinatura de um funcionário da FUNAI aposta ao lado da assinatura do indígena no contrato, anexando-se cópia da carteira funcional daquele funcionário da FUNAI ao processo.

##### 6. Comprovações

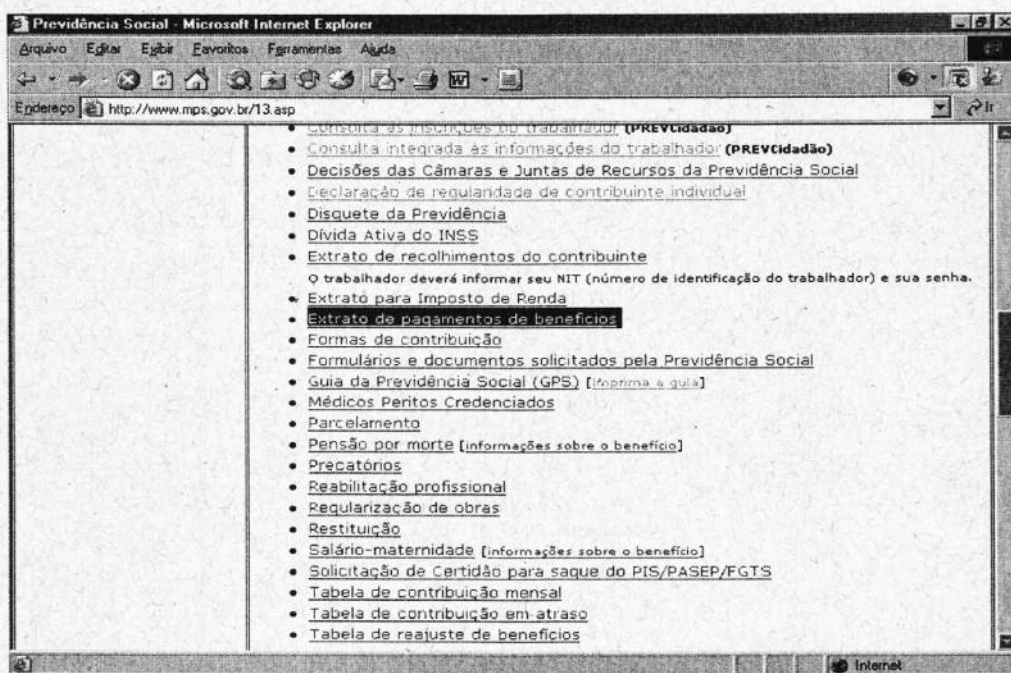
- Identidade (conferir sempre a assinatura do contrato com o documento de identidade apresentado).
- Extrato de Pagamento de Benefícios (internet):
  - a) acessar o site do Ministério da Previdência Social através do endereço: [www.mps.gov.br](http://www.mps.gov.br). Selecione a opção **Serviços**:



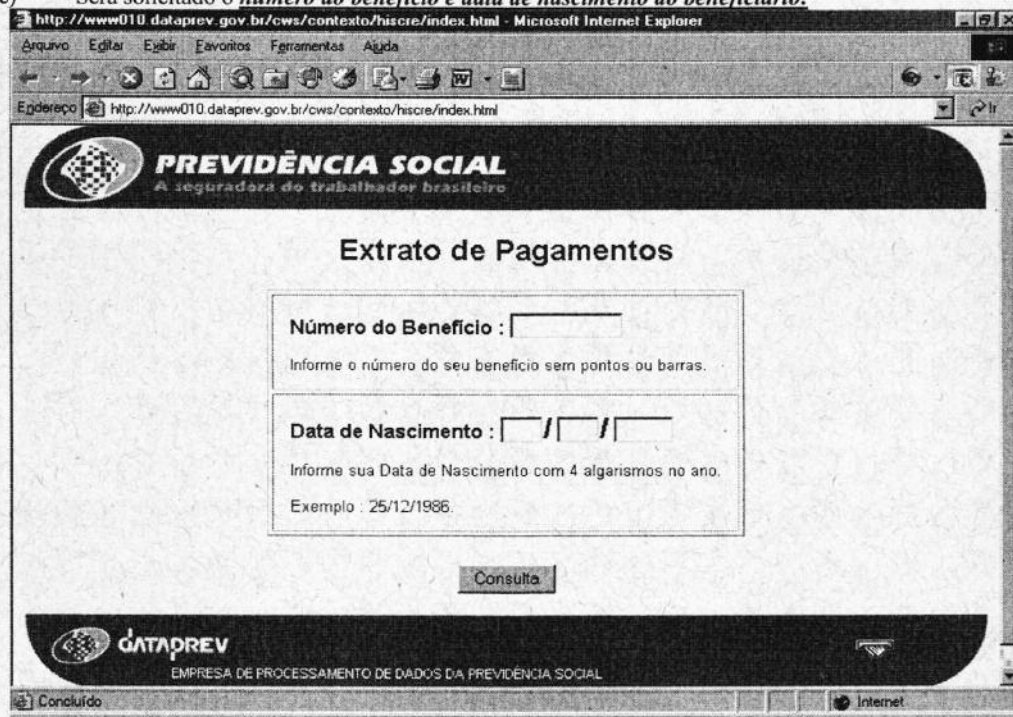
106



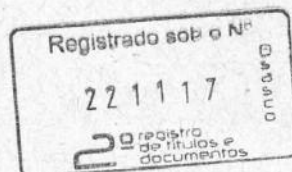
b) Em seguida selecionar opção Extrato de Pagamentos de Benefícios:



c) Será solicitado o número do benefício e data de nascimento do beneficiário:



107



Através desta opção será possível obter o Extrato de Pagamentos do beneficiário pelo menos dos últimos meses, bem como detalhamento de crédito que será utilizado no cálculo da margem consignável.

>>**Importante!!!:** O campo matrícula, da cédula de crédito e do contrato deverá ser preenchido com o Número do Benefício do segurado.

Atenção aos seguintes campos:

- PRODUTO: 81
- ORGÃO: 02 (para aposentados)  
03 (para pensionistas)

#### 7. Cálculo da margem

Mensalidade reajustada	(-)	Complemento Positivo - CP;
	(-)	Pagamento Alternativo de Benefício - PAB;
		Décimo Terceiro Salário;
	(-)	Pagamento de Benefícios além do devido;
	(-)	Imposto de Renda;
	(-)	Pensão Alimentícia Judicial;
	(-)	Mensalidade de Associações e similares;
	(=)	VALOR DISPONÍVEL DO BENEFÍCIO
	(x)	20%
	(=)	MARGEM CONSIGNÁVEL
	(x)	99%
	(-)	Outras consignações bancárias;
	(=)	PRESTAÇÃO MÁXIMA

#### 8. Averbação

**Tipo de averbação:** On-line – As averbações ocorrerão diariamente na DATAPREV, que retornará com a autorização da operação. Após esta autorização, a operação poderá ser liberada.

Cronograma		
Digitação da operação	Averbado na folha	Vencimento da 1ª parcela

108





Até o dia 4 de M + 0	Em M+0	Dia 07 de M + 1
A partir do dia 5 de M + 0	Em M+1	Dia 07 de M + 2

### 9. Liberação do crédito

#### Aposentados/pensionistas titulares de conta corrente

Informar no campo respectivo do contrato Banco/Agência/Conta para crédito dos recursos. Informar tais dados nos campos respectivos do sistema NetCerto. A conta deverá ser de livre movimentação.

#### Aposentados/pensionistas sem conta corrente

Poderá ser pago através de ordem de pagamento BRADESCO OU ITAÚ. Alguns cuidados devem ser tomados para a utilização deste recurso:

- Trate a modalidade Ordem de Pagamento como última opção para liberação do empréstimo
  - **Não direcione os clientes para determinadas agências, evitando concentração.** Oriente o aposentado/pensionista a sacar o recurso na agência mais próxima da sua residência ou do seu trabalho (vide relação anexa). Dessa forma, evitamos concentrações, proporcionando um atendimento de melhor qualidade ao nosso cliente.
- 1- Ordem de Pagamento ITAÚ:
    - Oriente o aposentado/pensionista a dirigir-se a qualquer agência do Itaú para retirada do recurso, sendo imprescindível a apresentação do CPF e RG;
    - As operações via OP Itaú estão limitadas ao valor mínimo de R\$ 300,00 e máximo de R\$ 4.999.99.
    - Informe ao aposentado que o prazo máximo para saque do valor é de 20 dias (vinte dias). A não retirada nesse prazo terá como consequência o cancelamento da operação e o estorno da comissão respectiva.
    - Informe o nome do aposentado/pensionista no Termo de Adesão/NetCerto exatamente na forma como foi escrito no documento de Identidade/RG, pré-requisito para retirada do valor nas agências Itaú.
    - Para a retirada da Ordem de Pagamento é imprescindível o preenchimento correto das seguintes informações: 1) Nome, 2) CPF, 3) Nome do Pai, 4) Data de Nascimento, 5) RG.
    - Atenção: A Ordem de Pagamento também está aberta para aposentados / pensionistas analfabetos.
  - 2- Mediante crédito em Conta Postal nos Correios. Para a abertura dessa conta, o aposentado/pensionista deverá apresentar, **nas Agências da ECT credenciadas**, originais e cópias dos seguintes documentos:
    - Cédula de Identidade (RG), Carteira Profissional ou Carteira de Inscrição nas Entidades de Classes.
    - CPF (CIC)
    - Comprovante de Residência (conta de consumo de energia elétrica (luz) ou conta de telefone, recente e devidamente quitada). No caso de aluguel, se for locatário novo, deverá apresentar seu comprovante de endereço, podendo também ser apresentado o contrato de aluguel. Aos residentes na área rural sem possibilidade de comprovarem o endereço, pode ser apresentada uma declaração de próprio punho referendada por outras pessoas, que deverão também comprovar seu endereço.
    - Certidão de Tutela - Para o representante de pessoa incapaz.

*A Conta Postal é aberta no dia, porém TED/DOC, somente são aceitos após 10 dias da abertura da conta. O limite de saque é R\$ 600,00.*

#### **Atenção:**

**As contas exclusivas de recebimento de benefícios de aposentadoria / pensão não aceitam DOC / TED. Estas contas também são chamadas de contas benefício.**

**Para a transferência ser efetuada com sucesso, a conta deverá ter livre movimentação ou ser uma conta poupança.**






## 10. Envio dos Contratos Físicos

Banco BMC implementou o serviço dos Correios "PAC - Postagem Automática de Correspondências". Dessa forma, nossos correspondentes não terão custos para envio dos contratos e outros documentos ao Banco. Informamos a seguir os procedimentos detalhados sobre o funcionamento da ferramenta.

Instrumento de Habilitação de Postagem:

O Correspondente deverá imprimir e preencher o "Formulário de Habilitação" (Anexo III a este Roteiro), seguindo a instruções abaixo. Referido formulário, devidamente preenchido, será apresentado à agência dos Correios quando do envio dos contratos.

MODELO DE INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO  
PARA DESTINATÁRIO ÚNICO A SER UTILIZADO NO CONTRATO DE ENCOMENDA  
PAC QUE NÃO AUTORIZAM O FATURAMENTO DAS EMBALAGENS

 DESTINATÁRIO ÚNICO - CTR Nº 7241993055 A SER FATURADO NA DIV. SPM CÓDIGO ADMINISTRATIVO Nº 04016890 NÚMERO DO CARTÃO 4735412		VALIDE _____ _____ _____
ATENÇÃO: Este documento autoriza uma postagem única, de um ou mais volumes, para o endereço indicado abaixo. No ato da postagem a Agência receberá esta parte do documento e enviará a GECOF, via balanceete, anexa a primeira via do CDP.		Preenchimento do Correspondente: Data da postagem
REGISTRO _____ BR		Preenchimento dos correios
INSTRUMENTO DE HABILITAÇÃO DE POSTAGEM		
DESTINATÁRIO BANCO BMC S/A AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 12.995 24º ANDAR. SÃO PAULO - SP CEP: 04578-000		Agência de Postagem
SAIBA COMO EMBALAR E POSTAR NOS CORREIOS 1. De posse do código de autorização para postagem, deverá anotá-lo no campo específico, siga as orientações abaixo: 1.1. Reembale o material, utilizando de preferência a embalagem padrão dos Correios; 1.2. Leve este documento, devidamente preenchido, juntamente com o material a ser postado, à Agência dos Correios (NÃO É ACEITO EM AGÊNCIA RÁPIDO DELTA). Mas atenção: a postagem, as despesas de remessa, autorizadas abaixo, serão pagas pelo BANCO BMC S/A. 1.3. Mas lembre-se, o prazo final para efetuar a postagem é _____.		
INSTRUÇÕES À AGÊNCIA DE POSTAGEM Sr.endente: 1. O portador deste documento está autorizado a efetuar uma única postagem a ser faturada no Contrato/Código administrativo acima identificados, firmado entre a BCT e o BANCO BMC S/A. 2. Serviços autorizados: ( ) SEDEX ( ) SEGURO (AD VALOR EM) (X) PAC ( ) AVISO DE RECEBIMENTO ( ) 3. Não é necessária apresentação de Nota Fiscal, coloque este Documento no envelope auto-adesivo 76500000-1, de remetentes de postagem. 4. Lembre-se de aplicar o código datador de Agência nos campos apropriados.		
INFORMAÇÕES PARA POSTAGEM DE FORMULÁRIOS/CONTRATOS No da Nota Fiscal: utilize para envio de Documento Código de Autorização para Postagem: MOTIVO: ( ) Envio de Formulários/Contratos ( ) Troca por erro operacional ( ) Erro de ( ) Observações:		
Nome do Cliente: _____ Visto: _____		Preenchimento do Correspondente: • Nome da Promotora • Telefone da Promotora • Visto do promotor • Data da postagem

### Preparação dos Pacotes

Os contratos deverão ser fechados em lotes diários e capeados por borderô em 2 vias. (Anexo IV). O BMC devolverá os borderôs ao correspondente devidamente protocolados. Acondicione os lotes em caixa de papelão, evitando deixar espaços vazios, e lacre a caixa. Utilize uma única caixa para encaminhar todos os lotes, até um peso limite máximo de 30 kg. **NÃO HÁ LIMITE MÍNIMO DE PESO.** No lado externo informe o endereço completo do remetente.

110



### **Despacho dos Pacotes**

Com a impressão do Instrumento de Habilitação de Postagem, o correspondente deverá dirigir-se a uma Agência do Correio (AC) para despachar a encomenda. Só é possível realizar o despacho dos contratos em agências próprias dos Correios. Unidades franqueadas (ACF) não estão autorizadas a operar com este produto. Veja a relação das agências no link <http://www.correios.com.br/servicos/agencias/default.cfm>. Não haverá taxas ou tarifas extras a serem pagas pelo correspondente.

### **Periodicidade**

Os contratos assinados e toda documentação solicitada nos Roteiros Operacionais deverão ser encaminhados ao BMC, **OBRIGATORIAMENTE, 1 vez por semana, às segundas-feiras. Ressaltamos que não há limite mínimo de peso.**

### **11. Digitação de contratos**

Os contratos deverão ser digitados no Sistema NetCerto. As operações digitadas até às 15:00h serão enviadas à Dataprev para averbação no mesmo dia.

#### Contratos acima de R\$ 5.000

Para os contratos acima de R\$ 5.000, o correspondente deverá enviar os documentos abaixo via fax (11) 5503-7655, confirmando a recepção do mesmo no telefone (11) 5503-7898 / 7899.

Documentos a serem enviados:

- Cópia do Contrato;
- Cópia do RG; e
- Cópia do CPF.

### **12. Acompanhamento da proposta**

As propostas cujas condições mínimas não foram atendidas serão pontualmente reportadas ao contato da promotora. Seguem os canais de contato com o BMC:

Canais BMC	Nome	Telefone 1
DOC/TED Devolvido	<a href="mailto:amortizacaoconvenios@bmc.com.br">amortizacaoconvenios@bmc.com.br</a>	5503-7702
Liberação de Contrato	Mesa de Enquadramento	5503-7898/99
Cancelamento de Contratos	Call Center	2125-3042
Pagamento de Comissões	Jocimeire	5503-7623

Para acompanhamento das propostas digitadas, deve-se entrar em cada uma delas na **fila de propostas**. Compreenda os possíveis status de acordo com o sistema NetCerto.

Cód.	Status	Descrição
1	Em Análise	Proposta em Análise do Banco
2	Aprovada	Proposta Aprovada pelo Banco
3	Fora Alçada	Proposta a Ser Analisada por Alçada Superior no Banco
4	Re-Análise	Proposta Re-encaminhada para Análise do Banco
5	Pendente	Proposta com Pendência Apontada pelo Banco
6	Recusada	Proposta Recusada pelo Banco
7	Recusada por Restrição	Proposta Recusada pelo Banco por Restrição
8	Cancelada	Proposta Cancelada pelo Banco
9	Aguardando Averbação	Proposta na Dataprev Aguardando Averbação
10	Averbado Dataprev	Averbação realizada pela Dataprev
11	Liberada para Pagamento	Proposta Paga via TED, DOC ou OP
12	Recusado Dataprev	Solicitação de Averbação Recusada pela Dataprev
13	Alteração Aceita Dataprev	Solicitação de Alteração Aceita pela Dataprev
14	Excluir Dataprev	Solicitada Exclusão pelo Banco
15	Cancelada Dataprev	Solicitação de Exclusão Aceita pela Dataprev

111



*Lembramos que as propostas podem retornar da Dataprev com aviso de margem excedida, mesmo com os cálculos efetuados exatamente como determina as normas em vigor. O motivo para tal retorno é que o detalhamento de crédito do benefício é atualizado somente uma vez por mês, e o cliente pode já ter efetuado algum empréstimo ainda não computado no mesmo.*

**Reapresentação de DOC/TED/Ordem de Pagamento devolvidos**

*Temos disponível no sistema da Netcerto ferramenta de gestão de DOC/TED/Ordem de Pagamento devolvidas nas operações INSS. Com esta ferramenta, o próprio correspondente poderá:*

- Reenviar Ordem de pagamento devolvida (Itaú ou Bradesco) para outra agência Bradesco ou Itaú; ou ainda para crédito em conta (conta corrente ou poupança);
- Corrigir banco/agência/conta de DOC/TED devolvidos ou mesmo transformá-los em Ordem de Pagamento (Bradesco e Itaú).
- Cancelar Contratos.

**Reapresentação ou cancelamento OP- Bradesco antes da devolução do recurso.**

*Para tanto, caberá ao correspondente enviar mensagem, conforme modelo abaixo, para o endereço [amortizacaoconvenios@bmc.com.br](mailto:amortizacaoconvenios@bmc.com.br):*

**Reapresentação:**

**"Assunto do e-mail: Reapresentação OP Bradesco (sem financeiro)**

*Solicitamos a reapresentação da seguinte OP Bradesco:*

**Cliente: MARIA DA SILVA**

**CPF: 999.999.999-99**

**Nº do contrato (obtido via NetCerto): 999999999**

**Nova destinação: Agência Bradesco 9999-9 ou OP Itaú ou Banco/Agência/Conta corrente ou poupança para crédito**

*Assumimos a responsabilidade por eventual pagamento em duplicidade. Neste caso, autorizamos, desde já, o débito do valor do contrato e comissão respectiva nas comissões devidas a este Correspondente.*

**Atenciosamente,**

**Nome**

**Correspondente"**

**Cancelamento:**

**"Assunto do e-mail: Cancelamento OP Bradesco (sem financeiro)**

*Solicitamos o cancelamento da seguinte OP Bradesco:*

**Cliente: MARIA DA SILVA**

**CPF: 999.999.999-99**

**Nº do contrato (obtido via NetCerto): 999999999**

**Anexo I – Tabela de Espécies de Benefícios Consignáveis**

APOSENTADORIA POR IDADE	
CÓDIGO	ESPÉCIE
07	Por idade do trabalhador rural
08	Por idade do empregador rural
41	Por idade (LOPS)
52	Por idade (Extinto plano Básico)
78	Por idade de ex-combatente marítimo (Lei 1.756/52)
81	Por idade compulsória (Ex-SASSE)

112



APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
CÓDIGO	ESPÉCIE
04	Por invalidez do trabalhador rural
06	Por invalidez do empregador rural
32	Por invalidez previdenciária (LOPS)
33	Por invalidez de aeronauta
34	Por invalidez de ex-combatente marítimo (Lei 1.756/52)
37	Aposentadoria de extranumerário da União (EPU)
38	Aposentadoria da extinta CAPIN (EPU)
51	Aposentadoria por invalidez (Extinto Plano Básico)
83	Aposentadoria por invalidez (Ex-SASSE)

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
CÓDIGO	ESPÉCIE
42	Por tempo de contribuição previdenciária
43	Por tempo de contribuição de ex-combatente
44	Por tempo de contribuição de aeronauta
45	Por tempo de contribuição de jornalista profissional
46	Por tempo de contribuição especial
49	Por tempo de contribuição ordinária
57	Por tempo de contribuição de professores (EC/CF 18/81)
58	Aposentadoria excepcional do anistiado (Lei 6683/79) (EPU)
72	Por tempo de contribuição de ex-combatente marítimo (Lei 1756/52)
82	Por tempo de contribuição (Ex-SASSE)

PENSÃO POR MORTE	
CÓDIGO	ESPÉCIE
01	Por morte do trabalhador rural
03	Pensão por morte do empregador rural
21	Por morte previdenciária (LOPS)
22	Por morte estatutária (EPU)
23	Por morte de ex-combatente
26	Pensão especial (Lei 593/48) (EPU)
27	Por morte do de servidor público federal com dupla aposentadoria
28	Por morte, do Regime Geral (Decreto 20465/31)
29	Por morte de ex-combatente marítimo (Lei 1756/52)
55	Por morte (Extinto Plano Básico)
59	Por morte excepcional do anistiado (Lei 6683/79) (EPU)
84	Por morte (Ex-SASSE)

BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS	
CÓDIGO	ESPÉCIE
02	Pensão por morte por acidente do trabalho do trabalhador rural
05	Aposentadoria por invalidez, por acidente do trabalhador rural
92	Aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho
93	Pensão por morte por acidente do trabalho

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	
CÓDIGO	ESPÉCIE
85	Pensão mensal vitalícia do seringueiro (Lei 7986/89)
86	Pensão mensal vitalícia do dependente do seringueiro (Lei 7986/89)

PENSÕES ANTIGAS	
CÓDIGO	ESPÉCIE
19	Pensão de estudante (Lei 7004/82)
20	Pensão por morte de ex-diplomata
24	Pensão especial (ato institucional)

Resumo em ordem crescente de códigos consignáveis:

1	19	28	42	55	83
---	----	----	----	----	----

113



2	20	29	43	57	84
3	21	32	44	58	85
4	22	33	45	59	86
5	23	34	46	72	92
6	24	37	49	78	93
7	26	38	51	81	
8	27	41	52	82	

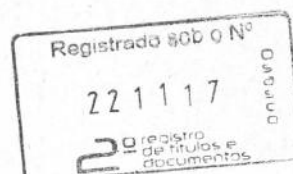
## Anexo II – Lista de Códigos dos Benefícios Não Consignáveis

(Vide art. 1º, parágrafo terceiro da Instrução Normativa INSS/DC Nº 110 - 2004 - DOU DE 14/10/2004)

- 10 – Auxílio-doença por acidente do trabalho do trabalhador rural
- 11 – Renda mensal vitalícia por invalidez do trabalhador rural (Lei 6179/74)
- 12 – Renda mensal vitalícia por idade do trabalhador rural (Lei 6179/74)
- 13 – Auxílio-doença do trabalhador rural
- 15 – Auxílio-reclusão do trabalhador rural
- 25 – Auxílio-reclusão (LOPS)
- 30 – Renda mensal vitalícia por invalidez (Lei 6179/74)
- 31 – Auxílio-doença previdenciário (LOPS)
- 36 – Auxílio-acidente
- 40 – Renda mensal vitalícia por idade (Lei 6179/74)
- 47 – Abono de permanência em serviço 25%
- 48 – Abono de permanência em serviço 20%
- 50 – Auxílio-doença (extinto plano básico)
- 54 – Pensão especial vitalícia (Lei 9793/99) (EPU)
- 56 – Pensão mensal vitalícia por síndrome de talidomida (Lei 7070/82)
- 76 – Salário-família estatutário da RFFSA (Lei 956/69) (EPU)
- 79 – Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora (Lei 1756/52)
- 80 – Salário maternidade
- 87 – Amparo Assistencial ao portador de deficiência (LOAS)
- 88 – Amparo Assistencial ao idoso (LOAS)
- 89 – Pensão especial aos dependentes de vítimas fatais por contaminação na hemodiálise (EPU)
- 91 – Auxílio-doença por acidente do trabalho
- 94 – Auxílio-doença por acidente do trabalho
- 95 – Auxílio-suplementar por acidente do trabalho

### 10. Rubricas para a base de calculo.

- **Rubricas de crédito que devem ser consideradas:**  
(ou seja, devem ser somadas antes do cálculo dos 30%)
  - VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO
  - COMPLEMENTO DA MENSALIDADE REAJUSTADA - "Compl. da M.R."
  - SALARIO FAMILIA
  - PARCELA DE GRATIFICACAO DE EX-COMBATENTE
  - COMPLEM. NAO TRIBUTAVEL RFFSA - CREDITO
  - COMPLEMENTO DE ACOMPANHANTE
  - OUTRAS VANTAGENS
  - PLANSFER - RFFSA/CBTU –
  - PARCELA DUPLA ATIVIDADE
  - GRATIFICACAO DE QUALID.E PRODUTIV. -ECT



- ADICIONAL TALIDOMIDA
- **Rubricas de crédito que NÃO devem ser consideradas:**  
(ou seja, devem ser ignoradas)
- COMPLEMENTO A TITULO DE CPMF
- REVISAO DE PECULIO
- CP - ALTERACAO DE PENSÃO ALIMENTICIA
- CP - REVISAO DE REAJUSTAMENTO - PSS
- CP - DECISAO JUDICIAL
- CP - INFORMADO PELO PSS
- CP - REATIVACAO
- CP - CESSACAO DESDOBRAMENTO OU P.A.
- CP - INCLUSAO DE ACOMPANHANTE
- CP - INFORMADO PELA RFFSA/CBTU/ECT
- CP - REVISAO BENEFICIO - SISTEMA CENTRAL
- CP - DIFERENCA ARTIGO 201 OU 58
- **Rubricas de débito que devem ser descontadas antes do cálculo da margem consignável**  
(30%):
- IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE
- PENSÃO ALIMENTICIA - DEBITO
- CONSIGNACAO
- IMPOSTO DE RENDA NO EXTERIOR
- DIFERENCA DE IMPOSTO DE RENDA - DEBITO
- DESCONTO DO I.N.S.S.
- **Rubricas de débito que NÃO devem ser descontadas no cálculo da margem consignável:**  
(ou seja, devem ser ignoradas)
- DESCONTO DE I.R. SOBRE 13. SALARIO
- CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE 13.SAL
- DIFERENCA DE I.R. SOBRE 13. SAL.- DEBITO
- PENSÃO ALIMENTICIA SOBRE 13. SALARIO
- DESCONTO DE I.R. SOBRE 14. SALARIO
- CONTRIBUICAO PREVID. SOBRE 14. SALARIO
- PENSÃO ALIMENTICIA SOBRE 14. SALARIO

115





## Borderô de Envio - Fichas Convênio

**Convênio:**

Nome:

Loja:

## Nome do Cliente

[illegible]

Assinatura Promotora:

### Protocolo Mesa de Formalização:

DEVOLVER SEGUNDA VIA COM CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

Registrado sob o Nº  
221117  
2º registro  
de títulos e  
documentos



**Anexo IX**  
**Suplemento**

*Suplemento da Série “n”*

1. Suplemento nº [•] (o “Suplemento”) referente à [•]<sup>a</sup> Série de Quotas Sênior (a “[•]<sup>a</sup> Série”) emitida nos termos do regulamento do “BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS”, registrado sob o nº [•] no [•]<sup>o</sup> Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o nº [•] e administrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a “Administradora”).
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da [•]<sup>a</sup> Série, será calculado observado critério de atualização definido na [alínea “a”][alínea “b”][alínea “c”] do item (10.4) da Cláusula Dez do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

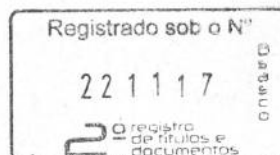
$Sobretaxa_n$	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

$Spread_n$	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

$Taxa Pré_n$	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

[2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, todo dia [•] de cada mês (“Data de Amortização”), ou no

117





dia útil imediatamente subsequente, será promovida a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da [•]<sup>a</sup> Série observado critério de atualização acima, observado o abaixo descrito.

Amortização Programada amortização do valor nominal atualizado de cada Quota Sênior da [•]<sup>a</sup> Série, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Mês (a contar da data da 1ª Data de Emissão)	Amortização Programada
[•] <sup>o</sup>	$VQSn_t / [•]$
[•] <sup>o</sup>	$VQSn_T / [•]$
[•] <sup>o</sup>	$VQSn_T / [•]$
[•] <sup>o</sup>	$VQSn_T / [•]$

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (3.1) do Capítulo Três do Regulamento.

Osasco, [•] de [•] de [•].

#### FUNDO/ADMINISTRADORA:

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora do BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS

Nome:

Cargo:

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora do BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS

Nome:

Cargo:

118



**Testemunhas:**

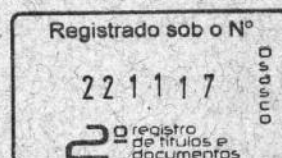
\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:  
CPF/MF:

119



**Anexo X**  
**Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco**

**TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO**

**BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS- CRÉDITO  
CONSIGNADO INSS**

1 - Nome do Quotista			2 - Identificação do Quotista
3 - Agência N°	4 - Conta n° - DAC	5 - Data	6 - Valor

1 - Estou(amos) ciente(s) de que:

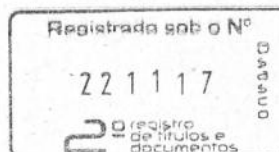
1.1 - O objetivo do BMC Fundo de Investimento - Crédito Consignado INSS (o "Fundo"), administrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a "Administradora"), é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento de composição e de diversificação da carteira definida no regulamento do Fundo (o "Regulamento"), a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo, em caráter definitivo, de Direitos Creditórios e ativos financeiros.

O objetivo do Fundo, bem como o parâmetro de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.

1.2 - Os principais riscos associados ao investimento no Fundo, dentre outros, destacam-se:

a) Liquidez das Quotas. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes

120



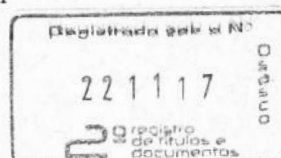
podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário.

b) Amortização Condicionada. As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado no Regulamento, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o BMC, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.

c) Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo e da Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam devidamente pagos, (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, e que as verbas recebidas sejam depositadas pelo Agente de Recebimento, nos termos do Convênio de Recebimento, na Conta Corrente do Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o BMC, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

O Regulamento estabelece condições sob as quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente caso, no período de dias equivalente ao prazo do GC, acrescido de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas em Circulação. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos

121





Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Mutuários e/ou vinculados aos Seguros de Vida.

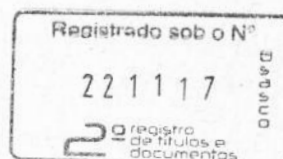
d) Possibilidade de Resilição, pelo BMC, do Contrato de Cessão. Observados o disposto no Contrato de Cessão, o BMC poderá rescindir este instrumento a qualquer tempo, passando a não mais ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Este evento poderá resultar na liquidação antecipada das Séries em Circulação e do Fundo, sendo que os titulares das Quotas Sênior de todas as Séries em Circulação poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.

e) Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do Agente de Recebimento e pela Conta Corrente do BMC. Observados os termos e as condições do Convênio, da legislação aplicável, do Contrato de Cessão e do Convênio de Recebimento, o INSS repassará os valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, do BMC e de outros cessionários do BMC, por meio de depósito único na conta "reservas bancárias" do Agente de Recebimento mantida perante o Bacen, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência do crédito do benefício, via Sistema de Transferência de Reservas – STR, por meio de mensagem específica, constante no catálogo de mensagens do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB. Observado o disposto no Convênio de Recebimento, na Data de Recebimento, o Agente de Recebimento deverá proceder, conforme orientado pelo BMC, em cada mês calendário à transferência: (i) para conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante, do valor correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários no respectivo mês, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme instruções enviadas pelo BMC ao Agente de Recebimento; e (ii) para conta corrente de titularidade do BMC, do restante dos valores repassados pelo INSS, acolhidos no respectivo mês, ressalvado que, com referência aos valores correspondentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que porventura tenham sido transferidos para o BMC, antes da realização da conciliação de que trata o Regulamento, o BMC será responsável pela transferência ao Fundo dos mesmos, na qualidade de fiel depositário de tais valores, observado o disposto no Contrato de Cessão. Observadas as informações passadas pelo BMC ao Custodiante, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Recebimento, caberá ao Custodiante proceder à conciliação dos valores transferidos,



pelo Agente de Recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo e para a conta corrente de titularidade do BMC, nos termos acima descritos, de forma a identificar: (i) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo foram efetivamente liquidados com as referidas verbas; e (ii) quais Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não foram adimplidos. No mesmo dia útil da realização da conciliação de valores aqui descrita, o Custodiante deverá solicitar que o BMC transfira, no mesmo dia, para conta corrente de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, repassados pelo INSS e que foram transferidos para a conta corrente do BMC, antes da efetiva conciliação, equivalentes a até 5% (cinco por cento) dos valores devidos pelos Mutuários ao Fundo no respectivo mês, nos termos do Regulamento, sendo certo que tais valores foram mantidos na posse do BMC, na qualidade de fiel depositário dos mesmos, até que fosse devidamente realizada a conciliação de todos os valores relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, na forma aqui descrita. O repasse dos valores ao Fundo pode, por diversas razões, incluindo o inadimplemento das obrigações do Agente de Recebimento, do Custodiante e do BMC previstas no Convênio de Recebimento, atrasar ou deixar de ocorrer. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Agente de Recebimento ou do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

f) Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do BMC. Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores acolhidos pelo BMC, decorrentes da transferência de valores pelo Agente de Recebimento para conta corrente de titularidade do BMC, nos termos do Regulamento, até a conciliação dos valores, decorrentes da liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários ou, ainda, decorrentes da implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Cobrança, deverão ser transferidos pelo BMC para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela

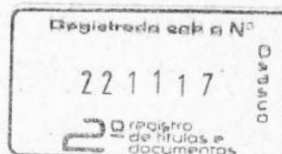


Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

g) Impossibilidade da prestação de serviços de recebimento pelo Agente de Recebimento. Caso o Agente de Recebimento deixe de atuar como agente de recebimento do Fundo, por qualquer motivo, incluindo a rescisão unilateral do Convênio de Recebimento pela Administradora, a decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Agente de Recebimento, os procedimentos relativos ao repasse dos valores devidos ao Fundo, bem como à cobrança, a ser realizada pelo BMC, dos valores devidos ao Fundo pelos Mutuários e/ou, nos termos do Convênio, pelo INSS, serão negativamente afetados até a efetiva nomeação de instituição substituta. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a escolha e contratação de um novo agente de recebimento pelo Fundo.

h) Riscos Operacionais. Observados os termos e condições do Convênio, cabe à DATAPREV, entre outras atribuições, processar as consignações de descontos e as exclusões referentes aos Direitos Creditórios de acordo com o arquivo magnético enviado pelo BMC, conforme previsto na alínea "b" do inciso III da Cláusula Terceira do Convênio, não tendo o BMC, após o envio do arquivo magnético supra referido, a Administradora, o Custodiante, o Gestor ou o Distribuidor controle sobre tal procedimento. Conforme acima identificado, cabe ao BMC, entre outras obrigações estipuladas no Convênio, enviar para a DATAPREV, até o 2o (segundo) dia útil de cada mês, arquivo magnético contendo a relação dos beneficiários que contraíram empréstimos ou financiamentos e autorizaram a consignação diretamente na renda mensal de seus benefícios previdenciários e providenciar toda a infra-estrutura necessária para atender a troca de arquivos via teleprocessamento, conforme padrão definido pela DATAPREV. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pela DATAPREV e/ou pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Convênio poderá inviabilizar e/ou atrasar o repasse pelo INSS ao BMC e/ou a seus Agentes dos valores consignados na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Considerando-se que cabe ao Agente de Recebimento transferir ao Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento, os valores de sua titularidade recebidos do INSS, a ocorrência de qualquer das hipóteses acima identificadas poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.

124

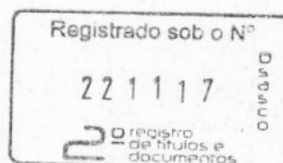


i) Transferência pelo BMC ao Fundo de valores de sua titularidade, decorrentes da cessão ao Fundo de direitos creditórios e de quaisquer outras prerrogativas permitidas pela legislação aplicável sobre os Seguros de Vida, cujos respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo. A cessão dos Direitos Creditórios do BMC ao Fundo, formalizada na forma do Contrato de Cessão, implica na cessão automática pelo BMC de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas de sua titularidade, emergentes da contratação pelos Mutuários dos Seguros de Vida vinculados aos respectivos Direitos Creditórios. Todavia, o Fundo somente fará jus ao recebimento do prêmio dos Seguros de Vida nos casos em que o respectivo Contrato de Mútuo tenha sido firmado há mais de 30 (trinta) dias da ocorrência sinistro. Ademais, nos termos do Contrato de Cessão, o BMC deverá transferir para a Conta Corrente do Fundo quaisquer valores por ele recebidos, decorrentes do pagamento dos prêmios contratados nos Seguros de Vida, vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do BMC ou que sejam a este transferidos, quando ou após o protocolo de requerimento de autofalência, a decretação de sua falência, dissolução, liquidação ou recuperação judicial, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Qualquer falha operacional e/ou descumprimento pelo BMC de suas respectivas obrigações definidas no Contrato de Cessão ou a retenção indevida pelo BMC de recursos de titularidade do Fundo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo ou prejudicar os procedimentos de amortização das Quotas.

j) Risco de Liquidação Antecipada pelos Mutuários dos Contratos de Mútuo. Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

k) Ausência de Notificação Prévia aos Mutuários. A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Mutuários acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, tampouco objeto de notificação prévia contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Na hipótese de extinção ou rescisão do Convênio ou descumprimento pelo INSS de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Mutuários não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos

125





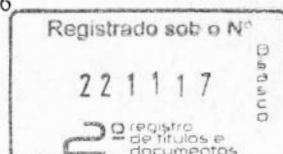
Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, o BMC encontra-se obrigado a notificar o Mutuário da cessão dos respectivos Direitos Creditórios de titularidade ao Fundo (i) caso os procedimentos de consignação de 2 (duas) parcelas consecutivas, referentes aos Contratos de Mútuo celebrados com o respectivo Mutuário, sejam suspensos, interrompidos ou cancelados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da verificação de qualquer dos eventos acima referidos, (ii) por solicitação da Administradora, e/ou (iii) na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada. O descumprimento, pelo BMC, das obrigações acima referidas poderá implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

l) Fatores Macroeconômicos Relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da União Federal e, conseqüentemente, do INSS, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.

m) Inexistência de Rendimento Predeterminado. O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

n) Descasamentos de Taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida

126



no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Gestor, o Distribuidor, o BMC e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.

o) Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo. Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.

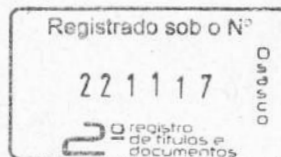
p) Riscos Associados aos Outros Ativos. O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de sua parte, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; e (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos



nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

q) Risco Proveniente do Uso de Derivativos. Nos termos do Regulamento, o Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

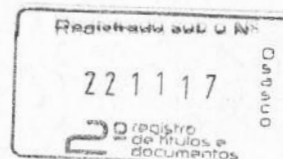
r) Emissão de Novas Quotas. O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas Subordinadas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação, e novas Séries de Quotas Sênior, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de outras Séries em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.



s) Potenciais Conflitos de Interesses. O BMC, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, inclusive a Administradora, o Agente de Recebimento e o Custodiante. Ademais, o BMC, além de ser cedente dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, o mesmo também atua, por conta e ordem do Fundo, como Agente Cobrador dos Direitos Creditórios adquiridos nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

### 1.3 – Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao BMC, destacam-se:

a) Risco de Crédito. O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários em favor do BMC, é realizado pelo INSS, nos termos do Convênio. O Fundo poderá sofrer perdas, caso o INSS, por qualquer motivo, atrase ou não efetue o pagamento dos benefícios previdenciários devidos aos Mutuários, em razão, por exemplo, de eventuais desequilíbrios em seu fluxo de caixa. O INSS e/ou a DATAPREV não se responsabilizam solidária e/ou subsidiariamente pelas operações contratadas com os Mutuários ou sobre descontos indevidos, desde que a ocorrência não tenha sido causada por falha de ato próprio do INSS e/ou da consignação, realizado em desconformidade com as obrigações ajustadas no Convênio. O Agente de Recebimento, na qualidade de agente cobrador do Fundo, deverá transferir os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Convênio de Recebimento. O desconto, mediante consignação na renda mensal dos benefícios previdenciários dos Mutuários, poderá ser interrompido e/ou reduzido, entre outros eventos, quando (i) da alegação, pelo Mutuário, da não autorização da consignação (escrita ou eletrônica), conforme disposto na alínea “b”, do inciso I da Cláusula Terceira do Convênio, (ii) caso o Mutuário venha a falecer e/ou (iii) na hipótese de existência de ordem judicial que determine a retenção de parte dos proventos do Mutuário para o atendimento de pagamento de outras obrigações cujo pagamento tenha preferência em face das obrigações decorrentes da contratação de operações de financiamento (i.e., pagamento de alimentos decorrentes de sentença judicial). Nessas hipóteses, a capacidade de re-pagamento do financiamento contratado dependerá exclusivamente da solvência do Mutuário, de seu espólio ou das companhias devedoras dos Seguros de Vida, conforme o caso. Enquanto o INSS não reinicie os procedimentos de pagamentos dos benefícios previdenciários aos Mutuários, a capacidade do Mutuário para saldar suas obrigações assumidas nos Contratos de Mútuo, especialmente em razão de sua condição sócio econômica, poderá ser comprometida e, assim, afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido.





b) Alteração da Legislação Atualmente Vigente, Aplicável à Concessão de Empréstimos com Consignação dos Valores Devidos pelo INSS. A legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável à concessão de empréstimos com consignação dos Direitos Creditórios pelo INSS, poderá ser alterada pelas autoridades competentes, resultando, com isso, na possibilidade de celebração de contratos de empréstimo com condições diversas, mais favoráveis, das atualmente constantes dos Contratos de Mútuo firmados anteriormente à alteração da legislação. Por este motivo, os Mutuários, devedores dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, poderão solicitar o Pré-Pagamento ou a Renegociação dos respectivos Contratos de Mútuo cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, trazendo prejuízos aos Quotistas.

c) Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação. O BMC somente se responsabiliza pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Mutuários, do INSS e das companhias devedoras dos Seguros de Vida. A Administradora, o Custodiante, o Gestor e o Distribuidor, quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não se responsabilizam, conforme o caso, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Mutuários e do INSS. A realização dos Direitos Creditórios depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento, pelos Mutuários, dos financiamentos contratados (a) por meio dos procedimentos definidos no Convênio ou, conforme o caso, (b) diretamente pelos Mutuários, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. A responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no Convênio restringe-se à consignação dos valores relativos às parcelas de empréstimos e licenciamentos autorizados pelos titulares de benefícios e repasse, nos prazos definidos no Convênio, não cabendo ao INSS responsabilidade solidária e/ou subsidiária sobre as operações contratadas ou sobre descontos indevidos.

d) Proibição da cobrança de qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento. De acordo com a Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, é vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro. Por este motivo, o BMC não cobra dos Mutuários qualquer tarifa decorrente de pré-pagamento dos empréstimos concedidos. Com a vedação da cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada dos Contratos de Mútuo, dependendo do nível de Pré-Pagamento o Fundo poderá sofrer impacto negativo significativo.

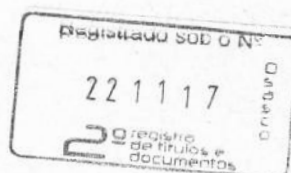
130



e) Cobrança Judicial dos Direitos Creditórios. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

f) Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC. O BMC não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, sendo facultado a este, inclusive, ceder direitos creditórios de sua titularidade para outros cessionários, inclusive para fundos de investimento em direitos creditórios que venham a ser constituídos. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades do BMC, seja decorrente que decisões estratégicas tomadas pelos administradores do BMC, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo BMC ao Fundo depende (i) de o BMC continuar a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Mutuários contratarem financiamentos com o BMC e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de o BMC ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda dos Mutuários pela contratação de financiamentos com o BMC permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.

g) Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do BMC ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo. Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo BMC ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Mutuários, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo BMC ou por qualquer terceiro. Caso o BMC ou qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo,



que se encontrem na posse do BMC ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

h) Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do BMC. O BMC, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o BMC esteja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao BMC ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo BMC e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso o BMC se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

i) Inexistência de Verificação Prévia pelo Custodiante e pela Administradora do Lastro dos Direitos Creditórios. Quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, a Administradora e o Custodiante não verificarão se os respectivos Direitos Creditórios (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, sendo certo que tal verificação será realizada, a posteriori, por meio de auditoria por amostragem; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado; ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de verificação prévia dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderão resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.

j) Auditoria dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo para verificar a regularidade dos



Documentos Comprobatórios. Como essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

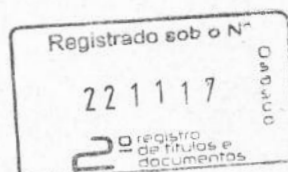
**1.4 – A Administradora e o Gestor empreenderão seus melhores esforços na seleção de ativos para composição da carteira do Fundo e se utilizará de mecanismos de gestão de risco, que monitoram, mas não anulam estes riscos. Apesar disso, não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita em seu Regulamento, a Administradora e o Gestor não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste instrumento. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do BMC, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, do INSS, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.**

1.5 – A taxa de administração praticada no Fundo, devida mensalmente à Administradora, será equivalente a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido.

1.6 – O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Diário do Comércio.

1.7 – Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no glossário do Regulamento.

1.8 – DECLARO(AMOS) TER RECEBIDO, LIDO E ENTENDIDO O REGULAMENTO DO BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO CONSIGNADO INSS E TER TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. DECLARO(AMOS)



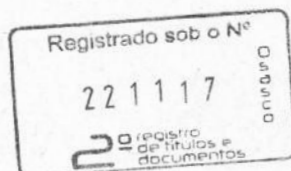


TER ADERIDO AO INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO, SOBRE O QUAL NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Quotista(s)

\_\_\_\_\_  
Visto e carimbo do gerente funcional

134



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



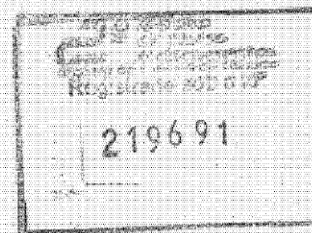
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

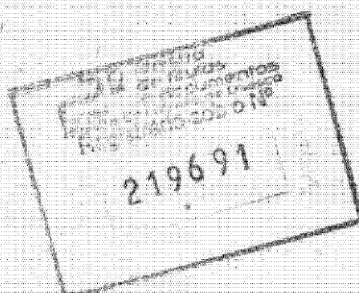
### Suplemento da 1ª Série

1. Suplemento nº 1 (o "Suplemento") referente à 1ª Série de Quotas Sênior (a "1ª Série") emitida nos termos do Regulamento do "BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO INSS", registrado sob o nº 217997 no 2º Registro de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o "Regulamento"), inscrito no CNPJ sob o nº 09.464.001/0001-61 e administrado pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (a "Administradora").
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 1ª Série, será calculado observado critério de atualização definido na alínea "a" do item (10.4) da Cláusula Doz do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa<sub>n</sub></i>	107% da Taxa DI
------------------------------	-----------------

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, todo dia 20 de cada mês, ou no dia útil imediatamente subsequente, após o período de carência, será promovida a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior da 1ª Série observado critério de atualização definido no respectivo Suplemento, observado o abaixo descrito.





Mês (a contar da data da 1ª Data de Emissão)	Amortização Programada
37º	$VQS_{n_T}/36$
38º	$VQS_{n_T}/35$
39º	$VQS_{n_T}/34$
40º	$VQS_{n_T}/33$
41º	$VQS_{n_T}/32$
42º	$VQS_{n_T}/31$
43º	$VQS_{n_T}/30$
44º	$VQS_{n_T}/29$
45º	$VQS_{n_T}/28$
46º	$VQS_{n_T}/27$
47º	$VQS_{n_T}/26$
48º	$VQS_{n_T}/25$
49º	$VQS_{n_T}/24$
50º	$VQS_{n_T}/23$
51º	$VQS_{n_T}/22$
52º	$VQS_{n_T}/21$
53º	$VQS_{n_T}/20$
54º	$VQS_{n_T}/19$
55º	$VQS_{n_T}/18$
56º	$VQS_{n_T}/17$
57º	$VQS_{n_T}/16$
58º	$VQS_{n_T}/15$
59º	$VQS_{n_T}/14$
60º	$VQS_{n_T}/13$
61º	$VQS_{n_T}/12$
62º	$VQS_{n_T}/11$
63º	$VQS_{n_T}/10$
64º	$VQS_{n_T}/9$
65º	$VQS_{n_T}/8$
66º	$VQS_{n_T}/7$
67º	$VQS_{n_T}/6$
68º	$VQS_{n_T}/5$
69º	$VQS_{n_T}/4$
70º	$VQS_{n_T}/3$
71º	$VQS_{n_T}/2$
72º	$VQS_{n_T}/1$

8

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (3.1) do Capítulo Três do Regulamento.

Osasco, 12 de maio de 2008.

**FUNDO/ADMINISTRADORA:**

*[Assinatura]*  
7238 - Roberto Botignon Kosaka

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora do BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO INSS

Nome:

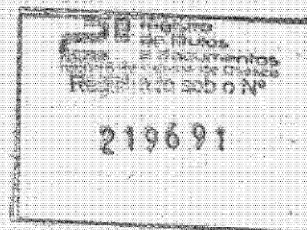
Cargo:

72322 - Gleyson dos Santos

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., na qualidade de administradora do BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO INSS

Nome:

Cargo:



**Testemunhas:**

*[Assinatura]*

Nome:

Gustavo Tironi  
RG: 44.341.518-3  
CPF/MF: CPF. 325.157.538-41

*[Assinatura]*

Nome:

Nicole de Bortoli Zulli  
RG: 34.915.475-2  
CPF/MF: CPF. 311.465.218-84

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS DE OSASCO - SP

Rua Dante Bastion, 240  
Centro - Osasco - SP - CEP 08013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E MICROFILMADO SOB N° 219691 DO LIVRO B  
Osasco, 14 de maio de 2008

*[Assinatura]*  
Prestação de Serviço  
219691  
Total arrecado R\$ 61,83  
Estado e 12% a favor da Prefeitura do IPRSP, em 08/04

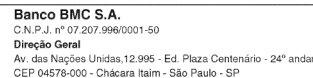
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007 do BMC

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Senhores Acadêmicos,	<b>Relatório de Atividade</b>	
<p>Apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco BMC S.A., elaboradas na forma da Legislação Societária, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.</p> <p>No exercício, o Banco BMC manteve sua vocação de instituição voltada ao crédito, focando sua atuação na carteira de saque, por meio de financiamentos para aquisição de veículos e emissões consignadas a aposentados e pensionistas do INSS, em folha de pagamento e em garantia de bens.</p> <p>Os Atos de Crédito, em 31 de dezembro, somaram R\$ 2.425 bilhões, sendo 61,7% tomados por pessoas físicas e 8,3% por pessoas jurídicas.</p> <p>No final do exercício, a Carteira de Crédito pessoal física atingiu R\$ 2.224 bilhões, crescimento de 38,1% em relação a dezembro de 2006, composta por 11,6% de financiamento de veículos, 84,7% de empréstimos consignados e 3,7% de empréstimos conjuntivos de veículos.</p>		<p>Os Depósitos Totais somaram R\$ 2.900 bilhões, sendo R\$ 2.075 bilhões de Depósitos Intermédios e R\$ 218 milhões de Depósitos de Poupança e Prémios e R\$ 187 milhões de Depósitos à Vista.</p> <p>Em 31 de dezembro, 95% da Carteira de Crédito foi classificada nos ratings "AA" C pelo critério de classificação de risco estabelecido pelo Comitê Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 2.682.</p> <p>Agendamos as próximas reuniões e parcerias comerciais pelo convênio e apoio às nossas finalizações e colaboradores para dedicação ao trabalho.</p>
		São Paulo, 14 de fevereiro de 2008
		<b>Diretoria</b>

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em R\$ mil			
	2007	2008	
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>
<b>RESPONSABILIDADES (Nota 4)</b>	1.368.842	1.763.861	1.186.229
<b>APLICAÇÕES INTERFERIANCIAS E LIQUIDEZ (Nota 5)</b>	13.431	6.039	176.907
Aplicações em mercado aberto	466.599	124.883	7.507
Depósitos interfinanceiros	-	100.074	786.296
Aplicações em depósitos interfinanceiros	466.599	20.789	82.202
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	34.655	80.135	-
Carteira própria	29.817	97.167	-
Vinculados a compromissos de recompra	-	888.500	-
Vinculados ao Banco Central	368	39	89.528
Vinculados a operações em garantia	4.391	5.589	1.277
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
<b>RELAÇÕES INTERFERIANCIAS E INTERDEPENDÊNCIAS</b>	83	10.599	414
Correspondentes no país	1	1.461	414
Depósitos no Banco Central	53	9.198	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)</b>	1.023.316	821.033	89.708
Operações de crédito	1.061.281	642.225	-
Setor Público	1.749	17.749	-
Setor privado	1.059.532	624.476	-
Provisões para operações de crédito de liquidação dividida	(37.505)	(21.263)	-
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	(2)	(11)	96
Arrendamentos a receber - setor privado	(2)	1.232	96
Rendita a apropriar do arrendamento mercantil	(21)	(223)	-
Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação dividida	(2)	(11)	-
<b>OUTROS CREDITOS</b>	188.252	123.120	113.638
Carteira de crédito (Nota 9a)	-	68.096	-
Rendita a receber	-	41	-
Negociação e intermediação de valores	23	468	-
Dívidas (Nota 18)	198.888	58.742	182.423
Provisões para outros créditos de liquidação dividida	(695)	(245)	-
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	172.188	66.563	341.832
Outros valores e bens	-	-	-
Bens não destinados a uso (Nota 10a)	27.980	25.644	27.980
Provisões para desvalorizações	(3.440)	(761)	-
Empresas intangíveis	148.548	41.180	17.550
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	1.691.447	615.929	123.069
<b>APLICAÇÕES INTERFERIANCIAS E LIQUIDEZ (Nota 5)</b>	50.800	6.658	10.252
Aplicações em mercado aberto	50.800	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	11.497	95.811	17.250
Carteira própria	4.429	58.201	-
Vinculados ao Banco Central	6.394	6.685	9.380
Vinculados a operações em garantia	-	-	7.202
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)</b>	1.324	303.923	5.444
Operações de crédito	1.359.115	35.752	-
Setor público	6.024	10.405	-
Setor privado	1.353.091	24.347	-
Provisões para operações de crédito de liquidação dividida	(48.407)	(116.678)	-
<b>OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)</b>	-	-	171.599
Arrendamentos a receber - setor privado	-	322	171.599
Rendita a apropriar do arrendamento mercantil	-	(322)	-
Provisões para créditos de arrendamento mercantil de liquidação dividida	-	-	-
<b>OUTROS CREDITOS</b>	165.125	150.792	118.249
Dívidas (Nota 18)	166.708	150.792	-
Provisões para outros créditos de liquidação dividida	(1.581)	(1.704)	-
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	123.517	22.757	117.531
Empresas intangíveis (Nota 10b)	123.517	22.757	-
<b>PERMANENTE</b>	24.961	24.967	20
<b>INVESTIMENTOS (Nota 11b)</b>	14.644	14.410	196.234
Participações em coligadas e controladas no país	13.478	11.517	180.669
Outros	1.165	2.893	15.565
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	3.676	3.880	180.669
Imóveis	1.624	2.657	180.669
Outras imobilizações	12.146	11.964	-
Depreciação acumulada	(10.094)	(10.771)	-
<b>IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO</b>	(617)	1.003	20
Bens arrendados (Nota 12)	1.630	5.342	-
Depreciação acumulada (Nota 12)	(1.551)	(8.641)	-
Medicância de depreciação	(598)	669	-
<b>DEFERIDO (Nota 13)</b>	7.158	6.638	-
Gastos de organização e expansão	10.599	8.574	-
Perda em arrendamento a amortizar	1.879	2.334	-
Amortização acumulada	(4.814)	(5.270)	-
<b>TOTAL</b>	3.595.156	2.986.247	3.595.156
			<b>TOTAL</b>
			3.595.156

[illegible][illegible]

0.392 (25.75%)





**Banco BMC S.A.**

C.N.P.J. nº 07.207.996/0001-50

**Direção Geral**Av. das Nações Unidas, 12.995 - Ed. Plaza Centenário - 24º andar  
CEP 04578-000 - Chácara Itaim - São Paulo - SP



<



**Banco BMC S.A.**  
C.N.P.J. nº 07.207.996/0001-50  
Direção Geral  
Av. das Nações Unidas, 12.995 - Ed. Plaza Centenário - 24º andar  
CEP 04578-000 - Chácara Itaim - São Paulo - SP

Banco		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 - Em Reais mil	
3) Despesas de operações de empréstimos e repasses		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Repasses do país:			
Repasses POC FNAME		(1.356)	(2.575)
Repasses INDES		(652)	(1.635)
Repasses FNAME		(943)	(4.038)
Repasses do tesouro nacional		(46)	(30)
Repasses EXIM		-	(74)
Repasses do exterior			
Resolução nº 63 (Nota 16a)		(7.748)	(11.728)
Creditações com garantias no exterior (Nota 16a)		(8.556)	(11.398)
Total		(18.512)	(31.474)
16) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
a) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis			
A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.			
Processos trabalhistas		5.602	5.453
Processos civis - Middle		2.054	2.055
Processos civis - Varejo Consignado		2.571	-
Processos civis - Varejo Veículos		1.029	2.182
Processos civis - CDC Log. - CP		521	-
Provisões civis - Varejo		40.596	-
Subtotal (1)		52.173	9.700
Fiscais e Previdenciárias (2)		174.700	120.848
Total		226.873	130.548
(1) Nota 17b.			
(2) Classificados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" (Nota 17a).			
b) Movimentação das Provisões Constituídas		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Trabalhistas		4.247	115.715
Cíveis		-	5.853
Riscos Fiscais		-	62.485
No início do exercício		4.247	115.715
Atualizações monetárias		-	62.485
Constituições (1)		2.209	45.475
Transferências		-	(12.424)
Pagamentos		-	(2.650)
No final do exercício (Nota 17)		6.456	(2.551)
(1) Compreende basicamente os ajustes de padronização de critérios, das provisões efetuadas face à aplicação do controle			
17) OUTRAS OBRIGAÇÕES		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Provisão para riscos fiscais (Nota 16b)		171.198	115.715
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar		646	1.671
Impostos e contribuições a receber		2.455	1.647
Provisão para impostos e contribuições diferidos		401	1.815
Total		174.700	120.848
b) Divergências		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)		52.173	9.700
Recupelamentos a processar (1)		39.871	45.394
Credores diversos no país financeiros		27.054	10.563
Provisão de despesas administrativas		24.803	1.607
Credores diversos - convênio		21.847	8.102
Provisão diversas		14.501	-
Provisão de férias e encargos		14.562	10.886
Outros		3.112	1.048
Total		186.423	85.300
(1) Referem-se principalmente a quitação antecipada de contratos de operações de crédito da carteira de varejo cedida.			
c) Registro juros SELIC sobre obrigação legal a pagar		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Em 31 de dezembro de 2008, o Banco registrou o Juros Selic da Contribuição Social sobre o Lucro calculado à alíquota excidente à exigência de empresas de outros setores da atividade econômica.			
Com base no Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, por considerar uma obrigação legal, que deriva de uma lei, foi contabilizado o Juros Selic sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido calculado à alíquota excidente à exigência de empresas de outros setores da atividade econômica.			
Por tratar-se de juros Selic de períodos anteriores, foi debitada a conta de lucros acumulados, a importância de R\$ 42.722.			
18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
a) O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em ações nominativas no valor nominal de R\$ 0,388613596 cada.			
Ordinárias		110.939.034	110.939.034
Preferenciais		104.496.391	104.496.391
Total		215.435.425	215.435.425
b) Reserva de Capital e de Lucros		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Reservas de Capital		2.512	1.829
Reservas de Lucros		26.752	26.752
- Reserva Legal (1) (2)		26.752	26.752
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.			
(2) Distribuição somente nos balanços semestrais.			
c) Juros sobre o capital próprio sobre dividendos		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
O estatuto estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. As ações preferenciais, sem direito a voto, não asseguradas prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade. O saldo remanescente do lucro líquido será distribuído de acordo com as deliberações da Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis.			
19) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Garantias prontas		219	774
Cobrança		392	656
Outras		269	771
Total		790	2.201
20) DESPESAS DE PESSOAL		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Proventos		(43.795)	(96.209)
Encargos sociais		(12.417)	(11.684)
Benefícios		(6.326)	(4.901)
Honorários		(5.977)	(2.895)
Estatuários		(717)	(727)
Tratamento		(108)	(108)
Total		(69.343)	(164.522)
21) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Processamento de dados		(5.892)	(4.427)
Comunicações		(3.817)	(2.980)
Depreciação e amortização		(2.507)	(2.568)
Alugueis		(2.336)	(1.573)
Serviços de terceiros e do sistema financeiro		(1.610)	(1.627)
Arrendamento de bens		(767)	(195)
Publicações		(459)	(401)
Transportes		(459)	(404)
Manutenção e conservação de bens		(437)	(444)
Viagens		(187)	(333)
Promoções e propaganda		(92)	(216)
Contribuições filantrópicas		(34)	(98)
Outras		(2.136)	(4.176)
Total		(20.717)	(18.748)
22) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Federais			
IRS		(2.977)	(2.500)
CPMF		(2.481)	(1.486)
COFINS		(28)	(56)
Estatuais e municipais		(166)	(195)
Outras		(286)	(319)
Total		(5.913)	(4.554)
23) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Variações monetárias e cambiais (principalmente moedas estrangeiras)		23.168	16.387
Juros (principalmente tributos a receber)		12.129	7.506
Rendimentos de títulos e créditos a receber		366	494
Reversão da provisão da COFIN		-	64.892
Recuperação de encargos e despesas		1.817	7.835
Outras		233	5.161
Total		37.683	102.185
(1) Reversão da provisão da Cofins excidente à alíquota de 3% sobre o faturamento, face ao acórdão da Primeira Turma do STJ, publicado em junho de 2006 e transitado em agosto de 2006 que decidiu ao BAC e de reverter a Cofins instituída pela Lei nº 9.739/93 à alíquota de 2% somente sobre o faturamento estabelecido pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91.			
24) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Comissões e serviços de intermediação de crédito		-	(194.500)
Provisão para contingências fiscais		-	(50.353)
Provisão para contingências civis e trabalhistas		-	(47.684)
Variações monetárias e cambiais (principalmente moedas estrangeiras)		-	(15.650)
Provisão para outras contingências		-	(19.616)
Serviços do sistema financeiro		-	(16.553)
Prêmio seguro previdenciário		-	(13.741)
Despesas operacionais - marketing		-	(10.132)
Serviços de terceiros		-	(6.957)
Juros (principalmente tributos a pagar)		-	(6.946)
Prestações de operações de empréstimos		-	(3.362)
Campañas de incentivo externo		-	(3.880)
Assessoria de cobrança e financeira		-	(2.370)
Despesas com bens não de uso próprio		-	(1.112)
Busca e apreensão de veículos		-	(716)
Corretagens		-	(127)
Baixa IFF - ajuste capital a compensar		-	(4.575)
Outras		-	(8.787)
Total		-	(398.483)
25) RESULTADO NÃO OPERACIONAL		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Resultado na alienação de investimentos		390	14.086
Resultado na alienação de valores e bens		(44)	(2.594)
Outras		12.173	927
Total		1.463	12.419
26) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E CONTROLADAS		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
As transações com o controlador e controladas, foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.			
BMC Asset Management DTVM Ltda.			
Operações passivas:			
Depósitos à vista		(90)	-
Depósitos interfinanceiros		(2.824)	(308)
Depósitos a prazo - comissões		-	(6)
Banco Bradesco S.A.			
Operações ativas:			
Dependências em moeda estrangeira		-	(366)
Operações de crédito		69.292	492
Aplicações no mercado aberto		50.800	1.136
Depósitos em depósitos interfinanceiros		466.298	14.375
Títulos e créditos a receber		-	414
Operações passivas:			
Depósitos interfinanceiros		(2.672.992)	(66.794)
Obrigações por empréstimos no exterior		-	788
BMC Previdência Privada S.A.			
Operações ativas:			
Dividendos a receber		23	-
Operações passivas:			
Depósitos à vista		(71)	-
Credicerto Promotora de Vendas Ltda.			
Operações passivas:			
Depósitos à vista		(3)	-
27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social			
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		126.382	126.228
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente		42.970	(40.877)
Eliminadas as adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas		-	(3.502)
Despesas indiretas ligadas de receitas não tributáveis		-	9.328
Credores tributários de exercícios anteriores creditados		-	(2.250)
Juros sobre o capital próprio		-	6.830
Outros		(1.403)	(868)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		38.431	(28.810)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social			
Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos		(21.748)	(14.134)
Impostos diferidos:			
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias		60.179	(14.676)
Total dos impostos diferidos		60.179	(14.676)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		38.431	(28.810)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Em 31 de dezembro de 2007 - R\$ mil			
Saldo em 31/12/2006		18.714	29.361
Contribuição		29.361	(7.684)
Realização		2.461	15.195
Saldo em 31/12/2007		48.535	36.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		18.714	29.361
Provisão para contingências - outras		2.461	15.195
Provisão para contingências - fiscais		-	17.767
Outras provisões		1.854	751
Provisão para desvalorização de títulos		-	5.066
Provisão para desvalorização de bens não de uso		249	-
Ajuste a valor de mercado - CDI DI Lei nº 11.196		229	918
Ajuste a valor de mercado - SWAP		1.106	-
Diferença da alíquota da CSLL		4.368	1.011
Total das diferenças tributárias sobre		4.200	-
diferenças temporárias		33.775	70.077
Indefinição da depreciação		135	(20)
Subtotal		33.910	70.077
Reserva de Mark to Market Patrimônio Líquido		-	-
(títulos dip. vendido)		-	128
Contribuição social - Média Provisória nº 2158-35 de 24/08/2001		13.440	(1.789)
Total dos créditos tributários (Nota 9b)		47.350	70.205
Obrigações fiscais diferidas (Nota 27a)		(1.815)	(636)
Creditos tributários liquidados das obrigações		45.535	69.569
fiscais diferidos		69.569	(6.837)
d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2158-35			
Em 31 de dezembro de 2007 - R\$ mil			
Diferenças temporárias			
Imposto de renda		30.658	11.750
Contribuição social		20.660	7.045
Total		51.318	18.795
Crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2158-35			
2008		5.880	4.640
2009		5.880	4.640
2010		5.880	4.640
2011		5.880	4.640
2012		5.880	4.640
Total		29.000	23.603
Total		80.318	42.400
e) Projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.			
O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do grupo Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 80.540 (2006 - R\$ 31.465) de diferenças temporárias e R\$ 10.769 (2006 - R\$ 11.729) de crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2158-35.			
28) OUTRAS INFORMAÇÕES		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2007	2006
Ajuste LFT disponível para venda		-	1
IRPJ sobre Agência Grand Cayman		-	400
Ajuste a valor de mercado - SWAP		-	108
Total		-	401
29) OUTRAS INFORMAÇÕES			
a) Ativos e passivos provisionados a clientes totalizam R\$ 9.029.208 (2006 - R\$ 34.862), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contrapartidas pelos beneficiários.			
b) Seguros contratados sobre imóveis, veículos, equipamentos e mobiliários totalizam R\$ 20.419 (2006 - R\$ 20.927).			
c) A Lei nº 11.033 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº 8.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entram em vigor em 01 de janeiro de 2008. A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levada em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelas órgãos reguladoras. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.			
d) A Média Provisória nº 413, de 03 de janeiro de 2008 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável, a partir de maio de 2008. Dessa forma o encargo da contribuição social sobre o lucro tributável de 2008 será acrescido pela diferença de alíquota de 6%, bem como os ativos e passivos fiscais diferidos relativos a CSLL, deverão ser aumentados proporcionalmente.			
e) Em 31 de janeiro de 2008, foi publicada a Resolução nº 3.533 do Banco Central do Brasil, que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos possíveis efeitos que podem ser gerados com as alterações.			
f) Limite operacional e acurácia utilizando os dados do conglomerado Bradesco, conforme estabelecido na Resolução nº 2009/94 do Banco Central do Brasil.			

continua

		<b>Banco BMC S.A.</b> C.N.P.J. nº 07.207.996/0001-50 <b>Direção Geral</b> Av. das Nações Unidas, 12.995 - Ed. Plaza Centenário - 24º andar CEP 04578-000 - Chácara Itaim - São Paulo - SP	
→ <b>contabilidade</b>			
<b>A DIRETORIA</b>		Yocho Kuratani Contador CRC 1SP120277/O-0	
<b>Parecer dos Auditores Independentes</b>			
Aos Administradores e Acionistas do Banco BMC S.A. São Paulo - SP		Item como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMC S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 14 de fevereiro de 2008	
1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BMC S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco,		 <b>Auditoria Independente</b> CRC 2SP014428/C-6	
		Cláudio Rogério Sorbório Contador CRC 1SP212659/O-0	



---

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006 do BMC

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Banco BMC S.A.**  
C.N.P.J. nº 07.207.999/0001-50  
**Direção Geral**  
Av. das Nações Unidas, 12.995 - Est. Plaza Centenário - 24º andar  
CEP 04578-000 - Chácara Itaim - São Paulo - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido

No exercício de 2006, o BMC obteve um resultado de R\$ 91,4 milhões, representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido médio de 35,0%. O resultado operacional cresceu 62,8% em relação ao ano anterior. O patrimônio líquido totalizou R\$ 284,5 milhões.

#### Ativos

Em dezembro de 2006, os ativos de crédito do banco somaram R\$ 1.070,9 milhões, um crescimento de 76,4% em relação a 2005, incluindo a carteira de fianças prestadas, totalizam R\$ 1.106,8 milhões; da carteira de empréstimos, 51,5% são tomados por pessoas jurídicas e 48,5% a pessoas físicas.

Durante o exercício, foram cedidas a outras instituições financeiras, operações de crédito no montante de R\$ 865 milhões, sendo: R\$ 547 milhões de CP Convênio INSS, R\$ 189 milhões de CDC Veículos, R\$ 126 milhões de CP consignados em folha de pagamento.

#### Empréstimos a Pessoas Jurídicas

Em dezembro de 2006, a carteira de empréstimos a pessoas jurídicas atingiu R\$ 551,5 milhões, 60,6% superior a 2005. Foi mantida a estratégia de pulverização do risco, dando preferência a operações com garantias de alta liquidez. As operações de empréstimos a pessoas jurídicas estavam assim distribuídas: empréstimos para capital de giro com garantia de recebíveis com 78,4%, repasses do BNDES e FINAME com 11,0%, adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC) e EXIM e FINIMP com 10,0% e repasses em moeda estrangeira (Resolução 65) com 0,6%.

#### Empréstimos a Pessoas Físicas

Em dezembro de 2006, a carteira de crédito pessoa física atingiu R\$ 519,6 milhões, 97% superior a 2005. Esta carteira é composta por 34,1% de empréstimo consignado em folha de pagamento; 25,8% de empréstimo consignado de aposentados e pensionistas do INSS; 22,2% de financiamento de veículos; 15,0% de empréstimo com garantia de veículos e 2,8% de financiamento de bens e serviços consignados.

#### Captação

Durante o exercício de 2006, o BMC continuou trabalhando na diversificação e pulverização do passivo. Os depósitos totalizaram R\$ 873 milhões, crescimento de 55% em relação a 2005. O BMC lançou o FDC BMC Premier (FDC) com lastro de recebíveis de CDC veiculares, com programa de R\$ 500 milhões, divididos em cinco séries de R\$ 100 milhões. Em dezembro de 2006, o patrimônio do FDC apresenta R\$ 204 milhões, sendo R\$ 202,7 milhões de Cotas Sênior. A primeira série do FDC foi colocada em fevereiro de 2006 e a segunda série, em novembro de 2006. De total de depósitos, 23% está representado por caixa livre e 77% por outros ativos.

#### Limite Operacional (Acordo de Balizão)

No final do exercício, o patrimônio líquido do Banco BMC correspondia a 15,22% dos ativos ponderados pelo risco, superior em 33,3% ao mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução 2.090.

Em 2006, o BMC aumentou o capital social de R\$ 164,8 milhões para R\$ 180,6 milhões.

### Política de Crédito

Em dezembro de 2006, 85,3% da carteira foi classificada nos ratings "AA a C" pelos critérios de classificação de risco determinados pelo Banco Central do Brasil através da Resolução 2.682.

#### Gestão de Riscos

O BMC adota como política uma rigorosa administração dos riscos inerentes às suas atividades. Os limites para os riscos de mercado, definidos da forma conservadora pela Administração, em termos de "Vol" (Value at Risk) e com valores determinados para "Stop Loss", são monitorados por área independente daquela responsável pela gestão das carteiras. A política de liquidez consiste em: a) manutenção de um nível adequado de recursos com liquidez imediata, cujo valor e limite foram estabelecidos em termos percentuais do total de captação dos recursos a prazo e do volume total da carteira de crédito; b) definição de um plano de contingência para situações de estresse quando o fluxo de caixa projetado apresentar liquidez inferior aos limites estabelecidos.

#### Ratings

A definição precisa de seu foco de atuação, controles internos eficientes e segurança nas políticas de crédito e tesouraria, são fatores que, dentre outros, permitem ao Banco BMC ser classificado como Investment Grade pelas seguintes empresas de rating:

- Austin Ratings	A-
- LF Ratings	BBB+
- Fitch Atlantic Ratings	BBB-
- Moody's	A3/B+

#### Evento Relevante

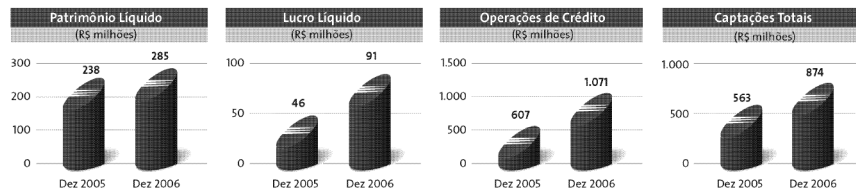
Em 23/01/2007, os controladores do Banco BMC S.A. (BMC) e da Credicerto Promotora de Vendas Ltda. (Credicerto), assinaram com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), Instrumento Particular de Compromisso de Incorporação de Apólos e Outras Avenças, para venda do BMC e suas controladas BMC Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., BMC Previdência Privada S.A. e da Credicerto. A operação envolve a transferência de 100% das ações representativas do capital social do BMC para o BRADESCO. O recebimento será feito mediante entrega aos acionistas do BMC, de ações de emissão do BRADESCO correspondentes a R\$ 800 milhões. A concretização da operação está subordinada à aprovação das autoridades competentes e dos resultados da "due diligence", com previsão para ser concluída durante o primeiro semestre de 2007. Todos os serviços oferecidos pelo BMC aos seus clientes continuarão a ser realizados da forma habitual e de maneira independente, com a manutenção da atual estrutura administrativa e de atendimento, respeitando suas características e especialidades.

#### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes pela honra e preferências; acionistas pela confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007

#### A ADMINISTRAÇÃO



### BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	2006	2005		2006	2005
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>1.753.951</b>	<b>1.463.120</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.474.632</b>	<b>1.145.012</b>
Disponibilidades	9.828	21.708	Depósitos	522.124	310.147
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>124.683</b>	<b>34.307</b>	Depósitos à vista	39.663	11.975
Aplicações no mercado aberto	100.074	10.009	Depósitos interfinanceiros	63.378	14.217
Aplicações em depósitos interfinanceiros	24.809	24.296	Depósitos a prazo	426.065	263.954
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>801.125</b>	<b>872.552</b>	Depósitos para investimentos	122	1
Carteira própria	97.507	222.832	<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>698.281</b>	<b>627.954</b>
Vinculados a compromissos de recompra	698.500	629.720	Carteira própria	698.281	627.954
Vinculados ao Banco Central	36	-	<b>Recursos de aceitação e emissão de títulos</b>	<b>1.277</b>	<b>644</b>
Vinculados a operações em garantia	5.599	20.238	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.277	644
Instrumentos financeiros derivativos	90	133	<b>Relações interfinanceiras e interdependências</b>	<b>1.524</b>	<b>348</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>10.549</b>	<b>1.887</b>	Relações interfinanceiras e interdependências	1.524	348
Correspondentes no país	1.401	1.065	Recursos em trânsito de terceiros	1.824	348
Depósitos no Banco Central	9.198	624	<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>89.705</b>	<b>23.038</b>
<b>Operações de crédito</b>	<b>621.522</b>	<b>386.673</b>	Empréstimos no exterior	80.706	23.038
Operações de crédito	642.225	392.721	<b>Repasses do país - Instituições oficiais</b>	<b>36.868</b>	<b>59.168</b>
Sector Público	17.749	12.607	Tesouro Nacional	53	46
Sector Privado	624.476	380.124	FINAME	16.816	28.305
Provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa	(21.202)	(26.058)	BNDES	20.119	21.813
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>994</b>	<b>311</b>
Arrendamentos a receber - sector privado	1.232	-	Instrumentos financeiros derivativos	994	311
Rendimentos a receber - sector privado	(1.232)	-	<b>Outras obrigações</b>	<b>113.638</b>	<b>130.404</b>
Provisões para créditos de arrendamento mercantil	(11)	-	Oblições de pagamento de tributos e semelhantes	491	584
<b>Outros créditos</b>	<b>123.126</b>	<b>101.668</b>	Carteira de câmbio	19.863	8.259
Carteira de câmbio	68.096	21.249	Sociais e estatutárias	3.845	19.117
Rendimentos a receber	411	1.030	Fiscais e previdenciárias	3.317	16.152
Negociação e intermediação de valores	468	573	Negociação e intermediação de valores	792	453
Diversos	55.742	79.781	Diversas	85.300	85.839
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.597)	(765)	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>624.931</b>	<b>462.555</b>
<b>Outros valores e bens</b>	<b>66.563</b>	<b>43.673</b>	Depósitos	341.832	252.862
Diversos	25.644	23.645	Depósitos interfinanceiros	2.788	23.582
Outros valores e bens (bens não destinados a uso)	(751)	(901)	Depósitos a prazo	339.044	229.220
Despesas antecipadas	41.680	20.629	<b>Recursos de aceitação e emissão de títulos</b>	<b>123.099</b>	<b>17.147</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>615.329</b>	<b>326.760</b>	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	123.099	17.147
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5.658</b>	<b>-</b>	<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>10.332</b>	<b>7.022</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.658	-	Empréstimos no exterior	10.332	7.022
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>59.811</b>	<b>20.280</b>	<b>Repasses do país - Instituições oficiais</b>	<b>35.905</b>	<b>71.031</b>
Carteira própria	58.201	5.077	Tesouro Nacional	1.603	656
Vinculados ao Banco Central	6.885	11.651	FINAME	22.148	36.440
Vinculados a operações em garantia	30.805	3.462	BNDES	13.154	31.935
Instrumentos financeiros derivativos	-	90	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5.444</b>	<b>21</b>
<b>Operações de crédito</b>	<b>342.574</b>	<b>180.905</b>	Instrumentos financeiros derivativos	5.444	21
Operações de crédito	353.752	180.782	<b>Outras obrigações</b>	<b>112.549</b>	<b>114.521</b>
Sector Público	14.005	13.211	Fiscais e previdenciárias	112.531	114.521
Sector Privado	343.347	180.551	Credores por antecipação de valor residual	818	-
Provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa	(11.676)	(12.857)	<b>Resultados de exercícios futuros</b>	<b>100</b>	<b>206</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>284.584</b>	<b>237.489</b>
Arrendamentos a receber - sector privado	322	-	Capital social de domiciliados no país	180.969	164.622
Rendimentos a receber - sector privado	(322)	-	Reserva de capital	1.829	1.050
Provisões para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(3)	-	Reserva de lucros	26.782	22.181
<b>Outros créditos</b>	<b>149.032</b>	<b>115.408</b>	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	832	(243)
Diversos	150.736	115.601	<b>Lucros acumulados</b>	<b>74.502</b>	<b>49.879</b>
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.704)	(9)			
<b>Outros valores e bens</b>	<b>22.757</b>	<b>10.077</b>			
Despesas antecipadas	22.757	10.077			
<b>Permanente</b>	<b>24.867</b>	<b>63.582</b>			
Investimentos	14.416	38.309			
Participações em coligadas e controladas no país	11.517	36.325			
Outros	2.899	1.884			
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>3.890</b>	<b>21.363</b>			
Imóveis	2.657	2.657			
Outras imobilizações	11.994	28.349			
Depreciação acumulada	(16.771)	(9.645)			
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>1.033</b>	<b>-</b>			
Bens arrendados	5.342	-			
Depreciação acumulada	(4.309)	-			
<b>Diferido</b>	<b>5.638</b>	<b>3.910</b>			
Gastos de organização e expansão	8.574	7.328			
Perdas em arrendamento a amortizar	2.934	-			
Amortização acumulada	(5.270)	(3.418)			
	<b>2.394.247</b>	<b>1.843.462</b>		<b>2.394.247</b>	<b>1.843.462</b>



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006					Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006									
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)					(Em milhares de reais)									
	Semestre		Exercícios			Capital de capital	Aumento de capital	Investimentos	Reserva de capital	Reserva para de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Total	
	2006	2005	2006	2005										
Receitas da intermediação financeira	269.474	253.176	574.125	574.125										
Operações de crédito	246.736	471.555	468.365	468.365										
Operações de arrendamento mercantil	1.451	2.585	–	–										
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	33.982	147.979	88.245	88.245										
Resultado com instrumentos derivativos	(12.695)	(15.541)	17.498	17.498										
Despesas da intermediação financeira	(159.037)	(291.127)	(264.420)	(264.420)										
Operações de captações no mercado	(78.244)	(212.455)	(161.716)	(161.716)										
Operações de empréstimos e repasses	(12.369)	(31.474)	(25.018)	(25.018)										
Operações de arrendamento mercantil	(1.299)	(2.225)	–	–										
Resultado de câmbio	409	(493)	(4.357)	(4.357)										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.537)	(44.510)	(53.329)	(53.329)										
Resultado bruto da intermediação financeira	180.437	314.751	309.708	309.708										
Outras receitas (despesas) operacionais	(130.895)	(201.214)	(240.001)	(240.001)										
Receitas de prestação de serviços	1.276	2.201	2.174	2.174										
Despesas de pessoal	(26.708)	(50.794)	(42.248)	(42.248)										
Outras despesas administrativas	(10.608)	(18.748)	(16.205)	(16.205)										
Despesas tributárias	(2.303)	(4.554)	(19.423)	(19.423)										
Resultado de participações em coligadas e controladas	379	1.075	4.263	4.263										
Outras receitas operacionais	16.646	102.185	32.746	32.746										
Outras despesas operacionais	(109.662)	(232.579)	(169.310)	(169.310)										
Resultado operacional	29.442	113.537	69.705	69.705										
Resultado não operacional	14.319	12.419	(85)	(85)										
Resultado antes da tributação sobre o lucro	43.761	125.956	69.620	69.620										
Imposto de renda e contribuição social	(10.416)	(28.410)	(19.979)	(19.979)										
Imposto do renda	(7.354)	(10.264)	(22.274)	(22.274)										
Contribuição social	(2.744)	(3.870)	(8.457)	(8.457)										
Ativo fiscal diferido	(318)	(14.676)	10.752	10.752										
Lucro líquido após impostos	33.345	87.146	49.630	49.630										
Participação sobre o lucro - Empregados	(5.728)	(5.728)	(4.150)	(4.150)										
Lucro líquido do semestre/exercício	27.617	91.418	45.480	45.480										
Lucro líquido por ação do capital social - RS	6.13	0.42	0.23	0.23										

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS					DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006					Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2006				
(Em milhares de reais)					(Em milhares de reais)				
	Semestre		Exercícios			Semestre		Exercícios	
	2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
Origem dos recursos	536.024	837.242	776.818	776.818	Aplicação dos recursos	541.099	862.922	752.904	752.904
Lucro líquido ajustado	26.959	52.539	43.563	43.563	Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos e a pagar	9.403	19.501	40.604	40.604
Lucro líquido do semestre/exercício	27.617	91.418	45.480	45.480	Inversões em:	2.269	11.722	6.623	6.623
Ajuste de exercício anterior	–	(42.792)	–	–	Investimentos	–	–	915	915
Resultado de equivalência patrimonial	(778)	(1.075)	(4.263)	(4.263)	Imobilização de uso	2.295	5.638	6.582	6.582
Insuficiência de depreciação	528	611	–	–	Imobilização do arrendamento	–	–	5.179	–
Depreciações e amortizações	2.163	4.307	2.346	2.346	Aplicações no diferido	1.943	3.647	471	471
Variação nos resultados de exercícios futuros	(89)	(100)	(417)	(417)	Recursos de terceiros aplicados em:	538.158	838.112	794.995	794.995
Subvenção para investimentos por incentivos fiscais	–	1.829	822	822	Aumento dos subgrupos do ativo	419.546	615.164	419.345	419.345
Aumento de capital	1.631	1.075	683	683	Aplicações interfinanceiras de liquidez	104.773	98.234	–	–
Recursos de terceiros originários de:	504.520	567.109	731.987	731.987	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	9.619	4.344	419.345	419.345
Aumento dos subgrupos do passivo	300.644	518.244	337.339	337.339	Relações interfinanceiras e interdependências	–	–	–	–
Depósitos	192.024	311.067	–	–	Operações de crédito	249.694	415.519	–	–
Captações no mercado aberto	70.367	202.546	–	–	Outros créditos	52.256	54.796	–	–
Recursos do acréscimo e emissão de títulos	31.287	106.555	13.535	13.535	Outros valores e bens	3.205	35.570	–	–
Relações interfinanceiras e interdependências	550	1.277	111	111	Diminuição dos subgrupos do passivo	108.612	12.948	285.651	285.651
Obrigações por empréstimos e repasses	26.988	21.672	–	–	Depósitos	–	–	137.251	137.251
Instrumentos financeiros derivativos	5.842	6.106	114	114	Captações no mercado aberto	108.612	–	148.400	148.400
Outras origines	43.953	–	19.954	19.954	Outras origens	–	12.948	–	–
Diminuição dos subgrupos do ativo	(181.421)	(5.363.729)	–	–	Redução das disponibilidades	(6.878)	(25.750)	23.914	23.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	181.399	–	70.570	70.570	Modificações na posição financeira	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	–	–	6.523	6.523	Disponibilidades	–	–	–	–
Relações interfinanceiras e interdependências	–	–	260.668	260.668	No fim do semestre/exercício	6.039	6.039	31.789	31.789
Operações de crédito	22	15	–	–	No início do semestre/exercício	11.734	31.789	7.875	7.875
Outros créditos	–	–	8.807	8.807	Redução das disponibilidades	(6.878)	(25.750)	23.914	23.914
Operações de arrendamento mercantil	–	–	17.171	17.171					
Outros valores e bens	–	–	–	–					
Alienação de bens	22.412	50.013	40	40					
Investimentos	–	–	25.146	25.146					
Imobilização de uso	22.099	22.101	39	39					
Imobilização de arrendamento	313	2.188	–	–					
Dividendos a receber e recebidos de controladas	53	137	900	900					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)					Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)				
<b>1. Apresentação das demonstrações financeiras e contexto operacional</b>					<b>1. Apresentação das demonstrações financeiras e contexto operacional</b>				
As demonstrações financeiras do Banco BMC S.A. estão sendo apresentadas na forma de legislação societária e elaboradas a partir de registros contábeis emanados da Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.					As demonstrações financeiras do Banco BMC S.A. estão sendo apresentadas na forma de legislação societária e elaboradas a partir de registros contábeis emanados da Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.				
Não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BMC S.A. e sua controlada BMC Asset Management DTVM Ltda., em virtude das operações do Banco BMC S.A. representarem mais de 99,9% do total das operações, não havendo portanto operações relevantes nas demonstrações financeiras da BMC Asset Management DTVM Ltda. (vide nota 9 e 10).					Não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BMC S.A. e sua controlada BMC Asset Management DTVM Ltda., em virtude das operações do Banco BMC S.A. representarem mais de 99,9% do total das operações, não havendo portanto operações relevantes nas demonstrações financeiras da BMC Asset Management DTVM Ltda. (vide nota 9 e 10).				
O Banco BMC S.A. está autorizado a operar com as atividades: comercial, crédito, financiamento e investimento (CFI) e arrendamento mercantil.					O Banco BMC S.A. está autorizado a operar com as atividades: comercial, crédito, financiamento e investimento (CFI) e arrendamento mercantil.				
O Banco BMC S.A. possui uma agência em Grand Cayman, cujas operações são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras do Banco BMC S.A., em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.					O Banco BMC S.A. possui uma agência em Grand Cayman, cujas operações são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras do Banco BMC S.A., em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.				
Em 23/01/2007, os controladores do Banco BMC S.A. (BMC) e da Creditore Promotora de Vendas Ltda. (Creditore), assinaram com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), Instrumento Particular de Compromisso de Incorporação de Ações e Outros Aportes, para venda do BMC e suas controladas BMC Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., BMC Previdência Privada S.A. e da Creditore. A operação envolve a transferência de 100% das ações representativas do capital social do BMC para o BRADESCO. O recebimento será feito mediante entrega aos acionistas do BMC, de ações de emissão do BRADESCO correspondentes a R\$ 300 milhões. A concentração da operação está subordinada à aprovação das autoridades competentes e dos resultados da "due diligence", com previsão para ser concluída durante o primeiro semestre de 2007. Todos os serviços oferecidos pelo BMC aos seus clientes continuarão a ser realizados da forma habitual e de maneira independente, com a manutenção da atual estrutura administrativa e de atendimento, respeitando suas características e especialidades.					Em 23/01/2007, os controladores do Banco BMC S.A. (BMC) e da Creditore Promotora de Vendas Ltda. (Creditore), assinaram com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), Instrumento Particular de Compromisso de Incorporação de Ações e Outros Aportes, para venda do BMC e suas controladas BMC Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., BMC Previdência Privada S.A. e da Creditore. A operação envolve a transferência de 100% das ações representativas do capital social do BMC para o BRADESCO. O recebimento será feito mediante entrega aos acionistas do BMC, de ações de emissão do BRADESCO correspondentes a R\$ 300 milhões. A concentração da operação está subordinada à aprovação das autoridades competentes e dos resultados da "due diligence", com previsão para ser concluída durante o primeiro semestre de 2007. Todos os serviços oferecidos pelo BMC aos seus clientes continuarão a ser realizados da forma habitual e de maneira independente, com a manutenção da atual estrutura administrativa e de atendimento, respeitando suas características e especialidades.				
<b>2. Descrição das principais práticas contábeis</b>					<b>2. Descrição das principais práticas contábeis</b>				
As práticas contábeis adotadas para a consolidação das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, consistentes com o COSIF, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.					As práticas contábeis adotadas para a consolidação das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, consistentes com o COSIF, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.				
<b>a. Apreciação do resultado</b>					<b>a. Apreciação do resultado</b>				
O resultado é apurado pelo regime de competência e as receitas e despesas refletem os valores nominais. Segundo a Portaria MF nº 140/94, as receitas de arrendamento mercantil, são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente, quando cabíveis a essa data.					O resultado é apurado pelo regime de competência e as receitas e despesas refletem os valores nominais. Segundo a Portaria MF nº 140/94, as receitas de arrendamento mercantil, são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente, quando cabíveis a essa data.				
<b>b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>					<b>b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>				
O registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são estabelecidos pelas Circulares do Banco Central do Brasil nº 3.088/01 e 3.082/02. A Circular nº 3.088/01 estabelece as condições necessárias e as regras para a classificação contábil dos títulos e valores mobiliários nas categorias: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" e a Circular nº 3.082/02 estabelece as condições necessárias e as regras para a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos.					O registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são estabelecidos pelas Circulares do Banco Central do Brasil nº 3.088/01 e 3.082/02. A Circular nº 3.088/01 estabelece as condições necessárias e as regras para a classificação contábil dos títulos e valores mobiliários nas categorias: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" e a Circular nº 3.082/02 estabelece as condições necessárias e as regras para a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos.				
<b>c. Créditos tributários</b>					<b>c. Créditos tributários</b>				
São avaliados e registrados de acordo com as regras instituídas pelas Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/05 e pelas Circulares nº 3.171/02 e 3.174/02, todas do Banco Central do Brasil.					São avaliados e registrados de acordo com as regras instituídas pelas Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/05 e pelas Circulares nº 3.171/02 e 3.174/02, todas do Banco Central do Brasil.				
<b>d. Ativos circulantes e realizável a longo prazo</b>					<b>d. Ativos circulantes e realizável a longo prazo</b>				
São demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias ("pro rata" dia) e cambiais acumulados até a data do balanço e ajustado, quando aplicável, por provisão considerando os valores de mercado ou de realização. A provisão para operações de crédito é fundamentada na análise das operações em aberto, estando pela administração para cobrir quanto ao valor necessário, o leve em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos a global da carteira, bem como as normas do Banco Central do Brasil.					São demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias ("pro rata" dia) e cambiais acumulados até a data do balanço e ajustado, quando aplicável, por provisão considerando os valores de mercado ou de realização. A provisão para operações de crédito é fundamentada na análise das operações em aberto, estando pela administração para cobrir quanto ao valor necessário, o leve em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos a global da carteira, bem como as normas do Banco Central do Brasil.				
<b>e. Permanente</b>					<b>e. Permanente</b>				
O ativo permanente é demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:					O ativo permanente é demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:				
• Participação nos investimentos em sociedades controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 9).					• Participação nos investimentos em sociedades controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 9).				
• A dependência no exterior localizada em Georgetown, Grand Cayman, leva os saldos das rubricas patrimoniais e do resultado das operações controladas com o balanço do Banco BMC S.A. (Nota Explicativa nº 10).					• A dependência no exterior localizada em Georgetown, Grand Cayman, leva os saldos das rubricas patrimoniais e do resultado das operações controladas com o balanço do Banco BMC S.A. (Nota Explicativa nº 10).				
• Depreciação da imobilizado, pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost in base in taxes" (nota que contempla a vida útil econômica dos bens, depreciação pelo método "cost									



## c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	2006				2005			
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total Contábil	Custo Corrigido	Valor de Mercado
						Total Contábil	Custo Corrigido	Valor de Mercado
<b>Títulos para negociação</b>								
<b>Carteira própria</b>								
- Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	-	-	31.826	31.826	31.826	31.826
- Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	2.502	2.502	2.502	2.502
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	171.260	-	-	171.260
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	592	592	592	-
- Ações de companhias abertas	7	-	-	-	7	7	7	-
- Títulos emitidos no exterior	-	32.222	-	-	32.222	32.222	32.222	32.467
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	639.730	639.732
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Certificados de Depósitos Bancários	-	2.519	-	-	2.519	2.519	2.519	1.005
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	13.742
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>	<b>37.855</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.826</b>	<b>69.688</b>	<b>69.688</b>	<b>864.293</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>								
<b>Carteira própria</b>								
- Cotas de Fundo de Desenv. Social - FDS	-	-	-	-	218	218	600	218
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	55.600	19.342	75.172	75.172	75.172
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	2.544	2.544	2.544	190
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	698.500	-	-	698.500	697.924	698.500	-
<b>Vinculados ao Banco Central do Brasil</b>	-	-	-	-	145	145	145	1.590
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	1.590
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	30.915	30.915	30.915	-
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	2.073	-	2.073	2.073	3.586	2.581
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>701.044</b>	<b>-</b>	<b>57.703</b>	<b>50.821</b>	<b>809.568</b>	<b>806.021</b>	<b>809,568</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>								
<b>Carteira própria</b>								
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT-A	-	2.014	969	1.007	6.615	10.605	10.605	11.151
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	-	-	-	-	-	-	-	6.527
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.007	9	1.016	1.016	1.189
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	9	1.016	1.016	2.220
<b>Vinculados ao Banco Central do Brasil</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	369	369	369	4.123
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	-	-	39	-	3.654	3.703	3.703	2.220
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>2.014</b>	<b>1.008</b>	<b>2.014</b>	<b>13.184</b>	<b>18.200</b>	<b>18.200</b>	<b>21,120</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>								
<b>Operações de SWAP</b>	-	9	9	72	-	90	72	90
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>72</b>	<b>-</b>	<b>90</b>	<b>72</b>	<b>223</b>
<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>740,950</b>	<b>1,417</b>	<b>64,706</b>	<b>64,811</b>	<b>807,246</b>	<b>806,076</b>	<b>894,073</b>

d. Cotas de Fundo de Investimentos: São cotas subordinadas da primeira e segunda série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium - Veículos, cuja Administração é da Oliveira Trust DTVM S.A. (vide nota 12)

#### 4.1 Instrumentos Financeiros Derivativos

#### a) Posição das operações de mercado futuro e swap

	2006		2005	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
<b>• Mercado Futuro</b>				
Moeda estrangeira	146.100	101.681	27.200	70.825
Taxa de juros	62.919	1.021.478		801.800
Índices	2.728			
	<b>211.724</b>	<b>1.133.159</b>		<b>881.625</b>
<b>• Swap</b>				
CDI x USD	360		150	
SELIC x SPM				844
SELIC x FINE	28.857		29.483	
SELIC x CDI	5.011	7.521		
TR x FPE	5.014		11.327	
TR x CDI	458		828	
USD x CDI		76.756		598
USD x FLP				58
SELIC x USD	20		20	
	<b>62.902</b>	<b>76.756</b>		<b>686</b>

b) O valor referencial das operações de mercado futuro e de swap é registrado em contas de compensação e são realizadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros, na Bolsa de Valores ou na Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip.

	Ajuste a receber		Ajuste a pagar		Valor do Contrato
	Cursus	Mercado	Cursus	Mercado	
• Em 2006					
Swap	72	90	8.474	6.438	116.508
Derivativos	458	468			723
Total	530	558	9.266	7.220	1.481.391
• Em 2005					
Swap	204	223	340	332	48.663
Derivativos	573	573	454	454	908.826
Total	777	796	794	786	957.488

c) Diversificação por prazo de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total das posições
<b>• Mercado Futuro</b>					
Posição comprada	222.877	-	2.077	6.770	231.724
Posição vendida	134.409	14.062	791.788	192.900	1.133.159
<b>• Swap</b>					
Posição comprada	24.372	12.486	1.654	1.208	39.720
Posição vendida		3.117	2.994	70.677	76.788

c. Diversificação por tipo de operação e níveis de risco

Variação	AA	A
Empréstimos consignado - INSS	-	133.266
Empréstimos consignado - outros	-	145.654
Crédito pessoal - Autocrédito	-	43.381
CDC bens de consumo	-	-
CDC bens consignados	-	19.268
CDC veículos	-	85.788
	-	447.370
<b>Método</b>		
Capital de giro	7.748	43.250
Correção corrente garantida	30.394	122.477
Financiamentos imobiliários	-	2
Títulos descontados	3.715	4.888
Financiamentos em moeda estrangeira (importação)	-	-
FINAME	15.752	8.571
FICC FINAME	2.651	3.558
FINAME Agrícola	411	997
EXIM	-	-
Despesas nos moldes da Resolução nº 63	-	2.159
Financiamento rural	-	12.225
Compras	491	7.763
Vendas	-	1.849
SUS Antecip	620	22.380
Adiantamento a depositante	-	-
Créditos vinculados	4.401	9.355
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (AGCACE)	807	34.607
Títulos e créditos a receber (*)	110	18.623
Arrendamento mercantil	-	882
	<b>67.076</b>	<b>291.846</b>

(\*) Principalmente caução de cessão de crédito e venda de bens.

d. Composição por vencimento das operações de crédito com empresas, títulos e créditos a receber. ACC, ACE, venda de bens e arrendamento mercantil

	2006										2009
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
<b>Curto prazo:</b>											
De 0 a 14 dias	2.609	11.800	6.108	3.264	15	-	1	-	271	24.008	2,25
De 15 a 30 dias	7.429	44.904	5.863	4.604	486	439	204	95	393	64.418	6,01
De 31 a 60 dias	5.280	54.385	14.796	3.817	604	450	211	95	401	81.375	8,12
De 61 a 90 dias	9.797	63.982	10.929	2.084	509	260	179	85	729	80.155	8,15
De 91 a 180 dias	13.563	146.207	66.511	6.791	1.225	1.151	513	237	1.720	227.918	22,21
De 181 a 360 dias	5.299	141.166	27.823	6.606	1.875	2.219	626	356	2.119	219.588	17,58
<b>Longo prazo:</b>											
Acima de 360 dias	23.093	273.290	36.807	11.004	2.965	6.528	1.531	678	1.700	357.597	33,41
<b>Subtotal</b>	<b>67.070</b>	<b>735.744</b>	<b>168.431</b>	<b>38.200</b>	<b>7.679</b>	<b>11.048</b>	<b>3.465</b>	<b>1.548</b>	<b>7.722</b>	<b>1.040.957</b>	<b>97,20</b>
<b>Vencido</b>											
Até 14 dias	-	3.472	420	1.453	301	176	93	75	301	6.293	0,58
De 15 a 30 dias	-	-	2.952	871	344	296	214	120	625	5.392	0,50
De 31 a 60 dias	-	-	-	1.731	679	450	322	227	1.017	4.426	0,41
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	772	438	214	242	1.005	2.721	0,26
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	510	851	629	3.028	5.018	0,48
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	5.655	5.655	0,52
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	5.200	5.200	0,50
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>3.472</b>	<b>-3.372</b>	<b>4.635</b>	<b>2.096</b>	<b>1.840</b>	<b>1.794</b>	<b>1.363</b>	<b>12.661</b>	<b>30.003</b>	<b>2,80</b>
<b>Total geral</b>	<b>67.070</b>	<b>739.216</b>	<b>175.059</b>	<b>42.235</b>	<b>9.775</b>	<b>12.888</b>	<b>5.259</b>	<b>2.911</b>	<b>19.633</b>	<b>1.070.960</b>	<b>100,00</b>
<b>Total do PDD</b>	<b>-</b>	<b>(3.906)</b>	<b>(1.718)</b>	<b>(1.370)</b>	<b>(978)</b>	<b>(5.315)</b>	<b>(2.929)</b>	<b>(2.038)</b>	<b>(19.832)</b>	<b>(36.572)</b>	<b>(3,48)</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

e. Ativos e passivos provisionados a clientes totalizam R\$ 34.862 (2005 - R\$ 50.475), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a provisionamento de contingências pelos beneficiários.

f. **Cessão de Crédito**  
O Banco cedeu créditos vendidos e integralmente provisionados no montante de R\$ 13.434 (2005 - R\$ 23.442), não gerando qualquer resultado.  
Também cedeu operações de créditos da carteira de varejo, cujo resultado abato demonstrado estão deduzidos das despesas de comissões de produção.  
O valor presente das operações cedidas totalizam R\$ 1.160.905 (2005 - R\$ 768.162). Incorporando as operações cedidas, a carteira total de crédito do BMC passa a ser de R\$ 2.231.696 (2005 - R\$ 1.375.222), representando crescimento de 62,20% no exercício.

Modalidade	Valor	2006	Lucro	Valor	2005	Lucro
- Com codificação	-	-	-	-	-	-
CDC Veículos	96.697	9.244	-	70.881	2.753	-
CP consignado em folha de pagamento	334.030	48.177	-	-	-	-
CP convênio INSS	431.627	57.421	-	70.881	2.753	-
- Sem codificação	-	-	-	-	-	-
CDC Veículos	189.465	27.060	60.592	60.592	6.349	6.349
CP consignado em folha de pagamento	32.603	5.084	206.594	5.084	32.798	32.798
CP convênio INSS	211.711	25.415	490.424	490.424	66.361	66.361
	433.779	57.559	768.419	768.419	105.508	105.508
Total	865.406	114.980	831.491	831.491	108.261	108.261

**Arrendamentos a receber**  
O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento ao normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	2006	2005
Arrendamentos a receber	1.554	4.211
Rendimentos a apropriar de arrendamento mercantil	1.554	4.122
Imobilizado de arrendamento	1.701	4.536
Superávit (insuficiência) de depreciação	(668)	4
Pontas em arrendamento mercantil a amortizar	1.236	779
Valor residual antecipado	(818)	(1.738)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	1.445	3.870
Para atender ao regime de competência, contatado previsto para insuficiência de depreciação, no valor de R\$ 545 (2005 - R\$ 53.577) no exercício e no segundo semestre R\$ 402 classificados em despesas de arrendamento mercantil equivalentes ao aquecimento a valor presente efetivo dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, calculados com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.		
Os arrendamentos mercantis a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento, e os contratos contém cláusula de seguro obrigatório a favor do arrendador.		

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A Resolução nº 2.682/96 do BACEN, estabelece os seguintes critérios de classificação das operações de crédito e regras para a constituição de provisões: (a) a classificação das operações de crédito em níveis de risco, que variam de AA a H, em ordem crescente de risco; (b) a provisão para operações de crédito é calculada de acordo com a classificação da operação no nível de risco correspondente, levando-se em consideração, entre outros, as informações cadastrais do devedor e de seus garantidos, características das garantias e análises periódicas das operações e a sua revisão em função de ajustes verificados.  
(c) A movimentação das contas "provisões para créditos", "despesas de provisões para créditos" e "créditos baixados como prejuízo" durante o exercício foram:

a) Conta: Provisão para créditos:	2006	2005
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	-
• Banco BMC S.A.	(39.682)	(26.697)
• Leasing BMC S.A.	(837)	-
• Total	(40.519)	(26.697)
Provisões constituídas no período	(44.510)	(53.329)
• Banco BMC S.A.	(14)	-
• Leasing BMC S.A.	(44.524)	(53.329)
• Total	(44.538)	(53.329)
Operações baixadas como prejuízo	32.195	17.101
Operações securitizadas	13.434	23.442
Saldo final em 31 de dezembro	(52.832)	(63.925)
b) Conta: Créditos baixados como prejuízo:		
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	-
• Banco BMC S.A.	206.582	193.282
• Leasing BMC S.A.	20.562	-
• Total	227.144	193.282
Operações registradas como prejuízo	32.195	17.101
Recuperação de créditos baixados	(18.068)	(3.801)
Saldo final em 31 de dezembro	241.271	206.582
O total de receitas apropriadas com recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício totalizam R\$ 7.458 (2005 - R\$ 4.812), e os créditos negociados de R\$ 7.681 (2005 - R\$ 9.844).		
(b) Composição da provisão para devedores duvidosos por tipo de operação		

	2006	2005
Empréstimos consignado - INSS	(1.000)	-
Empréstimos consignado - outros	(8.000)	(2.707)
Crédito pessoal - Aditivos	(1.445)	(1.138)
Crédito bens de consumo	(2)	(2)
CDC bens consignados	(116)	(116)
CDC veículos	(9.957)	(9.403)
Financiamentos imobiliários	(1)	(19.451)
Empréstimos para capital de giro	(7.817)	(2.427)
Empréstimos contra garantia	(6.861)	-
Títulos descontados	(243)	(52)
Financiamentos em moeda estrangeira (importação)	(42)	-
Repasse de recursos BNDES/FINAME	(754)	(1.586)
Repasse EXIM	-	(2.068)
Repasse pela Resolução nº 63	(43)	(48)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(62)	(69)
Compror	(55)	(4)
Vender	(16)	-
SUS Antecip	(221)	(170)
Adiantamento à depositante	(52)	(38)
Créditos vinculados	(48)	-
Operações de crédito	(32.880)	(38.915)
Adiantamentos sobre contratos do crédito	(1.331)	(630)
Títulos e créditos a receber	(23.347)	(11.982)
Outros créditos	(3.678)	(768)
Operações de arrendamento mercantil	(14)	-
Provisão sem características de concessão de crédito	(2.822)	-
	(39.195)	(39.683)

Composição de outros créditos		
(a) Carteira de câmbio é constituída por:		
Em outros créditos		
Crédito comprado a liquidar	2006	2005
Direitos sobre vendas de câmbio	66.556	20.669
(-) Adiantamento em moeda nacional recebida	(1.426)	-
Rendimentos a receber dos adiantamentos concedidos	1.530	380
	66.596	21.249
Em outras obrigações		
Crédito vendido a liquidar	1.426	-
Obrigações por compra de câmbio	67.510	21.430
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(49.043)	(13.144)
	19.893	8.285
(b) Diversos		
Ativo circulante e realizável a longo prazo		
Circulante	2006	2005
Adiantamentos para pagamentos	4.866	4.259
Créditos tributários de impostos e contribuições	18.205	(8) 17.090
Devedores por compra de valores e bens	2.042	12
Impostos e contribuições a compensar	1.293	19.231
Títulos e créditos a receber	10.146	(6) 3.336
Devedores diversos - convênio	10.051	14.058
Valores a receber/compensar	11.623	3.486
Pendências a regularizar	414	4.667
Diversos	58.756	10.570
Longo prazo		
Créditos tributários de impostos e contribuições	29.144	(8) 28.928
Devedores por depósito em garantia	86.534	63.097
Impostos e contribuições a compensar	8.424	9.807
Ogões por incentivos fiscais	3.463	1.287
Títulos e créditos a receber	150.726	115.501

(b) Ver nota explicativa 21 (ab)  
(b) Ver nota explicativa 2 (c)  
(c) **Crédito tributário do imposto de renda e de contribuição social**  
Créditos tributários de impostos e contribuições são calculados sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa da contribuição social e de adições temporárias.  
As adições temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para devedores duvidosos, a provisão para depreciação de títulos, ao ajuste do preço dos títulos ao valor de mercado, ao IRS não dedutível, a contribuição social sobre o lucro excedente à alíquota de 4% e 10% e a provisão para contingências, todos indutíveis temporariamente na operação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.  
(d) Os valores pagos para as premissas de vendas são diferidos pelo prazo médio dos empréstimos consignados, a CDC veículos.  
(e) **Operações de vendas de despesas a dividir** é de R\$ 58.528 (2005 - R\$ 30.528), o está registrado em despesas aduvidas.  
O montante de rendas a apropriar das operações de CDC e de empréstimos consignados é de R\$ 278.455 (2005 - R\$ 105.095).

**Participações em coligações e controladas no país**  
(a) Informações sobre investidas

	Leasing BMC S.A.	Arrend. Mercantil (*)	BMC Asset	Provisão	BMC
Quantidade de ações possuídas	-	-	-	-	2.000.000
Ordinárias	-	-	-	-	1.499.999
Quantidade de quotas possuídas	-	-	-	-	1.000
Valor nominal das ações ou quotas - R\$	-	-	-	-	1.00
Participação no capital	-	-	-	-	99,999%
Capital social	-	-	-	-	1.500
Patrimônio líquido	-	-	-	-	2.994
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	174
<b>(b) Movimentação dos investimentos</b>					
Saldo inicial 1º de janeiro	25.499	2.814	8.012	36.325	36.325
Equivalência patrimonial incorporação (*)	247	180	648	1.075	425
Diversos	-	-	-	-	(25.746)
	-	-	(137)	(137)	(60)
Saldo em 31 de dezembro	2.995	2.681	8.658	36.325	48.659
(*) A Leasing BMC S.A. Arrendamento Mercantil foi incorporada pelo Banco BMC S.A., com base no patrimônio líquido de 31 de janeiro de 2006, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2006. A incorporação objetivou principalmente a redução de despesas administrativas e a consolidação e otimização dos fluxos operacionais.					
<b>(c) Balanço patrimonial da BMC Asset Management DTM Ltda.</b>					
Ativo	2006	2005	Passivo	2006	2005
Circulante	2.995	2.681	Circulante	119	185
Disponibilidades	121	140	Outras obrigações	119	185
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.787	2.614	Patrimônio líquido	2.994	2.814
Outros créditos	87	127	Capital social	1.500	1.500
Permanente	118	118	Reserva de capital	36	30
Investimentos	118	118	Reserva de lucros	1.468	138
			Lucros acumulados	1.312	1.159
Total ativo	3.313	2.999	Total passivo	3.313	2.999

BMC Asset Management DTM Ltda.			
Ativos	Recursos	Ativos	Recursos
(passivos)	(despesas)	(passivos)	(despesas)
-	-	-	-
-	-	-	-
(121)	-	(187)	-
(2.787)	(177)	(23.581)	(3.425)
-	(22)	-	(109)

**Dependência no exterior**  
Os saldos das operações de agência em Grand Cayman, consolidados no Banco BMC S.A., são os seguintes:

	2006	2005
Ativo	RS (a)	RS (a)
Disponibilidades	3.870	5.574
Títulos e valores mobiliários	70.475	84.250
Operações de crédito	25.407	16.677
Outros créditos	10.520	995
Outros valores e bens	620	178
Capital	-	-
Lucros acumulados	33.347	54.121
Lucro do exercício	2.107	3.831
Total ativo	109.372	117.583
Passivo	RS (b)	RS (b)
Depósitos	-	-
Operações por empréstimos	-	-
Outras obrigações	-	-
Capital	-	-
Lucros acumulados	-	-
Lucro do exercício	-	-
Total passivo	109.372	117.583

(a) Valores controlados pela coligação de R\$ 2.136 (2005 - R\$ 2.340).  
(b) Os saldos eliminados entre a agência Grand Cayman e a Matriz foram:  
- Títulos e valores mobiliários de R\$ 47.253 (2005 - R\$ 51.783).  
- Operações de crédito de R\$ 25.407 (2005 - R\$ 16.677).  
- Depósitos de R\$ 880 (2005 - R\$ 285).  
- Em maio de 2006, foi informado o valor de R\$ 23.726.148,00, equivalente a US\$ 4.220.198,00 de lucros acumulados auferidos pela Agência de Grand Cayman no ano de 1995, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2005.

Composição do imobilizado de uso, ativo diferido e bens não destinados a uso				
		2006	2005	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terenos	100%	175	-	175
Edificações	4%	2.482	957	(83)
Instalações	10%	89	24	4
Máquinas e equipamentos de uso	10%	3.562	957	(232)
Sistema de processamento de dados	20%	6.165	955	(138)
Sistema de transporte	20%	450	(313)	137
Imobilizados em curso (*)	100%	-	-	4.745
Sistema de comunicação	10%	1.551	(988)	563
Outros	10%	216	(114)	102
		14.651	(10.771)	3.880

b. Composição do diferido		2006		2005		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Adições	Baixas	Valor Líquido
Softwares e serviços técnicos	7.397	(3.655)	3.709	884	(1.070)	3.440
Benefícios em imóveis de terceiros (**)	1.177	(478)	699	1.150	(477)	421
Perdas em arrendamento a amortizar	2.334	(1.104)	1.230	849	(309)	1.370

	10.908	(5.270)	5.638	2.982	(1.946)	3.911
c. Movimentação e composição de bens não destinados a uso						
				2006	2005	
Saldo Inicial	21.836	2.109	25.945	Imovéis	Outros	Total
Bens recebidos em diação de pagamento			12.374	4.777	17.351	4.988
Baixa por venda de bens			(12.125)	(3.527)	(18.652)	(23.634)
Provisão para depreciação			(649)	(312)	(793)	90
Saldo final			21.436	3.047	18.483	10.044
(*) Basea referente à venda do imóvel na Av. Faria Lima.						
(**) Conforme prazo do contrato de locação do imóvel.						
d. Imobilizado de arrendamento						
				2006	2005	
				Taxa	Taxa	
	Depreciação	Acumulada	Líquido	anual de depreciação	Líquido	anual de depreciação
Veículos	3.602	(2.621)	1.181	28,5%	2.473	28,5%
Máquinas e equipamentos	1.540	(1.020)	520	14,3%	1.728	14,3%
Móveis e instalações	5.342	(3.841)	1.501	33,4%	3.34	33,4%
					4.535	

12. Captações de depósitos e no mercado aberto					
Depósitos					
a. Composição por vencimento					
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	acima de 360 dias	Total
Depósito à vista	39.599	-	-	-	39.599
Depósitos a prazo	321.048	45.630	62.377	339.044	788.099
Depósitos interfinanceiros	18.318	45.060	-	2.786	66.164
Depósitos para investimentos	122	-	-	-	122
	379.087	90.690	62.377	341.832	874.086
%	43,37	10,37	7,14	39,11	100,00

Os depósitos a prazo com compromisso de liquidez, registrados na Câmara de Contas e Liquidação - CETIP estão classificados no passivo circulante.

b. Composição por segmento de mercado					
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos para investimentos	Total
Indústria	22.531	108.349	-	81	130.961
Comércio	3.211	53.558	-	-	56.769
Instituições financeiras	1.407	35.243	66.106	-	102.816
Serviços	11.523	128.732	-	-	140.255
Finanças de investimentos	8	179.244	-	-	179.252
Provisão privada e seguros	45	62.204	-	-	62.249
Pessoas físicas	1.293	10.231	-	-	11.524
Fundações	253	41.522	-	-	41.775
	<b>38.589</b>	<b>789.099</b>	<b>66.166</b>	<b>122</b>	<b>873.856</b>
	4,42	89,33	7,58	0,01	100,00

c. Concentração dos principais depositantes					
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos para investimentos	Total
10 maiores depositantes	154.418	66.166	238.652	27.09	460.235
20 maiores depositantes	21.482	248.073	66.166	335.721	668.442
50 maiores depositantes	30.796	416.064	66.166	519.556	986.582
100 maiores depositantes	40.196	545.455	66.166	638.929	1.246.746
O total dos 20 maiores depositantes a prazo representa 83,8% (R\$ 183.022), correspondendo a 23,2% (58,5%) da carteira de depósitos a prazo e 87,2% (R\$ 176,9) de patrimônio líquido do Banco BACSA S.A.					
O total de depósitos a prazo representa 82,0% (R\$ 648.099) do total dos depósitos em moeda nacional, correspondendo a 74,1% (R\$ 648.099) do total dos depósitos em moeda nacional e 74,1% (R\$ 648.099) do total dos					

d. Captações no mercado aberto			
Operações com compromisso de compra e recompra com vencimento no mês seguinte:			
	Vencimento		Total
	das operações		
	no 1º dia útil do		
	mês seguinte		
	2006	2005	
Operações comprometidas com:			
Instituições financeiras	684.505	684.505	620.545
Fundos de investimentos	13.776	13.776	7.400
	<b>698.281</b>	<b>698.281</b>	<b>627.945</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

Obrigações por emissão de títulos, por empréstimos e repasses									
a. Composição por vencimento									
Títulos emitidos no exterior									
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2006	2005			
Obrigações em moeda estrangeira:									
• Fixed Rate Notes									
Por empréstimos no exterior									
• importação (a)									
• exportação (b)									
• Outras									
Subtotal - moeda estrangeira									
Obrigações em moeda nacional									
Por repasses de instituições oficiais									
• INDES/INFAME									
• EXIM									
• Tesouro nacional									
Subtotal - moeda nacional									
Total									
(a) O total inclui captação de linha externa para financiamento à importação, inclusive através da agência Grand Cayman.									
(b) Linha externa para financiamento à exportação ("Pis-export"), inclusive através da agência Grand Cayman.									
b. Composição das obrigações por emissão de títulos no exterior									
Os títulos são representados por Euronotes e Fixed Rate Notes									
Euronotes e Fixed Rate Notes									
	Emissão	US\$ Mil	Taxa a.a.	Final	2006	2005			
50º emissão									
57º emissão									
60º emissão									
66º emissão									
67º emissão									
Total captação através das Euronotes e Fixed Rate Notes									
Euronotes e Fixed Rate Notes da carteira da agência Grand Cayman									
Euronotes e Fixed Rate Notes em poder de terceiros									
<b>11 Composição de outras obrigações</b>									
<b>a. Fiscais e previdenciárias</b>									
<b>Circulante:</b>									
Imposto de renda sobre o lucro									
Contribuição social sobre o lucro									
Contribuições previdenciárias - INSS									
Imposto de renda retido na fonte									
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte									
Imposto sobre serviços - ISS									
Contribuição sindical									
FGTS									
COFINS									
CPMF									
Eligível a longo prazo:									
Imposto de renda sobre o lucro - sub judice									
Imposto de renda sobre ajuste de mercado									
Imposto de renda sobre lucro disponibilizados no exterior									
Contribuição ao INCTA - sub judice									
Contribuição social sobre o lucro - sub judice									
CPMF - sub judice									
COFINS - sub judice									
PIS - sub judice									
IOF									
Imposto de renda retido na fonte									
Outras									
<b>b. Diversas - circulante</b>									
Provisão de férias e encargos									
Provisão para passivos contingentes									
Provisão de despesas administrativas									
Cheques administrativos									
Créditos diversos no país/financeiras									
Recalculamentos a processar (*)									
Créditos diversos - comércio									
Outras									
<b>c. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais</b>									
<b>Ativos contingentes:</b> não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de realização, representado pelo título em juízo de acordo com a capacidade de seu resgate.									
<b>Passivos contingentes:</b> são reconhecidos e decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros, ou funcionários e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração as possibilidades de ocorrência de perda. As contingências são classificadas como provisórias, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que são somente divulgadas quando se sejam provisórias e remotas, que não requerem provisão e divulgação.									
A provisão para contingências civis é registrada levando-se em consideração a possibilidade de todas as ações pendidas do autor contra o BMC e a realidade com base na média das perdas e o total de casos ativos.									
A provisão para demandas trabalhistas é registrada com base na média de perdas e estatísticas de cada caso.									
A provisão para contingências fiscais é registrada com base na legislação que instituiu cada tributo/contribuição.									
<b>d. Reversão da provisão da COFINS</b>									
O acórdão da Primeira Turma do STJ, publicado em junho de 2006 e trânsito em julgado em agosto de 2006, decidiu que o BMC tem o direito de continuar recolhendo a COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98, à alíquota de 3% somente sobre o faturamento estabelecido pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91. Também com base neste acórdão do STJ, a COFINS excetada é alíquota de 3% sobre o faturamento foi revertida da conta de provisão, o que aumentou o resultado do exercício do BMC em R\$ 44.802 e o resultado líquido em R\$ 42.613.									
<b>e. Registro juros SELIC sobre obrigação legal a pagar</b>									
O Banco registra o juro Selic da Contribuição Social sobre o Lucro calculado à alíquota excedente à exigida de empresas de outros setores da atividade econômica. Com base no Pareceramento do BRACON NPC nº 22, por considerar uma obrigação legal, que deriva de erro de lei, foi contabilizado o juro Selic sobre a Contribuição Social sobre o Lucro. Líquido calculado à alíquota excedente à exigida de empresas de outros setores de atividade econômica. Por tratar-se de juro Selic de períodos anteriores, foi debitada a conta de juros acumulados, a importância de R\$ 42.722.									
<b>f. Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às questões previdenciárias, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:</b>									
<b>Contingências</b>									
	Saldo em 31/12/2005	Obrigações Adições	Saldo em 31/12/2006	Depósitos Judiciais Saldo em 31/12/2005	Adições	Saldo em 31/12/2006			
<b>Fiscais</b>									
IRPJ									
CSLL									
COFINS									
INCTA									
CPMF									
IOF - Plano Collor									
IRPJ e Dividendos									
Autos de Infração									
IRPJ, CSLL, PIS e CPMF									
<b>Cíveis</b>									
Trabalhistas									
Total									
<b>12 Capital social e destinação do lucro líquido</b>									
O capital social está representado por 100.000.000 ações ordinárias e 104.459.391 ações preferenciais, todas nominativas, no valor nominal de R\$ 0,0005 cada. O estatuto estabelece a distribuição de um décimo mínimo de 25% do lucro líquido ao exercício. As ações preferenciais, sem direito a voto, são asseguradas: prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade. O saldo remanescente do lucro líquido será distribuído de acordo com as deliberações da Assembleia Geral, alinhadas às normas legais e estatutárias aplicáveis.									
De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 2.449/95, em 31 de dezembro de 2006 o Banco calculou o juro sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 19.501 (R\$ 21.373 em 2005), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados e o imposto de renda retido na fonte de R\$ 2.505, foi debitado das juros sobre o capital próprio creditado nos acionistas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 6.630 (R\$ 7.268 em 2005), em decorrência de destinação legalizada, imposta pelas leis sobre o capital próprio creditado nos acionistas.									
Conforme Atlas de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de março de 2006 e Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2006, 19 de junho de 2006 e 27 de julho de 2006, o capital social foi aumentado respectivamente em R\$ 1.051, R\$ 10.000 e R\$ 4.796, totalizando R\$ 15.847.									
<b>13 Índice de Baseis</b>									
O índice de Baseis calculado com base no balanço BMC Consolidado é de 15,22% (em 2005 - 20,67%).									
	2006	2005							
<b>1 Patrimônio Líquido do BMC Consolidado</b>									
2 Ajustes									
2.1 Risco de Operações de Swap									
2.2 Risco Cambial									
2.3 Risco de Taxa de Juros									
2.4 Patrimônio Líquido Ajustado									
<b>3 Pontuação do Ativo</b>									
3.1 Ativo ponderado - 20%									
3.2 Ativo ponderado - 10%									
3.3 Ativo ponderado - 100%									
3.4 Ativo ponderado - 300%									
3.5 Total									
<b>4 Índice de Baseis (Item 2.4 / 100%)</b>									

Recitas e despesas operacionais									
	2006	2005							
a. Recitas de operações de crédito									
Adiantamentos a depositantes									
Cartas garantidas									
Capital de giro									
Comissões a pessoa física									
Rendimentos de crédito pessoal Autocredito									
Faltas decorrentes									
Repasses do país									
Receitas do exterior									
Compras									
Vendas									
Crédito direto ao consumidor									
Financiamentos em moedas estrangeiras									
Financiamentos em moeda nacional									
Créditos vinculados									
Outras									
Total									
<b>b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários</b>									
Receitas de aplicações em operações compromissadas									
Rendimentos de aplicações em depósitos interfinanceiros									
Resultado com títulos de renda variável									
Resultado com títulos de renda fixa									
Receitas de títulos e valores mobiliários no exterior									
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários									
Total									
<b>c. Resultado com instrumentos derivativos</b>									
<b>Recitas (-) Despesas</b>									
Recitas a prazo									
Importação									
Variações e diferenças de taxas									
Outras									
Total									
<b>d. Resultado de câmbio</b>									
<b>Recitas (-) Despesas</b>									
Exportação									
Importação									
Variações e diferenças de taxas									
Outras									
Total									
<b>e. Despesas de operações de captação no mercado</b>									
Depósitos interfinanceiros									
Depósitos a prazo									
Operações compromissadas									
Total									
<b>f. Despesas de empréstimos e repasses</b>									
Repasses de fomento nacional									
Repasses INDES									
Repasses INFAME									
Repasses EXIM									
Repasses PCO FIANE									
Repasses de títulos e valores mobiliários no exterior									
Empréstimos de repasse no exterior									
Total									
<b>14 Recitas de prestação de serviços</b>									
Cobrança									
Comissões									
Outras									
Total									
<b>15 Despesas administrativas</b>									
<b>a. Despesas de pessoal</b>									
Presidentes									
Diretores									
Executivos									
Treinamento									
Benefícios									
Honorários									
Estatuários									
Total									
<b>b. Despesas de materiais</b>									
Operacional									
Pessoal									
Créditos									
Capitais									
Fisconária									
Compras e controle									
Administrativas									
Recargas humanas									
Jurídico									
Informática									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>16 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>17 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>18 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>19 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>20 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>21 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>22 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>23 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>24 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>25 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>26 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>b. Outras despesas administrativas</b>									
Serviços de terceiros e do sistema financeiro									
Operações e importação									
Comunicações									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promoções e propaganda									
Manutenção e conservação de bens									
Outras									
Total									
<b>c. Despesas tributárias</b>									
COFINS									
CPMF									
Imposto e municipal									
Outras									
Total									
<b>27 Outras recitas (despesas) operacionais</b>									
<b>a. Outras recitas operacionais</b>									
Variações monetárias (principalmente moedas estrangeiras)									
Juros (principalmente títulos a pagar)									
Comissões									
Processamento de dados									
Aguardas									
Contribuições de bens									
Contribuições filantrópicas									
Transportes									
Viagens									
Promo									



**Banco BMC S.A**  
C.N.P.J. nº 07.207.990/0001-50  
**Direção Geral**  
Av. das Nações Unidas 12.595 - Ed. Plaza Centenário - 24º andar  
CEP 04578-000 - Chácara Iguatemi - São Paulo - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de Dezembro de 2008 e 2005 (Em milhares de reais)

**(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	IRPJ		CSLL	
	2008	2005	2008	2005
<b>Valores correntes</b>	<b>(9.980)</b>	<b>(22.312)</b>	<b>(3.690)</b>	<b>(8.471)</b>
Impostos sobre o lucro	(9.980)	(22.312)	(3.690)	(8.471)
<b>Valores diferidos</b>	<b>(284)</b>	<b>39</b>	<b>(180)</b>	<b>14</b>
Reversão sobre o IM Agência Grand Cityman	210	—	—	—
Ajuste a mercado TVM	3	19	1	7
Ajuste a mercado SWAP	(506)	20	(181)	7
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>(11.364)</b>	<b>7.596</b>	<b>(3.312)</b>	<b>3.155</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70)	2.067	(25)	744
Provisão PIS	626	628	224	228
Provisão COFINS	(11.375)	3.843	(4.065)	1.383
Insuficiência de depreciação	121	—	—	—
Provisão para contingências trabalhistas	(985)	2.161	(355)	778
Provisão para passivos contingentes	1.809	—	652	—
CSLL - Art. 8º da Medida Provisória nº 1.858-6 de 1.999	—	—	—	24
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(38)	—	—	—
Prejuízo fiscal	—	(1.191)	—	—
Ajuste mercado futuro - DO/DI - Lei 11.196	887	—	308	—
Diferença de alíquota da CSLL	(2.250)	—	—	—
Diferença PC/89 e PC/90 e PC/89	(58)	—	(21)	—
<b>Total de despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(21.629)</b>	<b>(14.677)</b>	<b>(7.182)</b>	<b>(5.302)</b>

**(c) Origem dos créditos tributários de Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
**Ativo (Outros créditos - Diversos - Créditos tributários de IRPJ e CSLL)**

	Saldo Inicial	Constituições	Baixas	Saldo Final
	18.209	10.158	(10.235)	18.132
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.518	649	—	4.167
Provisão COFINS	15.471	—	(15.471)	—
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	268	—	(38)	230
Provisão para passivos contingentes	—	2.461	—	2.461
Provisão para desvalorização de títulos livres	249	—	—	249
Insuficiência de depreciação	14	121	—	135
Provisão para contingências trabalhistas	3.184	759	(2.099)	1.854
Provisão para contingência civil	533	—	—	533
Ajuste a valor de mercado - Ceteris nº 3.068 -	—	—	—	—
Exato no patrimônio líquido	125	—	(125)	—
Diferença PC/89 e PC/90 e PC/89	80	—	(80)	—
Diferença de alíquota da CSLL/95 - 18%	6.450	—	(2.250)	4.200
CSLL - Art. 8º da Medida Provisória nº 1.858-6 de 1999	13.918	—	(477)	13.441
Ajuste a mercado futuro DO/DI - Lei 11.196	—	1.166	—	1.166
	<b>62.629</b>	<b>15.514</b>	<b>(30.789)</b>	<b>47.355</b>

**d) Estimativa de realização**

	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Rating "A" a "G"	—	5.642	—	—	—	5.642
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Rating "F"	13.072	—	—	—	—	13.072
Provisão para contingências trabalhistas	—	1.854	—	—	—	1.854
Provisão contingência civil	—	534	—	—	—	534
Provisão para passivos contingentes	—	2.461	—	—	—	2.461
Provisão para desvalorização de títulos livres	249	—	—	—	—	249
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	229	—	—	—	—	229
Ajuste valor de mercado - DO/DI - Lei 11.196	1.166	—	—	—	—	1.166
Provisão PIS	—	4.307	—	—	—	4.307
Diferença de alíquota da contribuição social s/ o lucro	—	—	4.200	—	—	4.200
Insuficiência de depreciação	135	—	—	—	—	135
CSLL - Art. 8º da Medida Provisória nº 1.858-6 de 1999	3.355	3.296	3.237	3.179	374	13.441
Total	<b>18.209</b>	<b>18.114</b>	<b>7.437</b>	<b>3.179</b>	<b>374</b>	<b>37.359</b>

O valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa SELIC (11,25 a.a.) e de 16,42 a.a.

**DIRETORIA**

**PRESIDENTE:**  
Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho

**VICE-PRESIDENTE:**  
Andrea Capelo Pinheiro

**DIRETORES EXECUTIVOS:**  
Daniel Capelo Pinheiro  
Wagner Marchioni  
Yoshio Kunitake (\*)

**EXECUTIVOS**

Alvo Sander M. Gonçalves  
Elas de Souza

Marcelo Vinícius R. Azevedo  
Moydis Levy Sansolo

**(\*) CONTADOR**

CRC 1SP126377/O-0  
CPF 389.849.549-53

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas do Banco BMC S.A. São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BMC S.A. inventados em 31 de dezembro de 2008 e 2005 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naqueles datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendiam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância

dos dados, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a análise das práticas e das estruturas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BMC S.A. em 31 de dezembro de 2008 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 23 de janeiro de 2007 foi firmado Instrumento Particular de Incorporação de Ações e outras Avenças com o Banco Bradesco S.A. para venda de 100% das ações representativas do capital social do Banco BMC S.A. para o Banco Bradesco S.A., a concretização da operação está autorizada e aprovação das autoridades competentes e dos resultados da "due diligence".

16 de fevereiro de 2007

**KPMG**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

**Giuseppe Masi**  
Contador CRC 1SP176273/O-7



*Fundo*

**BMC FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CRÉDITO CONSIGNADO INSS**

CNPJ/MF nº 09.464.001/0001-61

*Originador*

**Banco Finasa BMC S.A.**

CNPJ/MF nº 07.207.996/0001-50

Avenida Nações Unidas, nº 12.995, 24º Andar/Parte

04578-000

São Paulo - SP

*Estruturador e Distribuidor*

**Banco Bradesco BBI S.A.**

CNPJ/MF nº 06.271.464/0073-93

Avenida Paulista, nº 1.450 - 8º andar

01310-917

São Paulo - SP

*Administradora*

**Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

CNPJ/MF nº 00.066.670/0001-00

Cidade de Deus, S/N, Prédio Novíssimo

06029-900

Osasco - SP

*Gestor*

**BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - DTVM**

CNPJ/MF nº 62.375.134/0001-44

Avenida Paulista, nº 1.450, 6º andar

01310-917

São Paulo - SP

*Custodiante*

**Banco Bradesco S.A.**

CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12

Cidade de Deus, S/N

06029-900

Osasco - SP

*Empresa de Auditoria*

**KPMG Auditores Independentes**

CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29

Rua Renato Paes de Barros, nº 33

04530-904

São Paulo - SP

*Agências Classificadoras de Risco*

**Moody's América Latina Ltda.**

CNPJ/MF nº 02.101.919/0001-05

Avenida Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar

04578-903

São Paulo - SP

**Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.**

CNPJ/MF nº 05.803.488/0001-09

Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110, 7º andar

04542-000

São Paulo - SP

*Assessor Legal*

**Motta, Fernandes Rocha Advogados**

CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30

Alameda Santos, nº 2.335 - 11º andar

01419-002

São Paulo - SP



**11 3231 3003**  
**winnerpublicidade.com**